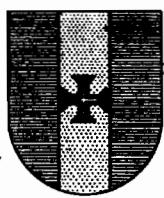


REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 21

Quinta-feira, 21 de Julho de 1983

SUPLEMENTO

S U M Á R I O

ASSEMBLEIA REGIONAL

Resolução n.º 5/83/M:

Aprova a Proposta de Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 1983, e o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira — 1983.

Resolução n.º 6/83/M:

Aprova as Contas de Gerência da Região Autónoma da Madeira, do ano de 1980.

ASSEMBLEIA REGIONAL

Resolução n.º 5/83/M

de 7 de Julho

A Assembleia Regional da Madeira, reunida em sessão plenária em 7 de Julho de 1983, e no uso da competência que lhe é conferida pela alínea f) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, resolveu aprovar os documentos a seguir identificados:

- PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PARA O ANO DE 1983.
- PLANO DE INVESTIMENTOS E DE DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA — 1983.

Assembleia Regional, 7 de Julho de 1983. — O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Resolução n.º 515/83

Nos termos da alínea g) do artigo 33.º do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76 de 30 de Abril, o Governo Regional reunido em Plenário em 9 de Junho de 1983 resolve:

Submeter à aprovação da Assembleia Regional a proposta de orçamento da Região Autónoma da Madeira para 1983. Envolve receitas no montante global de 30 473 972 contos, distribuídas por «receitas correntes» 11 366 099 contos, «receitas de capital» 15 375 466 contos e «contas de ordem» 3 732 227 contos, incluindo uma transferência do Orçamento Geral do Estado, no montante global de 1 568 000 contos para «transferências correntes».

As despesas no montante global de 30 473 972 contos, estão repartidas por «despesas correntes», «despesas de capital», investimentos do plano» e «contas de ordem», com valores de 11 366 099, 904 315, 14 471 151 e 3 732 227 contos, respectivamente.

A proposta de orçamento consta de Mapas resumo de receita e despesa, no total de 2, que fazem parte integrante da presente resolução.

Presidência do Governo Regional, 9 de Junho de 1983. — O Presidente do Governo Regional em exercício, *Manuel Jorge Bazenga Marques*.

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA PARA 1983

MAPA RESUMO DA RECEITA POR CAPÍTULOS

(contos)

Capítulos	Designação	Importâncias
RECEITAS CORRENTES		
01. Impostos directos		3 299 699
02. Impostos indirectos		4 513 810
03. Taxas, multas e outras penalidades		854 508
04. Rendimentos de propriedade		423
05. Transferências		1 615 781
06. Venda de bens duradouros		—
07. Venda de serviços e bens não duradouros		259 405
08. Outras receitas correntes		822 473
	Soma das reecitas correntes	<u>11 366 099</u>
RECEITAS DE CAPITAL		
09. Venda de bens de investimento		6 500
10. Transferências		331 069
11. Activos financeiros		35 500
12. Passivos financeiros		14 976 482
13. Outras receitas de capital		24 000
14. Reposições não abatidas nos pagamentos		1 915
	Soma das receitas de capital	<u>15 375 466</u>
	Soma das receitas correntes e de capital	<u>26 741 565</u>
15 Contas de ordem		<u>3 732 227</u>
	<i>Total das Receitas</i>	<i>30 473 792</i>

MAPA RESUMO DA DESPESA POR SECRETARIAS REGIONAIS

(contos)

	Despesas correntes	Despesas de Capital	Despesas correntes e de capital	Investimentos do Plano	Despesas Correntes + Capital + Investimentos do Plano	Contas de ordem	TOTAL
Assembleia Regional	68 177	1 000	69 177	—	69 177	—	69 177
Presidência	178 542	7 250	185 792	529 439	715 231	9 696	724 927
Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	4 815 781	501 015	5 316 796	2 045 970	7 362 766	1 329 527	8 692 293
Secretaria Regional do Equipamento Social	466 356	195 260	661 616	8 955 490	9 617 106	—	9 617 106
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	2 409 282	1 500	2 410 782	179 500	2 590 282	1 398 934	3 989 216
Secretaria Regional da Educação	1 735 088	20 170	1 755 258	207 112	1 962 370	904	1 963 274
Secretaria Regional do Trabalho	119 396	7 830	127 226	—	127 226	482 730	609 956
Secretaria Regional da Agricultura e Pescas	632 150	115 000	747 150	1 290 500	2 037 650	294 445	2 332 095
Secretaria Regional do Comércio e Transportes	941 327	55 290	996 617	1 263 140	2 259 757	215 991	2 475 748
Total	11 366 099	904 315	12 270 414	14 471 151	26 741 565	3 732 227	30 473 792

Introdução

1. Dada a impossibilidade da entrada em vigor em Janeiro de 1983 do Orçamento Regional e considerando a necessidade de garantir o normal funcionamento da administração pública, houve que aplicar o previsto na Lei n.º 64/77, de 26 de Agosto, estabelecendo-se assim, através da Resolução n.º 1102/82 de 16 de Dezembro do Plenário do Governo Regional, as normas para aplicação do regime transitório em que se manteve em vigor o Orçamento do ano anterior, até aprovação do presente.

Assim os resultados da execução orçamental relativos ao período em que se manteve em vigor o Orçamento do ano anterior serão integrados nas contas públicas do exercício de 1983.

2. O alargamento e consolidação da autonomia política e administrativa verificada nos últimos anos, com a consequente transferência de competências para o Executivo Regional, levou a que os custos de funcionamento dos Serviços regionalizados, passassem a figurar no seu Orçamento, registando-se assim um acentuado crescimento das despesas correntes sem qualquer contrapartida a nível de transferências do O.G.E. para a Região.

Por outro lado, o atraso económico em que se encontrava e ainda se encontra a Região bem como a satisfação de necessidades básicas da população, exigiram a concretização de um plano de investimentos que permitisse recuperar esse atraso e corresponder aos justos anseios dos madeirenses e portosantenses.

Assim, e não obstante o rigor na aplicação dos dinheiros públicos, tem-se verificado, a partir de 1980, um certo desequilíbrio entre as receitas e despesas, o que implicou o recurso ao crédito interno, crédito este destinado exclusivamente a investimentos do plano, embora os seus custos venham igualmente a acentuar o montante das despesas correntes.

3. O desenvolvimento económico e social verificado na Região, em especial nos últimos três anos, tem proporcionado um ritmo de

crescimento das receitas, crescimento esse, que, se por um lado evidencia a eficácia da política económica definida pelo Governo Regional, por outro, dado o critério da cobertura do défice da Região por parte do Estado, reduz de uma forma progressiva o volume de transferências do O.G.E. para o Orçamento Regional.

Desta forma, há que encontrar um critério mais justo, que permita às Regiões Autónomas recuperar o atraso económico e social em que se encontram relativamente ao Continente, o mais breve quanto possível, mas sem que isso constitua uma penalização para as suas disponibilidades financeiras.

Neste sentido, e considerando de igual modo que a Região está ferida de custos derivados da sua insularidade, será presente durante o corrente ano ao Governo Central, proposta de alteração do actual critério de cobertura do défice da Região, que lhe permita prosseguir a sua política de desenvolvimento económico e social de acordo com o programa de Governo aprovado pela Assembleia Regional.

4. No domínio fiscal e atendendo às competências atribuídas às Regiões Autónomas nesta matéria pela recente revisão da Constituição, encontra-se já em estudo a adaptação do sistema fiscal vigente às realidades económicas e sociais da Região.

A política monetária e financeira é outra área onde é sentida com acuidade a necessidade de se proceder a amplas reformas, permitindo às Regiões Autónomas a assumpção plena neste campo dos seus direitos e responsabilidades consagradas na alínea n) do art.º 229 da Constituição, isto é, «Participar na definição e execução das políticas fiscal, monetária, financeira e cambial, de modo a assegurar o controlo regional dos meios de pagamento em circulação e o financiamento dos investimentos necessários ao seu desenvolvimento económico-social».

Só assim, a Região poderá no futuro ter uma estrutura financeira que lhe permita avançar firmemente na consolidação da sua autonomia política e económica.

ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

1. Configuração Geral

Da análise e confronto entre os valores das receitas e das despesas efectivas inscritas no Orçamento, resulta um défice total de 14 976 482 contos (conforme Quadro I), a financiar através do recurso no crédito. Deste modo, constata-se, comparativamente ao Orçamento do ano anterior, que há um acréscimo do défice orçamental de 114%, avaliado a preços correntes.

Quadro I — Síntese do Orçamento

1. RECEITAS CORRENTES	11 366 099
— Da Região	9 798 099
— Transferências do O.G.E. ...	1 568 000
2. DESPESAS CORRENTES	11 366 099
3. (1) — (2)	—
4. RECEITAS DE CAPITAL	398 984
— Da Região	67 915
— Transferências	331 069
5. DESPESAS DE CAPITAL	904 315
6. INVESTIMENTO DO PLANO ...	14 471 151
7. (4) — [(5) + (6)]	14 976 482
8. DÉFICE ORÇAMENTAL (3) + (7)	14 976 482

O montante do défice orçamental explicar-se-á para além do decréscimo acentuado das transferências do O.G.E. (cobertura do défice), pelo progressivo alargamento da esfera de ação dos órgãos de Governo próprio da Região, aos encargos com a dívida pública e, em especial, o volume de investimento em curso na Região.

As despesas totais atingem 26 741 565 contos, sendo 11 366 099 (42,5%) de despesas correntes, 904 315 contos (3,4%) de despesas de capital e

14 471 151 contos (54,1%) de investimentos do Plano.

As despesas do Plano incluído na presente proposta destinam-se a:

	(contos)	%
Sectores sociais	5 738 249	39,7
Sectores produtivos	1 677 922	11,6
Infraestruturas económicas	4 515 100	31,2
Sectores de apoio	539 880	3,7
Investimentos municipais	2 000 000	13,8

O valor das receitas foi estimado em 30 473 792 contos, dos quais 11 366 099 contos (37,3%) respeitam a receitas correntes, 15 375 466 contos (50,5%) a receitas do capital e 3 732 227 contos (12,2%) correspondem a contas de ordem.

2. Previsão das Receitas Orçamentais

Conforme já foi referido, só a partir da revisão da Constituição, as Regiões Autónomas passaram a dispor de competência em matéria fiscal, encontrando-se ainda em estudo a adaptação da actual legislação fiscal às especificidades próprias da Região. As receitas fiscais constituem assim para esta um dado que não pode influenciar pelo que a mesma se limita a estimar o montante dasquelas, de acordo com os métodos geralmente utilizados para o efeito.

No quadro definido por aqueles condicionalismos, estima-se que as receitas efectivas para 1983 atinjam o montante global de 11 675 482 contos. Relativamente à realização provisória do ano anterior o acréscimo verificado é de 3 176 275 contos, ou seja, mais 37%.

A previsão das receitas fiscais foi efectuada tendo por base os valores de cobrança apurado no ano anterior, bem como a tendência da evolução de anos anteriores, sendo corrigido o seu cálculo com base na pressuposição de que no decurso deste ano haverá agravamento significativo da car-

ga fiscal de conformidade com o Decreto-Lei n.º 119-A/83, de 28 de Fevereiro.

Analizando agora as receitas previstas para 1983 em conformidade com os seus grandes agrupamentos verifica-se que as receitas fiscais — impostos directos, indirectos, taxas, multas e outras penalidades — atingem o valor de 7 896 072 contos, o que relativamente ao ano anterior, significa um crescimento de 2 784 454 contos, ou seja, mais 54,5%.

Ainda quanto às receitas fiscais, importa esclarecer que o produto dos impostos de transacções e sobre a venda de veículos automóveis cobrados no Continente, mas pertencentes à Região, de acordo com a estimativa efectuada, ascenderá a 755 000 contos.

A estrutura das receitas correntes previstas para 1983 é constituída do seguinte modo:

	(contos)	%
Impostos directos	3 299 699	29,1
Impostos Indirectos	4 513 810	39,7
Taxas, multas e penalida- dades	854 508	7,5
Transferências do O.G.E. ...	1 568 000	13,8
Outras receitas	<u>1 130 082</u>	<u>9,9</u>
Total	11 366 099	100

Estima-se que a cobrança dos impostos directos venha a cifrar-se em 3 299 699 contos, mais 54,2% do que o valor executado em 1982, prevenindo-se que os impostos indirectos ascendam a 4 513 810 contos, mais 54%.

No domínio da tributação directa, os valores mais elevados respeitam à contribuição industrial (581 785 contos), aos impostos profissional, de capitais e complementar que constituem as principais categorias, fixadas em 867 594, 1 278 506 e 285 200 contos, respectivamente.

No campo de tributação indirecta, o valor previsto para as cobranças em 1983 atinge 4 513 810 contos, o que corresponde a um acréscimo de 54%

em comparação com a execução orçamental do ano de 1982.

Neste aumento, prevê-se que as cobranças mais expressivas venham a pertencer, à semelhança dos anos anteriores, aos impostos de transacções (2 031 025 contos), do selo (732 426 contos) e do consumo sobre tabacos (448 770 contos), e cujas variações crescentes são, respectivamente, de 690 112, 245 229 e 167 966 contos.

A sobretaxa de importação inscrita no Orçamento atinge o valor de 200 409 contos, o que corresponde a uma variação de 71 561 contos relativamente à execução orçamental no ano anterior.

O aumento de 335 050 contos que se prevê no capítulo «Outras receitas correntes» advém do produto e do Imposto de vendas de veículos automóveis e do Imposto de Transacções cobrados no Continente e pertencentes à Região, bem como de outras receitas não enquadráveis noutras rúbricas.

As receitas de capital, com exclusão dos financiamentos previstos para o corrente ano, ascendem a cerca de 398 984 contos. Neste grupo de receitas é de salientar as transferências do Fundo de Desemprego para o Orçamento Regional, as quais atingem 125 069 contos, bem como 166 000 contos de ajudas de pré-adesão à CEE.

Nas receitas de capital ressalta a rúbrica «Passivos Financeiros» a qual representa 97,4% do total destas receitas.

Finalmente, no capítulo de «Contas de Ordem» inscreveram-se além das verbas a entregar às Câmaras Municipais, em cumprimento da Lei das Finanças Locais, no valor de 983 469 contos, as receitas próprias dos organismos com autonomia, cujos orçamentos, em linhas gerais, se apresentam mais adiante e outras relacionadas com a actividade normal de vários departamentos do Governo Regional. A essas receitas, que no total são da ordem dos 3 732 227 contos, correspondem dotações do valor idêntico.

QUADRO II

RECEITAS

(contos)

DESIGNAÇÃO	Orçamento 1983	Execução 1982 (a)	Orçamento 83 Execução 82
RECEITAS CORRENTES			
Impostos directos:			
— Contribuição industrial	591 785	409 267	+ 182 518
— Imposto Profissional	867 594	553 069	+ 314 525
— Imposto capitais	1 278 506	829 964	+ 448 542
— Imposto complementar	285 200	181 928	+ 103 272
— Imposto s/ sucessões e doações	82 111	35 429	+ 46 682
— Sisa	168 596	110 998	+ 57 598
— Diversos	25 907	18 773	+ 7 134
Soma dos impostos directos	3 299 699	2 139 428	+ 1 160 271
Impostos indirectos:			
— Direitos de importação	300 364	138 980	+ 161 384
— Sobretaxa de importação	200 409	128 848	+ 71 561
— Imposto interno de consumo	65 676	45 381	+ 20 295
— Estampilhas fiscais	143 696	100 117	+ 43 579
— Imposto de selo	732 426	487 197	+ 245 229
— Imposto de transacções	2 031 025	1 340 913	+ 690 112
— Imposto s/ a venda de automóveis	444 370	297 457	+ 146 913
— Imposto de consumo s/ tabaco	448 770	280 804	+ 167 966
— Diversos	147 074	109 812	+ 37 262
Soma dos impostos indirectos	4 513 810	2 929 509	+ 1 584 301
— Taxas, multas e outras penalidades	854 508	485 900	+ 368 608
— Rendimentos de propriedade	423	295	+ 128
— Transferências	1 615 781	2 123 939	- 508 158
— Venda de serviços e bens não duradouros ...	259 405	147 904	+ 111 501
— Outras receitas correntes	822 473	487 423	+ 335 050
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	11 366 099	8 314 398	+ 3 051 701
RECEITAS DE CAPITAL			
— Venda de bens de investimento	6 500	29 724	- 23 224
— Transferências	331 069	193 153	+ 137 916
— Activos financeiros	35 500	—	+ 35 500
— Passivos financeiros	14 976 482	6 221 600	+ 8 754 882
— Outras receitas de capital	24 000	—	+ 24 000
— Reposições não abatidas nos pagamentos	1 915	51 932	- 50 017
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	15 375 466	6 496 409	+ 8 879 057
SOMA DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL	26 741 565	14 810 807	+ 11 930 758

(a) Valores provisórios

3. Previsão de despesas

Na elaboração da presente proposta foi respeitada a metodologia seguida nos últimos anos, ou seja, continuamos a adoptar uma classificação tripartida de despesas: despesa corrente, despesa de capital e investimentos do Plano.

Assim, por forma a proporcionar uma visão precisa das grandes componentes do orçamento regional e possibilitar uma comparação mais clara entre os valores executados em 1982 e os orçamentos para 1983, procedeu-se à desagregação das despesas orçamentais de acordo com a sua natureza. Em 1981 e 1982, para efeitos de comparação com 1983, adaptou-se a estrutura orgânica do Governo através de inclusão da Direcção Regional dos Assuntos Culturais na Presidência.

a) Despesas totais (com exclusão das contas de ordem)

As despesas globais orçamentadas para 1983 revelam um aumento de 74,5% e 21,4% relativamente à execução de 1982 (dados provisórios) e de 1981, respectivamente (Quadro III).

b) Despesas correntes

As despesas correntes registam um acréscimo de 32,4% relativamente à execução de 1982. Para este aumento contribuiam entre outros factores, a actualização dos vencimentos do funcionalismo público considerada a partir de Janeiro último. Apresentaram taxas superiores à média a Assembleia Regional (49,8%), a Secretaria Regional do Planeamento e Finanças (71,6%) e a Secretaria Regional do Trabalho (52,2%). (Ver Quadro IV).

Para o acréscimo das despesas correntes da Secretaria Regional do Planeamento e Finanças foi decisivo o aumento verificado com os encargos da dívida resultante de empréstimos, que, só por si, são responsáveis por 62,7% das despesas correntes daquela Secretaria.

Não considerando os encargos que se encontram inscritos no Orçamento com o serviço da dívida pública, obtém-se para as despesas correntes o total de 8 345 609 contos, e pela mesma óptica, relativamente ao executado em 1982 o total de 7 394 724 contos.

Assim, verifica-se um crescimento de 12,8% nas despesas correntes, o que evidencia o efectivo esforço desenvolvido na contenção dos encargos correntes.

c) Despesas de Capital

As despesas de capital evidenciam um aumento de 90,4% relativamente aos valores provisórios

de execução orçamental no ano de 1982. O acréscimo verificado resulta de uma maior abertura ao reapetrechamento dos sectores produtivos, nomeadamente na agricultura, indústria e transportes (Quatro V).

d) Investimentos do Plano

Os investimentos incluídos nesta proposta orçamental apresentam uma variação de 131,2% relativamente à execução de 1982 (valores provisórios). Analisando as despesas do plano de acordo com as suas finalidades, verifica-se que as verbas mais significativas são destinadas às Secretaria Regional do Equipamento Social (8 955 490 contos), Secretaria Regional da Agricultura e Pescas (1 290 500 contos), Secretaria Regional do Comércio e Transportes (1 263 140 contos) e Secretaria Regional do Planeamento e Finanças (2 045 970 contos). (Quadro VI).

Não considerando as contas de ordem, as despesas totais ascendem a 26 741 565 contos, das quais 42,5% são despesas correntes, 3,4% despesas de capital e 54,1% investimentos do plano. (Ver quadro VIII). A sua repartição percentual pela Assembleia Regional, Presidência e Secretarias Regionais é a seguinte:

Assembleia Regional	0,26
Presidência do Governo	2,67
Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	27,53
Secretaria Regional do Equipamento Social	35,96
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	9,69
Secretaria Regional da Educação ...	7,34
Secretaria Regional do Trabalho ...	0,48
Secretaria Regional da Agricultura e Pescas	7,62
Secretaria Regional do Comércio e Transportes	8,45

As transferências correntes atingem o montante de 3 000 926 contos, ou seja, 26,4% das despesas correntes e 11,2% das despesas totais (sem contas de ordem).

Vejamos mais detalhadamente a distribuição das despesas, pelos vários departamentos do Governo:

a) Presidência do Governo

Nas despesas da Presidência, inscritas no Orçamento para 1982, é de salientar a verba de Investimentos do Plano que representa 74% das despesas totais (excluindo as contas de ordem), sendo as despesas correntes e de capital respetivamente 25% e 1%.

A Direcção Regional dos Assuntos Culturais foi integrada na Presidência através do Decreto Regional n.º 6/82/M, de 8 de Abril, o que agravou as despesas totais (correntes e de capital) deste departamento em 35,5%, sendo as restantes despesas repartidas para o Gabinete Regional e Serviços de Apoio (33,8%) Direcção Regional de Turismo (25,3%) e a Direcção Regional da Administração Pública (5,4%). (Anexo — Quadro VIII 2).

b) Secretaria Regional do Planeamento e Finanças

A Secretaria Regional do Planeamento e Finanças apresenta um total de despesas de 7 362 766 contos, dos quais 65,4% são despesas correntes, 6,8% despesas de capital e 27,8% Investimentos do Plano (Anexo — Quadro VIII 3).

Para o volume das despesas correntes contribuem como verbas mais relevantes os encargos com a dívida pública regional — 3 020 490 contos e as transferências para outros sectores — 1 021 500 contos.

As «transferências — Sector Público» abrangem os encargos com os Serviços Sociais cujo projecto de Decreto Regulamentar está em análise, com os bens considerados de primeira necessidade, subsidiados a nível regional, os resultantes dos custos de transporte Lisboa — Funchal dos produtos incluídos no «Cabaz de Compras» e também para o Porto Santo, dos mesmos produtos e outros como matérias-primas e subsidiárias.

Nas «transferências — Outros Sectores» incluem-se os encargos com a Empresa de Electricidade da Madeira (500 000 contos), os encargos com bonificação de juros para as autarquias locais (82 500 contos) e para habitação própria (35 000 contos). Transferências para a Fábrica Hinton (45 000 contos). UCALPLIM (268 000 contos) instituições particulares (60 000 contos) e encargos com bonificação de juros a empresas particulares no âmbito de apoio à actividade por elles desenvolvida, no total de 31 000 contos.

As «Outras despesas correntes» incluem uma verba de 250 000 contos refrente à compensação ao Estado pela cobrança de contribuições e impostos pertencentes à Região e ainda uma provisão para cobertura de avales concedidos (60 000 contos).

As despesas de capital ascendem a 501 015 contos, dos quais 53,1% são investimentos, a realizar pelos Serviços do Património. Na rúbrica activos financeiros estão incluídos participações no capital social das empresas Madibel — Indústria de Alimentos e Bebidas, SARL e ainda na Socieda-

de Turística Penina na Madeira — Hotel Porto Santo.

Nos Investimentos do Plano a verba mais significativa é a destinada a investimentos municipais no valor de 2 000 000 contos.

e) Secretaria Regional do Equipamento Social

Esta Secretaria apresenta um total de despesas de 9 617 106 contos dos quais 93,1% são investimentos do Plano. Compete-lhe essencialmente a execução dos empreendimentos quer dos sectores que lhe estão directamente afectos quer os das outras Secretarias Regionais que se traduzem em obras de construção civil. As despesas correntes ascendem a 466 356 contos sendo as mais significativas as despesas com o pessoal 415 918 contos, cerca de 89,2%.

Quanto às despesas de capital, 195 260 contos, estas são realizadas principalmente pela Direcção Regional de Obras Públicas — Serviços do Parque de Material e Equipamento Mecânico e destinam-se à aquisição de máquinas e veículos pesados, bem como material de manutenção e reparação. (Anexo — Quadro VIII 4).

d) Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

Num total de 2 590 282 contos as despesas globais desta Secretaria desdobram-se por despesas correntes 93%, Investimentos do Plano 6,9% e despesas de capital 0,1%. Destacam-se nas despesas correntes, além das despesas com o pessoal, as «transferências — sector público».

Nas despesas com o pessoal no valor de 1 158 712 contos estão incluídas as despesas a efectuar com o pessoal da Direcção Regional dos Hospitais (676 400 contos), Direcção Regional de Saúde Pública (411 097 contos) e Direcção Regional da Educação Especial (43 410 contos).

As transferências — Sector Público no valor de 1 218 155 contos destinam-se essencialmente às comparticipações efectuadas ao abrigo do serviço de saúde relativamente a produtos vendidos em farmácias, internamentos etc.

c) Secretaria Regional da Educação

A despesa total desta Secretaria atinge o montante de 1 962 370 contos distribuída por despesas correntes 88,4%, investimentos do plano 10,6% e despesas de capital 1%. As despesas com o pessoal (incluídos professores das escolas preparatórias, secundárias e Magistério bem como do ensino primário) representam 79,7% das despesas correntes. Além das despesas de pessoal destacam-se nas despesas correntes aos «transferências — Sector Público» e «transferên-

cias — Outros Sectores». As primeiras, no valor de 134 816 contos incluem além das despesas de manutenção das escolas preparatórias, secundárias e do magistério, despesas da Acção Social Escolar, no valor de 72 543 contos. Nas «transferências — Outros Sectores» num total de 136 624 contos, destaca-se o subsídio ao ensino particular no valor de 90 224 contos e bolsas de estudo universitário no valor de 13 170 contos. Anexo — Quadro VIII 6).

f) Secretaria Regional do Trabalho

As despesas correntes num total de 119 396 contos representam 93,8% das despesas da Secretaria.

As despesas com o pessoal são as mais significativas 73 616 contos, cerca de 61,7%. Anexo — Quadro VIII 7).

g) Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

A despesa total desta Secretaria atinge o montante de 2 037 650 contos distribuída por investimentos do plano 63,3%, despesas correntes 31% e despesas de capital 5,7%. Nas despesas correntes, as despesas com o pessoal ocupam uma posição significativa 86,1%.

Quanto às despesas de capital, estas são fundamentalmente realizadas pelos Serviços Hidroagrícolas, e pela Divisão Parques Máquinas e

Viaturas e destinam-se fundamentalmente a Investimentos — Construções Diversas, Investimentos — Melhoramentos Fundiários e Investimentos — Maquinaria e Equipamento. (Anexo — Quadro VIII 8).

h) Secretaria Regional do Comércio e Transportes

A despesa global desta Secretaria, no montante de 2 259 757 contos, encontra-se repartida em Investimentos do Plano 55,9%, Despesas correntes 41,7% e despesas de capital 2,4%. As despesas de capital 2,4%. As despesas de funcionamento, no total de 941 327 contos são absorvidas fundamentalmente pela Direcção Regional dos Aeroportos 31,1%, Direcção Regional de Transportes 30,5% e pela Direcção Regional dos Portos da Madeira 27,2%. Nas despesas correntes destacam-se as despesas com o pessoal 50% e as «transferências — outros sectores» 29,1%. Destas, a verba mais relevante 270 750 contos diz respeito à Direcção Regional de Transportes e destina-se à concessão de subsídios aos transportes marítimos — 96 000 contos, aos passes sociais e transportes terrestres — 172 000 contos, subsídios aos transportes terrestres do Porto Santo — 450 contos e subsídios dos transportes aéreos para o Porto Santo — 2 300 contos. (Anexo — Quadro VIII 9).

QUADRO III

DESPESA TOTAL

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (a)			Orçamento para 1983	Variação 1983 — 1982 (c)
	1981	1982 (b)	Variação 1982 — 1981		
I. Assembleia Regional	40 063	46 127	15,1%	69 177	50,0%
II. Presidência do Governo Regional ...	364 316	473 614	30,0%	715 231	51,0%
III. Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	4 095 873	4 090 597	— 0,1%	7 362 766	80,0%
IV. Secretaria Regional do Equipamento Social	2 871 516	3 905 895	36,0%	9 617 106	146,2%
V. Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	1 870 756	2 251 209	20,3%	2 590 282	15,1%
VI. Secretaria Regional da Educação ...	1 424 726	1 675 342	17,6%	1 962 370	17,1%
VII. Secretaria Regional do Trabalho	58 908	84 273	43,1%	127 226	51,0%
VIII. Secretaria Regional da Agricultura e Pescas	833 588	1 042 939	25,1%	2 037 650	95,4%
IX. Secretaria Regional do Comércio e Transportes	1 061 289	1 751 682	65,1%	2 259 757	29,0%
TOTAL	12 621 035	15 321 678	21,4%	26 741 565	74,5%

(a) Valores arredondados

(b) Valores aproximados

(c) Acréscimo entre a previsão para 1983 e a execução em 1982

QUADRO IV

DESPESAS CORRENTES

(Contos)

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (a)			Orçamento para 1983	Variação 1983 — 1982 (c)
	1981	1982 (b)	Variação 1982 — 1981		
I. Assembleia Regional	39 323	45 509	15,7%	68 177	49,8%
II. Presidência do Governo Regional ...	115 489	148 784	28,8%	178 542	20,0%
III. Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	1 449 763	2 806 022	93,6%	4 815 781	71,6%
IV. Secretaria Regional do Equipamento Social	293 978	375 098	27,6%	466 356	24,3%
V. Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	1 820 762	2 139 257	17,5%	2 409 282	12,6%
VI. Secretaria Regional da Educação ...	1 342 022	1 570 793	17,1%	1 735 088	10,5%
VII. Secretaria Regional do Trabalho	57 769	78 466	35,8%	119 396	52,2%
VIII. Secretaria Regional da Agricultura e Pescas	436 150	507 818	16,4%	632 150	24,5%
IX. Secretaria Regional do Comércio e Transportes	652 807	916 371	40,4%	941 327	2,7%
TOTAL	6 208 063	8 588 118	38,3%	11 366 099	32,4%

(a) Valores arredondados

(b) Valores provisórios

(c) Acréscimo entre a previsão para 1983 e a execução de 1982

QUADRO V

DESPESAS DE CAPITAL

(Contos)

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (a)			Orçamento para 1983	Variação 1983 — 1982 (c)
	1981	1982 (b)	Variação 1982 — 1981		
I. Assembleia Regional	740	618	— 16,5%	1 000	61,8%
II. Presidência do Governo Regional ...	707	1 922	171,9%	7 250	277,2%
III. Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	1 616 244	167 131	— 89,7%	501 015	199,8%
IV. Secretaria Regional do Equipamento Social	101 104	182 794	80,8%	195 260	6,8%
V. Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	1 639	471	— 71,3%	1 500	218,5%
VI. Secretaria Regional da Educação ...	14 386	19 342	34,5%	20 170	4,3%
VII. Secretaria Regional do Trabalho	1 139	5 807	409,8%	7 830	34,8%
VIII. Secretaria Regional da Agricultura e Pescas	31 026	55 939	80,3%	115 000	105,6%
IX. Secretaria Regional do Comércio e Transportes	40 174	40 855	1,7%	55 290	35,3%
TOTAL	1 807 159	474 880	— 73,7%	904 315	90,4%

(a) Valores arredondados

(b) Valores provisórios

(c) Acréscimo entre a previsão para 1983 e a execução de 1982

QUADRO VI

INVESTIMENTOS DO PLANO

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (a)			Orçamento para 1983	Variação 1983 — 1982 (c)
	1981	1982 (b)	Variação 1982 — 1981		
I. Assembleia Regional	—	—		—	
II. Presidência do Governo Regional ...	248 120	322 908	30,1%	529 439	64,0%
III. Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	1 029 866	1 117 444	8,5%	2 045 970	83,1%
IV. Secretaria Regional do Equipamento Social	2 476 434	3 348 002	35,2%	8 955 490	167,5%
V. Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	48 355	111 481	130,5%	179 500	61,0%
VI. Secretaria Regional da Educação ...	68 318	85 207	24,7%	207 112	143,1%
VII. Secretaria Regional do Trabalho ...	—	—		—	
VIII. Secretaria Regional da Agricultura e Pescas	366 412	479 182	30,8%	1 290 500	169,3%
IX. Secretaria Regional do Comércio e Transportes	368 308	794 456	115,7%	1 263 140	59,0%
TOTAL	4 605 813	6 258 680	35,9%	14 471 151	131,2%

(a) Valores aproximados

(b) Valores provisórios

(c) Acréscimo entre a previsão para 1983 e a execução em 1982

QUADRO VII

(Contos)

	Execução em 1982 (a)	Orçamento para 1983	Variação percentual 1983 - 1982
1. DESPESAS CORRENTES	8 588 118	11 366 099	32,4%
Pessoal	3 555 131 b)	4 303 654 b)	21,1%
Bens duradouros	12 000	21 365	78,0%
Bens não duradouros	146 189	158 339	7,6%
Aquisição de serviços	308 283	303 565	— 1,5%
Juros	1 193 394	3 020 490	153,1%
Transferências — Sector Público ...	1 338 920	1 510 162	12,8%
Transferências — Outros Sectores ...	1 436 369	1 490 764	3,8%
Outras despesas correntes ...	597 832	558 760	— 6,5%
2. DESPESAS DE CAPITAL	474 880	904 315	90,4%
Investimentos	449 638	655 815	45,9%
Transferências — Sector Público ...	—	—	—
Transferências — Outros Sectores ...	13 167	14 500	10,1%
Activos financeiros	—	34 000	—
Passivos financeiros	1 075	200 000	—
Outras despesas de capital ...	11 000	—	—
3. (1) + (2)	9 062 998	12 270 414	35,4%
4. INVESTIMENTOS DO PLANO	6 258 680	14 471 151	131,2%
5. (3) + (4)	15 321 678	26 741 565	74,5%

(a) Valores provisórios e aproximados

(b) Inclui despesas com os professores das escolas oficiais, das Direcções Regionais de Saúde Pública, Hospitalar e da Educação Especial e do Instituto do Vinho da Madeira.

QUADRO VIII

ORÇAMENTO DE DESPESA

	Assembleia Regional	Presidência	Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	Secretaria Regional do Equipamento Social
1. DESPESAS CORRENTES	68 177	178 542	4 815 781	466 356
Pessoal	59 272	109 092	88 528	415 918
Bens Duradouros	100	1 025	20 020	—
Bens não Duradouros	855	1 372	34 778	16 260
Aquisição de serviços	1 460	34 291	34 465	29 933
Juros	—	—	3 020 490	—
Transferências — Sector Público	—	17 000	124 000	—
Transferências — Outros Sectores ...	6 390	13 800	1 021 500	—
Outras despesas correntes	100	1 962	472 000	4 245
2. DESPESAS DE CAPITAL	1 000	7 250	501 015	195 260
Investimentos	1 000	7 250	267 015	195 260
Transferências — Sector Público	—	—	—	—
Transferências — Outros Sectores ...	—	—	—	—
Activos Financeiros	—	—	34 000	—
Passivos Financeiros	—	—	200 000	—
Outras despesas de capital	—	—	—	—
3. (1+2)	69 177	185 792	5 316 796	661 616
4. INVESTIMENTOS DO PLANO	—	529 439	2 045 970	8 955 490
5. (3+4)	69 177	715 231	7 362 766	9 617 106
6. CONTAS DE ORDEM	—	9 696	1 329 527	—

(a) Inclui despesas de pessoal da Direcção Regional de Saúde Pública, dos Hospitais e Educação Especial

(b) Inclui despesas com o professorado

(c) Inclui despesas de Pessoal do Instituto do Vinho da Madeira

(Contos)

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	Secretaria Regional da Educação	Secretaria Regional do Trabalho	Secretaria Regional da Agricultura e Pescas	Secretaria Regional do Comércio e Transportes	Total
2 409 282	1 735 088	119 396	632 150	941 327	11 366 099
1 158 712 a)	1 383 026 b)	73 616	544 543 c)	470 947	4 303 654
—	140	—	80	—	21 365
20	5 320	10 600	30 649	57 485	157 339
2 700	74 777	20 295	38 759	66 885	303 565
—	—	—	—	—	3 020 490
1 218 155	134 816	4 740	10 101	1 350	1 510 162
29 675	136 624	8 935	—	273 840	1 490 764
20	385	1 210	8 018	70 820	558 760
1 500	20 170	7 830	115 000	55 290	904 315
1 500	6 170	7 830	114 500	55 290	655 815
—	—	—	—	—	—
—	14 000	—	500	—	14 500
—	—	—	—	—	34 000
—	—	—	—	—	200 000
—	—	—	—	—	—
2 410 782	1 755 258	127 226	747 150	996 617	12 270 414
179 500	207 112	—	1 290 500	1 263 140	14 471 151
2 590 282	1 962 370	127 226	2 037 650	2 259 757	26 741 565
1 398 934	904	482 730	294 445	215 991	3 732 227

4 — Financiamento do défice

Como já foi referido anteriormente, comparando os valores das receitas e despesas totais previstas para 1983, constata-se que as necessidades de financiamento do Orçamento da Região atingem 14 976 482 contos.

O défice do orçamento de capital, incluindo as despesas do plano, é, de acordo com a política prosseguida pelo Governo, função do esforço de investimento que tem vindo a ser concretizado na Região ao longo dos últimos anos. Por um lado, pretende-se atenuar o atraso existente, a nível de desenvolvimento, entre a Região e o Continente e, por outro lado, adaptar a estrutura económico-social da Região ao desafio que acarretará a integração da Região Autónoma da Madeira no espaço económico-social da comunidade, por via da adesão de Portugal à C. E. E..

É, neste contexto, que a perspectiva de desenvolvimento regional se insere e justifica o grande volume de obras que está em execução.

O esforço de investimento e a procura da concretização de um desenvolvimento harmónico para a região, exigem despesas que irão continuar a permitir a satisfação das suas necessidades mais prementes, pelo que, é de admitir no futuro a sua progressiva redução e, concomitantemente, a diminuição do défice do orçamento regional.

A não definição e implementação de uma ver-

dadeira e adequada política por parte do Estado, quanto aos encargos advindos das desigualdades derivadas de insularidade, e, a não revisão do actual critério de cobertura do défice regional, torna imperioso que para financiar a totalidade dos vários programas de Investimentos do Plano, a Região tenha como única opção o recurso ao crédito.

Nestes termos e, considerando nomeadamente o volume de poupança acumulada da Região, o qual já excede 80 milhões de contos, o défice da Região para 1983 terá de ser coberto através do recurso ao crédito interno.

Assim, já se encontre negociado com as diversas instituições de crédito representadas na Região e avalizado pelo Estado através de resolução do Conselho de Ministros, publicada no Diário da República, II Série, n.º 125, de 31 de Maio do corrente ano, um financiamento de 3 milhões de contos nas seguintes condições:

a) Taxa de juro-indexada à taxa de juro do depósito a prazo superior a 180 dias e inferior a 1 ano (26%), acrescida de 2%.

b) Tempo de vida — 7 anos com um período de carência de 2 anos.

O restante financiamento necessário à cobertura do défice será negociado oportunamente em condições ainda por definir.

No entanto, considerando o que se encontra

previsto na alínea c) do artigo 5.º, da lei orçamental para 1983 no que respeita às fontes de financiamento do Estado, o Governo Regional procurará que as condições nela estabelecidas sejam extensivas à Região Autónoma.

Finalmente, é objectivo do Governo Regional que a racionalização dos gastos públicos através da análise da utilidade social das despesas, designadamente nos domínio da eficácia, eficiência e pertinência, seja concretizado a todos os níveis da Administração Regional.

ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS AUTÓNOMOS

O Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira criado pelo Decreto Regional n.º 1/82/M de 17 de Fevereiro aparece pela 1.ª vez integrado no orçamento dos serviços autónomos.

Posteriormente foi aprovada a sua estrutura orgânica (Decreto Regulamentar Regional n.º 2/83/M de 27 Janeiro).

O orçamento dos serviços autónomos para 1983 apresenta um total de despesas sensivelmente idêntico ao do ano anterior 735 610 contos das quais 490 246 contos (cerca de 66,6%) constituem despesas correntes.

As receitas correntes ascendem a 734 796 contos e são constituídas fundamentalmente por im-

posto directos e indirectos cobrados pelo Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego, 242 030 e 240 030 contos, respectivamente.

As transferências correntes, provêm na sua totalidade do Orçamento Regional (97 969 contos) e destinam-se essencialmente ao Instituto do Vinho da Madeira 34 050 contos (cerca de 34,8%) e à Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira 25 577 contos (cerca de 26,1%).

Em relação às despesas correntes, constata-se que as despesas com o pessoal representam cerca de 16,3% e as de bens não duradouros cerca de 25,4% do total daquelas. Estas últimas são na sua maioria, a realizar pelo Instituto do Vinho da Madeira, fundamentalmente na compra de álcool vínico e etílico.

Nas transferências correntes avultam as do Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego no montante de 218 381 contos.

Prevê-se que a poupança corrente se fixe em 244 550 contos.

As despesas de capital assumem o valor de 245 364 contos, sendo 125 069 contos de transferências do Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego.

QUADRO IX

ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS AUTÓNOMOS PARA 1983

(Contos)

	Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira	Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira	Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego	Fundo Especial para extinção da Colonia	Instituto do Vinho da Madeira	Instituto do Bordado, Tapceraria e Artesanato da Madeira	TOTAL
1. RECEITAS CORRENTES	7 000	25 577	482 558	12 000	144 302	63 359	734 796
Impostos directos	—	—	242 030	—	—	—	242 030
Impostos indirectos	—	—	240 230	—	—	—	240 230
Taxas, multas e outras penalidades	—	—	60	—	4 031	39 204	43 295
Rendimentos da propriedade ...	—	—	235	—	50	—	285
Transferências (Orçamento Regional)	7 000	25 577	2	12 000	34 050	19 340	97 969
Venda de Bens duradouros	—	—	—	—	—	4 032	4 032
Venda de serviços e bens não duradouros	—	—	—	—	106 031	687	106 718
Outras receitas correntes	—	—	1	—	140	96	237
2. DESPESAS CORRENTES	6 900	25 427	251 661	11 460	136 301	58 497	490 246
Pessoal	5 650	14 818	9 980	7 200	18 100	23 949	79 697
Bens duradouros	50	125	—	—	40	4 452	4 667
Bens não duradouros	295	6 240	1 800	540	94 480	1 740	105 095
Aquisição de serviços	520	2 932	4 500	720	6 500	15 897	31 069
Juros	—	—	—	—	—	—	—
Transferências — Sector Público	—	—	167 281	—	—	—	167 281
Transferências—Outros Sectores	30	1 300	51 100	—	16 500	11 727	80 657
Outras despesas correntes	355	12	17 000	3 000	681	732	21 780
3. POUPANÇA CORRENTE	100	150	230 897	540	8 001	4 862	244 550
4. RECEITAS DE CAPITAL	—	—	172	—	—	642	814
Vendas de bens de investimentos	—	—	—	—	—	303	303
Transferências	—	—	—	—	—	—	—
Activos Financeiros	—	—	150	—	—	51	201
Passivos Financeiros	—	—	—	—	—	—	—
Outras receitas de capital	—	—	—	—	—	—	—
Reposições não abatidas nos pagamentos	—	—	22	—	—	288	310
5. DESPESAS DE CAPITAL	100	150	231 069	540	8 001	5 504	245 364
Investimentos	100	150	8 000	540	8 000	3 504	20 294
Transferências — Sector Público	—	—	125 069	—	—	—	125 069
Transferências—Outros Sectores	—	—	—	—	1	—	1
Activos financeiros	—	—	70 000	—	—	—	70 000
Passivos financeiros	—	—	—	—	—	2 000	2 000
Outras despesas de capital	—	—	28 000	—	—	—	28 000

ANEXOS**QUADRO VIII,****ORÇAMENTO DE DESPESA****ASSEMBLEIA REGIONAL**

(contos)

	TOTAL
1. DESPESAS CORRENTES	68 177
Pessoal	59 272
Bens Duradouros	100
Bens não Duradouros	855
Aquisição de Serviços	1 460
Juros	—
Transferências — Sector Público	—
Transferências — Outros Sectores	6 390
Outras Despesas Correntes	100
2. DESPESAS DE CAPITAL	1 000
Investimentos	1 000
Transferências — Sector Público	—
Transferências — Outros Sectores	—
Activos Financeiros	—
Passivos Financeiros	—
Outras Despesas de Capital	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	69 177
4. INVESTIMENTOS DO PLANO	—
5. (3+4)	69 177
6. CONTAS DE ORDEM	—

QUADRO VIII²

ORÇAMENTO DE DESPESA

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

	Gabinete Regional e Serviços de Apoio	Direcção Regional da Administração Pública	Direcção Regional do Turismo
1. DESPESAS CORRENTES	62 723	9 822	45 079
Pessoal	33 759	9 331	34 151
Bens duradouros	—	25	—
Bens não duradouros	252	240	310
Aquisição de serviços	15 700	226	8 268
Juros	—	—	—
Transferências — Sector Público ...	13 000	—	2 000
Transferências — Outros Sectores ...	—	—	—
Outras despesas correntes	12	—	350
2. DESPESAS DE CAPITAL	100	100	2 000
Investimentos	100	100	2 000
Transferências — Sector Público ...	—	—	—
Transferências — Outros Sectores ...	—	—	—
Activos financeiros	—	—	—
Passivos financeiros	—	—	—
Outras despesas de capital	—	—	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	62 823	9 922	47 079
4. INVESTIMENTOS DO PLANO			
5. (3+4)	62 823	9 922	47 079
6. CONTAS DE ORDEM			

(contos)

QUADRO VIII³

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

	Gabinete do Secretário	Serviços Adiminis- trativos	Comissão Regional p.º a Integração Europeia	Serviços de Informática
1. DESPESAS CORRENTES	4 684 978	8 330	3 371	15 413
Pessoal	17 492	8 270	2 853	13 503
Bens duradouros	—	—	—	—
Bens não duradouros	230	20	20	100
Aquisição de serviços	29 666	40	498	1 810
Juros	3 020 490	—	—	—
Transferências — Sector Público	124 000	—	—	—
Transferências — Outros Sectores	1 021 500	—	—	—
Outras despesas correntes	471 600	—	—	—
2. DESPESAS DE CAPITAL	234 200	—	20	400
Investimentos	200	—	20	400
Transferências — Sector Público	—	—	—	—
Transferências — Outros Sectores	—	—	—	—
Activos financeiros	34 000	—	—	—
Passivos financeiros	200 000	—	—	—
Outras despesas de Capital	—	—	—	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL ..	4 919 178	8 330	3 391	15 813
4. INVESTIMENTOS DO PLANO				
5. (3+4)	4 919 178	8 330	3 391	15 813
6. CONTAS DE ORDEM				

(contos)

Direcção Regional do Planeamento	Direcção Regional de Finanças			Serviço Regional de Estatística	TOTAL
	Gabinete do Director Regional	Direcção de Serviços de Contabilidade	Direcção de Serviços do Património		
8 700	6 080	17 179	57 825	13 905	4 815 781
8 350	5 790	17 139	3 262	11 869	88 528
—	20	—	20 000	—	20 020
80	20	40	34 243	25	34 778
270	250	—	320	1 611	34 465
—	—	—	—	—	3 020 490
—	—	—	—	—	124 000
—	—	—	—	—	1 021 500
—	—	—	—	400	472 000
300	20	—	266 000	75	501 015
300	20	—	266 000	75	267 015
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	34 000
—	—	—	—	—	200 000
—	—	—	—	—	—
9 000	6 100	17 179	323 825	13 980	5 316 796
					2 045 970
9 000	6 100	17 179	323 825	13 980	7 362 766
					1 329 527

QUADRO VIII 4

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL

	Gabinete do Secretário	Gabinete de apoio técnico às Autarquias Locais	Gabinete de aquisição de imóveis	Direcção de Serviços de Finanças Administração e Pessoal	Saneamento básico da Madeira	Gabinete do Director Regional
1. DESPESAS CORRENTES ...	3 453	11 301	1 347	40 710	4 871	3 367
Pessoal	3 098	10 786	1 347	40 640	4 871	882
Bens duradouros	—	—	—	—	—	—
Bens não duradouros	40	15	—	20	—	65
Aquisição de Serviços	315	500	—	50	—	1 780
Juros	—	—	—	—	—	—
Transferências—Sector Pú- blico	—	—	—	—	—	—
Transferências — Outros Sectores	—	—	—	—	—	—
Outras despesas correntes	—	—	—	—	—	640
2. DESPESAS DE CAPITAL ...	20	20	—	20	—	150
Investimentos	20	20	—	20	—	150
Transferências—Sector Pú- blico	—	—	—	—	—	—
Transferências — Outros Sectores	—	—	—	—	—	—
Activos financeiros	—	—	—	—	—	—
Passivos financeiros	—	—	—	—	—	—
Outras despesas de capital	—	—	—	—	—	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	3 473	11 321	1 347	40 730	4 871	3 517
4. INVESTIMENTOS DO PLANO						
5. (3 + 4)	3 473	11 321	1 347	40 730	4 871	3 517
6. CONTAS DE ORDEM						

(contos)

Direcção Regional de Obras Públicas							Direcção Regional de Habitação, Urbanismo e Ambiente	TOTAL
Gabinete de estudos e planeamento	Gabinete de topografia e desenho	Direcção de serviços de estradas	Direcção de serviços de parque de material e equipamento mecânico	Direcção de serviços de edifícios e monumentos	Direcção de serviços de hidráulica	Direcção de serviços de construções escolares e equipamento		
12 871	15 017	174 249	90 233	33 060	46 947	6 790	22 140	466 356
5 871	15 017	171 859	69 090	27 900	39 257	6 540	18 760	415 918
—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	16 070	—	—	—	50	16 260
7 000	—	2 390	1 998	5 160	7 690	250	2 800	29 933
—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	3 075	—	—	—	530	4 245
—	—	—	195 000	—	—	—	50	195 260
—	—	—	195 000	—	—	—	50	195 260
—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—
12 871	15 017	174 249	285 233	33 060	46 947	6 790	22 190	661 616
12 871	15 017	174 249	285 233	33 060	46 947	6 790	22 190	8 985 490
12 871	15 017	174 249	285 233	33 060	46 947	6 790	22 190	8 955 490

QUADRO VIII⁵

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

(contos)

	TOTAL
1. DESPESAS CORRENTES	2 409 282
Pessoal	1 158 712 a)
Bens Duradouros	—
Bens não Duradouros	20
Aquisição de Serviços	2 700
Juros	—
Transferências — Sector Público	1 218 155
Transferências — Outros Sectores	29 675
Outras Despesas Correntes	20
2. DESPESAS DE CAPITAL	1 500
Investimentos	1 500
Transferências — Sector Público	—
Transferências — Outros Sectores	—
Activos Financeiros	—
Passivos Financeiros	—
Outras Despesas de Capital	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	2 410 782
4. INVESTIMENTOS DO PLANO	179 500
5. (3 + 4)	2 590 282
6. CONTAS DE ORDEM	1 398 934

a) Inclui despesas de pessoal de:

D. R. Saúde Pública 411 097 |D. R. E. E. 53 410 |D. R. Hospit. 676 400 |

1 140 907

QUADRO VIII^s — A
ORÇAMENTO DE DESPESA
 SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

— Direcção Regional de Saúde Pública —

(contos)

	TOTAL
1. RECEITAS CORRENTES	1 441 389
Impostos directos	—
Impostos indirectos	—
Taxes, multas e outras penalidades	—
Rendimentos da propriedade ...	—
Transferências (Orçamento Regional) ...	1 362 389
Venda de bens duradouros ...	—
Venda de serviços e bens não Duradouros ...	7 300
Outras receitas correntes ...	71 700
2. DESPESAS CORRENTES	1 441 389
Pessoal ...	411 097
Bens Duradouros ...	—
Bens não Duradouros ...	114 500
Aquisição de Serviços ...	909 292
Juros ...	—
Transferências — Sector Público ...	—
Transferências — Outros Sectores ...	—
Outras Despesas Correntes ...	6 500
3. POUPANÇA CORRENTE	—

NOTA: Integrado nas despesas de capital estão os «Investimentos do Plano», no valor de no valor de 27 000 contos, que foram considerados na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

QUADRO VIII^s — B
ORÇAMENTO DE DESPESA
 SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

— Direcção Regional dos Hospitais —

(contos)

	TOTAL
1. RECEITAS CORRENTES	945 330
Impostos directos	—
Impostos indirectos	—
Taxes, multas e outras penalidades ...	—
Rendimentos da propriedade ...	—
Transferências (Orçamento Regional) ...	929 390
Venda de bens duradouros ...	—
Venda de serviços e bens não Duradouros ...	15 790
Outras receitas correntes ...	150
2. DESPESAS CORRENTES	945 330
Pessoal ...	676 400
Bens Duradouros ...	—
Bens não Duradouros ...	240 000
Aquisição de Serviços ...	27 800
Juros ...	—
Transferências — Sector Público ...	—
Transferências — Outros Sectores ...	—
Outras Despesas Correntes ...	1 130
3. POUPANÇA CORRENTE	—

NOTA: Integrado nas despesas de capital estão os «Investimentos do Plano», no valor de 90 300 contos, que foram considerados na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

QUADRO VIII 5 — C

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

— Direcção Regional de Educação Especial —

(contos)

	TOTAL
1. RECEITAS CORRENTES	68 166
Impostos directos	—
Impostos indirectos	—
Taxes, multas e outras penalidades	7
Rendimentos da propriedade	45
Transferências (Orçamento Regional)	67 283
Venda de bens duradouros	1
Venda de serviços e bens não Duradouros ...	825
Outras receitas correntes	5
2. DESPESAS CORRENTES	65 777
Pessoal	53 410
Bens Duradouros	100
Bens não Duradouros	6 070
Aquisição de Serviços	6 100
Juros	—
Transferências — Sector Público	50
Transferências — Outros Sectores ...	—
Outras Despesas Correntes	47
3. POUPANÇA CORRENTE	2 389
4. RECEITAS DE CAPITAL	11
Venda de bens de investimentos	6
Transferências	—
Activos financeiros	—
Passivos financeiros	—
Outras receitas de capital	—
Reposições não abatidas nos pagamentos ...	5
5. DESPESAS DE CAPITAL	2 400
Investimentos	2 400
Transferências — Sector Público	—
Transferências — Outros Sectores ...	—
Activos financeiros	—
Passivos financeiros	—
Outras despesas de capital	—

NOTA: Integrado nas despesas de capital estão os «Investimentos do Plano», no valor de 4 900 contos que foram considerados na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

QUADRO VIII 5 — D

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

— Direcção Regional de Segurança Social —

(contos)

	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	3 950 000
Contribuições	2 600 000
Transferências	1 294 000
Do Orçamt." da Região Autónoma da Madeira ...	—
Do Gab. Regional de Gestão do Fundo de Desemp.	100 000
Do Fundo de Socorro Social	—
Do Orçamt." Global da Segurança Social	1 194 000
RENDIMENTOS E OUTRAS RECEITAS	56 000
DESPESAS CORRENTES	3 950 000
Infância e juventude	783 000
População activa	340 000
Família e Comunidade	475 000
Terceira Idade	1 830 000
Reabilitação e Reintegração Social	342 000
Administração	180 000

NOTA: Integrado nas despesas de capital estão os «Investimentos do Plano», no valor de 37 000 contos, que foram considerados na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

QUADRO VIII .

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

	Gabinete do Secretário Regional	Auditoria Jurídica	Departamento Regional de Estudos e Planeamento Educativo	Gabinete do Director Regional
1. DESPESAS CORRENTES	3 170	1 724	4 673	831 987
Pessoal	2 998	1 654	4 373	729 232 a)
Bens Duradouros	—	—	—	—
Bens não Duradouros	—	—	—	330
Aquisição de serviços	172	70	300	19 329
Juros	—	—	—	—
Transferências — Sector Público	—	—	—	60 773
Transferências — Outros Sectores	—	—	—	22 153
Outras despesas correntes	—	—	—	170
2. DESPESAS DE CAPITAL	—	50	200	150
Investimentos	—	50	200	150
Transferências — Sector Público	—	—	—	—
Transferências — Outros Sectores	—	—	—	—
Activos Financeiros	—	—	—	—
Passivos Financeiros	—	—	—	—
Outras despesas de Capital	—	—	—	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	3 170	1 774	4 873	832 137
4. INVESTIMENTOS DO PLANO				
5. (3 + 4)	3 170	1 774	4 873	832 137
6. CONTAS DE ORDEM				

(a) Inclui as despesas com professores das Escolas Preparatórias, secundárias e Magistério no valor de 362 600 contos, 332 900 contos e 8 300 contos, respectivamente.

(b) Inclui as despesas com professores do Ensino Primário, no valor de 554 361 contos.

(contos)

Direcção Regional de Finanças Administração e Pessoal		Direcção Regional de Ensino			Direcção Regional dos Desportos	TOTAL
Divisão Administra- tiva e de Pes- soal dos Ensi- nos Pré-Primá- rio e Primário	Direcção de Serviços da Acção Social Escolar	Gabinete do Director Regional	Inspecção Pedagógica	Centro de Meios Audio- visuais		
605 021	132 671	103 678	5 338	7 947	38 879	1 735 088
603 381 b)	2 676	6 704	2 988	6 140	22 880	1 383 026
—	—	—	—	—	140	140
60	10	—	1 000	410	3 510	5 320
1 580	44 115	450	1 350	1 397	6 014	74 777
—	—	—	—	—	—	—
—	72 543	1 300	—	—	200	134 816
—	13 247	95 224	—	—	6 000	136 624
—	80	—	—	—	135	385
—	50	14 000	—	5 000	700	20 170
—	50	20	—	5 000	700	6 170
—	—	—	—	—	—	—
—	—	74 000	—	—	—	14 000
—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—
605 021	132 721	117 698	5 338	12 947	39 579	1 755 258
						207 112
605 021	132 721	117 698	5 338	12 947	39 579	1 962 370
						904

QUADRO VIII

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DO TRABALHO

	Órgãos de concepção e de apoio	Inspecção Regional do Trabalho
1. DESPESAS CORRENTES	36 080	8 681
Pessoal	23 940	8 081
Bens Duradouros	—	—
Bens não Duradouros	1 750	. 50
Aquisição de serviços	6 100	470
Juros	—	—
Transferências — Sector Público	2 600	—
Transferências — Outros Sectores	1 190	—
Outras despesas correntes	500	80
2. DESPESAS DE CAPITAL	1 500	100
Investimentos	1 500	100
Transferências — Sector Público	—	—
Transferências — Outros Sectores	—	—
Activos Financeiros	—	—
Passivos Financeiros	—	—
Outras despesas de Capital	—	—
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	37 580	8 781
4. INVESTIMENTOS DO PLANO		
5. (3 + 4)	37 580	8 781
6. CONTAS DE ORDEM		

(contos)

Direcção Regional do Trabalho	Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional		Serviço Regional de Conciliação do Trabalho	TOTAL
	Serviço de apoio	Centro de Formação Profissional		
9 740	22 567	40 981	1 347	119 396
8 225	16 447	15 741	1 182	73 616
—	—	—	—	—
370	460	7 940	30	10 600
1 020	3 300	9 300	105	20 295
—	—	—	—	—
—	400	1 740	—	4 740
25	1 660	6 060	—	8 935
100	300	200	30	1 210
100	100	6 000	30	7 830
100	100	6 000	30	7 830
—	—	—	—	—
—	—	—	—	—
—	—	—	—	—
—	—	—	—	—
—	—	—	—	—
9 840	22 667	46 981	1 377	127 226
9 840	22 667	46 981	1 377	127 226
				482 730

QUADRO VIII

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E PESCAS

	Gabinete Regional										Gabinete do Director Regional	Direcção dos Serviços Agrícolas
	Gabinete de Secretário Regional	Gabinete de Estudos e Planeamento	Gabinete de Consultoria Jurídica	Direcção de Serviços de Administração e Pessoal	Gabinete de apoio Financeiro às Act. Ag. e Pescat.	Gabinete de Coordenação do Frio	Gabinete de apoio permanente à agricultura	Direcção S. Comércio; Indústria Agr. e de Pescas	Direcção S. de extensão rural			
1. DESPESAS CORRENTES	43 102	3 282	1 592	51 511	1 555	2 739	1 996	8 375	7 543	2 140	155 718	
Pessoal	29 533 a)	3 192	1 512	51 361	1 520	2 360	1 951	7 442	6 632	1 840	150 771	
Bens duradouros	80	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Bens não duradouros ...	50	10	10	60	10	10	10	90	135	100	3 105	
Aquisição de serviços	1 950	80	70	90	25	369	35	833	676	200	1 842	
Juros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Transferências — Sector Público	10 101	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Transferências — Outros Sectores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Outras despesas correntes	1 388	—	—	—	—	—	—	10	100	—	—	
2. DESPESAS DE CAPITAL	9 000	20	30	22	10	50	10	3 052	2 000	—	15 650	
Investimentos	8 500	20	30	22	10	50	10	3 052	2 000	—	15 650	
Transferências — Sector Público	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Transferências — Outros Sectores	500	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Activos financeiros ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Passivos financeiros ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Outras despesas de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	52 102	3 302	1 622	51 533	1 565	2 789	2 006	11 427	9 543	2 140	171 368	
4. INVESTIMENTOS DO PLANO												
5. (3+4)	52 102	3 302	1 622	51 533	1 565	2 789	2 006	11 427	9 543	2 140	171 368	
6. CONTAS DE ORDEM ...												

a) Inclui 23 949 contos de despesa de pessoal do Instituto do Vinho da Madeira

(contos)

QUADRO VIII ,

ORÇAMENTO DE DESPESA

SECRETARIA REGIONAL DO COMÉRCIO E TRANSPORTES

(contos)

	Gabinete do Secretário Regional	Direcção Regional do Comércio e Indústria						Direcção Regional dos Transportes	Direcção Regional dos Portos	Direcção Regional dos Aeroportos	TOTAL
		Gabinete de Director Regional	Direcção de serviços de Fiscalização Económica	Serviços de Comércio e abastecimento	Serviços de Indústria e Eletroindústria	Serviço de apoio às pequenas e médias empresas					
1. DESPESAS CORRENTES	24 499	8 565	9 644	47 080	12 100	2 570	287 369	256 340	293 160	941 327	
Pessoal	17 029	7 460	9 089	—	—	2 210	12 684	172 215	250 260	470 947	
Bens Duradouros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Bens não Duradouros ...	60	85	85	—	—	10	90	44 555	12 600	57 485	
Aquisição de serviços .	7 150	1 020	460	—	—	330	675	36 750	20 500	66 885	
Juros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Transferências — Sec- tor Público	—	—	—	—	—	—	—	1 350	—	—	1 350
Transferências — Ou- tros Sectores	—	—	—	50	3 000	—	270 750	40	—	273 840	
Outras despesas cor- rentes	260	—	10	47 030	9 100	20	3 170	1 430	9 800	70 820	
2. DESPESAS DE CAPITAL	60	150	80	—	—	20	6 700	12 500	35 780	55 290	
Investimentos	60	150	80	—	—	20	6 700	12 500	35 780	55 290	
Transferências — Sec- tor Público	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Transferências — Ou- tros Sectores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Activos Financeiros ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Passivos Financeiros ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Outras despesas de ca- pital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
3. DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	24 559	8 715	9 724	47 080	12 100	2 590	294 069	268 840	328 940	996 617	
4. INVESTIMENTOS DO PLANO										1 263 140	
5. (3 + 4)	24 599	8 715	9 724	47 080	12 100	2 590	294 069	268 840	328 940	2 259 757	
6. CONTAS DE ORDEM ...										215 991	

Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, aos 9 de Junho de 1983. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *Susano Manuel Barreto de França*.

Aprovado em plenário do Governo Regional, de 9 de Junho — resolução n.º 515/83.

Resolução n.º 6/83/M

de 8 de Julho

A Assembleia Regional da Madeira, reunida em sessão plenária em 8 de Julho de 1983, e no uso da competência que lhe é conferida pela alínea g) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30

de Abril, resolveu aprovar o documento a seguir identificado:

— **CONTAS DE GERÊNCIA DA REGIÃO AUTÔNOMA DA MADEIRA DO ANO DE 1980.**

Assembleia Regional, 8 de Julho de 1983. — O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

PROPOSTA DO PLANO DE INVESTIMENTOS E DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO AUTÔNOMA DA MADEIRA — 1983

INTRODUÇÃO

O Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira (PIDRAR) para 1983 é só agora apresentado por razões que se prendem com o conhecimento tardio não só do quantitativo total a transferir do Orçamento Geral do Estado para a Região, senão também das condições do financiamento que se pretende obter, através de empréstimos obrigacionistas, para se poder prosseguir, no ano em curso, com a realização de empreendimentos e acções que são verdadeiramente indispensáveis ao progresso económico e social das ilhas da Madeira e do Porto Santo.

O plano a desenvolver enquadrava-se nas linhas de orientação e nos princípios já definidos no Programa do Governo e no Plano a Médio Prazo 1981-84. A grande maioria dos investimentos de 1983 são realizações que continuam projectos e programas começados em anos anteriores, alguns havendo, todavia, que agora se iniciam.

O montante total a despender com o PIDRAR atinge cerca de 14,5 milhões de contos, repartidos pelos vários sectores e grupos de sectores, conforme se discriminará no decurso do relatório que segue. É uma verba muito elevada que tem de ser apreciada face aos preços actuais que já são muito superiores, como todos sabemos, aos preços de 1981 — quando teve início o Plano a Médio Prazo.

Também continuam a ser muito grandes as necessidades da população e das terras madeirenses e portossantenses. Por isso, continua a pensar-se que é preciso realizar obra vultosa com o objectivo

de melhorar cada vez mais a qualidade de vida na Região.

Tal como se dizia no PIDRAR 82 «...todos estes investimentos, ... sendo eminentemente necessários, úteis, reprodutivos, revestem-se do interesse social mais importante que é o de dar ocupação a quase toda a população da Região, em idade activa».

O Plano para 1983 consta de cinco capítulos: no I, trata-se da evolução da situação económica no Mundo, no País e na Região, abordando-se primeiramente o enquadramento internacional e nacional e desenvolvendo-se, depois, os aspectos gerais mais salientes da situação sócio-económica regional; no II, aborda-se o referencial da integração europeia, que cada vez mais merece a consideração muito atenta da administração pública e das actividades sócio-económicas da Região pois está a aproximar-se a data em que Portugal deverá ser membro de facto e de direito das Comunidades; no III, enunciam-se e ou relembram-se as orientações globais da política económica e social nos domínios mais importantes da administração regional; no IV, faz-se uma breve análise aos vários sectores produtivos, infraestruturas económicas e sectores sociais, enunciando-se objectivos e medidas de política a desenvolver em 1983; e, finalmente, no capítulo V, tecem-se algumas considerações sobre o PIDRAR e enumeram-se e quantificam-se todos os projectos e programas a realizar.

Tal como se procedeu em 1982, não se incluem no PIDRAR 1983, nem os investimentos municipais (embora estes continuem a ser comparticipados pelo Governo Regional), nem os que vão ser reali-

zados pelo Governo da República, nem do sector empresarial do Estado, ou maioritariamente participado, embora no decurso do relatório, sejam, por vezes, referidos. Todos aliás têm o maior interesse para a R. A. M. mas enquadram-se em âmbitos diferentes da área de actuação da administração regional autónoma.

CAPITULO I

Evolução da Situação Económica

1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

1.1. Enquadramento Internacional

A profunda crise por que tem passado a economia mundial continuou a persistir em 1982, sendo os seus fundamentos mais de natureza estrutural do que conjuntural e atingindo de forma generalizada todas as economias — países da OCDE, países de economia centralizada e países do Terceiro Mundo.

Nesta perspectiva, procurar-se-ão analisar os aspectos mais relevantes da situação económica actual que, a nível externo, condicionam a economia portuguesa, afectada, também, por graves desequilíbrios sócio-económicos, e que, directa ou indirectamente, influenciam fortemente a evolução da economia madeirense. Nunca se deve esquecer que a economia da Região é bastante aberta e dependente do exterior e, nomeadamente, as receitas do turismo e as remessas dos emigrantes têm constituído elementos fundamentais do seu processo de desenvolvimento, pelo que a recessão económica que surge ou se instala nos países donde provém a maior parte dos que visitam a Madeira e as dificuldades, a nível da balança de transacções correntes, que enfrentam certos países acolhedores tradicionais da emigração madeirense, têm repercussão no montante de divisas entradas no arquipélago afectando, deste modo, a actividade económica.

O enquadramento internacional da economia madeirense limitar-se-á ao quadro mais restrito

dos países da OCDE, área onde se integra e no âmbito da qual se desenrola a maior parte das relações económicas e financeiras.

Um factor de natureza estrutural e característico da Europa dos anos 70 que interessa considerar foi o desequilíbrio na repartição do rendimento, tendo os custos do factor trabalho subido mais rapidamente que os preços e a falta de flexibilidade dos primeiros aliada à diminuição das margens do capital conduziram a consequências negativas em matéria de emprego. Por outro lado, a estrutura das despesas públicas foi sendo alterada e, nomeadamente, as transferências de carácter social atingiram uma dimensão tal que conduziram necessariamente a um agravamento da carga fiscal e a um rápido crescimento dos défices do sector público. Os dois choques petrólicos, de 1973 e depois de 1979, submeteram as economias dos países da OCDE a tensões consideráveis, impondo-lhes uma adaptação, cujo ritmo e amplitude colocaram à prova as capacidades do seu sistema económico. Como consequência desta adaptação, a estrutura da produção e da procura foi alterada para responder à nova situação e os consumos de energia foram reduzidos, tendo-se verificado nos países da OCDE, e desde 1973, uma redução do consumo específico em 16% e uma diminuição da dependência do petróleo em 26%.

As políticas seguidas pelos Governos, visando a contenção da inflação, contrariando a evolução em espiral da componente salários/preços, aumentando as margens de lucro e esforçando-se por limitar os défices orçamentais, levaram a atribuir uma maior importância à política monetária. A incidência dos instrumentos desta política e da política orçamental, conjugada com as antecipações inflacionistas, conduziu as taxas de juro nominais e reais a níveis elevados em numerosos países.

Como resultado das políticas seguidas, os últimos três anos caracterizaram-se internacionalmente por uma estagnação económica e em 1982, essa estagnação foi marcada por elevados graus de incerteza e risco, nomeadamente nos domínios cambial e financeiro, ameaçando o próprio siste-

ma financeiro internacional, quando da verificação da impossibilidade de certos países em satisfazerem os seus compromissos, relativamente às suas dívidas externas, por motivo da alta das taxas de juro, das dificuldades na obtenção de créditos externos, da diminuição dos preços dos produtos de base e do fraco dinamismo do comércio internacional.

A recuperação da actividade económica prevista pela OCDE não veio a confirmar-se, tendo as previsões para 1983 sido revistas e ajustadas a níveis inferiores, sobretudo na Europa. A título de exemplo vejamos as previsões que, a meados do ano, apontavam para uma taxa de crescimento, para a Alemanha, de 3,3% e, para a França, de 2,5%, sendo revistas no final do ano para -0,3% e 0,5% respectivamente (Quadro I).

Esta inversão da tendência tem a ver com a existência de novos factores como sejam: uma política mais prudente na concessão de crédito internacionais que deverá manter-se em 1983, prevendo-se também uma diminuição das importações dos países não membros da OCDE mais marcada do que a prevista; as empresas com dificuldades financeiras passaram a ter como objectivo prioritário a melhoria da liquidez e a reestruturação dos seus balanços, mostrando-se mais prudentes em matéria de investimentos, acumulação de stocks e emprego; e os consumidores adoptaram uma atitude mais reservada, aforrando mais do que o previsto. A este conjunto de factores, afectando a procura interna, na Europa e no Japão, há que acrescentar a alta do dólar que, além da instabilidade a nível dos mercados de câmbios, leva a um aumento dos preços do petróleo em termos de moeda nacional.

O ano de 1982 deverá saldar-se por uma queda no produto, quer no conjunto dos sete grandes países industrializados (-0,5%), quer no conjunto dos países da OCDE (-0,5%), (Quadro I).

O comportamento da economia americana (-1,7% no crescimento do produto) foi em grande parte responsáveis pela estagnação verificada, quer pelo efeito de arrastamento sobre as outras economias da zona da OCDE, quer pelas consequências, a nível das taxas de juro e das taxas de câmbio, das suas políticas monetária e fiscal (Quadros I e II).

Dum modo geral, os países da OCDE seguiram políticas internas marcadamente restritivas, com o objectivo de conter a inflação e/ou de controlo da balança de transacções correntes. A con-

sequente redução no crescimento do produto tem tido consequências fortemente negativas no mercado do emprego, tendo o desemprego aumentado generalizadamente; a única excepção, a nível dos países industrializados, continua a ser o Japão, o qual apresentou um crescimento ligeiro do emprego (0,9%) compatível com a evolução positiva do produto (2,5%).

A taxa de desemprego atingiu, em 1982, nos sete principais países industrializados, os 8%, contra 6,5% em 1981, prevendo-se um agravamento para 8,8%, em 1983. Estas percentagens, a nível de toda a OCDE, são um pouco mais elevadas: em 1981, 7,1%; em 1982, 8,5%; prevendo-se, para 1983, 9,5%. Em 1983, estarão desempregados na zona da OCDE, cerca de 33,8 milhões de trabalhadores.

Os factores que actualmente influenciam a procura e a produção deverão conduzir a evoluções diferentes consoante os países.

Assim, na Europa, prevê-se uma progressão muito ténue do Produto Interno Bruto (PIB), até final do primeiro semestre de 1984. Para o conjunto da OCDE prevê-se em 1983 um crescimento do produto da ordem dos 1,5% e para os sete grandes países industrializados, 1,8% (Quadros I e II).

Esta ligeira retoma está, porém, dependente da evolução da economia dos E.U.A. para a qual se prevê um crescimento de 2%. No entanto, a continuação das políticas monetárias e fiscal, aliadas à falta de confiança denotada ultimamente pelos agentes económicos neste país, poderá conduzir mais uma vez ao adiamento da retomada da actividade económica.

O défice da balança de transacções correntes dos países da OCDE deverá ter atingido 40 biliões de dólares em 1982, prevendo-se um agravamento para 1983, com particular incidência para a balança dos E.U.A. que deverá ser fortemente afectada, enquanto se espera uma melhoria noutras países da zona que reduziram sensivelmente as suas importações. Esta situação conduziu já a uma série de desvalorizações das moedas europeias e o próprio Sistema Monetário Europeu (SME) sofreu até três realinhamentos, o último dos quais conduziu à desvalorização do escudo.

A inflação ao nível da OCDE deverá continuar a desacelerar para se situar provavelmente entre 6 a 7%, no primeiro semestre de 1984. Para isso, será necessário que os preços dos produtos de base não aumentem fortemente e que a progressão dos salários nominais seja moderada (Quadro II).

QUADRO I

CRESCIMENTO DO PNB EM VOLUME NA ZONA DA OCDE (a)

(Percentagens de variação em relação ao período precedente, taxas anuais dessazonalizadas)

	1981 Peso no total OCDE (%)	Média 1970 a 1980	1981	1982 Previsão de Julho
E. U. A.	38,5	2,9	1,9	— 1,5
Japão	14,8	4,8	3,0	2,0
Alemanha	9,0	2,8	— 0,2	— 1,0
França (c)	7,5	3,6	0,3	2,3
Reino Unido (c)	6,5	1,9	— 2,2	1,3
Itália (c)	4,6	3,1	— 0,2	1,5
Canadá	3,6	4,1	2,9	— 1,8
Total dos países anteriores	84,4	3,2	1,3	0,5
Outros países da OCDE (d)	15,6	3,1	0,7	1,5
Total OCDE	100,0	3,2	1,2	0,5
Quatro grandes países europeus	27,5	2,8	— 0,5	1,5
Total OCDE menos E. U. A.	61,5	3,4	0,8	1,5
Produção Industrial:				
Sete grandes países	—	3,0	0,8	— 1,8
Total OCDE	—	3,0	0,7	— 1,0

Fonte: OCDE (Perspectives Economiques, Julho e Dezembro 1982)

(a) Os agregados foram calculados com base nos valores PNB/PIB de 1981 e expressos em dólares de 1981, excepto as previsões de Julho que têm por base o ano de 1980.

(b) Semestres

(c) PIB

(d) Os dados semestrais são estimativas aproximadas

1982 Previsão de Dezembro	1983 Previsão de Julho (1982)	1983 Previsão de Dezembro (1982)	1982		1983		1984 I (b)
			I (b)	II (b)	I (b)	II (b)	
— 1,8	2,3	2,0	— 3,4	0,0	2,0	4,0	3,5
2,3	4,0	3,5	2,6	2,8	4,0	3,3	4,0
1,3	3,3	— 0,3	— 0,6	— 4,3	1,0	1,8	2,0
1,5	2,5	0,5	1,4	0,3	0,3	1,3	1,5
0,5	1,8	1,0	1,3	— 0,5	1,3	1,8	1,5
0,8	2,5	0,3	3,6	— 1,8	0,8	1,3	1,5
— 5,0	1,0	1,3	— 7,3	— 4,3	3,5	3,0	3,3
— 0,5	2,5	1,8	— 1,1	— 0,3	2,0	3,0	3,0
0,5	2,5	0,8	0,5	0,3	0,5	2,0	2,0
— 0,5	2,5	1,5	— 0,8	0,0	1,8	2,8	2,8
<hr/>							
0,3	2,5	0,5	1,1	— 1,5	0,8	1,5	1,5
0,5	2,8	1,3	0,8	— 0,3	1,5	2,3	2,5
— 4,3	4,0	2,0	— 6,1	— 4,0	3,0	5,5	5,0
— 3,3	4,0	1,8	— 5,1	— 3,5	2,8	5,3	4,5

QUADRO II

RESUMO DAS PROJECÇÕES (a)

TAXAS ANUAIS DESSAZONALIZADAS

	1982	1983	1982	1983		1984
			II (b)	I (b)	II (b)	I (b)
	Percentagens de variação em relação ao período anterior					
PNB em volume						
E.U.A.	—	1,8	2,0	0,0	2,0	4,0
Japão	—	2,5	3,5	2,8	4,0	3,8
OCDE Europa	—	0,3	0,5	—	1,0	0,8
Total OCDE	—	0,5	1,5	—	0,0	1,8
Total da procura interna (em volume)						
E.U.A.	—	1,0	3,0	2,0	2,5	4,5
Japão	—	2,5	2,8	2,0	3,5	2,0
OCDE Europa	—	0,5	0,5	—	0,5	1,3
Total OCDE	—	0,0	1,8	—	0,5	2,8
Inflação (índice de preços implícito no consumo privado)						
E.U.A.	—	6,0	5,5	5,5	5,5	5,5
Japão	—	2,8	3,3	2,5	3,5	3,8
Alemanha	—	5,0	3,8	4,8	3,3	4,0
França, Reino Unido, Itália e Canadá	—	11,5	9,3	9,5	9,5	8,5
Pequenos países com taxa de inflação elevada (c)	—	14,5	13,5	14,5	13,8	12,3
Pequenos países com taxa de inflação baixa (d)	—	6,5	5,3	6,0	5,0	5,5
Total OCDE	—	7,5	6,8	7,0	7,6	6,5
Balança de transacções correntes (biliões de U. S. dólares)						
E.U.A.	—	9	—	31	—	24
Japão	—	7	—	11	—	7
Pequenos países com balança deficitária (e)	—	35	—	33	—	35
Total OCDE	—	39	—	54	—	57
Desemprego (%da população activa)						
E.U.A.	—	9,5	10,5	10,0	10,5	10,5
Japão	—	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
OCDE Europa	—	10,0	11,0	10,3	10,8	11,3
Total OCDE	—	8,5	9,5	9,0	9,3	9,5

Fonte: OCDE (Perspectivas Económicas, Dez. 1982)

(As previsões têm por base dados anteriores a 19 de Novembro de 1982)

(Alíneas referentes ao Quadro II, página anterior)

(a) As hipóteses em que se baseiam as projecções são as seguintes:

- as políticas em vigor ou anunciadas permanecem as mesmas;
- as taxas de câmbio não sofrerão variações relativamente ao nível médio das quatro semanas precedentes a 5 de Novembro de 1982;
- os preços em dólares do petróleo objecto do comércio internacional permanecerá constante até final de 1983 para aumentar em seguida em função dos preços de exportação dos produtos manufacturados na zona da OCDE.

(b) Semestres

- (c) Austrália, Nova Zelândia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Irlanda, Islândia, Noruega, Portugal, Suécia e Turquia.
- (d) Áustria, Bélgica, Luxemburgo, Países-Baixos, Suíça.
- (e) Total OCDE menos os sete grandes países, a Noruega, Países-Baixos e Suíça.

Fonte: OCDE (Perspectives Economiques, Dez 1982)

(As previsões têm por base dados anteriores a 19 de Novembro de 1982)

1.2. Evolução da economia portuguesa e perspectivas para 1983

A evolução das principais variáveis macroeconómicas no ano de 1982 não deixa grandes margens de manobra à política económica, pelo que haverá de usar, em 1983, de orientações e medidas suficientemente ponderadas e cautelosas, para que a situação se não agrave.

Em 1982, a procura interna manteve-se elevada, 4% em termos reais, sensivelmente igual à verificada no ano anterior, enquanto o consumo público, embora desacelerando deverá ter atingido níveis da ordem dos 3% a 4%. O Produto Interno Bruto a custos dos factores (PIBcf) deverá ter crescido a uma taxa de 3%, salientando-se a recuperação do sector agrícola (6%) e energético (7%). Ao nível das relações externas embora se tenha notado uma melhoria da ordem dos 440 milhões de dólares na balança de mercadorias, estima-se um défice da balança de transacções correntes em cerca de 3 biliões de dólares, devido, não só ao aparecimento dum saldo negativo na balança de serviços, mas também ao comportamento desfavorável das remessas dos emigrantes e ao aumento dos juros pagos ao exterior.

As importações de bens e serviços deverão ter crescido acima dos 4% registando-se uma ligeira desaceleração na importação de bens intermediários que não deverão atingir 3% e um crescimento mais significativo a nível de bens manufacturados, 6%.

As exportações de mercadorias registaram um crescimento superior a 6% no primeiro semestre

do ano, prevendo-se que tenham atingido um valor semelhante para o conjunto do ano, correspondendo este aumento a ganhos de partes do mercado sendo os novos sectores exportadores os principais responsáveis por esta evolução.

Quanto ao nível de preços, apesar duma ligeira desaceleração verificada no segundo semestre, a inflação, em 1982, atingiu 22,4%, prevendo-se que baixe para 20%, em 1983.

Apesar das medidas adoptadas com vista à contenção das despesas, do défice total do Orçamento do Estado deverá ter atingido 160 milhões de contos, o que significa uma melhoria relativa na situação das finanças públicas, já que corresponde a uma descida, em relação ao ano anterior, de 10,2% para 8,8%, da relação entre o défice do sector público e o PIB.

Para 1983, os objectivos fundamentais da política económica e financeira resumem-se à redução, em termos reais, do défice orçamental, de modo a não exceder, em termos nominais, 150 milhões de contos e um melhor equilíbrio da balança de transacções correntes, apontando-se para um défice máximo de 2,1 biliões de dólares.

De acordo com o quadro III, onde se analisam as taxas de crescimento em volume da procura interna total e do produto interno bruto a preços de mercado em Portugal, e na OCDE e CEE, ao longo do período 1978-82, constata-se que enquanto no triénio 80-82, a procura interna na OCDE cresceu 1%, em Portugal cifrou-se em 15%, contra 1,6% no período 1976-79. Este comportamento da economia portuguesa permitiu que o desemprego se tivesse estabilizado nos últimos três anos.

O adiamento da recuperação das economias da OCDE, aliado às altas taxas de juro internacionais, ao comportamento divergente do dólar e das principais moedas europeias e o desenvolvimento de tendências proteccionistas nalguns mercados levou a que, a partir de Julho de 1981, se tornassem mais restritivas as políticas monetária e orçamental, adaptando-se a política cambial à evolução das principais moedas e à necessidade de manter os produtos portugueses competitivos.

Em Abril de 1982, as taxas de juro voltaram a ser aumentadas e introduziu-se maior racionalidade no sistema de bonificações. O ritmo de desvalorização mensal do escudo passou de 0,5 para 0,75% em Dezembro de 1981 e, na sequência do realinhamento do SME, em Junho de 1982, o escudo foi desvalorizado, em termos efectivos, em 9,4%. Uma política orçamental mais restritiva e uma maior selectividade dos investimentos aliadas ao comportamento das variáveis monetárias e das taxas de juro e de câmbio conduziram a uma desaceleração do crescimento da procura interna e a uma certa recuperação da balança comercial em 1982 (Quadro IV).

O quadro sombrio que resumidamente atrás traçámos da economia internacional e que tem vindo a ser debatido em tantas assembleias, vai cer-

tamente exigir da economia portuguesa um redobrado esforço na prossecução do seu objectivo de reduzir o défice da balança de transacções correntes, para o que será indispensável uma maior contenção da procura interna e uma transferência de recursos para o sector exportador, incentivando-se as actividades geradoras de divisas (Quadro V). O esforço do Governo da República e dos agentes económicos, no sentido de se alcançar um crescimento moderado dos rendimentos nominais, de se assegurar um crescimento da poupança dos particulares e de se estabilizar a formação bruta de capital fixo e consequentemente reduzir as importações, terá de ser enorme. A nível oficial, prevê-se que o crescimento do Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) não irá além de 0,5%, que a procura interna deverá baixar — 2,2% e que a exportação de bens e serviços deverá ter um crescimento de 7% (Quadro V). Dado que o crescimento das exportações e o aumento das remessas dos emigrantes estão dependentes da evolução das economias dos outros países, a economia portuguesa vai seguramente desenvolver um grande esforço de competitividade e uma forte agressividade comercial, sem a qual a realização dos objectivos anteriormente definidos só será conseguida à custa de uma maior restrição na procura interna.

QUADRO III

TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL EM VOLUME

ANOS	1979	1980	1981	1982 *
Procura interna total				
Portugal	1,3	6,2	4,3	3,8
OCDE	3,8	0,4	0,6	0,0
CEE	4,5	1,5	— 2,1	0,6
PIBpm				
Portugal	3,7	4,9	1,8	3,0
OCDE	3,2	1,2	1,2	— 0,2
CEE	3,5	1,1	— 0,6	0,4
Balança de Transacções Correntes (Milhões US Dólares)				
Portugal...	— 50	— 1 300	— 2 700	— 3 000

• Estimativas do DCP

QUADRO IV

PROCURA INTERNA

TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL EM VOLUME

Anos	1979	1980	1981	1982 *
Consumo privado	0,6	5,0	3,5	2,5
Consumo público	5,2	5,6	6,6	4,0
Investimento	— 4,8	14,7	5,1	7,2
do qual:				
FBCF	— 1,6	9,0	5,0	3,3
Procura interna total	1,3	6,2	4,3	3,8

* Estimativas do DCP

Fonte: DCP

QUADRO V

OBJECTIVOS PARA 1983

(TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL EM VOLUME)

	1983 *	1982 **
Consumo Privado	— 1,0	2,5
Consumo Público	0,0	4,0
Formação Bruta de Capital Fixo	0,5	3,3
Sector Público Administrativo	0,5	1,0
Sector Público Empresarial e Misto	— 1,0	4,5
Sector Privado	1,5	3,5
Variação de Exíências ...	(— 1,9)	(1,2)
Procura Interna	— 2,2	3,8
Exportações de Bens e Serviços	7,0	0,0
Procura Global	— 0,6	3,1
Importações de Bens e Serviços	— 3,0	3,2
Produto Interno Bruto a Preços de Mercado	0,5	3,0
Balança de Transacções Correntes (Milhões U.S. dólares)	— 2 125	— 2 960
% do PIB	9,1	12,4

* Objectivos

** Estimativas do DCP

FONTE: DCP

2. ASPECTOS DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONOMICA REGIONAL

2.1. PRODUÇÃO E INVESTIMENTO

Na falta de séries cronológicas que permitam traduzir, de forma quantificada, o comportamento das variáveis mais representativas da evolução da situação económica regional faz-se, seguidamente, uma abordagem de alguns dos seus aspectos com base nos dados estatísticos disponíveis e em informações, de natureza qualitativa, obtidas através de entidades ligadas aos sectores a que dizem respeito.

No que se refere à produção agrícola continuam a registar-se progressos de carácter qualitativo e, nalguns casos, quantitativo, a nível de algumas frutas, do vinho (com predominância para o das castas tradicionais que tanta fama deram à Madeira), de certos produtos hortícolas e das flores (maiores áreas de cultivo em cimbídios, antúrios, rosas e proteas e melhores cultivares ou variedades), o que reflecte inequivocamente os resultados dos incentivos que têm vindo a ser concedidos pelo Governo Regional. Nos próximos anos, estes progressos serão, certamente, ainda maiores, nomeadamente em termos globais, apesar dos condicionalismos e das dificuldades com que luta o sector. Refira-se, a propósito, que não obstante o forte impulso dos organismos oficiais competentes, da Região, a motomecanização e os sistemas de cultura mais intensiva (como a horticultura sob coberto),

por razões e obstáculos sobejamente conhecidos, só lentamente se vão implantando. E são justamente os vários processos que caracterizam a agricultura intensiva que se têm de generalizar para que cada vez mais seja aumentada a produtividade na Região e se possa assim suprir, de certo modo, a saída dos activos do sector agrícola que, entre 1970 e 1981, se cifrou em mais de 10 000, conforme recentemente foi revelado pelo Recenseamento da população (Março 1981).

Na produção frutícola, continua a destacar-se a cultura da banana, cujo volume de produção terá sido ligeiramente superior ao de 1981, tendo as saídas para o Continente e Açores aumentado, em 1982 (valores muito perto de 28 000 t e 1,5 milhões de contos, FOB), 2,2% em volume e 15% em valor. No que se refere a outras frutas, não terão havido alterações quantitativas sensíveis, em termos globais, reflectindo-se a acção oficial de fomento na melhoria de qualidade dalgumas espécies, sobretudo abacate, maçã, pêra e laranja. A exportação de frutas subtropicais (não consideradas as bananas) embora ainda pouco significativa, face às suas possibilidades, sofreu em 1982 um decréscimo de 31,6%, em volume e de 23,9% em valor, relativamente a 1981; em 1982 exportaram-se, na sua grande maioria para Portugal Continental, 54 toneladas no valor (FOB) de 4 679 contos (principalmente abacate e anonas). O ramo da fruticultura subtropical, no campo da exportação, e sobretudo através dos abacates, do maracujá e da papaia contém em si altas potencialidades, atentas as características do meio madeirense e a procura por parte do mercado europeu.

A produção vinícola terá sido sensivelmente inferior à de 1981, em virtude, principalmente, da menor produção de mostos provenientes de produtores directos. O manifesto dos mostos de castas europeias de 1982 totalizou cerca de 3,4 milhões de litros enquanto de produtores directos se ficou pelos 7,3 milhões de litros.

A produção de castas europeias tem vindo a situar-se, nos últimos três anos, à roda dos 3,5 milhões, — o que merece referência especial, por evidenciar resultados significativos de uma política fomentadora, de nível oficial, que teve resposta clara e satisfatória por parte do sector privado, — tendo a Região vencido o período de más produções dos anos 1971-1976. A vitivinicultura de qualidade tem sido de facto uma das grandes preocupações do Governo Regional no sentido de valorizar cada vez mais qualitativamente o Vinho da Madeira, através sobretudo da recuperação das castas tradicionais que levaram a todo o Mundo o nome da Região. O Governo prossegue também uma política fomen-

tadora da produção de uvas de mesa, principalmente em Porto Santo, que em 1982 teve escassa repercução, dado que a seca que se tem vindo a sentir naquela Ilha se agravou e originou colheitas extraordinariamente reduzidas.

A quantidade de cana de açúcar produzida na Madeira e entregue nas fábricas continua a diminuir devido à inadequação da cultura ao território madeirense e ao facto de o preço deste produto, relativamente aos custos de produção, não poder ter o necessário equilíbrio. Cada vez mais, aqueles custos, onde têm um peso preponderante os encargos com a colheita, se estão a tornar proibitivos, não podendo vir a ser compensados sob pena de os produtos industriais derivados virem a ficar demasiadamente caros no consumidor.

A produção de cana, em 1982, na ordem das 15 000 toneladas é provável que venha ainda a decrescer, e é natural que se circunscreva, de futuro, apenas às quantidades necessárias ao fabrico de aguardentes e mel.

A produção de flores deve ter-se mantido ao nível de 1981, pois à diminuição da área ocupada com estrelícias, correspondeu um aumento de orquídeas (cimbídios), antúrios, rosas e proteas. A exportação, em 1982 (15 t e 19 000 contos de valor FOB) é que acusou uma quebra sensível, não por diminuição da procura, mas porque foi tardia a floração dos sapatinhos e menor a colheita de estrelícias. Também, as vendas locais têm vindo a crescer extraordinariamente, sobretudo aos turistas (exportação indirecta). Os encargos respeitantes aos fretes aéreos para o estrangeiro e despesas inerentes à exportação podem também vir a afectar o volume das transacções de flores com o exterior. Em 1982, os principais países que receberam flores madeirenses foram a Itália, a Suíça, a Alemanha Federal, Portugal Continental e França.

No que respeita à horticultura, há que realçar, principalmente, os progressos havidos na cultura do morangueiro e dos primores. Tem sido grande o apoio do Governo Regional a estas culturas, nomeadamente no que se refere aos subsídios para aquisição de plantas e às comparticipações, a fundo perdido, também, para a construção de estufas e abrigos (horticultura protegida ou intensiva). Saliente-se o aparecimento e o funcionamento em boas condições dalgumas estufas e abrigos de plástico principalmente no concelho de Santa Cruz.

Relativamente à produção pecuária continua a registar-se um aumento de produção de leite, embora em 1982 se tenha verificado uma certa desceleração do seu ritmo de crescimento. O volume de leite recolhido pela União das Cooperativas foi

de cerca de 10 milhões de litros. A produção de carne de bovino terá diminuído em 1982, já que se registou uma quebra no gado bovino abatido e, em contrapartida, um aumento do volume de carne congelada importada. Na «Avicultura Industrial» constatou-se um aumento significativo de 14,7% na produção de ovos e uma diminuição de 6,8% na produção de carne de frango.

Quanto à produção florestal (madeira, lenhas, estacas, tutores, ramagens, vimes, frutos secos, etc.) embora apenas se disponha de escassíssimos elementos de apreciação, pode afirmar-se que se manteve estacionário, relativamente aos últimos anos. A produção de vime verde continua a ser da ordem das 6 000 t, decorrendo entretanto um plano de reconversão da cultura, sobretudo da que se situa em terrenos impróprios, para que baixem os níveis de produção alcançados, uma vez que têm surgido algumas dificuldades, nos últimos anos (embora com menor intensidade em 1982) na colocação da chamada «obra de verga». Também se regista como de interesse a exportação de «uva da serra» ou «uveira», que atingiu no último ano o quantitativo de 37,3 toneladas (+ 72,7% que em 1981) e o valor aproximado de 3 500 contos; a exportação deste produto tem por fim abastecer a indústria farmacológica internacional.

No campo florestal cabe ainda referência às medidas de apoio do Governo Regional à arborização das nossas serras, estabelecidas recentemente. Pretende-se obviamente que os proprietários das zonas serranas incultas ou prejudicadas pelos incêndios se decidam a florestá-las, não só com o fim de se criar maior riqueza na Região, mas também de defender os terrenos contra a erosão e preservar as paisagens e a natureza.

O sector da pesca beneficiou em 1982 de uma sensível recuperação que se traduziu por um acréscimo de 25% do volume de pescado descarregado. A maior taxa de variação (+92%) ocorreu no grupo «atum e similares», o qual apresentara, durante três anos consecutivos, quebras drásticas, com consequências negativas para o sector e para a indústria de conservas. Registaram-se também aumentos significativos nas capturas de peixe-espada, de chicharro e de cavala de, respectivamente, 36,5%, 27,8% e 18,2%. Em «Outras espécies», onde se englobam diversas espécies conhecidas na Região por «peixe fino», verificou-se um decréscimo em volume de 29,4%.

Também aqui e com o objectivo de se incrementar a produção e a produtividade e dar ao sector a segurança e as condições de melhoria de que ele tanto vem necessitando, se definiram

já apoios financeiros de nível oficial que deverão começar a dar resultados já no decorrer de 1983. As perspectivas que se abrem com a exploração económica da Subárea 2 (Subárea da Madeira) da ZEE — que ocupa cerca de 444 600 km² de águas circundantes — são tão grandes e valiosas que justificam os esforços, as acções e os investimentos que se têm feito e que se vão continuar a fazer.

Os elementos disponíveis sobre a Indústria Transformadora, em 1982, embora precários, apontam para uma variação positiva do valor de produção, relativamente a 1981, de algumas indústrias alimentares, das indústrias de bebidas, de curtumes, de artigos de couros e pele, dos adubos e de algumas indústrias ligadas à construção. Registaram uma certa estacionariedade ou diminuição do valor de produção, relativamente a 1981, algumas outras indústrias, como a do papel, dos artigos de matérias plásticas, do açúcar e das conservas de peixe, sendo de destacar, nesta última, a ocorrência de uma quebra acentuada, motivada pela falta de matéria prima, a preços acessíveis.

Quanto ao sector tradicional da indústria, o qual é integrado principalmente por actividades orientadas para a exportação, constata-se que, em 1981, a situação foi positiva, mau grado a grande recessão económica internacional. Assim, as vendas ao exterior de Bordados e Tapeçarias (cerca de um milhão de contos) aumentaram, em valor, cerca de 20%; de registar que estas tiveram um comportamento diferenciado consoante se trate do mercado nacional (de muito menor importância) ou do mercado externo, registando-se uma pequena quebra nas saídas para o primeiro destino, enquanto nas exportações para o segundo, que absorveu 98% do total das transacções com o exterior, se verificou um aumento de 20,5%. No que concerne às Obras de Vime — que sofreram recessão significativa durante 1980 e 1981 — registou-se, em 1982 uma evolução francamente favorável (exportação de cerca de 300 000 contos) com um aumento em valor superior a 20% relativamente a 1981, ano que se registara uma quebra de 3,3% em relação a 1980. Quanto ao vinho da Madeira há a registar uma certa estabilização dos volumes exportados nos últimos três anos, verificando-se, contudo, uma maior valorização do produto, a qual é revelada pelo crescimento dos valores médios unitários, para o que contribui, sobretudo, a substituição gradual dos vinhos exportados a granel, de inferior qualidade, por vinhos engarrafados.

A produção de energia continuou a aumentar

em 1982, como se pode inferir do acréscimo de consumo de electricidade, da ordem dos 9%, registado neste ano, seguindo-se, aliás, uma tendência crescente que se traduziu por uma taxa média anual de 15,9%, número muito elevado e bastante significativo, quando se considera o período 1976/1982. De registar que, sobretudo neste último período, têm sido realizados importantes investimentos por forma a adequar a capacidade produtiva do sector e da respectiva rede de transporte e distribuição às necessidades crescentes do consumo. O perfil deste tem-se alterado sensivelmente nos anos mais recentes, tendo vindo a acentuar-se a posição relativa do consumo para iluminação e outros usos domésticos e diminuído os «Usos Industriais», mantendo uma certa estabilidade os restantes usos.

O aumento de produção tem sido proporcionado pelo incremento da produção termoeléctrica, já que a devida à componente hidroeléctrica se tem mantido estacionária, o que tem contribuído para o agravamento da dependência energética da Região. Os investimentos programados com vista ao aumento da produção hidráulica e o apoio a iniciativas no domínio das energias renováveis tenderão a inverter, pelo menos em parte, esta situação.

A actividade da Construção Civil e Obras Públicas tem conhecido, nos últimos anos, — e de modo muito evidente — um crescimento a ritmo elevado, o qual tem sido sustentado pelas importantes encomendas do sector público, pela aplicação de remessas de emigrantes em investimentos imobiliário e pelo incremento do investimento em construção de instalações turísticas e de outros serviços.

Esta expansão continuou a manifestar-se em 1982, embora os indicadores mais recentes de que se dispõe apontem para um relativo abrandamento do crescimento da actividade (Quadros VI e VII), reflexo imediato da crescente recessão económica que o País e o Mundo inteiro vêm atravessando. O consumo de cimento aumentou 13,3% em 1982, enquanto em 1980 e 1981 cresceram as taxas de, respectivamente, 21% e 26%. As licenças totais concedidas para construções novas que haviam registado, tanto no primeiro, como no segundo semestre de 1981, taxas de crescimento homólogas elevadas (da ordem dos 36%), apresentam, no primeiro semestre de 1982, uma subida mais moderada, já que a taxa de variação homóloga foi de apenas 5,9%. De registar o comportamento diferenciado das licenças quando se consideram os diversos sectores a que respeitam, registando-se mesmo uma variação negativa nas licenças para cons-

truções novas para habitação e um aumento acentuado (de 20% nas licenças para «Outros Fins» (onde se inclui a Administração Pública, Electricidade e Saneamento, Educação e Cultura, Transportes, Armazenagem, Comunicações e outros Serviços).

No que se refere ao número de edifícios e de fogos concluídos para habitação verifica-se, no primeiro semestre de 1982, altas taxas de crescimento em termos de período homólogo de 1981, o que está em consonância com os aumentos registados nas licenças concedidas nos dois semestres anteriores.

A actividade turística registou, em 1982, uma ligeira quebra relativamente ao ano anterior. Refira-se, no entanto, que as descidas apresentadas pelos diversos indicadores disponíveis foram, em geral, menos pronunciadas que as ocorridas em 1981. Em termos de utilização da capacidade de alojamento instalada, verificou-se uma diminuição de 5 pontos percentuais, da taxa de ocupação média/cama, em parte devida ao aumento de 741 camas, constatado entre Agosto de 1982 e o mês homólogo do ano anterior, o qual não foi compensado por uma evolução favorável das dormidas. As receitas globais provenientes da actividade turística na Região, estimadas pela Direcção Regional de Turismo em 6,8 milhões de contos, em 1981, devem ter-se situado em 1982 entre 7,5 e 8 milhões de contos.

No que respeita ao investimento e embora não se disponha ainda de informação estatística que traduza, de forma rigorosa e quantificada, a evolução desta variável macroeconómica nos anos mais recentes, a análise de alguns indicadores relacionados com as suas principais componentes e de elementos provisórios da execução do Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional leva-nos a concluir que a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) ter-se-á expandido, em 1982, a ritmo elevado.

Assim, o investimento sob a forma de equipamentos que tem a sua origem fundamentalmente em importações deve ter registado, em 1982, um sensível acréscimo. Com efeito, as importações de «Máquinas e Aparelhos e Material Eléctrico», constituídas, na sua maior parte, por este tipo de bens, apresentaram no primeiro semestre deste ano, taxas de crescimento, em termos nominais, elevados relativamente ao mesmo período de 1981 (128% para as «Caldeiras, Máquinas e Aparelhos e Instalações Mecânicas» e 120% para as «Máquinas e Aparelhos Eléctricos»).

Quanto ao investimento em construção, a aná-

lise da evolução dos indicadores disponíveis referentes ao primeiro semestre de 1982 revela um relativo dinamismo patente nas elevadas taxas registadas a nível dos edifícios e dos fogos concluídos e da superfície dos pavimentos dos edifícios construídos, para habitação. Em taxas homólogas, as variações foram de, respectivamente, 27,8%, 16,9% e 32,1% contra — 30%, — 26,6% e — 24% em igual período de 1981. No entanto, a desaceleração registada no consumo de cimento e no número de licenças para construção de novas habitações sugere um certo abrandamento na segunda metade do ano.

Assumindo o sector público uma posição preponderante na Formação Bruta de Capital Fixo, a qual já se situava em 1977 em cerca de 60% (e terá vindo a acentuar-se nos últimos anos), o comportamento do investimento público influencia, de forma determinante, o nível de investimento global da Região, pelo que lhe cabe aqui uma apreciação mais atenta.

Os investimentos realizados pelo sector público de âmbito exclusivamente regional devem ter crescido em 1982, relativamente ao ano anterior, a uma taxa que se estima em cerca de 45% a Formação Bruta de Capital Fixo reportada ao Governo Regional atingiu um valor superior a 4,5 milhões de contos naquele ano, quando em 1981 havia sido ligeiramente acima dos 3,1 milhões de contos.

A análise da distribuição desta FBCF, por tipo de bens, evidencia uma predominância absoluta dos investimentos em construção, dos quais se destacam, quer pela sua importância relativa, quer pela sua contribuição para o incremento verificado em 1982, as estradas, as casas de habitação, os

estabelecimentos escolares e infraestruturas desportivas, as instalações portuárias, as creches e jardins de infância e os estabelecimentos para idosos. Os investimentos em bens de capital, sob a forma de equipamentos, terão igualmente aumentado em 1982, sobretudo devido à aquisição de equipamento e/ou maquinaria destinados a apetrechamento de portos, em especial o do Funchal, de estabelecimentos de saúde e dos serviços agrícolas.

A evolução verificada a nível do sector público empresarial de âmbito exclusivamente regional — Empresa de Electricidade da Madeira — foi francamente positiva, apresentando a FBCF uma taxa de expansão que, relativamente à média do conjunto do sector público, terá sido sensivelmente o dobro: em 1982 — cerca de 1,1 milhões de contos e, em 1981, pouco menos de 600 mil contos.

QUADRO VI

CONSUMO DE CIMENTO

Anos	Toneladas
1977	70 715
1978	94 618
1979	107 541
1980	129 772
1981	163 637
1982	185 476

Fonte: Secretaria Regional do Comércio e Transportes.

QUADRO VII

TAXAS DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA (%)

	1980		1981		1982
	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.
— Licenças Totais	+ 5,9	+ 1,1	+ 36,0	+ 36,8	+ 5,9
— Licenças para habitações novas	+ 15,8	+ 6,0	+ 26,4	+ 17,6	- 6,1
— Edifícios concluídos:					
Total	- 1,2	+ 2,6	- 30,1	- 27,0	+ 27,8
Para habitação	- 12,5	+ 3,1	- 28,0	- 30,9	+ 19,4
— Número de fogos concluídos para habitação	- 5,0	+ 43,2	- 26,6	- 31,6	+ 16,9

Fonte: Boletim Trimestral de Estatística — SREM

2.2. Relações com o exterior

A economia da Região é acentuadamente aberta e naturalmente dependente do exterior, refletindo-se os seus desequilíbrios em larga medida, na natureza e na intensidade dos fluxos que se estabelecem com outros espaços económicos, em particular nos que se referem a bens, onde se registam saldos cronicamente negativos.

Assim, o défice da balança comercial (que se estimava, em 1980, em cerca de 55% do PIBpm) tem vindo a agravar-se, principalmente em virtude do elevado ritmo de crescimento das importações induzidas pelo forte dinamismo que tem caracterizado a procura interna nos últimos anos, já que as exportações não têm tido comportamento idêntico, face à contracção da procura externa e à fraca competitividade de um reduzido número de produtos que as compõem, cujo volume, em termos globais, tem vindo a diminuir. Esta diferente evolução tem-se traduzido por uma descida da taxa de cobertura das importações pelas exportações, a qual, de 1981 para 1982, terá diminuído de 2,5 pontos percentuais, vindo a situar-se, no primeiro semestre deste último ano, em cerca de 17%.

Numa conjuntura externa caracterizada por uma situação depressiva em que os problemas monetários e cambiais têm sido marcados por uma grande instabilidade, os movimentos resultantes das remessas de emigrantes e da actividade turística, dada a sua vulnerabilidade, não poderiam deixar de reflectir os efeitos dessas flutuações.

A nível da balança de transacções correntes, o saldo positivo das duas importantes rubricas «Transferências Unilaterais» (em resultado dos créditos de «Remessas de Emigrantes») e «Receitas de Turismo» continuaram, em conjunto, a exceder em 1981 o défice das trocas comerciais a um nível idêntico ao registado no ano precedente. Contudo, estas tiveram um comportamento diferenciado quando consideradas separadamente, reforçando as remessas de emigrantes a sua posição relativa, em termos de grau de cobertura do défice comercial em detrimento das receitas do turismo. Assim, enquanto as primeiras acusaram um aumento de cerca de 13 pontos percentuais da referida taxa de cobertura, a evolução das segundas conduziu a um decréscimo de cerca de 12 pontos de idêntico indicador (Quadro VIII).

Embora os elementos relativos a operações cambiais não cubram a totalidade das transacções efectivamente realizadas no domínio do turismo, podendo inclusivamente estar afectados de práticas ilegais de subfacturação, a análise da sua evo-

lução reveste-se de interesse, pelo que se faz, seguidamente, uma breve apreciação do comportamento da correspondente parcela de receitas. Estas diminuíram a uma taxa de 10,8% quando expressas em escudos, sendo a quebra mais acentuada ($-30,9\%$) quando considerados em dólares (Quadros IV e X). Para esta evolução contribuiu o clima depressivo da economia mundial, o qual tem afectado negativamente os salários e o emprego e, consequentemente, a procura, nomeadamente a de serviços turísticos. Com efeito, as dormidas registaram um decréscimo, com especial incidência nas de turistas alemães e ingleses (-27% e -23% respectivamente), os quais têm um peso percentual elevado nas dormidas totais. De referir que as descidas acentuadas verificadas nestes países foram parcialmente compensadas por aumentos nos créditos originados por turistas de outras nacionalidades.

A quebra mais acentuada verificada a nível das receitas em dólares ($-30,9\%$) deve-se fundamentalmente à evolução desta divisa que se valorizou, em 1982, em cerca de 20% em relação ao escudo. A descia pronunciada ocorrida a nível dos países europeus da OCDE reflecte também a depreciação das moedas europeias contra o dólar.

As remessas de emigrantes — que em 1981 haviam registado um elevadíssimo ritmo de expansão — sofreram, em 1982, uma nítida desaceleração, em escudos, de cerca de 50 pontos percentuais e mesmo uma quebra de 5,4%, em dólares. O comportamento das remessas em 1982 foi mais desfavorável na primeira metade do ano, registando-se no segundo semestre uma sensível recuperação, como reflexo da subida das taxas de juro, ocorrida em Abril, e de forte valorização do dólar face ao escudo que actuou como incentivo ao envio de poupanças originárias da zona do dólar.

No que se refere propriamente ao comércio externo e de acordo com os últimos dados disponíveis, estima-se que a Balança Comercial da Região tenha apresentado no primeiro semestre de 1982 um saldo negativo de cerca de 7,8 milhões de contos, ou seja mais 42,0% relativamente a igual período de 1981 (Quadro XV).

Este agravamento resultou de um maior dinamismo das importações relativamente às exportações. De facto, durante o 1.º semestre de 1982 a Região importou 9 377 834 contos de mercadorias do Estrangeiro e do Resto do País (Continente e Açores), o que representa cerca de 36,0% mais que em igual período de 1981; por outro lado, as saídas para os mesmos territórios cresceram 12,5%, atingindo o montante de 1 600 352 contos,

o que, embora represente um crescimento acentuado, não é ainda suficiente.

Perante os diferentes ritmos de evolução, a taxa de cobertura das importações pelas exportações situou-se em 17,1% no 1.º semestre do ano anterior, havia sido de 20,6%.

Por grupos de produtos (Quadro XVI), considerando apenas os mais importantes, dentro daquele período de tempo que vimos considerando (que não dá para uma apreciação muito rigorosa, como sabemos) e de acordo com a classificação das mercadorias do comércio externo, destaca-se por ordem decrescente e no que diz respeito às importações, «Automóveis e peças separadas» com 1 361 010 contos (14,5% do total de importações); Caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos» com 688 261 contos (7,3%); «Máquinas e aparelhos eléctricos» com 423 921 contos (4,5%).

Uma análise mais detalhada, por mercadorias, revela a importância crescente do cimento, cuja importação aumentou no 1.º semestre de 1982 de 127,5% relativamente a igual período do ano anterior.

A estrutura das exportações (Quadro XVII) não sofreu alteração significativa, sendo caracterizada pela elevada concentração em apenas quatro produtos: — Banana, Obras de Vimes, Bordados e Vinho da Madeira. A banana ocupa o primeiro lugar com 374 152 contos, embora se tivesse registado uma ligeira quebra relativamente a igual período do ano anterior; seguem-se-lhe, por ordem decrescente da importância, os bordados com 314 036 contos, o vinho da Madeira com 191 260 contos e, por fim, as obras de vimes com 128 425 contos. Estes quatro produtos participaram com cerca de 63% para o total das exportações da Região.

Em termos de distribuição geográfico (Quadro XVIII) as trocas comerciais são essencialmente estabelecidas, como já é norma entre a Região Autónoma da Madeira e o Continente.

O défice do movimento de mercadorias entre estes dois territórios tem vindo sempre a aumentar sendo que, no 1.º semestre de 1982, a Região apresenta já um saldo negativo de 6 233 110 contos.

Quanto às trocas comerciais entre a Região e o estrangeiro, estas são mais reduzidas, sendo o nosso principal fornecedor e cliente a Comunidade Económica Europeia. Durante o 1.º semestre de 1982, a Região importou 1 002 033 contos, ou seja mais 8% que em igual período de 1981 e exportou 545 676 contos, o que representa mais 4,7% relativamente ao ano anterior. A balança comer-

cial com este grupo de países é já bastante deficitária, sendo o saldo negativo do montante de 456 357 contos. De salientar que as trocas comerciais entre a Região e a associação EFTA continuam a diminuir.

O Quadro XIX, que inclui alguns indicadores do comércio externo, permite uma satisfatória análise da sua evolução, através dos índices em cadeia, de preços, volume e valor, das exportações e importações entre a Região Autónoma da Madeira e o Estrangeiro, durante o período 1978-1981 (não se engloba 1982 pois apenas se dispõe de dados para o 1.º semestre).

No caso das exportações, verifica-se uma quebra no índice em volume das mesmas, tendência que se vem verificando desde 1978. A quebra é devida à diminuição no volume de algumas exportações não compensada pelo possível aumento do de outras. Registe-se que, em 1981, a diminuição ficou a dever-se essencialmente à queda das exportações de conservas de peixe, vinho da Madeira e bordados. Quanto ao ritmo de crescimento dos preços, a tendência é para a sua diminuição, constatando-se no período considerado uma quebra de 5%.

Em relação às importações, após uma descida verificada em 1979 e 1980, nos índices de volumes importados, registou-se em 1981 uma subida, devido essencialmente ao aumento das importações de carnes, trigo, milho, óleos cumbustíveis e automóveis para transporte de pessoas e de carga não especificada. Quanto aos preços também se verifica a tendência para a descida do ritmo de crescimento dos valores unitários, sendo que, no período 1978-81, a taxa média de crescimento diminuiu de 3,6%.

É pois no sentido de inverter esta situação do comércio externo da R.A.M., embora com a consciência de que as características da Região e o ritmo de desenvolvimento por que se optou nos últimos anos dificilmente o permitem, que o Governo Regional decidiu a implantação de uma Zona Franca Industrial, a qual, para além da aquisição de tecnologia, dotará a Região de uma estrutura produtiva mais competitiva no mercado externo, não só em termos quantitativos, mas também qualitativos.

QUADRO VIII

ALGUNS INDICADORES DA BALANÇA DE TRANSACÇÕES CORRENTES

Anos	Défice da Balança Comercial	Remessas de Emigrantes		Receitas de Turismo	
		Défice Comercial	× 100	Défice Comercial	× 100
1979	6 988	67,7		53,1	
1980	9 669 (a)	52,6		62,3 (a)	
1981	13 217	66,3		51,4	

(a) Valores corrigidos

FONTE: Banco de Portugal, SREM e estimativas das D. R. Turismo e de Planeamento

QUADRO IX

RECEITAS DE TURISMO (OPERAÇÕES CAMBIAIS)

(Milhões de dólares)

	1981	1982	Variação (%) 1982/81			
				1981	1982	Variação (%) 1982/81
Países europeus da OCDE...	46 07	32 18	— 30,1			
E. U. A. e Canadá	27 47	17 77	— 35,3			
Resto do Mundo	1 84	2 13	+ 15,8			
TOTAL	75 38	52 08	— 30,9			

QUADRO X

RECEITAS DE TURISMO (OPERAÇÕES CAMBIAIS)

(Milhares de contos)

	1981	1982	Variação (%) 1982/81			
				1981	1982	Variação (%) 1982/81
Países europeus da OCDE...	2 835,7	2 557,4	— 9,8			
E. U. A. e Canadá	1 690,4	1 412,6	— 16,4			
Resto do Mundo	113,1	169,6	+ 49,4			
TOTAL	4 639,2	4 139,6	— 10,8			

Origem: Banco de Portugal

Origem: Banco de Portugal

QUADRO XI

REMESSAS DE EMIGRANTES

(Milhares de contos)

	1979	1980	1981			1982		
			1.º sem.	2.º sem.	Total	1.º sem.	2.º sem.	Total
Países europeus da OCDE	621,7	838,1	509,3	527,1	1 036,4	489,1	764,1	1 253,2
E. U. A. e Canadá	353,0	403,5	462,8	500,0	962,8	505,6	857,8	1 363,4
Resto do mundo	3 759,6	3 842,4	3 048,3	3 712,3	6 760,6	3 035,0	5 048,9	8 083,9
Total	4 734,3	5 084,0	4 020,4	4 739,4	8 759,8	4 029,7	6 670,8	10 700,5

Origem: Banco de Portugal

QUADRO XII

VARIAÇÕES PERCENTUAIS EM RELAÇÃO AO PERÍODO HOMÓLOGO DO ANO ANTERIOR

	1980			1981			1982		
	1.º sem.	2.º sem.	Total	1.º sem.	2.º sem.	Total	1.º sem.	2.º sem.	Total
Países europeus da OCDE	27,9	40,5	34,8	41,2	10,4	23,7	— 4,0	+ 45,0	+ 20,9
E. U. A. e Canadá	— 9,5	26,1	14,3	338,7	67,8	138,6	9,2	+ 71,6	+ 41,6
Resto do mundo	4,3	0,7	2,2	87,7	67,3	75,9	— 0,4	+ 36,0	+ 19,6
Total	6,9	7,7	7,4	92,4	58,3	72,3	— 0,2	+ 40,7	22,1

Origem: Banco de Portugal

QUADRO XIII

REMESSAS DE EMIGRANTES

(Milhões de dólares)

	1979	1980	1981			1982		
			1.º sem.	2.º sem.	Total	1.º sem.	2.º sem.	Total
Países europeus da OCDE	12.71	16.74	8.77	8.11	16.84	6.88	8.69	15.77
E. U. A. e Canadá	7.22	8.06	7.97	7.69	15.64	7.12	9.76	17.15
Resto do mundo	76.85	76.75	52.49	57.09	109.85	42.71	57.44	101.72
Total	96.78	101.55	69.23	72.89	142.33	56.71	75.89	134.64

Origem: Banco de Portugal

QUADRO XIV

VARIAÇÕES PERCENTUAIS EM RELAÇÃO AO PERÍODO HOMÓLOGO DO ANO ANTERIOR

	1980	1981			1982		
		1.º sem.	2.º sem.	Total	1.º sem.	2.º sem.	Total
Países europeus da OCDE	+ 31,7	+ 20,1	— 13,9	+ 0,6	— 21,6	+ 7,2	— 6,3
E. U. A. e Canadá	+ 11,6	+ 274,2	+ 30,8	+ 94,0	— 10,7	+ 26,9	+ 9,7
Resto do mundo	— 0,1	+ 59,8	+ 30,5	+ 43,1	— 18,6	— 0,6	— 7,4
Total	+ 4,9	+ 63,7	+ 23,4	+ 40,2	— 18,1	+ 4,1	— 5,4

Origem: Banco de Portugal

QUADRO XV

EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL

	Importações	Exportações	Saldo	Taxa de Cobertura (%)
1981 (1.º Sem.)	6 902 203	1 422 939	— 5 479 264	
1982 (1.º Sem.)	9 377 834	1 600 352	— 7 777 482	20,6 17,1

FONTE: SREM e DRP

QUADRO XVI

PRINCIPAIS MERCADORIAS IMPORTADAS

	1981 (1.º semestre)		1982 (1.º semestre)	
	t	contos	t	contos
Carne de gado bovino	1 469,2	192 684	866,9	151 054
Bacalhau	1 057,2	166 551	505,4	109 304
Trigo	11 518,2	141 835	103,8	134 457
Milho	27 217,5	225 655	13 374,3	108 398
Açúcar	3 888,0	224 377	3 509,0	93 280
Vinho	3 270,1	205 947	1 761,1	109 094
Cimento	73 650,4	194 087	105 317,8	441 635
Óleos lubrificantes	31 152,2	592 421	8 609,8	127 940
Medicamentos	186,7	167 520	287,2	240 005
Matérias plásticas, artificiais e suas obras ...	9 715,8	94 769	1 129,7	135 351
Papel, cartolina e cartão	456,4	25 656	2 469,0	134 606
Ferro ou aço em bruto	2 615,8	75 446	6 783,2	207 245
Ferro ou aço em obra	5 190,8	144 211	2 304,5	191 896
Caldeiras, máquinas e aparelhos e instalações mecânicas	966,4	301 804	2 007,4	688 261
Máquinas e aparelhos eléctricos	821,6	193 064	1 129,8	423 921
Automóveis e peças separadas	2 174,9	850 687	3 172,1	1 361 010

FONTE: SREM

QUADRO XVII

PRINCIPAIS MERCADORIAS EXPORTADAS

(ESTRANGEIRO E RESTO DO PAÍS)

	1981 (1.º semestre)		1982 (1.º semestre)	
	t	contos	t	contos
Bananas	6 600,1	255 157	9 613,2	374 152
Vinho da Madeira	1 899,5	210 193	1 606,8	191 260
Obras de vimes	532,2	119 733	619,9	128 425
Bordados da Madeira	65,4	358 334	51,5	314,036

FONTE: SREM

QUADRO XVIII

DISTRIBUIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO

(1.º semestre)

(valor: contos)

	EXPORTAÇÕES				IMPORTAÇÕES				SALDO	
	1981 *		1982 **		1981 *		1982 **		1981 *	1982 **
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	VALOR
Total Geral ...	1 422 939	100,0	1 600 352	100,0	6 902 203	100,0	9 377 834	100,0	— 5 479 264	— 7 777 482
Continente e Açores... ...	590 228	41,5	788 330	49,3	4 607 041	66,7	7 021 440	74,9	— 4 016 813	— 6 233 110
Estrangeiro ..	832 711	58,5	812 022	50,7	2 295 162	33,3	2 356 394	25,1	— 1 462 451	— 1 544 372
CEE	521 048	36,7	545 676	34,1	931 664	13,5	1 002 033	10,7	— 410 616	— 456 357
EFTA	53 148	3,6	28 679	1,8	290 718	4,3	280 001	3,0	— 237 570	— 251 322
E. U. A.	137 359	9,7	104 512	6,5	506 781	7,3	274 980	2,9	— 369 422	— 170 468
Outros	121 156	8,5	133 155	8,3	565 999	8,2	799 380	8,5	— 444 843	— 666 225

FONTE: SREM

* Valores definitivos

** Valores provisórios

QUADRO XIX

INDICADORES DO COMÉRCIO EXTERNO

ENTRE A RAM E O ESTRANGEIRO

	1978	1979	1980	1981
Exportações (FOB)				
Variação do preço unitário	136,6	133,8	120,2	117,0
Variação em volume	109,7	94,3	93,7	87,5
Variação em valor	149,8	126,2	112,7	102,3
Importações (CIF)				
Variação do preço unitário	131,3	137,2	128,3	117,5
Variação em volume	112,7	98,1	96,5	125,8
Variação em valor	148,0	134,6	123,8	147,8

FONTE: DRP

(O cálculo das séries em volume e preços foi elaborado a partir de uma amostra previamente escolhida considerando-se como base de referência o ano de 1975).

2.3. Preços e salários

A desaceleração da inflação que se vem verificando desde 1981 no conjunto da Zona da OCDE em resultado da adopção de políticas restritivas num contexto de redução de preços de produtos energéticos, de baixos preços de outros produtos de base e de uma moderação no crescimento dos salários nominais não foi extensiva a Portugal (Quadro XX). Com efeito, em 1982 a variação dos preços no consumidor no Continente foi superior em 2,4 pontos percentuais à registada em 1981, devido, sobretudo, à política de preços seguida que conduziu à redução ou eliminação de subsídios e bens alimentares e ao aumento de tarifas de alguns serviços com características sociais.

Perante uma conjuntura externa desfavorável da qual depende fortemente a Região e, perante a política expansionista prosseguida em especial no último triénio, naturalmente que as tendências inflacionistas se fizeram sentir, embora em 1982 se tenha registado uma contenção e mesmo uma certa desaceleração, acusando uma taxa de variação de 20% contra 22,2% no ano anterior.

Para a inflexão verificada em 1982, de 2,2 pontos, contribuiu o comportamento, a taxas inferiores à média, de três das quatro classes que compõem o índice, «Vestuário e Calçado», «Despesas da Habitação» e «Diversos» já que a componente mais importante do índice — «Alimentação e Bebidas» — evoluiu em sentido contrário, acusando uma taxa de acréscimo de 23,8% contra 16,9% no ano anterior. É de notar que em 1981, esta última classe não só havia registado uma sensível desaceleração, como se tinha situado abaixo da média (Quadros XXI e XXII).

A classe «Vestuário e Calçado» sofreu um sensível abrandamento, tendo os preços crescido a uma taxa de 14,5%, em consonância com a

evolução verificada a nível do Continente (onde aumentaram a uma taxa de 15,6%).

Também a classe «Despesas de Habitação» teve, no seu conjunto, uma evolução semelhante à anterior, salientando-se, no entanto, com um crescimento superior à média, os «Combustíveis e Electricidade», a uma taxa de 26,7%, o que foi determinado pelo aumento de preços, da ordem dos 53%, constatado na «Electricidade». Saliente-se no entanto que os preços da energia na Região eram os mais baixos de todo o País.

Na classe «Diversos», ressaltam os «Transportes» como único grupo com um crescimento acima da média (em cerca de dois pontos percentuais).

Estão nesta situação bens alimentares que sofreram aumentos acentuados tais como «Farinhas» (28,2%), «Massas Alimentícias» (30,4%), «Óleos e Gorduras» (35,8%), «Peixe Congelado» (58,3%), «Animais de Capoeira» (31,5%) e «Leite e Produtos Lácteos» (33,4%).

Os produtos que compõem os grupos «Féculas e Amidos», «Frutas» e «Legumes» apresentaram também elevadas taxas de crescimento, as quais foram, respectivamente, de 26,8% 30,6% e 38,9%. É de registar que se tratam de produtos cujos preços são, de forma determinante, afectados por baixos níveis de produtividade, pela actualização dos custos salariais na agricultura, por uma procura interna crescente e por algumas deficiências ainda verificadas a nível dos circuitos de distribuição só a médio prazo resoluveis.

Tendo em vista moderar o ritmo da alta de preços de bens e serviços geralmente considerados essenciais que têm um peso significativo nas despesas das famílias, sobretudo das de mais baixos rendimentos, o Governo da Região, tal como o Governo da República, tem vindo a recorrer à subsidiariação de preços. Assim, no sentido de atenuar os custos adicionais que a condição de insu-

laridade origina, têm sido subsidiadas as despesas de transporte de alguns produtos (margarinas, óleos, sabões) entre o Continente e a Madeira e desta para o Porto Santo, sendo, neste último caso, suportados também os fretes correspondentes ao transporte do milho e das farinhas de milho, das massas alimentícias, das farinhas para usos culinários, da gasolina, do gasóleo e do gás butano e propano. Em 1982, estas despesas cifraram-se em 36 867 contos. Por outro lado, alguns bens e serviços produzidos internamente têm beneficiado de avultados subsídios que, no ano em referência, se elevaram a 57 212 contos para o açúcar, 193 493 contos para o leite, 674 000 contos para a electricidade e 118 367 contos para os transportes colectivos de passageiros.

Quanto à evolução dos salários em 1982, os elementos disponíveis revelam que, na agricultura, os salários diários médios, referentes a trabalhos gerais, cresceram a uma taxa de 42%, contra 23% em 1981.

No sector da construção, os salários convencionais das categorias profissionais mais representativas, em termos de volume de mão-de-obra empregue, subiram, em média, cerca de 20%.

Da análise de alguns elementos sobre a contratação colectiva infere-se que as alterações salariais ocorridas se traduziram em aumentos superiores, em média, a 20%, aumentos estes superiores portanto à taxa de inflação ocorrida no mesmo período.

Os salários mínimos nacionais no sector agrícola, no sector não-agrícola e nos serviços domésticos tiveram aumentos que, calculados a partir das médias anuais de 1981 e 1982, se processaram, respectivamente, às taxas de 13,8%, 13,5% e 13,8%. Por seu turno, a remuneração média no sector público em todo o País, incluindo portanto as Regiões Autónomas, cresceu a uma taxa de 15%, contra 16% em 1981.

Refira-se ainda que à progressiva melhoria de cobertura das relações de trabalho por instrumentos de regulamentação colectiva e à actualização anual das remunerações mínimas garantidas terá correspondido um aumento do nível salarial médio.

QUADRO XX

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR

Anos	OCDE	CEE	Portugal Continental	Madeira
1978	7,9	7,0	22,1	22,6
1979	9,8	8,9	24,2	21,5
1980	12,9	12,2	16,6	19,9
1981	9,4	10,9	20,0	22,2
1982	7,5	9,7	22,4	20,0

FONTE: INE, SREM e OCDE

QUADRO XXI

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, POR CLASSE, NA MADEIRA E NO CONTINENTE

Classes \ Anos	1981/1980		1982/1981	
	Madeira	Cont.	Madeira	Cont.
Alimentação e Bebidas	16,9	19,5	23,8	24,1
Vestuário e Calçado...	29,3	20,5	14,5	15,6
Despesas de Habitação	28,1	20,4	14,8	20,1
Diversos	26,1	20,7	18,8	22,7
Total sem rendas de Habitação	22,2	20,0	20,0	22,4

FONTE: INE e SREM

QUADRO XXII

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR
MADEIRA

Preços médios de 1977=100

	1981	1982	TAXA DE CRESCIMENTO	
			1981/1980	1982/1981
ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS	222,5	275,5	16,9	23,8
Alimentação	222,6	275,7	17,3	23,9
Cereais e derivados	222,8	266,0	21,5	19,4
Féculas e amidos	198,6	251,0	8,6	26,8
Legumes	296,0	386,5	17,8	30,6
Frutas frescas e frigorificadas	230,1	319,7	21,7	38,9
Carnes	206,2	240,7	6,2	16,7
Peixes	289,5	330,0	17,5	14,0
Ovos	206,3	232,2	43,9	12,6
Leite e produtos lácteos, com excl. da manteiga	205,6	274,2	39,7	33,4
Óleos e gorduras	179,8	244,1	14,2	35,8
Açúcar e produtos açucarados, géneros de pastelaria e confeitoria	189,5	250,6	27,0	32,2
Cacau, café e chá	166,5	178,5	5,1	7,2
Diversos: temperos, condimentos, etc.	193,2	218,3	5,6	13,0
Alimentação preparada no todo ou em parte	213,1	238,5	28,7	11,9
Alimentação consumida fora de casa	236,0	274,5	16,8	16,3
Bebidas	220,0	270,2	4,5	22,8
VESTUÁRIO E CALÇADO	257,3	294,6	29,3	4,5
Vestuário	251,4	290,3	36,3	15,5
Calçado	284,1	314,0	7,0	10,5
DESPESAS DE HABITAÇÃO	211,3	242,5	28,1	14,8
Água	142,7	165,7	42,7	16,1
Combustíveis e electricidade	222,7	282,2	44,8	26,7
Aquisição de bens duráveis	198,5	220,3	24,1	11,0
Despesas correntes	233,8	258,8	21,6	10,6
DIVERSOS	201,4	239,2	26,1	18,8
Higiene, cuidados pessoais e saúde	201,0	235,1	27,1	17,0
Tabaco e despesas do fumador	259,5	305,3	18,8	17,6
Transportes	181,2	221,3	22,1	31,2
Comunicações	244,0	256,9	26,2	5,3
Instrução, cultura e distracção	205,3	245,6	19,6	22,5
TOTAL C/ EXCLUSÃO DAS RENDAS DE HABITAÇÃO	219,3	263,1	22,2	20,0

2.4. População e emprego

No Relatório do Plano a Médio Prazo 1981-1984 para a Região foram já feitas algumas considerações sobre população, que, como se sabe, em termos absolutos de residentes, se manteve mais ou menos estacionária em 1981, relativamente a 1970.

Os elementos demográficos que se apresentam têm como base, também, dados provisórios dos Censos de 1981, publicados pelo Serviço Regional de Estatística da Madeira (SREM). Segundo aquela fonte, a repartição da população com 12 e mais anos, de acordo com a condição perante o trabalho, era a que consta do quadro seguinte:

QUADRO XXIII

REPARTIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DA R.A.M. COM 12 E MAIS ANOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO, POR SEXOS.

1981

Condição Perante o Trabalho	HM		H		M	
		%		%		%
Exerceu uma profissão	88 592	35,0	56 096	22,2	32 496	12,8
Tarefas do lar	44 109	17,4	363	0,1	43 746	17,3
Estudante	20 548	8,1	9 596	3,8	10 952	4,3
Reformado, aposentado, reserva	18 986	7,5	7 868	3,1	11 118	4,4
Serviço militar obrigatório	1 061	0,4	1 061	0,4	0	0,0
Incapacitado para o trabalho	5 090	2,0	2 803	1,1	2 287	0,9
Procura primeiro emprego	4 595	1,8	1 372	0,5	3 223	1,3
Procura novo emprego	1 521	0,6	854	0,3	667	0,3
Outro motivo	5 000	2,0	3 233	1,3	1 767	0,7

FONTE: SREM — Censos 81 (Dados provisórios)

NOTA: As percentagens foram calculadas relativamente à população residente.

Importante é referir que a taxa de actividade na Região, já de si muito baixa (35%) revela extraordinário desequilíbrio nos dois sexos, apresentando as mulheres uma taxa muito inferior. Como causa desse facto aparece a elevada quantidade de mulheres ocupada nas tarefas do lar.

Assinalável é já, pese embora a modéstia dos números absolutos, o volume de estudantes (com 12 e mais anos), que ano após ano se vai tornando muito mais significativo.

Também é de registar que o número de indivíduos na situação de reforma, aposentação ou reserva (18 986), acrescido de incapacitados para o trabalho (5 090), com 12 e mais anos, na Região, é superior à quarta parte da população que exerce uma profissão, atingindo 27,2%; relativamente à população residente, total, da R.A.M., aquele número atinge já quase 10%.

No Quadro XXIV, analisa-se a repartição da população por concelhos, sabendo ou não ler e escrever. A maior percentagem de população sabendo ler e escrever localiza-se no concelho do Funchal (72,8%), o que vem também a ter inci-

dências na distribuição da taxa de analfabetismo, por concelhos. Assim, aquela taxa para a Região era em 1981 de 26,9% (Quadro XXV). Note-se que esta taxa, sendo ainda muito alta, decresceu significativamente, desde 1970, cerca de 4 pontos percentuais, como se pode ver no Quadro XXVI. Se retiramos o concelho do Funchal, cuja taxa de analfabetismo (17,8%) se afasta substancialmente da verificada para a Região, esta última sobe para valores da ordem dos 35%, o que por si só justifica que o Governo continue a desenvolver um denodado esforço em todas as áreas do Sector da Educação.

O Quadro XXVII mostra a repartição da população activa por sectores da actividade e por concelhos, na Região. Em números globais, pode dizer-se que a evolução havida foi muito grande, sobretudo quando comparada com a repartição por sectores em 1970:

	1970	1981
Sector primário	36,0%	21,8%
Sectos secundário ...	35,1%	34,6%
Sector terciário	28,9%	43,6%

(Consideram-se incluídas no sector terciário as actividades mal definidas).

O sector primário que ultrapassava os 32 000 indivíduos, em 1970, engloba agora cerca de 19 300, devendo caber à agricultura cerca de 17 500; saíram do sector cerca de 12 700 activos (mais do que entre 1960 e 1970 em que houve uma saída de 10 000 activos aproximadamente), que se deslocaram principalmente para a construção civil e para o sector terciário. O sector secundário mantém-se com peso semelhante em relação a 1970, tendo havido, como é do conhecimento geral, durante os dois últimos recenseamentos, algumas oscilações e quebras em certos ramos da actividade (construção civil, electrónica e bordados, principalmente), que foram depois anuladas pela recuperação na construção civil, sobretudo. O sector terciário aumentou significativamente o seu peso relativo, graças ao extraordinário crescimento que se operou sobretudo no turismo, na Administração Pública e nalguns serviços importantes (como a banca, os seguros, as comunicações).

O concelho do Funchal revela uma estrutura curiosa pois não sendo de estranhar a concentração dos activos no sector terciário, cerca de 2/3, é causadora de admiração a baixíssima percentagem de activos no primário, de cerca de 4% (aqui haverá que considerar a agricultura a tempo parcial que muitos activos de outros sectores ainda praticam, como são os ligados à construção civil e outros ramos da indústria e do comércio); de igual modo, se comporta a população activa no concelho do Porto Santo. Os concelhos de Calheta, Ponta do Sol, Porto Moniz, Santana e São Vicente continuam a revelar fortes contingentes de população activa ligada ao sector primário (superior a 50%), enquanto os concelhos mais próximos do Funchal (Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico) mostram já a predominância do sector secundário, por força sobretudo da construção civil.

Note-se todavia (Quadro XXVIII) que quando comparadas as populações activas, por sectores e por concelhos, nos dois últimos recenseamentos, constata-se que houve diminuição em 1981 no sector primário em todos os concelhos, — com pouco significado em Porto Moniz (cerca de —10%), mas com saliência nos restantes, e principalmente em Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ribeira Brava, Santa Cruz e Porto Santo; por outro lado, em todos os concelhos da Região houve aumento de população activa no sector terciário e apenas na Calheta esse crescimento foi pouco significativo (1,4%), variando nos restantes entre 36,5% e 142,6%. Quanto ao sector secundário, embora se

tenham apurado, para a Região, nos recenseamentos de 70 e 81, números de activos muito semelhantes, a população activa por concelhos teve um comportamento muito diversificado, tendo diminuído nos concelhos da Calheta, do Funchal, da Ponta do Sol, da Ribeira Brava e de São Vicente e aumentado em Câmara de Lobos, Machico, Porto Moniz, Santa Cruz, Santana e até Porto Santo.

A diminuição da população activa no sector primário, sobretudo na agricultura, pelas suas repercuções no ambiente sócio-económico da Região, particularmente no mundo rural, obriga a atenções especiais para que, por um lado, a erosão não venha a agudizar-se (e daí os incentivos governamentais à florestação) e por outro lado a produção não diminua muito significativamente (e daí os apoios que merece do Governo a agricultura mais intensiva, como são a horticultura sob coberto, a hortofruticultura, a viticultura europeia e a fruticultura subtropical).

Por outro lado, o facto de haver ainda por toda a Região um potencial humano, sobretudo feminino, muito importante ainda por absorver, e que pode interessar a toda a actividade económica, incluindo a agrícola, assegura-nos que a produtividade e a produção, neste sector, podem vir a não sofrer grandes diminuições se os agricultores, aproveitando os incentivos e os estímulos estabelecidos, dirigirem as suas explorações principalmente para a cultura dos primores, das flores, das frutas, e das uvas.

Na distribuição da população activa por grupos etários e sectores de actividade (Quadro XXIX), nos grupos etários de 55 e mais anos estão localizados 29,1% da população do sector primário, 11,9% do sector secundário e 10,8% do sector terciário. Esta situação é, de certo modo, análoga à que se verifica noutras regiões que vão sofrendo o natural decréscimo, em valores absolutos, da população activa do sector primário; há como que um prolongamento na actividade dos que vão ficando.

Da população activa com profissão regista-se, ainda, que em 1981 3,3% eram patrões, 17,6% trabalhadores por conta própria, 2,3% trabalhadores familiares não remunerados e 75,8% trabalhadores por conta de outrem; em 1970 as percentagens idênticas eram respectivamente 1,7%, 15,8%, 6,1% e 76,1%. Houve, assim, uma evolução positiva em todos os grupos, uma vez que aumentou o número de patrões e trabalhadores por conta própria (+1,6% e +1,8%, respectivamente) e diminuiu o número de familiares não remunerados e de trabalhadores por conta de outrem (—3,8% e —0,3%, respectivamente).

Nos anos mais recentes tem-se vindo a assistir a uma diminuição do número de desempregados inscritos na Direcção Regional de Emprego e Formação Profissional da Madeira; assim de 6 077 indivíduos no final de 1980 passou-se para 4 305 em 1982, (Quadro XXX). O volume de ofertas de emprego, no período analisado (1980-1982) tem sido crescente.

Para tal situação tem contribuído a própria evolução da economia regional, a que não é alheia também a actuação do sector público no domínio do emprego, quer dinamizando o estudo e realização de empreendimentos com especial relevância na absorção de mão-de-obra, mantendo estudos permanentemente actualizados sobre o mercado de emprego e um serviço gratuito de colocações e formando mão-de-obra qualificada de acordo com as exigências do mercado, quer ainda concedendo apoio técnico e ou financeiro, para manutenção de postos de trabalho em projectos económicos viáveis. Assim, em 1982, foram concedidos apoios financeiros no montante de 9 736 contos (sendo 9 612 contos a título de subsídios não reembolsáveis), os quais permitiram a criação de 130 novos postos de trabalho e a manutenção de 611.

Os pedidos de emprego relativos a desempregados registam-se, em maior volume, para um novo emprego (59,2% em 1982), embora o primeiro emprego continue a apresentar valores significativos no volume global de desempregados (Quadro XXXI).

A evolução da procura de emprego, segundo o sexo, consta do Quadro XXXII.

Ao analisar-se a relação ofertas/pedidos de emprego, continua a verificar-se, tal como em 1981, que apenas nas profissões ligadas à construção civil o número de ofertas é superior ao dos pedidos (Quadro XXXIII). As preferências dos candidatos a primeiro emprego centralizam-se em grupos de profissões diferentes daquela, nomeadamente «empregados de escritório», «trabalhadores dos serviços», «vendedores» e «trabalhadores de hotelaria e similares» que representam 92,1% do total da procura do primeiro emprego (Quadro XXXIV). A razão justificativa desta preferência talvez seja a menor exigências de conhecimentos técnicos específicos, com os quais, na generalidade, os que procuram um primeiro emprego não estão habilitados.

Nas ofertas de emprego sobressaem as ligadas à construção civil (35,8%) que, juntamente com os «trabalhadores indiferenciados», «trabalhadores de hotelaria e similares» e «trabalhadores

dos serviços», representam 69,9% da oferta global, em 1982.

O número de desempregados recebendo subsídio de desemprego tem vindo a diminuir, passando de 1 470 indivíduos em 1980 para 540 em 1982. Representam uma percentagem diminuta dos desempregados, 24,2% em 1980 e 12,5% em 1982 (Quadro XXXV). A tendência geral será de diminuição dado que 38,1% dos subsídios de desemprego concedidos em 1982 foram para desalojados das ex-colónias.

No domínio da formação profissional, e numa tentativa de ajustar a aptidão da mão-de-obra às exigências do mercado procedeu-se ao equipamento do Centro de Formação Profissional, dotando-o de monitores próprios e de moderno equipamento para pintura de construção civil, serralharia civil, alvenarias, carpintaria de construção civil e cabeleireiro. O referido Centro dispõe ainda de instalações e equipamentos que permitem a sua utilização em variados cursos, em especial na área dos serviços. Assim desde 1979 até 1982 realizaram-se 113 acções de formação abrangendo 1 752 participantes.

Além disso estabeleceram-se protocolos de acordo com instituições nacionais (Ministério do Trabalho, Secretaria Regional do Trabalho dos Açores, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI (Brasil), visando apoios técnicos, intercâmbios de experiências e formação profissional fora da Região. Assim 57 madeirenses frequentaram cursos de formação profissional fora da Região, 12 monitores de formação profissional receberam preparação técnico-pedagógica fora da Região, 8 dos quais no SENAI.

Apoiou-se, ainda, a formação profissional nos locais de trabalho, através de subsídios às empresas que para o efeito reunem condições aceitáveis.

A Escola Hoteleira da Madeira realiza cursos com a duração de 2 anos, com uma frequência aproximada de 200 alunos, visando formar profissionais com habilitação específica para: mesa, cozinha, bar, recepção e secretariado, chefia de andares e agências de viagens. Em 1982 terminaram a sua formação 35 alunos.

As acções de formação e aperfeiçoamento profissional alargaram-se ainda a outros sectores, de modo a proporcionar aos trabalhadores e técnicos uma actualização de conhecimentos e técnicas de trabalho, nomeadamente no domínio da saúde, segurança social, educação especial, educação, agricultura, pescas, informática e planeamento.

QUADRO XXIV

REPARTIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DA R.A.M. POR CONCELHO, SABENDO OU NÃO LER E ESCREVER POR SEXOS.

1981

Concelhos	Sem saber ler e escrever			Sabendo ler e escrever		
	HM	H	M	HM	H	M
Calheta ...	46,9	20,3	26,6	53,1	21,0	32,1
Câmara de Lobos ...	47,5	22,8	24,7	52,5	23,0	22,7
Funchal ...	27,2	11,9	15,3	72,8	34,0	38,0
Machico ...	39,4	18,3	21,1	60,6	29,4	31,2
Ponta do Sol ...	43,0	19,5	23,5	56,9	22,5	34,4
Porto Moniz ...	45,1	19,0	26,1	54,9	22,1	32,8
Ribeira Brava ...	49,2	20,9	28,3	50,8	20,6	30,2
Santa Cruz ...	35,5	16,2	19,3	64,5	30,4	34,1
Santana ...	43,3	20,4	22,9	56,7	25,9	30,8
S. Vicente ...	44,3	20,2	24,1	55,7	23,3	32,4
Porto Santo ...	31,0	15,6	15,4	69,0	34,4	34,6
R. A. M. ...	35,9	16,2	19,7	64,1	29,6	34,5

Fonte: SREM — Censos 81 (Dados provisórios)

QUADRO XXV

**TAXAS DE ANALFABETISMO POR CONCELHOS
(População com mais de sete anos)**

Concelhos	Taxas de Analfabetismo (1981)		
	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
Calheta ...	41,5	40,2	40,8
Câmara de Lobos	37,4	35,7	36,5
Funchal ...	14,7	20,4	17,8
Machico ...	27,7	31,7	29,8
Ponta do Sol ...	39,3	34,6	36,5
Porto Moniz ...	38,3	38,3	38,3
Ribeira Brava ...	41,7	42,7	42,3
Santa Cruz ...	24,9	28,5	26,9
Santana ...	36,4	36,6	36,5
S. Vicente ...	38,0	36,2	37,0
Porto Santo ...	22,2	21,4	21,8
R. A. M. ...	25,0	28,4	26,9

Fonte: SREM — Censos 81 (Dados provisórios)

QUADRO XXVI

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ANALFABETISMO DA R.A.M., OBTIDAS ATRAVÉS DOS CENSOS DA POPULAÇÃO

anos	Taxa de Analfabetismo
1950	48,9
1960	34,6
1970	30,2
1981	26,9

Fonte: SREM — Censos 81

O número referente a 1981 é provisório.

QUADRO XXVII

**POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE E SUA RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO
TOTAL, POR CONCELHOS**

— Região Autónoma da Madeira —

Concelhos	População Total	Sector primário		Sector secundário		Sector terciário		Actividade mal definida		TOTAL	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	% em relação Pop. Total
Calheta	12 958	2 309	59,9	860	22,3	644	16,7	41	1,1	3 854	29,7
Câmara de Lobos ...	31 054	2 748	25,8	5 809	54,6	1 982	18,6	102	1,0	10 641	34,3
Funchal	112 573	1 625	4,1	11 553	28,9	26 561	66,4	240	0,6	39 979	35,5
Machico	22 150	1 956	25,9	3 396	44,9	2 159	28,6	49	0,6	7 560	34,1
Porto do Sol	9 165	1 629	50,3	907	28,0	668	20,6	34	1,1	3 238	35,3
Porto Moniz	3 972	1 407	73,0	238	12,3	271	14,1	12	0,6	1 928	48,5
Ribeira Brava	13 484	1 301	25,3	3 073	59,7	739	14,3	37	0,7	5 150	38,2
Santa Cruz	23 270	1 699	22,2	3 187	41,7	2 678	35,0	82	1,1	7 646	32,9
Santana	11 259	2 725	64,1	773	18,2	711	16,7	41	1,0	4 250	37,7
São Vicente	8 497	1 809	62,5	499	17,2	553	19,1	33	1,2	2 894	34,1
Porto Santo	4 381	120	8,3	393	27,0	917	63,2	22	1,5	1 452	33,1
<i>Total</i>	252 763	19 328	21,8	30 688	34,6	37 883	42,8	693	0,8	88 592	35,0

FONTE: SREM Censos 81 (Dados provisórios)

QUADRO XXVIII

COMPARAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO ACTIVA DOS CENSOS DE 1970 E 1981, POR CONCELHOS

— REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA —

Concelhos	Sector Primário			Sector Secundário		
	1970	1981	Variação	1970	1981	Variação
Calheta	3 635	2 309	-36,5	1 235	860	-30,4
Câmara de Lobos	4 770	2 478	-42,4	3 375	5 809	+72,1
Funchal	2 935	1 625	-44,6	14 090	11 553	-18,0
Machico	3 535	1 956	-44,7	2 800	3 396	+21,3
Ponta do Sol	2 030	1 629	-19,8	1 275	907	-28,9
Porto Moniz	1 560	1 407	-9,8	35	238	+580,0
Ribeira Brava	3 645	1 301	-64,3	3 765	3 073	-18,4
Santa Cruz	3 390	1 699	-49,9	2 990	3 187	+6,6
Santana	3 685	2 725	-26,1	640	773	+20,8
São Vicente	2 470	1 809	-26,8	600	499	-16,8
Porto Santo	375	120	-68,0	380	393	+3,4
R.A.M.	32 030	19 328	-39,7	31 185	30 688	-1,6

FONTE: SREM — Censos 81 (Dados provisórios)

NOTA: A população activa em 1970 e 1981 foi considerada, respectivamente a partir dos 10 anos e 12 anos de idade

Sector Terciário			Actividade mal definida			Total		
1970	1981	Variação	1970	1981	Variação	1970	1981	Variação
635	644	+ 1,4	—	41	—	5 505	3 854	- 30,0
1 310	1 982	+ 51,3	50	102	+ 104,0	9 505	10 641	+ 12,0
18 390	26 561	+ 44,4	660	240	- 63,6	36 075	39 979	+ 10,8
890	2 159	+ 142,6	15	49	+ 226,7	7 240	7 560	+ 4,4
390	668	+ 71,3	85	34	- 60,0	3 780	3 238	- 14,3
130	271	+ 108,5	5	12	+ 140,0	1 730	1 928	+ 11,4
485	739	+ 52,4	5	37	+ 640,0	7 900	5 150	- 34,8
1 315	2 678	+ 103,6	170	82	- 51,8	7 865	7 646	- 2,8
420	711	+ 69,3	10	41	+ 310,0	4 755	4 250	- 10,6
405	553	+ 36,5	10	33	+ 230,0	3 485	2 894	- 17,0
465	917	+ 97,2	10	22	+ 110,0	1 230	1 452	+ 18,0
24 835	37 883	+ 52,5	1 020	693	- 32,1	89 070	88 592	- 0,5

QUADRO XXIX

POPULAÇÃO ACTIVA, POR GRUPOS ETÁRIOS E POR SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

Grupos Etários	Total		Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário		Actividade Mal Definida	
	N. ^o	%	N. ^o	%	N. ^o	%	N. ^o	%	N. ^o	%
12 — 14 anos	1 956	2,2	672	3,5	946	3,1	288	0,8	50	7,2
15 — 19 anos	11 771	13,3	2 536	13,1	5 885	19,2	3 257	8,6	93	13,4
20 — 24 anos	11 675	13,2	1 396	7,2	4 484	14,6	5 710	15,1	85	12,3
25 — 29 anos	11 102	12,5	1 130	5,8	3 629	11,8	6 267	16,5	76	11,0
30 — 34 anos	8 795	9,9	968	5,0	2 607	8,5	5 174	13,8	46	6,6
35 — 39 anos	7 626	8,6	1 181	6,1	2 323	7,5	4 078	10,8	44	6,3
40 — 44 anos	7 282	8,2	1 557	8,0	2 336	7,6	3 343	8,8	46	6,6
45 — 49 anos	7 841	8,9	2 059	10,7	2 574	8,4	3 166	8,3	42	6,1
50 — 54 anos	6 995	7,9	2 226	11,5	2 271	7,4	2 453	6,5	45	6,5
55 — 59 anos	6 128	6,9	2 203	11,4	1 955	6,4	1 933	5,1	37	5,3
60 — 64 anos	4 213	4,8	1 777	9,2	1 129	3,7	1 271	3,3	36	5,2
65 — 69 anos	1 952	2,2	957	5,0	350	1,1	607	1,6	38	5,5
70 — 74 anos	784	0,8	438	2,3	118	0,4	204	0,5	24	3,5
Mais de 75 anos	472	0,5	228	1,2	81	0,3	132	0,3	31	4,5
TOTAL	88 592	100,0	19 328	100,0	30 688	100,0	37 883	100,0	693	100,0

FONTE: SREM — Censos 1981 (Dados provisórios)

QUADRO XXX

SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

(PEDIDOS E OFERTAS REGISTADOS)

	1980	1981	1982	Taxas de variação (%)	
				1981/1980	1982/1981
Pedidos de emprego relativos a desempregados no fim do período:					
Novo emprego ...	6 077	5 344	4 305	+ 12,1	+ 19,4
Primeiro emprego ...	3 570	3 216	2 550	+ 9,9	+ 20,7
Oferta de emprego no final do período ...	2 507	2 128	1 755	+ 15,1	+ 17,5
Colocações efectuadas ao longo do período ...	432	463	557	+ 7,2	+ 20,3
	800	562	553	- 29,8	- 1,6

FONTE: Direcção Regional de Emprego e Formação Profissional — Madeira

QUADRO XXXI

DECOMPOSIÇÃO DOS PEDIDOS DE EMPREGO (%)

	1980	1981	1982
Pedidos de emprego relativos a desempregados	100,0	100,0	100,0
Novo emprego	58,7	60,2	59,2
Primeiro emprego	41,3	39,8	40,8

FONTE: Direcção Regional de Emprego e Formação Profissional — Madeira

QUADRO XXXII

EVOLUÇÃO DA PROCURA DE EMPREGO POR PARTE DE DESEMPREGADOS, SEGUNDO O SEXO

Estrutura percentual

Anos	Procura de novo emprego			Procura de 1.º emprego			Totais		Total
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	
1980	18	41	59	4	37	41	22	78	100
1981	18	42	60	3	37	40	21	79	100
1982	15	44	59	3	38	41	18	82	100

FONTE: Direcção Regional de Emprego e Formação Profissional — Madeira

QUADRO XXXIII

PEDIDOS E OFERTAS DE EMPREGO POR SATISFAZER

Grupos de Profissões	Pedidos		Ofertas		$\frac{\text{Ofertas}}{\text{Pedidos}} \times 100$
	Número	% em relação ao total dos pedidos	Número	% em relação ao total das ofertas	
Técnicos, artistas e similares	69	1,6	12	2,1	17,4
Empregados de escritório	1 251	29,1	30	5,4	2,4
Vendedores	496	11,5	18	3,2	3,6
Agricultores, pescadores e afins	53	1,2	15	2,7	28,3
Trabalhadores dos transportes e comunicações	143	3,3	15	2,7	10,5
Trabalhadores da indústria de bordados ...	178	4,1	2	0,4	1,1
Serralheiros mecânicos e trabalhadores semelhantes ...	51	1,2	17	3,0	33,3
Electricistas e trabalhadores semelhantes	44	1,0	26	4,7	59,1
Carpinteiros e trabalhadores semelhantes	37	0,9	75	13,5	202,7
Pintores e trabalhadores semelhantes ...	15	0,3	15	2,7	100,0
Pedreiros e trabalhadores afins ...	16	0,4	26	4,7	162,5
Serventes da construção civil	17	0,4	83	14,9	488,2
Trabalhadores indiferenciados	156	3,6	73	13,1	46,8
Trabalhadores de hotelaria e similares ...	494	11,5	70	12,6	14,2
Trabalhadores dos serviços	1 232	28,6	47	8,4	3,8
Outros	53	1,2	33	5,9	62,3
TOTAL	4 305	100,0	557	100,0	12,9

FONTE: Direcção Regional de Emprego e Formação Profissional — Madeira

QUADRO XXXIV

COMPOSIÇÃO PROFISSIONAL DO DESEMPREGO
(FINAL DE 1982)

Grupos de profissões	Procura de novo emprego	Procura de primeiro emprego
Técnicos, artistas e similares	1,5	1,8
Empregados de escritório	15,1	49,3
Vendedores	11,7	11,2
Agricultores, pescadores e afins	2,0	0,2
Trabalhadores dos transportes e comunicações	3,9	2,4
Trabalhadores da indústria de bordados	6,2	1,2
Serralheiros mecânicos e semelhantes	1,5	0,7
Electricistas e trabalhadores semelhantes	1,3	0,6
Carpinteiros e trabalhadores semelhantes	1,4	0,1
Pintores e trabalhadores semelhantes	0,5	0,06
Pedreiros e trabalhadores afins	0,6	—
Serventes da construção civil	0,3	0,5
Trabalhadores indiferenciados	6,1	—
Trabalhadores de hotelaria e similares	15,1	6,3
Trabalhadores dos serviços	30,9	25,3
Outros	1,9	0,3
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: Direcção Regional de Emprego e Formação Profissional

QUADRO XXXV

EVOLUÇÃO DOS SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO
(Situação no final do período)

	1980	1981	1982
Desempregados recebendo subsídio de desemprego dos quais desalojados das ex-colónias	1 470	618	540
Percentagem de desempregados recebendo subsídio de desemprego	274	223	206
	24,2	11,6	12,5

FONTE: Direcção Regional de Emprego e Formação Profissional

2.5. FINANÇAS PÚBLICAS

Segundo elementos provisórios sobre a execução orçamental de 1982, as receitas totais da administração regional que deram entrada nos cofres do Governo Regional (excluindo contas de ordem no montante de 2 835 616 contos) atingiram o quantitativo de 14 810 807 contos o que representa um acréscimo de 4,5% relativamente a 1981 (Quadro XXXVI).

As receitas correntes, originadas na Região, excluindo portanto a transferência do Orçamento Geral do Estado, cresceram 40,5% relativamente a 1981. De entre estas receitas, ressaltam pela sua importância as receitas fiscais, das quais se destacam os impostos directos e indirectos com aumentos de 46,0% e 39,0%, respectivamente, em relação às cobranças realizadas em 1981. Para tal contribuiram, com acréscimos superiores à média, nos impostos directos, o imposto profissional (71,3%), o imposto de capitais (64,1%) e o imposto sobre as sucessões e doações (115,1%) e, nos impostos indirectos, o imposto do selo (73,1%) e o imposto sobre a venda de veículos automóveis (222,8%). O aumento da cobrança do imposto profissional deve-se não só à subida dos rendimentos do trabalho, mas também à passagem de alguns contribuintes aos escalões seguintes dos rendimentos colectáveis; o aumento das taxas de juro, contribuindo para o crescimento da matéria colectável (juros de depósitos a prazo), sobre a qual incide o imposto de capitais, aliado à criação de um adicional de 10%, justifica o montante atingido por aquele imposto; o estabelecimento de um adicional de 15% e talvez uma certa recuperação de cobranças atrasadas estão na base do grande aumento verificado no imposto sobre sucessões e doações; a evolução da actividade económica, a inflação e, ain-

da, as alterações introduzidas no Código do Imposto do Selo parecem ser a justificação do aumento verificado no imposto do selo; e o acréscimo, muito vultoso, que sofreu o imposto sobre a venda de veículos automóveis, deveu-se ao aumento do número de veículos importados directamente do estrangeiro, quer através de comerciantes do ramo automóvel, quer de emigrantes, ao aumento da taxa do imposto e ao aumento do custo dos automóveis.

As transferências (correntes e de capital) provenientes do Orçamento Geral do Estado, para cobertura do défice, diminuiram 24,4%, se entrarmos em consideração com o montante de 255 145 contos que deverá ser adicionado à transferência efectiva, por ter sido indevidamente recebido em 1980.

Nas «contas de ordem» destacam-se, pela sua importância, as verbas atribuídas às autarquias locais com base na lei das finanças locais que, em 1981 e 1982, atingiram os montantes de 628 727 contos e de 773 646 contos, respectivamente.

As despesas efectuadas, em 1982, pela administração regional tiveram um acréscimo de 21,4% relativamente à execução orçamental de 1981 (Quadro XXXVII).

Numa análise mais detalhada da despesa realizada em 1982, verifica-se que as despesas correntes representaram 56,1% do total, estando os Investimentos do Plano a reforçar a sua posição relativa — 40,8% em 1982 e 36,5% em 1981. Nas despesas correntes o aumento verificado (49,2% em 1981 e 56,1% em 1982) é fundamentalmente justificado pelo montante de juros pagos. Nas transferências — outros sectores —, estão incluídas transferências para a Empresa de Electricidade da Madeira e para a União das Cooperativas de Lacticínios da Madeira — UCALPLIM, que em 1982 atingiram 704 000 contos e 280 059 contos, respectivamente.

Os Investimentos do Plano realizados apresentaram a seguinte distribuição percentual:

	1981	1982
Sectores Sociais	38,3	36,3
Sectores Produtivos	13,3	11,7
Infraestruturas Económicas	24,1	32,8
Sectores de Apoio	2,1	1,6
Investimentos Municipais ..	22,2	17,6
TOTAL	100,0	100,0

A execução do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional em 1982 foi superior em 35,9% à de 1981 (Quadro XXXVIII).

Com aumentos mais significativos e superiores à referida média de acréscimo geral destacam-se:

— Transportes e Comunicações

Os maiores acréscimos verificaram-se no programa «Portos» (407 467 contos) nomeadamente na «construção do porto na ilha do Porto Santo» e no «equipamento mecânico do porto do Funchal» e, ainda, no programa «Rede Rodoviária Regional» (473 168 contos).

— Circuitos de Distribuição

A realização do programa «Organização de mercados e sistemas de distribuição para produtos agrícolas e pecuários» foi superior em 39 242 contos à de 1981, localizando-se, sobretudo, ao nível dos projectos «Comparticipação na construção do mercado de Câmara de Lobos» (projecto introduzido em 1982 — 20 000 contos) e «Matadouros rurais e casas de matança» (mais 18 404 contos). O programa «Infraestruturas para produtos da Pesca» registou um aumento de 97 295 contos, com especial des-

taque para o projecto «Entreposto frigorífico de Câmara de Lobos» que foi iniciado em 1982 e teve uma execução financeira de 52 768 contos.

— Segurança Social

Os aumentos mais significativos registaram-se ao nível do Programa «Infância e Juventude», (mais 47 204 contos) fundamentalmente no projecto de «Construção de creches e jardins de infância» e ainda no programa «Terceira Idade» (mais 43 501 contos).

— Turismo

Destaca-se, pela sua importância, o aumento verificado no programa «Promoção Turística» (mais 77 959 contos).

— Saúde

O maior aumento verificado (51 600 contos) centrou-se na execução do programa «Beneficiação e Apetrechamento da Direcção Regional dos Hospitais», nos projectos «Instalação e equipamento de serviços de acção médica e de apoio na Direcção Regional dos Hospitais» e «Beneficiação de Hospitais».

— Cultura

O programa «Recuperação e valorização de monumentos nacionais e de outros imóveis classificados ou de interesse regional» e, ainda, o de «Beneficiação e remodelação de edifícios de carácter cultural» foram os que tiveram uma execução financeira mais elevada.

A cobrança de receitas para o sector público, originadas na Região, não tem evoluído ao mesmo ritmo da realização das despesas; o que, aliado às insuficientes transferências do Orçamento Geral do

Estado, levou à necessidade do recurso ao crédito, nos últimos anos, sob a forma de empréstimos avaliados pelo Governo da República.

Em 1981, contraíram-se empréstimos no montante de 5 milhões de contos, subdivididos em duas parcelas de 2 milhões e 3 milhões de contos, respectivamente em Agosto e Novembro daquele ano. Foram emitidas obrigações com o valor nominal de 1 000\$00 destinadas à subscrição por instituições de crédito. Os juros são contados semestralmente à taxa correspondente à básica do Banco de Portugal que vigora no primeiro dia de cada período semestral de contagem de juros. No empréstimo de dois milhões de contos, a duração máxima das obrigações é de 12 anos, efectuando-se as amortizações ao par, em vinte semestralidades iguais, vencendo-se a primeira em Fevereiro de 1984 e a última em Agosto de 1993. No empréstimo de 3 milhões de contos, as obrigações foram subdivididas em duas séries e têm a duração de 7 anos; as amortizações efectuar-se-ão em 10 semestralidades iguais para cada série. A primeira amortização da 1.ª série vence-se a 23 de Maio de 1984 e a última em 23 de Novembro de 1988; para a segunda série aquelas datas são 23 de Junho de 1984 e 23 de Dezembro de 1988.

Em 1982, a Região contraíu empréstimos no montante total de 6 170 mil contos, subdivididos em duas parcelas uma das quais de três milhões de contos. A taxa de juro nominal anual é a correspondente à básica de desconto do Banco de Portugal, em vigor no primeiro dia de cada período semestral da contagem de juro, acrescida de 3%. A duração de vida das obrigações é de 7 anos. Para o empréstimo de 3 milhões de contos as amortizações efectuar-se-ão em 10 semestralidades vencendo-se a primeira a 30 de Outubro de 1984 e a última a 30 de Abril de 1989. No empréstimo de 3 170 000 contos as obrigações serão amortizadas em 5 anuidades iguais vencendo-se a primeira a 1 de Dezembro de 1983 e a última a 1 de Dezembro de 1989.

QUADRO XXXVI

RECEITAS COBRADAS

Execução orçamental (valores provisórios)

(contos)

	1981	1982	% de aumento
RECEITAS CORRENTES	5 274 633,3	8 314 390	57,6
• IMPOSTOS DIRECTOS	1 465 175,3	2 139 428	46,0
— Contribuição industrial	350 933,2	409 267	16,6
— Contribuição predial	3,0	—	—
— Imposto profissional	322 796,5	553 069	71,3
— Imposto de capitais	505 859,0	829 964	64,1
— Imposto complementar	143 833,1	181 928	26,5
— Imposto sobre sucessões e doações	14 090,5	35 429	115,1
— Sisa	114 096,7	110 998	-2,7
— Diversos	13 563,3	18 773	38,4
• IMPOSTOS INDIRECTOS	2 107 986,1	2 929 509	39,0
— Direitos de importação	118 620,9	138 980	17,2
— Sobretaxa de importação	94 705,9	128 848	36,0
— Imposto interno de consumo	40 009,2	45 381	13,4
— Estampilhas fiscais	81 764,8	100 117	22,4
— Imposto do selo	281 500,9	487 197	73,1
— Imposto de transacções	1 138 519,0	1 340 913	17,8
— Imposto sobre venda de automóveis	92 144,5	297 457	222,8
— Imposto de consumo sobre tabaco	207 281,7	280 804	35,5
— Diversos	53 379,2	109 812	105,7
• TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	396 377,6	485 900	22,6
• RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	338,7	295	-12,9
• TRANSFERÊNCIAS — SECTOR PÚBLICO	853 579,5	2 123 939	148,8
— O. G. E.	853 500	2 100 275 b)	146,1
— Gabinete Regional Gestão Fundo Desemprego	79,5	21 800	27 320,1
— Outras	—	1 864	—
• VENDA DE SERVIÇOS E BENS NÃO DURADOUROS	134 418,7	147 904	10,0
• OUTRAS RECEITAS CORRENTES	316 757,4 a)	487 423 c)	53,9
RECEITAS DE CAPITAL	8 891 010,7	6 444 477	-27,5
• VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	48 082,9	29 724	-38,2
• TRANSFERÊNCIAS — SECTOR PÚBLICO	2 264 496,6	193 153	-91,4
— O. G. E.	2 264 496,6	—	—
— Gabinete Regional Gestão Fundo Desemprego	—	193 153	—
• ACTIVOS FINANCIEROS	31,2	—	100
• PASSIVOS FINANCIEROS	6 578 400,0	6 221 600	-5,4
• REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	6 466,9	51 932	+703,0
TOTAL GERAL d)	14 172 110,9	14 810 807	4,5

FONTE: DRP

a) Inclui IVVA e IT cobrados no Continente, no montante de 250 000 contos e reembolsos no montante de 13 584,9 contos.

b) Em 1982 não entraram 255 145 contos que tinham sido recebidos, indevidamente em 1980 para obras do aeroporto do Funchal.

c) Inclui IVVA e IT cobrados no Continente.

d) Não inclui contas de ordem

FONTE: DRP

QUADRO XXXVII

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

(sem contas de ordem)

(contos)

	Execução Orçamental (a)		Variação Percêntual
	1981	1982	
1. DESPESAS CORRENTES	<u>6 208 063</u>	<u>8 588 118</u>	<u>38,4</u>
Pessoal	3 011 198 (b)	3 555 131 (b)	18,1
Bens duradouros	1 369	12 000	776,5
Bens não duradouros	101 504	146 189	44,0
Aquisição de serviços	232 463	308 283	32,6
Juros	107 941	1 193 394	1 005,7
Transferências — Sector público	1 047 344	1 338 920	27,8
Transferências — outros sectores	1 033 178	1 436 369	39,0
Outras	673 066	597 832	11,2
2. DESPESAS DE CAPITAL	<u>1 807 159</u>	<u>474 880</u>	<u>-73,7</u>
Investimentos	303 572	449 638	48,1
Transferências — Sector Público	—	—	—
Transferências — Outros sectores	—	13 167	—
Activos financeiros	1 500	—	—
Passivos financeiros	1 502 087	1 075	-99,9
Outras despesas de capital	—	11 000	—
3. INVESTIMENTOS DO PLANO	<u>4 605 813</u>	<u>6 258 680</u>	<u>35,9</u>
4. TOTAL	<u><u>12 621 035</u></u>	<u><u>15 321 678</u></u>	<u><u>21,4</u></u>

(a) Dados provisórios

(b) Inclui despesas com os professores das escolas oficiais, Direcções Regionais de Saúde Pública, Hospitalar e de Educação Especial e ainda do Instituto do Vinho da Madeira.

QUADRO XXXVIII

**EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS E DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL**

(contos)

Sectores	1981	1982 (a)	Variação Percentual
1. SECTORES SOCIAIS	1 762 289	2 272 052	28,9
1. 1. Educação e Desporto	533 884	703 547	31,8
1. 2. Cultura	34 978	78 887	125,5
1. 3. Formação Profissional	15 500	46 681	201,2
1. 4. Saúde	62 083	110 593	78,1
1. 5. Segurança Social	51 547	142 252	176,0
1. 6. Educação Especial	2 000	2 800	40,0
1. 7. Habitação e Urbanismo	977 986	1 121 909	14,7
1. 8. Ambiente	84 311	66 383	-22,5
2. SECTORES PRODUTIVOS	611 813	734 494	20,1
2. 1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária	360 037	393 493	9,3
2. 2. Pesca	19 856	9 623	-51,5
2. 3. Indústria	6 792	19 068	180,7
2. 4. Energia (b)	—	3 749	—
2. 5. Turismo	225 128	308 561	37,1
3. INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS	1 111 797	2 052 920	84,6
3. 1. Transportes e Comunicações	1 055 353	1 892 396	79,3
3. 2. Circuitos de Distribuição	56 444	160 524	184,4
4. SECTORES DE APOIO	95 531	99 730	4,4
4. 1. Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	—	10 400	—
4. 2. Informação Científica e Técnica	3 127	5 967	90,8
4. 3. Modernização da Administração Pública	92 404	83 363	-9,8
INVESTIMENTOS MUNICIPAIS	1 024 383	1 099 484	7,3
TOTAL	4 605 813	6 258 680	35,9

(a) Dados provisórios.

(b) Não inclui os investimentos realizados pela Empresa de Electricidade da Madeira.

CAPITULO II

INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Ao longo de todo o processo regional de adesão à C. E. E., Portugal tem manifestado o seu acordo em relação aos seguintes princípios gerais:

- Aceitação integral do «acquis» comunitário à data da adesão salvo derrogações específicas a prever nos instrumentos de adesão;
- As negociações de adesão devem ser consideradas num todo, não podendo, desde logo, entender-se como definitivos os acordos realizados, por capítulo, antes do acordo global;
- Os pontos do acordo fundamentam-se no «acquis» comunitário tal como este se apresenta à data em que eles são constatados, sem prejuízo, no entanto do seu desenvolvimento;
- O regime que Portugal terá que aplicar à Espanha, bem como as derrogações relativas só à Grécia serão tratadas ulteriormente no decorrer das negociações.

Na sequência da posição assumida pelo Governo Regional, face ao problema da integração europeia, que foi transmitida à Comunidade pela delegação portuguesa em Junho de 1981, a Região Autónoma da Madeira tem vindo a participar nas negociações que visam a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Essa participação tem vindo a ser assegurada por um representante da Região na Comissão de Integração Europeia.

Assim, em 1982, a Região acompanhou as negociações que levaram ao encerramento, na generalidade, de 10 capítulos: Política Regional, Transportes, Movimento de Capitais, Questões Económicas e Financeiras, Direito de Estabelecimento, Fiscalidade, EURATOM, União Aduaneira, CECA e Relações Externas.

Restam em negociação os capítulos: Agricultura, Pescas, Política Social, Questões Institucionais e, ainda, Questões Orçamentais.

Na Política Regional e Ajudas Governamentais, Portugal aceitou, na íntegra, o «acquis» comunitário, não estando prevista nenhuma medida transitória ou de derrogação temporária. Portugal participará desde a adesão, no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) do mesmo modo que os outros Estados membros, de acordo com a regulamentação comunitária na matéria, incluindo

a que diz respeito aos programas de desenvolvimento regional. Tendo em vista assegurar a participação de Portugal nos benefícios do FEDER, desde a adesão, a Comunidade procederá, antes da adesão, à adaptação das normas do regulamento relativo ao FEDER, fixando a quota deste atribuída a cada Estado membro. Foi assinado um protocolo, relativo ao desenvolvimento económico e industrial de Portugal, o qual será inserido nos instrumentos de adesão. São condições básicas de acesso aos benefícios do FEDER, a existência de uma política de desenvolvimento regional bem definida, incluindo um sistema de ajudas com finalidade regional que permita a participação daquele Fundo no financiamento de investimentos em actividades industriais, artesanais ou de serviços, enquadrados em programas de desenvolvimento regional bem elaborados.

A Região pretende vir a ser considerada como uma região prioritária de desenvolvimento, a nível da política regional comunitária e como região desfavorecida de montanha para efeitos de aplicação da política agrícola comunitária.

A Comunidade manifestou a disposição de financiar acções de interesse comum, a levar a cabo por Portugal para a adaptação das suas estruturas à integração num espaço económico mais vasto.

O Plenário do Governo Regional, após a apresentação em 1981 de uma proposta de pequenos projectos no sector primário, a incluir no Plano de Ajudas Pré-adesão (Programa de Política Regional), referentes aos planos de fomento agrícolas e pecuário, optou por submeter a financiamento comunitário, através dos organismos competentes em Lisboa, um projecto de construção do troço de estrada referente à chamada Saída Oeste do Funchal, cujo total está estimado em 800 000 contos. A participação comunitária deverá ser de cerca de 166 mil contos.

Relativamente ao dossier «Movimento de Capitais» foi acordada a liberalização, desde a data da adesão, dos pagamentos correntes e operações relativas às transacções invisíveis, de acordo com o direito comunitário, com excepção das transferências respeitantes a viagens de turismo, para as quais se prevê uma medida transitória com a duração de 5 anos. Portugal liberalizará também, desde a data da adesão, os movimentos de capitais, excepto nos casos seguintes para os quais foram pedidas derrogações temporárias ou medidas transitórias:

- a) Investimento directo efectuado por residentes de Portugal nos Estados membros da Comunidade;

- b) Investimento imobiliário efectuado pelos residentes de Portugal nos Estados da CEE;
- c) Investimento imobiliário efectuado pelos residentes na CEE em Portugal;
- d) Movimentos de capitais de carácter pessoal;
- e) Aquisição de títulos estrangeiros negociados na bolsa.

Existem ainda alguns pontos em aberto que se prendem com o Investimento Directo Estrangeiro.

Portugal aceitou na generalidade o «acquis» comunitário nos transportes, tendo solicitado diversas excepções temporárias:

- Um pedido transitório de 3 anos para a utilização dum aparelho de controlo nos transportes rodoviários relativamente a veículos com excepção dos veículos empregues nos transportes internacionais e no transporte de matérias perigosas;
- Um pedido derogatório de 2 anos para a aplicação do controlo técnico dos veículos a motor e seus reboques.

Para a Região Autónoma da Madeira foi especificamente negociado um período transitório de 5 anos, para a aplicação do aparelho de controlo nos veículos registados e circulando unicamente no Arquipélago.

Dos restantes dossiers já encerrados, destacam-se os seguintes pontos:

- Definição de regras relativas ao estabelecimento e condições de funcionamento de bancos estrangeiros, a vigorar durante um período de 7 anos após a adesão;
- Acordo de um período de 7 anos para a progressiva adaptação do regime de tributação dos tabacos na Região Autónoma da Madeira;
- Disponibilidade de um período de três anos, a contar da data da adesão, para a implementação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) em Portugal, com uma derro-

gação suplementar de mais três anos para as pequenas empresas e a possibilidade de aplicação da taxa zero para certos produtos considerados essenciais;

- Disposições transitórias no domínio comercial e industrial, de que se destacam:
 - período transitório de 7 anos para a progressiva redução dos direitos aduaneiros existentes relativos às importações provenientes da Comunidade, bem como para a aproximação dos direitos estipulados na Pauta Aduaneira Portuguesa aos da Pauta Exterior Comum, aplicáveis às importações provenientes de terceiros países;
 - eliminação ou adaptação das restrições quantitativas relativamente a determinados produtos sensíveis durante um período transitório de 7 anos;
 - continuação da utilização do sistema de registo prévio, apenas com fins estatísticos, durante um período de 3 anos após a data da adesão, devendo a concessão dos boletins de registo processar-se automaticamente num prazo de 5 dias úteis;
- Derrogação de 7 anos para aplicação das regras de preços e condições de transporte nos produtos abrangidos pelo dossier CECA e destinados à Região Autónoma da Madeira;
- Acordo quanto ao ritmo de crescimento real das exportações de certos produtos têxteis para a Comunidade por um período de 3 anos após a adesão, findo o qual ficarão os mesmos em livre circulação e possibilidade de tratamento recíproco, se eventualmente necessário, para a importação por Portugal de produtos têxteis da Comunidade.

Estão ainda a ser desenvolvidos estudos em vários sectores, de modo a que possam ser globalizadas as várias questões que se porão à Região por via da adesão à Europa, bem como perspectivar o seu desenvolvimento face à consideração de hipóteses alternativas de integração.

CAPÍTULO III

Orientações Globais da Política Económica e Social

A política a prosseguir em 1983 dará, de um modo geral, continuidade às medidas já iniciadas em 1981, com as necessárias adaptações que a conjuntura económica recente, interna e externa, impõe.

O Plano de Médio Prazo 1981-1984 aponta para objectivos, que, em última análise, visam um maior desenvolvimento da Região, em moldes mais harmónicos, os quais passam por uma necessária modernização das estruturas produtivas e sociais. E passam, antes de tudo, pela consolidação de um princípio de actuação basilar sobre que deve assentar todo o progresso insular; princípio que envolve a conjugação de duas finalidades da administração:

- Promoção da melhor organização espacial de todo o território da Região.
- Preservação do equilíbrio biofísico da Região.

Para a concretização destes objectivos, tem o Governo Regional desenvolvido uma actividade de que só agora começa a tirar resultados mais evidentes. Foi a criação do Parque Natural da Madeira; é o estudo de ordenamento da Frente de Mar Garajau-Baía de Abra, em fase de apresentação de ante-projecto; foi a aprovação do Plano Director do Porto Santo; são os estudos pedológicos e agrológicos da Região, em fase de conclusão. Se juntarmos a estes trabalhos, a existência do Plano Director do Funchal e da Reserva Natural das Selvagens poderá concluir-se que apenas em área escassa da Ilha da Madeira e nas Desertas ficará a existir a necessidade de ser estabelecido o conveniente ordenamento biofísico.

E, na realidade, pretende-se promover até fins de 1984 a conclusão do planeamento territorial de toda a Região, constituindo-se naturalmente mais uma Reserva nas Desertas, e definindo-se as linhas de orientação mais adequadas na parte do território da Madeira, ainda sem plano de ordenamento.

Na perspectiva da remodelação estrutural da actividade económico-social da Região, necessária a um maior desenvolvimento da Madeira e do Porto Santo, o investimento constitui um dos domínios prioritários de intervenção. A nível do sector público, no Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira (PIDDAR), para 1983, estão

previstos investimentos nos sectores produtivos e de infraestruturas económicas no montante de 6 193 milhares de contos que representam 42,8% das despesas a realizar, no âmbito deste Plano, com maior incidência em estradas regionais (2 716 milhares de contos), em portos (1 000 milhares de contos), em infraestruturas e incentivos do desenvolvimento agrícola (907 milhares de contos) e circuitos de distribuição (662 milhares de contos).

Ainda nestes domínios são de realçar os importantes investimentos, não incluídos, do ponto de vista financeiro, no PIDDAR 1983, a realizar no Sector da Energia pela Empresa de Electricidade da Madeira, no Sector dos Transportes e Comunicações pelo Estado e pelas empresas públicas ou maioritariamente participadas, de âmbito nacional — sendo de revelar a concretização da primeira das fases da ampliação do Aeroporto de Santa Catarina, directamente a cargo do OGE, correspondente, neste caso, ao prolongamento da pista, por razões de segurança — e, ainda, no Sector dos Circuitos de Distribuição pela Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC), no que respeita aos silos para cereais. Os sectores sociais absorvem 39,7% das despesas inscritas, incidindo o maior esforço financeiro na promoção directa de habitação (2 601 milhares de contos) e em construções escolares (956 milhares de contos).

Em complemento dos incentivos, de âmbito nacional, ao investimento, designadamente o Sistema Integrado de Incentivos ao Investimento — SIII, o Sistema Integrado de Incentivos ao Turismo — SIIT, o Sistema de Concessão de Crédito e de Incentivos Financeiros à Habitação — CIFHA, o Sistema de Financiamento à Agricultura e Pescas — SIFAP, cuja adequação às políticas agrícola e piscatória da Região foi objecto de estudo da Comissão de Implementação do SIFAP na Madeira (CISIM), o Governo Regional continuará a conceder incentivos à iniciativa privada, designadamente através da concessão de avales e orientação técnica do SAPMEI, da bonificação de taxas de juro e de apoio financeiro directo, sob a forma de subsídios e outros benefícios a que se faz referência nas políticas sectoriais.

No domínio do investimento estrangeiro visa-se atrair iniciativas que se enquadrem nas prioridades definidas a nível regional e que proporcionem criação de empregos e transferência de tecnologias evoluídas. A definição dos sectores prioritários, bem como as condições a que devem obedecer os projectos de investimento, foram estabelecidas através da Resolução n.º 386/82 de 3 de Junho.

Segundo aquele diploma são sectores prioritários para efeitos de investimento estrangeiro:

- a) Pesca em geral (CAE 1301);
- b) Pesca do atum e similares (CAE 1301.6);
- c) Conservação e transformação de frutos e produtos hortícolas (CAE 3113);
- d) Hotéis, pensões, parques de campismo e outros locais de alojamento de qualidade (CAE 632);
- e) Indústria de carpintaria (CAE 3312 a 3311.20);
- f) Fabricação de mobiliário (CAE 332);
- g) Fabricação de cestos e outras embalagens de vime, verga e matérias similares (CAE 3312.3 a 3312.30);
- h) Fabricação de jóias e artigos de Joalharia e Ourivesaria (CAE 3901.10 a 3901.40);
- i) Outros sectores a definir pelo Plenário do Governo Regional.

As condições fixadas são as seguintes:

- a) O objecto social da empresa a criar deve ser sempre restrito à actividade principal e às actividades conexas, desde que estas sejam reconhecidas como tais pela Secretaria Regional do Planeamento e Finanças;
- b) Nos casos de empresas do sector das pescas, deve existir o compromisso para a descarga das espécies capturadas se proceder na Região;
- c) Estar assegurada a viabilidade económica do projecto;
- d) Os encargos relativos a transferência de tecnologia não devem exceder globalmente 5% do valor acrescentado regional ou nacional;
- e) A empresa apresentar uma percentagem de pessoal nacional razoável e aceitar o compromisso de permitir que na mesma se proceda a estágios de formação ou aperfeiçoamento de pessoal técnico qualificado, sob tutela dos departamentos competentes do Governo Regional;
- f) A empresa apresentar um «ratio» de capitais próprios/activo total não inferior a 30%;

- g) O projecto não ter incidências negativas no meio ambiente (poluição atmosférica, vegetal, animal, marítimo, etc.).

Através do estabelecimento da Zona Franca Industrial pretende-se impulsionar o desenvolvimento de novas actividades e atrair à Região capitais e tecnologia essenciais à dinamização da actividade produtiva.

Estabelecido que está o quadro legal indispensável que cria a Zona Franca e fixa os seus aspectos regulamentares, — Decreto-Lei n.º 500/80 de 20.10.80 e Decreto Regulamentar n.º 53/82, de 2.9.82, respectivamente —, no decurso do ano de 1983 estão previstas as seguintes medidas::

- Elaboração e posterior aprovação de um ante-plano das infraestruturas da Zona Franca Industrial a instalar no Caniçal, mediante abertura dum concurso limitado, ou por consulta a empresas nacionais;
- Obtenção de elementos topográficos cadastrais e outros, de forma a possibilitar a concretização dos processos de declaração de utilidade pública para fins de eventuais expropriações dos terrenos necessários à Zona Franca e execução dos projectos definitivos respectivos;
- No aspecto promocional, desenvolvimento de esforços para dar a conhecer amplamente, a entidades e organismos nacionais e estrangeiros, a futura Zona Franca da Madeira. Para o efeito deverá ser editada adequada brochura em inglês e divulgada em profusão;
- Celebração de um contrato de Consultoria Técnica entre a Região e uma entidade estrangeira (Global Monetary Advisory Center) por forma a alcançar junto dos grandes centros e empresas financeiras internacionais o interesse pela Zona Franca da Madeira.

Logo que conveniente e oportuno deverão efectuar-se deslocações a outras Zonas Francas a fim de se averiguar localmente das suas características, dimensões, estruturas e funcionamento e bem assim, dos incentivos que proporcionem a eventuais investidores;

- Estudo e criação de uma entidade que irá promover a instalação e futura exploração da Zona Franca e definir a respectiva ca-

racterização jurídica e estatutária, em ordem a melhor poder servir os interesses da Região Autónoma e os objectivos da Zona Franca, devendo para o efeito adoptar e desenvolver as acções que forem tidas por convenientes;

- Promoção dos estudos necessários à criação de infraestruturas mínimas de apoio às obras da Zona Franca.

Em matéria fiscal as medidas previstas para 1983, a nível nacional, visam três objectivos fundamentais: obtenção das receitas necessárias da forma mais equitativa, criação de condições que permitam o estímulo à poupança, bem como o auto-financiamento e recapitalização das empresas e modernização do sistema fiscal.

Neste campo, salienta-se a necessidade de estudos, aliás já iniciados, visando a alteração da fórmula que está na base da determinação das transferências do Orçamento Geral do Estado para cobertura dos défices do Orçamento Regional por forma a contemplar nomeadamente os custos de insularidade.

Quanto à política de preços haverá que procurar manter a tendência de desaceleração da taxa de inflação, já registada em 1982 (20%). Para isso, propõe-se o Governo continuar a subsidiar preços de bens e serviços considerados essenciais, a reforçar a vigilância do funcionamento do mercado, a par das acções com vista a criar as infraestruturas necessárias a uma melhoria dos circuitos de distribuição.

No sector laboral, a política que tem sido prosseguida na Região e à qual se dará continuidade em 1983 visa essencialmente os seguintes objectivos: criação de condições para o desenvolvimento económico (paz social), redução do desemprego, melhoria das condições de vida e de trabalho e melhor qualificação profissional dos trabalhadores e abertura de horizontes aos jovens como futuros intervenientes no processo.

No âmbito governamental, a norma é sempre a da maior eficácia possível, o que implicará o contínuo aperfeiçoamento dos serviços, maior dinamização dos processos, introdução de reformas, em suma: servir cada vez mais e melhor, utilizando os recursos tecnológicos e financeiros disponíveis no desenvolvimento progressivo e harmónico da sociedade, beneficiando prioritariamente os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas da população.

Assim, procurar-se-á continuar a privilegiar o diálogo com os parceiros sociais, no sentido de

conhecer as suas posições, informar sobre as exigências legais e regulamentares, bem como a forma de lhes dar cumprimento de modo a evitar e/ou ultrapassar situações de bloqueamento; providenciar para que cada vez um maior número de trabalhadores fique abrangido por instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho — ou através de negociação directa ou através da extensão de instrumentos negociados no Continente ou ainda de regulamentação por via administrativa. No campo da higiene e segurança no trabalho, além da continuação da promoção de formação de socorristas do trabalho, desenvolver-se-ão acções de sensibilização sobre as condições de higiene e segurança no trabalho, dirigidas à população em geral e às empresas em particular, já levadas a cabo em 1982. Por outro lado o Centro de Medicina do Trabalho continuará a desenvolver a sua acção no domínio da medicina preventiva.

Para 1983, merecem especial destaque no domínio do trabalho, as seguintes acções:

- Criação da III Série do Jornal Oficial da Região exclusivamente destinado à publicação de normativos do trabalho, o que trará vantagens tanto do ponto de vista da celeridade da publicação, como de consulta por parte de trabalhadores e empregados;
- Acordo com o Ministério do Trabalho sobre o tratamento e envio para a Região dos elementos constantes dos mapas de pessoal;
- Efectiva regionalização das Comissões de Conciliação e Julgamento.

No domínio do emprego e tal como já referimos anteriormente a situação no momento presente caracteriza-se essencialmente por uma tendência para a diminuição do volume de desemprego registado na Direcção Regional do Emprego e Formação Profissional.

Dar-se-á continuidade às acções desenvolvidas por aquela Direcção, já atrás referidas, incluindo, também, os apoios a conceder à reintegração sócio-profissional de deficientes e à criação de núcleos de artesanato.

Além disso será continuada e desenvolvida a acção do Gabinete de Orientação Escolar e Profissional que tem actuado a nível das escolas, apoiando os estudantes no que respeita à clarificação de um projecto profissional e ainda à promoção da ocupação de jovens estudantes durante o tempo de férias, em actividades de reconhecido interesse para a colectividade.

No prosseguimento das acções com vista a formar mão-de-obra qualificada, de acordo com as carências do mercado, está previsto para 1983, no domínio da formação profissional:

- Promover a instalação de mais três secções no Centro de Formação Profissional (electricidade de baixa tensão, canalizações e escriturário-dactilografo).
- Descentralizar a formação profissional promovendo a realização de dois cursos nos concelhos de Santa Cruz e Porto Santo no ramo da construção civil.
- Levar a efeito no Centro de Formação Profissional 24 acções de formação e aperfeiçoamento profissional abrangendo 517 participantes.
- Canalizar para o Continente os candidatos a formação profissional, em áreas em que não seja viável a sua concretização na Região.
- Preparar a renovação do protocolo de cooperação com o SENAI (Brasil).
- Incentivar o aumento da formação profissional nos locais de trabalho.

Relativamente à formação de mão-de-obra para a actividade turística será feita uma referência específica no sector respectivo.

Refira-se ainda neste domínio a implementação de acções, a nível da Administração Pública Regional, nos sectores da Educação, da Cultura, da Saúde, da Segurança Social, da Agricultura e Pecuária, das Pescas, e nas áreas da Estatística, Informática, Planeamento e Finanças.

Pelos seus particularismos e especial interesse, saliente-se quanto à formação profissional, as acções em curso e a desenvolver nos campos da Informática e da Estatística. No primeiro, a par de experiências que decorrem a nível de estrutura, organização e instalações, têm lugar várias acções de formação de pessoal para que se possam abranger as áreas de projecto já definidas (Contabilidade Pública, Estatística, Projectos Especiais e EEM — E.P.) e os que ainda estão em estudo, com vista à sua implementação. Para melhor cobertura dos actuais sistemas da área da Contabilidade Pública deverão ser admitidos dois técnicos superiores de informática que irão trabalhar com os actuais responsáveis dos projectos em causa. Os técnicos superiores a admitir serão formados a partir de Outubro de 1983 no Instituto de Informática, estando operacionais, somente, no 2.º

semestre de 1984. Será, também, admitido um operador estagiário, tendo em vista abrir um terceiro turno no Departamento de Exploração.

No que respeita à Estatística, a regionalização da delegação do INE e a sua transformação em SREM, conduziu a uma necessidade de adaptação dos Serviços e uma nova dinâmica, através do aperfeiçoamento dos métodos utilizados na recolha, análise e muito especialmente no tratamento da informação que se processava manualmente. A preparação do pessoal dirigente e técnico, no sentido de os tornar aptos a promoverem a modernização que se impõe, não só através de uma progressiva introdução de métodos informáticos, como também na revisão de circuitos de informação entre os Serviços Regionais e o próprio INE, — é uma tarefa imprescindível e urgente. Igualmente o lançamento de inquéritos têm metodologias que se devem aprofundar, permitindo a efectivação dos mesmos sem necessidade de recorrer constantemente ao apoio técnico do INE. É nesse sentido até que se tornam oportunas as deslocações a França obedecendo a um programa que se irá processar não só no INSEE (Institut National de Statistique et Etudes Economiques), como nas Direcções Regionais que pelas suas características mais afinidades tenham com os Serviços de Estatística da Madeira.

São de salientar ainda as actividades desenvolvidas no aproveitamento dos tempos livres da população trabalhadora que se traduziram na criação e equipamento de estruturas (zona de lazer do Montado do Pereiro, Parque Desportivo dos Trabalhadores), nos apoios à delegação regional do INATEL, bem como na promoção e auxílios a actividades de tipo cultural, recreativo e desportivo.

Dando seguimento às acções já iniciadas prevê-se especificamente para 1983:

- Proceder a melhoramentos no Parque Desportivo dos Trabalhadores, nomeadamente preparação para a prática de hóquei em patins, construção de um campo de squash, de um recinto de patinagem ao ar livre e de um ginásio de musculação ao ar livre.
- Construir na zona de lazer do Montado do Pereiro pistas de ciclismo e motociclismo, vários campos polivalentes, campos de tiro, ginásio de musculação e proceder a melhoramentos nas infraestruturas já existentes.
- Conceder um subsídio ao INATEL para criação de uma colónia de férias na Região.

No âmbito da política do comércio externo, os objectivos programados já em planos anteriores mantêm-se actuais.

Assim, constituem grandes linhas de orientação:

- Prosseguir uma política activa de apoio à exportação (quantidade, qualidade, novas indústrias de exportação), bem como à pesquisa de novos mercados de modo a reduzir o défice da balança comercial.
- Diligenciar promover, com a maior intensidade possível, uma política de substituição de importações por forma a conter a inflação dentro de limites aceitáveis.

Para atingir estes objectivos, necessário se torna reforçar diversas medidas e iniciativas:

- Apoio ao desenvolvimento de actividades orientadas para a exportação, quer dos produtos tradicionais, quer de novos produtos.

Como principais incentivos, de âmbito nacional, às iniciativas e acções dos empresários é de referir os estabelecidos pelo Sistema de Incentivos Fiscais à Exportação (Decreto-Lei n.º 408/80 de 26 de Setembro), pelo Decreto-Lei n.º 481/80 (regime de financiamento das exportações) e os benefícios concedidos ao abrigo da Carta de Exportador (Decreto-Lei n.º 116/82 de 15 de Abril e Portarias complementares). Em relação a estes últimos diplomas foram feitas e estão em curso diligências no sentido de alargar o seu âmbito de aplicação designadamente em termos de actividades abrangidas e níveis de selectividade (extensão a vimes e tapeçarias e inclusão destas e dos bordados no nível de selectividade A) e dos requisitos exigíveis aos titulares da Carta de Exportador (diminuição dos valores mínimos de exportação de 20 000 contos/empresa para 8 000 contos).

- Continuação das acções referentes ao levantamento exaustivo das potencialidades da Região em termos de produção agrícola, piscícola e, até, industrial com vista à substituição de alguns dos produtos que hoje a Região importa.
- Desenvolvimento e promoção da Zona Franca de exportação e dos parques industriais, dadas as perspectivas que oferecem para a melhoria do comércio externo da Região.
- Acções de apoio financeiro com vista à modernização de certos processos de produção e fabrico, hoje totalmente ultrapassadas.

• Reforço do estímulo à produção de qualidade e marca, sobretudo nos produtos de mais fácil penetração nos mercados externos.

• Acções de promoção dos produtos de exportação em feiras e exposições nacionais ou estrangeiras de reconhecido interesse.

CAPÍTULO IV

Breve análise e medidas de política relativas aos sectores produtivos, às infraestruturas económicas e aos sectores sociais

1. SECTORES PRODUTIVOS

1.1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária

Embora se tivessem verificado certos crescimentos e melhorias nalgumas produções, do que já atrás demos notícia, como por exemplo na produção de ovos (avicultura industrial), leite (recolhido pela UCALPLIM), flores (cimbírios, antúrios, rosas, proteas), diversos produtos hortícolas, sobretudo morangos, tomate e outros primores, vinhas de castas europeias e na de algumas frutas, o desenvolvimento deste Sector, quer pela sua enorme importância económica, quer pelas justas aspirações daqueles que nele labutam, constitui um dos principais objectivos do Plano a Médio Prazo para 1981-84, não obstante se reconhecer que, dadas as condições naturais e sociais da Região, não é possível, num horizonte de apenas quatro anos, proceder às grandes alterações estruturais necessárias a um sector, tradicionalmente pouco receptivo a inovações e mudanças. Registe-se, todavia, na área da reestruturação fundiária, o progresso havido na resolução de muitos casos de «colonia», que já ultrapassam o milhar, a nível amigável, mas por força da existência dos diplomas legais que conduzem à extinção daquela peculiar forma de exploração da terra. — e aos quais o Governo Regional imprimiu a sua determinação e entusiasmo. A prorrogação do prazo, até ao fim de 1983, para aquisição pelo colono, do terreno sobre que tem as suas benfeitorias, veio facilitar a resolução de muitos mais casos.

Para atingir a desejada meta do crescimento do produto agrícola serão tomadas as medidas de política geral preconizadas o que, no que respeita à Agricultura, em sentido estrito, se traduzirão por forte impulso nos diversos planos de desenvolvimento frutícola, vitícola, florícola e hortícola.

Assim, no que respeita à fruticultura, o respectivo plano de desenvolvimento prevê o forneci-

mento à lavoura de árvores de fruto a preços de fomento, assistência técnica permanente no estabelecimento e condução de pomares, fornecimento de pesticidas a preços muito abaixo do seu custo real, concessão de subsídios de 20% e 30% do seu custo, respectivamente, para construção de tanques e instalações de redes de rega por aspersão e gota-a-gota (estes subsídios sofrerão um aumento de 10% para o Porto Santo), atribuição de subsídios para arranque de cana de açúcar, vinhas de produtores directos e bananeiras com vista à instalação de pomares, concessão de subsídios para aquisição de rede de plástico para corta-ventos e protecção contra roedores e participação nos custos das estacas de madeira tratada e do fio de nylon ou arame utilizados nas espaldeiras (maracujazeiro).

Ainda no campo da fruticultura, concretizar-se-á a aquisição dum terreno no Sítio das Quebradas, S. Martinho, para nele ser instalado o futuro Centro de Fruticultura Subtropical que será instrumento fundamental no fomento de fruteiras, como a anoneira, o abacateiro, o mangueiro, a papaeira e o maracujazeiro, que poderão vir a constituir importante fonte de receita para a Região, dadas as possibilidades de exportação para mercados europeus. A instalação desse Centro será levada a cabo com a assistência dum técnico norte-americano cedido no âmbito da colaboração prestada à Região pela Embaixada dos Estados Unidos da América, em Lisboa.

No campo da floricultura, continuarão as acções conducentes ao adequado equipamento do Centro de Fomento de Floricultura, do Lugar de Baixo (Ponta do Sol), por forma a que possa desenvolver a sua actividade de produção laboratorial de plantas com interesse comercial, para distribuição pelos floricultores e de obtenção de novas espécies e variedades floríferas que possam ser utilizadas preferentemente na exportação para os mercados da Europa.

A par destas acções e no âmbito do Plano de Desenvolvimento Florícola, manter-se-á a concessão de subsídios para importação de plantas floríferas de interesse comercial, que se não possam obter localmente e para a construção de estufas destinadas à cultura de flores. A aquisição de plásticos para cobertura de estufas e abrigos e os sistemas de rega serão também subsidiados.

Igualmente será mantida a cedência de plantas floríferas aos agricultores a preços de fomento e será facultada assistência a todos os que dela necessitem, promovendo-se a divulgação das técnicas culturais mais indicadas para as espécies com maior interesse comercial.

No que se refere à Viticultura, actualmente em fase de reconversão, verifica-se um considerável aumento de produção de vinhos de castas boas, desde há alguns anos, facto que resultou por um lado dos preços compensadores atribuídos aos vinhos daquelas castas e, por outro, dos apoios técnicos e económicos postos à disposição da lavoura pelo Plano de Desenvolvimento Vitícola.

No âmbito deste Plano, que se manterá no ano em curso, estão previstas as seguintes acções: Cedência de porta-enxertos, a preços equivalentes a um décimo do seu custo actual, e cedência gratuita de garfos para enxertia, das variedades que interessam à produção de vinho de qualidade; cedência, também da mão-de-obra para enxertia e de todo o material nela utilizado; concessão dum subsídio de reconversão de 5\$00/m² aos agricultores interessados no arranque da cana de açúcar, bananeira, ou vinhas de má qualidade, desde que os respectivos terrenos sejam destinados a vinhas europeias de qualidade; concessão dum outro subsídio de sustentação, igualmente no caso de vinhas europeias, na base de 6\$00 por m² e por ano, durante 4 anos a partir do ano da plantação; fornecimento, a baixos preços, de estacas de madeira e de arame para a construção de latais ou de espaldeiras; prestação de assistência técnica permanente; e promoção de cursos práticos de aperfeiçoamento no que respeita às várias operações que interessam ao cultivo da vinha.

No ano em curso, manter-se-ão os campos de vinha em várias zonas da Região destinados à experimentação de castas de videira e a estudos de métodos mais indicados para a condução da cultura. Na sequência desta orientação será adquirido este ano, no Arco de S. Jorge, um campo que oferece excepcionais condições, não só para trabalhos de experimentação, como também para a obtenção de material de boa qualidade para distribuição pela Lavoura.

Os trabalhos de renovação da Viticultura madeirense estão a ser acompanhados por técnicos idóneos duma firma consultora alemã que, de acordo com um contrato estabelecido com a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, se comprometeu a apoiar e orientar aqueles trabalhos, com todo o seu saber e larga experiência.

No campo da Horticultura, de cujo fomento importa cuidar atentamente, dadas as potencialidades que a Região apresenta para a produção de primores, com especial realce para as culturas do feijão verde, tomate, pepino e pimento, que têm boas perspectivas de escoamento para o mercado externo, a política a seguir será a de manter os estímulos concedidos através do Plano de Desen-

volvimento da Horticultura que continuará em vigor no ano em curso. Através deste Plano serão concedidos apoios técnicos e económicos que se podem resumir da seguinte forma: concessão de subsídios para a importação de sementes de espécies hortícolas de qualidade; concessão de subsídios para a aquisição de plásticos destinados à cobertura de estufas ou abrigos para cultura hortícola e concessão de subsídios para a construção de estufas para culturas hortícolas de valor comercial, incluindo sistema de rega; cedência aos agricultores de plântulas das melhores cultivares hortícolas, a preços módicos.

Ainda neste capítulo, manter-se-á no ano em curso o apoio dado à cultura do morangueiro, para a qual a Região oferece excepcionais condições e que apresenta excelentes perspectivas de escoamento para o exterior em determinadas épocas do ano. Continuar-se-á, por isso, a conceder subsídios de 60% sobre o valor do custo da planta de morangueiro, dita congelada, plantada e pegada no período compreendido entre Julho e Agosto inclusivo. O mesmo subsídio será extensivo à cultura de plantas frescas de morangueiro, com plantio efectuado em Outubro e Novembro.

Como medidas de apoio ao aumento da produção e rentabilidade agrícolas globais, dar-se-á continuidade ao Plano de Expansão da Mecanização Agrícola através do qual se prevê a utilização pela Lavoura, a preços baixos, de maquinaria agrícola dos Serviços ou a participação volumosa no custo da hora de trabalho de máquinas, quando o agricultor tiver que recorrer ao aluguer. Através do mesmo Plano está prevista a concessão de subsídios de 25% do seu custo para aquisição de todo o tipo de maquinaria agrícola desde que comprovadamente venha a contribuir para a modernização das empresas agrícolas e para a redução dos custos de produção.

O apoio eficaz que este Plano poderá proporcionar aos agricultores exige que se preveja todos os anos a aquisição de novas máquinas e que se disponha dum parque de máquinas convenientemente equipado e orientado por forma a maximizar a sua eficiência.

No que respeita à Sanidade Vegetal, será dada continuidade às acções de apoio à Lavoura através dos postos sanitários espalhados pela Região e garantir-se-á a inspecção fitopatológica, visando fundamentalmente impedir a introdução na Região de novos parasitas nocivos à agricultura.

A par destas acções, vai ser incentivada a aquisição de equipamento para o Laboratório de Fitopatologia, que está a ser construído na Quinta

do Bom Sucesso, o qual garantirá o apoio científico indispensável para o conhecimento das pragas e doenças que atacam a agricultura, contribuindo também para o seu efectivo controlo.

No ano em curso será igualmente desencadeada uma campanha de desratização, que abrangerá toda a Região, visando a destruição dos ratos cuja proliferação estava a causar prejuízos.

Como importante estrutura de apoio à Agricultura, o Laboratório Químico-Agrícola manterá a sua actividade no campo da análise de solos, plantas, e produtos vegetais, promovendo campanhas de fertilização e correcção racional dos solos agrícolas com vista a aumentar o seu valor agrológico. Com o seu apoio realizar-se-á, de novo, no ano em curso, a Campanha de Calagens, com vista à correcção da acidez dos solos. Através dessa Campanha o agricultor beneficiará dum subsídio significativo na aquisição de calcário moído. O Laboratório terá também que continuar a dar o apoio indispensável à elaboração das Cartas Pedológicas e Agrológicas da Região que deverão ficar concluídas este ano.

Em 1983, será elaborado o projecto de construção da Adega Experimental do Bom Sucesso, peça fundamental para os ensaios do produto resultante das novas castas de vinha utilizadas na reconversão vitícola, com vista a testar as suas possibilidades no que respeita ao melhoramento da qualidade futura do vinho Madeira.

No âmbito da Hidráulica Agrícola, a par das habituais acções de condução, distribuição de água e conservação dos canais de rega, estão previstos investimentos de grande vulto, como a impermeabilização da Lagoa do Santo da Serra (fase de projecto), a continuação dos trabalhos de abertura, na Fajã do Penedo, do túnel de captação de água destinada ao reforço da Levada dos Tornos, a construção de tanques para armazenamento de água, com vista à regularização dos caudais de rega, a construção dum caudal de rega em S. Vicente e dum ramal na freguesia da Camacha e a conclusão da Levada dos Tornos abrangendo as novas redes entre o Funchal e Santa Cruz.

No âmbito da Silvicultura, — com excepção da cultura do vime que deve permanecer estacionária ou diminuída — espera-se impulsionar, em 1983, o seu desenvolvimento. Por razões que se inserem na fraca tradição da correcta exploração das matas e na reduzida rede de caminhos rodoviários de acesso às explorações florestais, a Silvicultura constitui ainda hoje uma actividade de pouco relevo na economia regional.

No entanto, dado o papel fundamental que o investimento florestal desempenha na conserva-

ção da natureza, na defesa do ambiente e na luta contra a erosão, manter-se-ão e incentivar-se-ão, no ano em curso, os projectos de repovoamento florestal e de correcção torrencial que abrangem a Madeira e Porto Santo. Igualmente será tentada a recuperação de terrenos degradados nas serras da Madeira accionado para o efeito, de acordo com os criadores de gado, os mecanismos previstos no regime silvo-pastoril e dando cumprimento às várias disposições legais existentes para a defesa do arvoredo.

No ano em curso será lançado um Plano de Fomento Florestal, através do qual se prevê a céducia a particulares de árvores das espécies mais indicadas e a concessão de subsídios a todos os que mostrarem interesse no repovoamento florestal dos seus terrenos. Está igualmente prevista a possibilidade de expropriação de terrenos particulares abandonados e em relação aos quais se verifique a necessidade duma adequada cobertura florestal, em especial nos casos em que se imponham medidas de luta contra a erosão e de protecção de nascentes.

No âmbito da Pecuária e de acordo com o que se encontra definido no Plano a Médio Prazo (1981-84) do Governo Regional, prosseguir-se-á nos trabalhos em curso, orientados sobretudo no sentido da densificação dos efectivos, nomeadamente de bovinos leiteiros e aumento da sua produtividade, conforme o estabelecido no reformulado Plano de Fomento Pecuário.

Neste contexto, intensificar-se-ão na medida das possibilidades materiais e humanas, as acções que estão na base do respectivo processo, a incidir de um modo especial no sector da bovinicultura.

Como é óbvio, tal desenvolvimento implica o apoio permanente às explorações e aos agricultores e a execução de um conjunto de tarefas, não só de ordem sanitária (prospecção e profilaxia das doenças infecciosas e parasitárias), mas também de carácter zootécnico (selecção, cruzamento, contraste lactomanteigueiro, etc.).

Por outro lado, e sem descurar as restantes funções cometidas aos Serviços próprios, será dada a maior atenção à vulgarização de normas técnicas úteis e adequadas, a levar a efeito na Estação de Fomento Pecuário, ou noutras locais apropriados, e sempre que possível em colaboração com os Serviços de Extensão Rural. Dedicar-se-á particular atenção às funções desta Estação, visando a recria de reprodutores seleccionados — bovinos, ovinos e caprinos — para ulterior céducia à lavoura a preços de fomento.

No domínio da formação profissional, será promovido um curso de reciclagem para pessoal auxiliar técnico numa perspectiva de permanente actualização de conhecimentos nos diversos sectores do fomento pecuário.

Dada a circunstância de se verificar acentuado declínio na epizootia de peste suína africana (neste momento em «calma epizoótica»), promover-se-á junto da lavoura a criação de reprodutores seleccionados, procurando-se acelerar a reposição dos núcleos dizimados por aquela virose e, consequentemente, satisfazer a curto prazo as necessidades do abastecimento público e da indústria transformadora.

Relativamente aos animais de capoeira — aves e coelhos —, manter-se-ão os habituais contactos com a avicultura, prestando-lhe o apoio indispensável, principalmente através do Laboratório Regional de Veterinária.

Do que mais interessa ao Plano de Investimentos de 1983, registam-se as seguintes medidas:

(Higiene pública veterinária, Sanidade animal e Laboratório Regional de Veterinária).

- Vigilância higio-sanitária dos animais vivos entrados;
- Campanha de melhoramento da qualidade higiénica do leite — vulgarização directa de normas higio-sanitárias em colaboração, sempre que possível, com os Serviços de Extensão Rural;
- Despiste e erradicação da tuberculose;
- Vacinação anti-carbunculosa;
- Combate à mastite e despiste e tratamento das doenças dos órgãos de reprodução (brucelose, esterilidade, etc.);
- Profilaxia e tratamento das doenças metabólicas e de nutrição animal;
- Combate às doenças parasitárias, nomeadamente hipodermose, ixodíase, fasciolose e outras, dos bovinos e endoparasitoses e ectoparasitoses dos ovinos;
- Vacinação contra às enterotoxémias, pasteuroses e carbúnculo hemático, e profilaxia das doenças carenciais dos ovinos e caprinos;
- Controlo das doenças rubras, especialmente de peste suína africana;
- Desparasitação dos suínos, visando sobre tudo a ascaridose;

- Vigilância sanitária dos efectivos existentes, sobretudo nas explorações de avicultura tipo industrial.

(Melhoramento animal)

- Selecção e manutenção dos núcleos puros das raças bovinas Red Danish (Vermelha da Dinamarca) e Holstein Friesien (holandesas);
- Continuação dos estudos de adaptação da raça bovina Charolesa;
- Cruzamento industrial e de absorção do gado bovino madeirense. Beneficiação natural e inseminação artificial;
- Recria de vitelos e de novilhos destinados à produção;
- Estudos sobre alimentação racional e ensaios de engorda intensiva;
- Selecção dos ovinos merinos alemães;
- Melhoramento dos caprinos explorados em regime estabular (raça Branca de Saanen);
- Contraste lactomanteigueiro;
- Registo genealógico dos bovinos de maior aptidão leiteira;
- Selecção dos núcleos de ovinos, com vista à produção de carne e lã;
- Construção, no Centro de Ovinicultura, de dois pavilhões e da enfermaria, bem como dum armazém para fenos, palhas e racções.

1.2. PESCA

O desenvolvimento do Sector das Pescas, na Região Autónoma da Madeira, passou a ter outra perspectiva depois da publicação do Decreto-Lei n.º 119/78, de 1 de Junho, onde se estabelece a subárea 2 da Zona Económica Exclusiva (ZEE) definida para o País. Esta subárea, cujo limite exterior é definido, em mais de 50% do seu perímetro, pela linha externa a 200 milhas, e no restante, quer pela linha mediana entre as ilhas do Arquipélago da Madeira e as ilhas Canárias, até o ponto triplo entre todas as mesmas ilhas e Marrocos, quer pela linha mediana entre as ilhas da Madeira e Marrocos, tem uma superfície de

cerca de 129 600 milhas quadradas, ou seja 444 600 Km² (aproximadamente 47% da subárea 1 da ZEE referente à Região Autónoma dos Açores). Quer dizer, a superfície da ZEE afecta à R. A. M. é mais 500 vezes (exactamente 557,8) superior à área terrestre.

A exploração dos recursos piscícolas e outros do mar que circunda todo o Arquipélago, na vastidão da sua ZEE, consideradas todas as características das suas águas (favoráveis ao aproveitamento e desenvolvimento de certo tipo de fauna, muito especialmente de tunídeos) poderá ainda vir a ser maior fonte de riqueza para toda a Região se se vencer, de modo adequado, o artesanilismo que caracteriza o sector e as carências de que, ainda, enferma a actividade piscatória. Numa primeira aproximação, há necessidade de se proceder de imediato a um levantamento exaustivo dos recursos disponíveis e de planear e programar um conjunto de acções, tendentes ao óptimo aproveitamento dos mesmos.

Resulta do exposto, a importância que a prossecução, intensificação e aperfeiçoamento da investigação científica aplicada às pescas assume para a Região. Essas actividades surgem naturalmente como complemento indissociável das acções de gestão.

Actualmente, a pesca, enquanto actividade económica da Região, sobreleva em importância real, o seu peso relativo, quer na formação do Produto Interno Bruto (PIB), — menos de 2%, — quer no volume de emprego directo, hoje aproximadamente 1 500 pescadores, o que significa, sensivelmente 1,7% da população activa da Região. Diz-se sobreleva, porque contribui, de modo importante para a dieta alimentar da população insular. Convém focar também, que a população dependente da actividade da pesca é numericamente importante, já que as comunidades piscatórias, por razões de índole sócio-cultural, integram normalmente agregados familiares numerosos.

A diminuição do volume de capturas tem marcado a tendência geral da evolução deste sector nos últimos anos, com uma recuperação sensível em 1982, conforme se verifica no Quadro XXXIX.

O volume de emprego na actividade de pesca, incluindo os trabalhadores da empresa baleeira da Madeira, que já cessou a sua actividade, encontra-se discriminado no Quadro XL.

A produtividade média da mão-de-obra ocupada, medida em toneladas descarregadas por pescador que vinha a diminuir até 1980, teve um aumento progressivo nos últimos dois anos, 1981 e 1982, ultrapassando já o valor correspondente ao ano de 1978. A produtividade média da frota, medida em toneladas descarregadas, registou um acréscimo considerável em 1982, conforme se constata no Quadro XLI.

No Quadro XLII, que a seguir se insere pode apreciar-se a natural evolução dos preços médios unitários das algumas espécies de peixe capturadas na Região.

Os investimentos do Plano para 1983, neste sector, são empreendimentos e acções que têm vindo a ser concretizados desde 1981, de acordo com o Plano a Médio Prazo do Governo Regional, e que são adiante discriminados nas fichas normais. Os objectivos em vista são o aumento da produção da pesca, o aumento da produtividade do sector, a melhoria das condições de segurança e de habitabilidade nas embarcações e o aumento do nível de vida dos profissionais da pesca. Para isso, há que promover a modernização da frota pesqueira; melhorar as infra-estruturas de apoio à pesca; intensificar a investigação aplicada e a experimentação; promover a realização de múltiplas acções com vista à prospecção dos recursos vivos da subárea 2, da ZEE; estabelecer acordos e protocolos com vista à cooperação com outros países por forma a Madeira poder beneficiar de mais elevada tecnologia e dispôr de maior envergadura económica; ampliar e melhorar os circuitos de comercialização do pescado; auxiliar a constituição de novas sociedades no sector, incluindo empresas de economia mista; e prosseguir acções de formação e aperfeiçoamento profissional dos pescadores da Região.

De entre os investimentos programados, interessa fazer realçar o apoio financeiro à frota pesqueira que o Governo Regional vai passar a conceder aos empresários madeirenses interessados, de acordo com o estabelecido no Decreto Regional n.º 13/82/M, de 20 de Outubro e legislação regulamentar subsequente. São passíveis de auxílio financeiro do Governo Regional, — que revestirá a forma de comparticipação no pagamento de juros resultantes do financiamento solicitado pelos empresários — os seguintes projectos

relacionados com modernização da frota pesqueira:

- a) Aquisição de equipamento de propulsão, navegação, comunicações, equipamentos auxiliares de pesca e de segurança no mar;
- b) Construção e aquisição de embarcações de pesca, dotadas de autonomia adequada e de capacidade de conservação do pescado;
- c) Transformação e reconversão de embarcações de pesca;
- d) Aquisição de artes e apetrechos de pesca.

As embarcações, a que respeitam os projectos de investimento, deverão obrigatoriamente:

- a) Ser ou estar registadas em portos da RAM;
- b) Efectuar em portos da Região, a descarga dos produtos resultantes da sua actividade;
- c) Empregar, a bordo, marítimos inscritos e residentes na Região, em quantidade não inferior a 60% das respectivas tripulações.

Convém ainda focar, quanto à prospecção dos recursos vivos na subárea da Madeira da ZEE, a colaboração que o Instituto Nacional de Investigação das Pescas tem vindo a prestar à Região, através da efectivação de cruzeiros de investigação do «Noruega», nas águas da subárea 2, estando prevista a realização do próximo cruzeiro, no mês de Maio. Estas campanhas do «Noruega» orientam-se particularmente para a comprovação de determinados pesqueiros da «espada», que possam realmente vir a dar algum desenvolvimento a esta pesca na Região. Além disso, em 1982, foi feito um ensaio de lançamento de «long-lines», ou palangres de superfície (grandes linhas de anzóis que são normalmente utilizados pelos japoneses nestas águas), para ver se se começa a tirar algum rendimento desse enorme quantitativo de atuns que passam pelas águas do Arquipélago ou nas suas proximidades.

Finalmente, refere-se que, no respeitante a infraestruturas para produtos da pesca, o entreposto frigorífico do Funchal, a construir com apoio norueguês, ao abrigo do acordo de cooperação que Portugal tem com a Noruega, destina-se exclusivamente a esses produtos. O Gabinete de Coordenação para a Cooperação Económica Externa e o Ministério das Finanças acordaram que a verba de 200 000 contos, referentes ao Entreposto Frigorífico do Funchal, tinha de ser inscrita na sua

totalidade, no orçamento para este ano. Esta verba, comprehende duas partes distintas, ou sejam:

- 130 000 contos correspondentes à participação portuguesa na obra;

— 70 000 contos, correspondentes, em certa forma, a um «Fundo de Maneio», que no seu sentido prático corresponde às despesas a serem reembolsadas pela Noruega.

QUADRO XXXIX

PESCA DESCARREGADA NA RAM

Espécies	Anos		1978		1979		1980		1981		1982	
	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V
Tunídeos	2 713	101 472	1 038	53 358	296	39 254	482	65 224	915	113 458		
Peixe espada preto ...	949	70 292	1 067	111 170	1 154	151 517	1 164	180 972	1 587	253 777		
Cavala	888	11 294	1 040	17 838	1 323	26 602	1 077	32 778	1 273	32 234		
Chicharro	986	12 858	757	20 023	637	27 544	504	33 845	644	40 358		
Outras espécies	842	35 511	797	63 387	801	72 221	686	80 520	486	61 542		
TOTAL	6 387	231 427	4 699	265 776	4 211	317 138	3 913	393 339	4 905	501 369		

Q — quantidades em t; V — valores em contos

Fonte: Estatísticas da Pesca (INE)

Postos de Recepção do Pescado

QUADRO XL

VOLUME DE EMPREGO NA PESCA

Anos	Pesca do atum	Outras pescas (anzol)	Captura de cetáceos	Redes de cerco	Total
1978	949	1 056	25	—	2 030
1979	828	1 118	25	—	1 971
1980	808	1 179	23	—	2 010
1981	640	996	22	—	1 658
1982	515	919	—	91 a)	1 525

a) Só 12 atuneiros e 3 traineiras é que possuem redes de cerco de grandes dimensões.

Fonte: Capitania do Porto do Funchal

QUADRO XLI

PRODUTIVIDADE MÉDIA NA PESCA

Anos	Pesca Descarregada (t)	Número de pescadores	Número de embarcações em actividade (1)	Produtividade média da Mão-de-obra (t)	Produtividade média da frota (t)
1978	6 378	2 030	642	3,14	9,93
1979	4 699	1 971	633	2,38	7,42
1980	4 211	2 010	512	2,09	8,22
1981	3 913	1 658	587	2,36	6,67
1982	4 905	1 525	531	3,22	9,24

(1) Embarcações em actividade, em 31-VII, na Região.

Fonte: Estatísticas da Pesca (INE)

Capitania do Porto do Funchal.

QUADRO XLII

PREÇOS MÉDIOS UNITÁRIOS DE ALGUMAS ESPÉCIES DE PEIXE CAPTURADAS NA RAM

Espécies	Anos	1978	1979	1980	1981	1982
Tunídeos	34\$70	51\$40	132\$60	135\$30	124\$00	
Peixe espada preto	74\$07	104\$19	131\$30	155\$48	159\$90	
Cavala	12\$72	17\$15	20\$11	30\$43	25\$32	
Chicharro	13\$04	26\$45	43\$24	67\$15	62\$67	
Outras espécies	42\$17	79\$53	90\$16	117\$38	126\$63	

Fonte: INE

Postos de Recepção do Pescado

1.3. Indústria

O Sector Industrial encontra-se na Região, numa fase de arranque.

É constituído em grande parte por indústrias transformadoras, embora, ultimamente, como resposta à expansão verificada no sector da construção civil e obras públicas seja de registar o aparecimento de actividades ligadas às indústrias extractivas.

A ausência de matérias primas, a orografia, a insularidade, a falta de quadros e mão-de-obra especializada, a reduzida dimensão do mercado

interno regional, os custos de transporte, são os principais estrangulamentos do ritmo de crescimento industrial, importando, na medida do possível, minorar aqueles aspectos com vista a estabelecer um equilíbrio com os sectores primário e terciário.

Em muitos casos é difícil contrariar a realidade. Apesar de tudo, algumas medidas estão a ser tomadas. Espera-se que esta situação esteja a médio prazo parcialmente resolvida.

Apontam-se, como exemplos, o impulso dado à instalação da Zona Franca e aos parques industriais. Neste último domínio foi recentemente transferida para o Governo Regional a dinamização da instalação do parque industrial da Cancela estando prevista para o próximo ano a implantação das primeiras indústrias.

Tem sido, ainda, desenvolvido um grande esforço através do SAPMEI, no sentido de apoiar a actividade empresarial, tanto no campo financeiro e tecnológico como no da formação profissional.

São objectivos da política industrial, para 1983:

- Impulsionar e dinamizar o ritmo de crescimento da produção industrial.
- Incentivar e aumentar a produtividade dos diversos subsectores da indústria.
- Apoiar a instalação de novas indústrias que se revelem de interesse regional e assegurarem a indispensável rendibilidade.
- Aumentar as exportações, quer as já tradicionais, quer outros produtos, para os quais existem matérias primas ainda não devidamente exploradas.

Para a consecução desses objectivos, prevêem-se as seguintes medidas e acções:

- Continuar a promover a execução de medidas de apoio às pequenas e médias empresas industriais, através do SAPMEI, quer na formação e aperfeiçoamento profissional, quer no apoio técnico e financeiro.
- Fomentar a instalação de parques industriais.
- Promover a constituição de novas empresas industriais, de viabilidade assegurada, apoiadas em técnicas de gestão e organização evoluídas e modernas, de modo a dotá-las de eficiência técnica, económica e financeira requeridas pela capacidade com-

petitiva, quer no mercado interno, quer no mercado externo.

- Fomentar a exploração de minerais não metálicos e rochas industriais, salvaguardando-se os aspectos paisagísticos e de interesse geológico.
- Organizar e dinamizar acções de promoção de investimento.

1.4. Energia

Dada a actual grande dependência da Região em relação à energia (excepção feita à hidroelectricidade), uma das maiores preocupações a nível das entidades responsáveis é, por um lado, o estudo exaustivo das possibilidades do aproveitamento dos recursos hídricos ainda disponíveis na ilha da Madeira e, por outro, a investigação e a experimentação local sobre a utilização de fontes alternativas de energia, as denominadas «energias renováveis», de que parecem ter especial interesse as provenientes do vento, do sol e da biomassa não sendo de descurar também as ondas do mar, as marés e as variações de temperatura da água do mar.

Estão especialmente interessados em todo este vastíssimo campo de energia a Empresa de Electricidade da Madeira (EEM), a quem cabe a produção e a distribuição energética em toda a Região, e o Governo Regional que a tutela e que promove e realiza, também, a prospecção e o estudo das «energias renováveis», nas áreas referidas anteriormente. A intensificação de trabalhos e ensaios neste último âmbito, sobretudo na ilha do Porto Santo, tem sido uma constante, decorrendo até estudos em cooperação científica e técnica com departamentos oficiais doutros países, com vista a serem aplicados os processos tecnológicos mais evoluídos e a serem obtidos resultados e ganhos mais rápidos.

Em matéria de distribuição de energia eléctrica foi oficialmente traçada uma directriz: levar a luz a todos os núcleos populacionais da Região, o mais rapidamente possível. E tem sido grande o esforço da empresa pública responsável para pouco a pouco se irem vencendo as carências regionais.

As produções obtidas nas quatro centrais hidroeléctricas (que se têm mantido mais ou menos estacionárias, desde 1969, entre 39,3 GWh e 48,6 GWh) têm sido progressivamente acrescentadas com as produções das três centrais térmicas que passaram de perto de 6 GWh, em 1969, para

136,7 GWh, em 1982. A taxa de crescimento da produção termoeléctrica tem sido extraordinária e não deverá abrandar dado o ritmo de crescimento dos consumos e o alargamento das áreas electrificadas.

Em 1983 e de acordo com a EEM, pensa-se que «a produção de energia necessária para satisfação dos consumos vai situar-se nos 194,5 GWh», devendo a produção de hidroelectricidade ser da ordem dos 45 GWh e a de termoelectricidade dos 149,5 GWh, cabendo 95 GWh à Central Térmica da Vitória, 50 GWh à do Funchal e 4,5 GWh à do Porto Santo.

Esta produção térmica obrigará aos elevados consumos de cerca de 18 000 kl de gasóleo, 20 500 t de fuel-óleo e 406,5 t de lubrificantes. Em 1982, os consumos foram aproximadamente 14 000 kl de gasóleo (-26,1% do que em 1981), 22 000 kl de fuel (+58,6% do que em 1981) e 417 kl de lubrificantes (-10,5% do que em 1981). Só os consumos de combustíveis e lubrificantes, em 1983, farão a EEM a despesar mais de 600 000 contos.

Interessa considerar alguns números referentes a 1982, atenta a grande importância da energia na Região, o número de activos ligados ao sector (cerca de 700), o número de consumidores (cerca de 30 000 no Funchal e 33 000 nos outros concelhos) e o valor da EEM no contexto económico local.

No Quadro XLIII apresentam-se as produções de energia eléctrica registadas em cada um dos anos do último quinquénio 1978/1982, as correspondentes repartições pelos centros produtores que compõem os sistemas produtores da Madeira e Porto Santo e ainda as variações anuais e globais ocorridas.

Da análise deste quadro ressalta que no sistema produtor da ilha da Madeira se regista um crescimento de 7,7% entre 1981 e 1982. De notar que esta taxa tem vindo a diminuir ao longo do quinquénio à excepção do biénio 80/79 em que se verificou um aumento brusco. No sistema produtor da ilha do Porto Santo regista-se um crescimento de 16,2% entre 1982 e 1981 e de 152,9% no quinquénio. Também neste sistema se verifica uma progressiva desaceleração no crescimento anual ao longo do quinquénio, à excepção do verificado em 80-79.

Novamente se verifica uma diminuição na produção por via hidráulica, sendo a de 1982 a mais baixa do quinquénio (39,3 GWh), o que se deve a uma cada vez menor pluviosidade na Ilha da Madeira, ao longo dos últimos cinco anos.

Devido à queda verificada na produção por via hidráulica e ao crescimento do consumo, regista-se um acréscimo da produção térmica na Madeira de 11,1% entre 1981 e 1982 e de 93,9% no quinquénio 82/78.

O Quadro XLIV resume os valores das pontas anuais de potência, no último quinquénio 78/82, nos sistemas produtores da Madeira e Porto Santo e, ainda, as correspondentes utilizações anuais da ponta e respectivas taxas de variação.

Da análise deste quadro verifica-se haver novo aumento nas taxas de crescimento da ponta de potência anual, quer no sistema produtor da Madeira, quer no do Porto Santo, no último biénio, cifrando-se agora em cerca de 10% em ambos os sistemas.

A diminuição no valor da utilização anual da ponta no sistema produtor da Madeira em relação ao ano de 1981 denota um maior crescimento da potência da ponta em relação ao verificado na produção anual de energia.

De notar uma significativa melhoria na utilização anual da ponta no sistema produtor do Porto Santo, cifrando-se num valor muito razoável (4 089 h) para uma rede das dimensões desta.

Relativamente a perdas de energia, assunto sempre preocupante, que merece cada vez mais atenção e é objecto de cuidados especiais por parte da EEM, pelo que representa não só de prejuízos materiais para a empresa, como também de negativo na eficácia dos serviços, registam-se no Quadro XLV os valores de energia produzida, emitida e facturada pela EEM, em 1982, nos sistemas produtores da Madeira e Porto Santo, deduzindo-se por diferença destes valores as taxas de perdas nestes dois sistemas.

Em 1982, verificou-se uma taxa de perdas de 16% entre a energia produzida e a facturada no sistema produtor da Madeira e de 7% no sistema produtor do Porto Santo. As taxas de perdas, após emissão nas centrais, em relação à energia facturada (perdas no transporte e na distribuição, abatimento da tensão, fraudes e deficiente aferição de contadores), são de 14,6% na Madeira e de 2,7% no Porto Santo.

No que concerne a consumos de energia eléctrica na Madeira, pode apreciar-se no Quadro XLVI, a sua evolução no período 1977-1982, consumos que estão repartidos por ramos de actividade. É notório o ritmo acelerado do crescimento dos consumos, muito especialmente os referentes a «iluminação e outros usos domésticos» e «iluminação e outros usos não domésticos (Serviços, Comércio, Turismo, etc.).»

Tendo em vista a satisfação das necessidades crescentes do Sector da Energia prevêm-se investimentos e medidas de política no ano de 1983, não só no que se refere à electricidade, se não também no campo das energias renováveis (solar, eólica, das ondas do mar, hídrica).

O valor dos investimentos programados aproxima-se já do milhão de contos que se reportam na sua quase totalidade aos empreendimentos da EEM.

Terão particular importância os investimentos referentes a:

- Implantação, projectos e outros estudos referentes à nova central térmica da Ilha da Madeira;
- Aquisição de terrenos, finalização dos estudos e construção da nova central térmica da ilha do Porto Santo;
- Melhoramentos, ampliações e equipamentos diversos nas actuais centrais termoeléctricas da Região;
- Melhoria do sistema hidroeléctrico da Madeira, incidindo especialmente na ampliação de câmaras de carga, reparações beneficiações nas redes de levadas e nas condutas forçadas e, ainda, na possível construção da central de inverno na Ribeira Brava;
- Aperfeiçoamento das redes de transporte e distribuição de energia, envolvendo a

construção de novas subestações (Virtudes, Palheiro Ferreiro, Lombo do Faial e Lombo Brasil); ampliação de subestações já existentes (Vitória e Machico); construção de linhas aéreas a 60 KV; estabelecimento de ligações entre subestações com lançamento de cabos subterrâneos para 30 KV; instalação de 38 novos postos de transformação nas zonas Centro (17), Leste (7) e Oeste da Madeira (14); estabelecimento de 43,3 Km de rede de média tensão e 106 Km de baixa tensão também nas zonas Centro (18,3 Km m. t. e 20 Km b. t.), Leste (9 Km m. t. e 54 Km b. t.) e Oeste (16 Km m. t.) e 32 Km b. t.) da Madeira; e construção de 2 novos postos de transformação e cerca de 3,3 Km de rede de média tensão no Porto Santo;

- Aquisição de um sistema de teleacção, para controlo, comando e sinalização à distância das diversas centrais e subestações e para o estabelecimento de telecomunicações entre os diversos núcleos e instalações da EEM;
- Melhoria de funcionamento dos diversos equipamentos em actividade e das condições de operacionalidade dos diversos serviços da EEM.

E deverão prosseguir pelos serviços competentes do Governo Regional os empreendimentos e as acções referentes às energias renováveis, nomeadamente vento, sol e ondas do mar.

QUADRO XLIII

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA, SUA REPARTIÇÃO E VARIAÇÕES

Centros Produtores		Produção (GWh)					Variações (%)			
Sistemas Produtores	Centrais	1982	1981	1980	1979	1978	82/81	81/80	80/79	79/78
Madeira	Hídricas	39,3	40,3	46,2	47,0	47,2	- 2,5	- 13,2	- 1,7	- 0,4
	Térmica Funchal	36,7	59,6	50,8	78,8	68,3	- 38,4	+ 17,3	- 35,5	+ 15,4
	Térmica Vitória	95,7	59,6	49,9	1,1	—	+ 60,6	+ 19,4	—	—
	Subtotal	171,7	159,4	146,9	126,9	115,5	+ 7,7	+ 8,5	+ 15,8	+ 9,9
Porto Santo	Térmica	4,3	3,7	3,0	2,1	1,7	+ 16,2	+ 23,3	+ 42,8	+ 23,5
Total		176,0	163,2	149,8	129,0	117,2	+ 7,8	+ 8,9	+ 16,1	+ 10,0
							50,2			

QUADRO XLIV

PONTAS ANUAIS E SUAS UTILIZAÇÕES POR SISTEMAS PRODUTORES

		Anos					Variações (%)			
		1982	1981	1980	1979	1978	82/81	81/80	80/79	79/78
Madeira	Ponta (MW)	44,6	40,5	38,3	31,5	25,5	+ 10,1	+ 5,7	+ 21,6	+ 10,4
	Utilização (horas)	3 853	3 937	3 834	4 030	4 059	- 2,1	+ 2,6	- 4,9	- 0,7
Porto Santo	Ponta (MW)	1,06	0,97	0,94	0,57	0,50	+ 9,3	+ 3,2	+ 40,3	+ 34,0
	Utilização (horas)	4 089	3 833	3 153	3 195	3 320	+ 6,7	+ 21,6	- 1,3	- 3,8

Fonte: EEM

QUADRO XLV

ENERGIAS PRODUZIDAS, EMITIDA E FACTURADA E TAXAS DE PERDA

1982

	A — Energia produzida (kWh)	B — Energia emitida (kWh)	C — Energia facturada (kWh)	Taxas de perdas	
				A-C — x 100 A	B-C — x 100 C
Sistema produtor da Madeira ...	171 630 431	165 221 017	144 230 162	15,96%	14,55%
Sistema produtor do Porto Santo	4 334 270	4 134 380	4 027 231	7,08%	2,66%

Fonte: EEM

QUADRO XLVI

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA POR RAMOS DE ACTIVIDADE

(1977-1982)

Anos	Iluminação e outros usos domésticos		Iluminação e outros usos não domésticos (Serviços, Comércio, Turismo, etc.)		Usos industriais		Usos agrícolas		Iluminação pública		Total (MWh)
	Consumo (MWh)	% Volume Total	Consumo (MWh)	% Volume Total	Consumo (MWh)	% Volume Total	Consumo (MWh)	% Volume Total	Consumo (MWh)	% Volume Total	
1977	34 215	39,0	32 580	37,2	15 163	17,3	521	0,6	5 136	5,9	87 616
1978	37 691	39,1	41 076	42,6	11 801	12,2	457	0,5	5 362	5,6	96 387
1979	40 597	39,4	43 732	42,5	11 849	11,5	552	0,5	6 276	6,1	103 006
1980	48 557	41,5	46 956	40,1	14 754	12,6	587	0,5	6 283	5,4	117 137
1981	56 571	42,0	51 346	38,1	18 696	13,9	990	0,7	7 225	5,4	134 828
1982	64 499	43,8	56 784	38,5	17 619	12,0	1 026	0,7	7 374	5,0	147 302

Fonte: EEM

1.5. Construção Civil e Obras Públicas

A Construção Civil e Obras Públicas tem contribuído, nos últimos anos, para um significativo dinamismo da actividade económica regional, manifestado no próprio sector e em outras actividades, por efeito de arrastamento. O volume, o valor e as características dos empreendimentos que foram lançados, tanto por parte do sector público, como do sector privado, atraíram à Região empresas de grande dimensão com sede no Continente. Os indicadores disponíveis sobre a actividade revelam melhorias a nível da produtividade (para as quais contribuiram o maior esforço de investimento e de aperfeiçoamento profissional desenvolvidos no sector), do valor acrescentado e do volume de mão-de-obra empregue.

As perspectivas futuras quanto à situação económico-financeira, a nível nacional e internacional, com reflexos evidentes na capacidade financeira e de investimento dos sectores institucionais que mais têm contribuído para a dinamização do sector, não deixarão de ter consequências no seu nível de actividade.

O sector público manterá em 1983 um importante volume de obras públicas, predominantemente constituído por empreendimentos em curso, embora estejam também programados novos investimentos considerados de grande interesse. Assim, as obras a cargo do Governo Regional incluídas no PIDDAR elevam-se a cerca de nove milhões de contos (cerca de 72% do total do PIDDAR, com exclusão dos investimentos municipais), sendo 600 mil contos referentes a obras novas. De entre as obras de maior vulto destacam-se; a construção de habitações e suas infraestruturas, em concretização do denominado Plano Integrado da Nazaré, a executar em cinco fases, do qual se prevê, para 1983, o início das fases Nazaré IV-A (159 fogos), Nazaré IV-B (59 fogos), o lançamento do concurso, no último trimestre do ano, da fase Nazaré V (360 fogos), na modalidade de concepção-construção; o prosseguimento da construção de diversos bairros e o início de alguns fogos para realojamentos; a recuperação de pavimentos de estradas regionais, salientando-se a da E. R. 101 — troços Porto Moniz-Calheta, Calheta-Ponta do Sol e Estreito de Câmara de Lobos-Ribeira Brava —, e a correcção de traçados, sendo a mais importante a da E. R. 104 (entre a Ponte Vermelha e Serra de Água) e a construção de estradas novas; a construção de escolas já iniciadas, em conclusão ou a iniciar; a continuação da construção de portos; obras de recuperação e adaptação de vários edifícios da admi-

nistração pública; obras de correcção das ribeiras e/ou a sua canalização; obras de hidráulica agrícola; construção de silos para cimento e continuação das obras do Mercado Regulador. Refira-se, ainda, no domínio das obras públicas, os empreendimentos da responsabilidade das autarquias locais e do sector público empresarial, quer de âmbito nacional, quer de âmbito estritamente regional.

Procurar-se-á garantir o normal abastecimento em matérias primas, nomeadamente o cimento, constituindo a prevista construção dos silos uma infraestrutura importante para aquele fim.

Tendo em vista contribuir para uma melhor produtividade do trabalho e atendendo às carencias, a nível de qualificação da mão-de-obra, ainda existentes, continuar-se-á a promover a formação de pessoal especializado, através da realização de cursos de orientação e aperfeiçoamento profissional.

1.6. Turismo

O turismo vem desempenhando, como se sabe, um papel cada vez mais importante no contexto da economia da Região, quer pelo seu elevado contributo no ingresso de divisas que representam um peso considerável na cobertura do défice da balança comercial (transacções com o estrangeiro e o resto do País), quer pela sua importância em termos de criação de emprego, quer ainda pelo elevado valor acrescentado que proporciona com os seus consequentes efeitos multiplicadores e aceleradores. Esta crescente importância do turismo na actividade económica decorre naturalmente do incremento que se tem registado neste sector, sobretudo nos últimos anos. Com efeito, a actividade turística, avaliada em termos de hóspedes e dormidas em estabelecimentos hoteleiros passou a medir-se nos últimos anos, e muito especialmente, depois de 1976, por mais de 10 000 camas e de 2 000 000 de dormidas.

Em 1982, apesar de ligeira quebra, o turismo continua a ter um impacto significativo na actividade económica da Região. O número de turistas que visitaram a Madeira ultrapassou os 300 mil embora relativamente a 1981 tivesse havido uma pequena diminuição de 1,9%; quanto ao número de dormidas, também se registou um certo decréscimo (3,4%). De notar que esta evolução não foi comum aos dois grupos de turistas, portugueses e estrangeiros. Os turistas estrangeiros representaram 73% e 78,6% do total de hóspedes e de dormidas verificadas nesse ano, embora com

uma quebra de 4,8% do número de hóspedes e 6,1% no número de dormidas, relativamente a 1981. Os turistas nacionais representam 26,9% e 21,3% do total de hóspedes e dormidas, mas, relativamente a 1981, houve um acréscimo significativo dos mesmos (+7,4%) e (+8,6%).

Por países, o Reino Unido e a Alemanha continuam a ser os principais mercados geradores de turismo da Região, embora com tendência a diminuirem: do Reino Unido registou-se uma entrada de 55 751 hóspedes e 439 466 dormidas; e da Alemanha, 30 505 hóspedes e 273 220 dormidas. Os países da CEE (com excepção da Grécia) contribuiram com 143 413 hóspedes e 1 164 973 dormidas, ou seja 46,3% e 53,1% dos respectivos totais (Quadro XLVII).

Em termos de evolução, o Reino Unido apresenta uma variação negativa de 21,5% e 22,9% e a Alemanha — 12,6% e — 27,3%. Os países da CEE, no seu conjunto, apresentam também uma variação negativa de 10,2% e 11%, relativamente ao ano anterior.

Dos países com evolução positiva há a assinalar a Noruega, a Áustria, a Finlândia e a Dinamarca.

Em termos de capacidade de alojamento, verifica-se um aumento do número de camas — mais 741 — enquanto a taxa de ocupação regista uma quebra significativa — de 54%, em 1981, para 49%, em 1982 (Quadro XLVIII).

A actividade turística proporcionou em 1982 uma receita bruta em divisas, de 4 139 600 contos, de acordo com o Banco de Portugal, representando a mesma menos 10,8% do que em 1981 que foi de 4 639 200 contos (valor definitivo).

Em termos de percentagem de cobertura do défice da Região, as receitas brutas do turismo (proveniente do estrangeiro e do resto do País) cobriram, em 1981, 51,4% do défice da balança comercial (Quadro XLIX).

Sendo o turismo considerado um dos principais motores de desenvolvimento da Região, uma actividade capaz não só de proporcionar meios de pagamento sobre o exterior mas também de promover a criação de postos de trabalho, e não estando esgotadas todas as grandes potencialidades da Região neste sector, é natural que continue a assumir-se como uma das grandes prioridades no Plano de 1983.

Com os investimentos e medidas de política a desenvolver e estabelecer ter-se-ão sempre em vista os seguintes objectivos:

- Reforçar o contributo do turismo para a

atenuação do défice da balança comercial;

- Relançar o sector, tendo em vista o aumento da capacidade de acolhimento da Região em zonas de aptidão turística menores ou não desenvolvidas;
- Promover a procura, no sentido de permitir a melhoria da ocupação das estruturas hotteleiras existentes;
- Melhorar a competitividade externa do sector;
- Dinamizar o turismo rural, tendo em vista a futura integração da Região na CEE.

Para a prossecução dos objectivos enunciados, prevê-se a adopção, em 1983, das seguintes medidas:

No domínio do relançamento do sector:

- Apoiar todas as iniciativas, sobretudo do sector privado, que surjam de interesse turístico e respondam às necessidades da Região, através da concessão de incentivos financeiros e fiscais;
- Estimular a aplicação na Região do novo sistema de financiamento para investimentos turísticos (SIIT);
- Prosseguir e dinamizar o programa de melhoramento, adaptação, ampliação e construção de pousadas em zonas de interesse turístico e definir ou redefinir o seu modo de funcionamento.

No domínio da promoção da procura:

- Acções promocionais no estrangeiro (principalmente em cooperação com os Centros de Portugal) e no Continente, campanhas de publicidade e, ainda, animação local (Festas do Fim do Ano, Festa da Flor, Festas das Vindimas, Festejos do Carnaval, etc.);
- Criação e lançamento de novos programas turísticos centrados em temas especializados (principalmente culturais).

No domínio da competitividade externa do sector:

- Intensificar a formação profissional, não só através dos cursos da Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira, senão também de cursos de aperfeiçoamento e reciclagem nos centros mais aconselháveis;

- Viabilizar o projecto já elaborado de construção de uma nova Escola Hoteleira da Região, com vista à criação das condições necessárias a uma melhor e mais intensa preparação dos alunos;
- Intensificar acções no sentido de fiscalização das unidades do sector, como objec-
- tivo de melhorar cada vez mais a qualidade dos serviços;
- Apoiar a criação de redes de infraestruturas básicas nas zonas de turismo;
- Apoiar a criação de estruturas desportivas e de animação cultural e recreativa, ou acções nestes domínios, que completem e valorizem a oferta existente.

QUADRO XLVII

EVOLUÇÃO SEGUNDO O PAÍS DE RESIDÊNCIA HABITUAL

Países	1981				1982				Variações 1981-1982 %			
	Hóspedes		Dormidas		Hóspedes		Dormidas					
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Hóspedes	Dormidas		
TOTAL	315 498	100,0	2 267 163	100,0	309 647	100,0	2 190 651	100,0	—	1,9	—	3,4
Portugal	77 583	24,6	429 674	19,0	83 353	26,9	466 723	21,3	+	7,4	+	8,6
Estrangeiro	237 915	75,4	1 837 489	81,0	226 294	73,0	1 723 928	78,6	—	4,8	—	6,1
CEE (a)	159 783	50,6	1 309 427	57,8	143 413	46,3	1 164 973	53,1	→	10,2	—	11,0
Principais países												
Alemanha	34 909	11,1	375 836	13,9	30 505	9,8	273 220	12,4	—	12,6	—	27,3
Áustria	2 020	0,6	16 614	0,7	3 768	1,2	36 358	1,6	+	86,5	+	118,8
Bélgica	6 279	2,0	35 933	2,5	6 299	2,0	48 068	2,2	+	0,3	+	33,7
Brasil	2 970	0,9	11 649	0,5	3 297	1,0	14 104	0,6	+	11,0	+	21,0
Canadá	4 018	1,3	21 503	0,9	3 207	1,0	17 299	0,7	—	20,1	—	19,5
Dinamarca	10 655	3,4	86 034	3,8	13 280	4,2	99 701	4,5	+	24,6	+	15,8
Espanha	14 168	4,5	92 427	4,1	10 410	3,3	69 847	3,2	—	26,5	—	24,4
E.U.A.	9 849	3,1	46 704	2,1	7 713	2,5	39 388	1,8	—	21,6	—	15,6
Finlândia	6 467	0,2	47 140	2,1	8 896	2,8	62 433	2,8	+	37,5	+	32,4
França	21 934	7,0	154 466	6,8	22 759	7,3	160 513	7,3	+	3,7	+	3,9
Holanda	11 681	3,7	104 010	4,6	11 001	3,5	102 308	4,6	—	5,8	—	1,6
Itália	2 0937	0,9	20 896	0,9	2 701	0,8	18 595	0,8	—	8,0	—	11,0
Noruega	2 649	0,8	20 380	0,9	5 768	1,8	41 638	1,9	+	117,7	+	104,3
Reino Unido	71 061	22,5	570 133	25,1	55 751	18,0	439 466	20,0	—	21,5	—	22,9
Suécia	27 330	8,7	210 164	9,3	31 498	10,1	233 578	10,6	+	15,2	+	11,1
Suíça	4 145	1,3	30 785	1,4	4 382	1,4	32 865	1,5	+	5,7	+	6,7

(a) Não inclui a Grécia

Fonte: SREM

QUADRO XLVIII

EVOLUÇÃO DO TURISMO

Anos	Hóspedes		Dormidas		Capacidade de alojamento	Ocupação Média (%)
		Variação em %		Variação em %		
1980	327 953	+ 1,1	2 410 771	+ 4,0	11 454	57,6
1981	315 498	— 3,8	2 267 163	— 6,0	11 503	54,0
1982 (a)	309 647	— 1,8	2 190 651	— 3,3	12 244	49,0

(a) As duas últimas colunas reportam-se ao mês de Agosto

Fonte: SREM

QUADRO XLIX

**CONTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS BRUTAS, TOTAIS, DO TURISMO PARA
A COBERTURA DO DÉFICE DA BALANÇA COMERCIAL DA RAM**

(Contos)

Anos	Importações (1)	Exportações (2)	Balança comercial (Saldo) (3)	Receitas Brutas Turismo * (4)	Percentagens de cobertura 4:3
1974	1 924 245	758 380	— 1 165 865	898 000	77,0
1975	2 105 032	745 663	— 1 359 369	1 152 000	84,7
1976	3 366 320	968 191	— 2 398 129	1 753 000	73,1
1977	5 073 345	1 361 670	— 3 711 675	2 627 000	70,8
1978	6 666 384	1 917 482	— 4 748 902	2 817 000	59,3
1979	9 393 466	2 404 807	— 6 988 659	3 710 000	53,1
1980	12 782 389	3 113 122	— 9 669 267	6 027 000	62,3
1981 a)	16 646 801	3 429 385	— 13 217 416	6 800 000	51,4

* Estimativas (DRT e DRP)

a) Valores provisórios

2. INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS**2.1. Transportes e Comunicações**

Para qualquer Região, principalmente insular, os transportes e as comunicações, internos e com o exterior, assumem particular importância para o seu desenvolvimento sócio-económico.

a) TRANSPORTES AÉREOS

A Região Autónoma dispõe de dois Aeroportos, Santa Catarina e Porto Santo, cuja regionalização já se efectivou.

A dimensão actual da pista de Santa Catarina — 1 540 metros — condiciona e penaliza a sua utilização.

Havendo necessidade de reduzir os custos de transporte, através da realização de voos directos, em aviões economicamente vantajosos, entre a Madeira e os mercados geradores de turismo; de diversificar os mercados turísticos, atendendo sobretudo às extraordinárias potencialidades do turismo norte-americano; de proporcionar alternativas de transporte, aliciando outras transportadoras aéreas ao tráfego para a Madeira; de encontrar alternativa ao transporte marítimo de mercadorias; — torna-se indispensável dotar, imediatamente, a ilha da Madeira de uma pista internacional que possibilite a realização de voos intercontinentais em aviões de grande porte.

Têm sido realizados todos os esforços no sentido de dotar os aeroportos da Região das condições indispensáveis à sua utilização pelos utentes (operadores e passageiros). Concretizaram-se vários projectos de melhoria nos aspectos de segurança, de bagagens e passageiros, bem como introduziram-se alguns meios de apoio aos utentes, principalmente no que respeita à permanência dos passageiros nas aerogares de Santa Catarina e Porto Santo, tendo nesta última sido realizadas diversas obras de indiscutível beneficiação.

Por outro lado, foram ainda desenvolvidas diversas iniciativas com vista à obtenção de maiores receitas aeroportuárias, nomeadamente com a abertura de uma loja franca em Santa Catarina e com um restaurante em Porto Santo.

b) TRANSPORTES MARÍTIMOS

No capítulo das infraestruturas a Madeira dispõe de um único porto de grande importância. As condições naturais da sua baía, pela extraordinária quietude das suas águas, pela vastidão dos seus fundeadouros e pela segurança dos fundos, conferem-lhe um relevo de exceção, a que não correspondiam satisfatoriamente as suas instalações. Daí que, atendendo à sua importância e às condições insuficientes das áreas portuárias, tenha sido realizado um vasto plano de melhoramentos, aumentando os seus cais acostáveis. A profunda melhoria do funcionamento do porto do Funchal, após um

vasto plano de melhoramentos, que mobilizou um volume de investimentos superior a um milhão e meio de contos, e a introdução da contentorização nos meios de transporte que ligam a Madeira ao Continente e aos principais portos europeus, garantiram o total abastecimento regional e o escoamento dos nossos produtos de exportação, estando longe e ultrapassadas as já antigas dificuldades de transporte marítimo.

Como a inauguração do novo cais e parques de contentores do porto do Funchal, iniciou-se uma nova etapa na história dos transportes marítimos para a Região Autónoma da Madeira.

Em primeiro lugar, porque se ampliaram as áreas acostáveis já existentes e que nos últimos anos já se mostravam insuficientes para permitir o adequado movimento das mercadorias expedidas e recebidas pela Região Autónoma. Basta referir o facto de, no espaço dos últimos quatro anos, a carga movimentada no porto do Funchal ter duplicado, tendo-se passado das 341 mil toneladas movimentadas em 1978 para as 684 000 em 1981, para se verificar da absoluta necessidade deste aumento das áreas portuárias do Funchal. Em segundo lugar, porque este novo parque portuário marca o grande interesse do Governo Regional da Madeira na dinamização do mais moderno tipo de transporte marítimo de mercadorias, ou seja a contentorização. Foi, efectivamente, na contentorização a apostila da Região Autónoma, cujos benefícios se traduzem numa maior segurança das cargas, eliminando roubos e avarias, e numa maior rapidez de transporte das mercadorias indispensáveis ao abastecimento regional.

Bastará referir que, em 1977, no porto do Funchal, foram movimentados 1 500 contentores e que, em 1982, esse número ultrapassou as 20 000 unidades, para se verificar do interesse, de todos os intervenientes no circuito, por este moderno tipo de transporte.

A garantia de ligações regulares dos portos de Lisboa e Leixões para a Madeira, bem como dos principais portos europeus, e a concretização dos projectos de implantação de silos capazes de assegurar stocks permanentes de bens indispensáveis permitem perspectivar a ausência de dificuldades de abastecimento regional.

Na ilha do Porto Santo, decorrem os trabalhos de conclusão da construção do porto de abrigo, que somente a regionalização do sector portuário na Região permitiu desbloquear, imprimindo-se à obra a urgência e dinâmica que tal infraestrutura justificava.

Com esta infraestrutura portuária, a ilha de

Porto Santo ficará dotada de óptimas condições para operações de modernos navios de transporte, libertando-a dos actuais meios de transporte que, a partir do Funchal, vêm procurando satisfazer as suas necessidades de abastecimento.

Existem ainda, na ilha da Madeira, vinte e cinco pequenos portos providos de cais, rampas, escadas ou varadouros.

Mantém-se o serviço de transporte marítimo de passageiros realizado pelo N/M «Pirata Azul» entre as ilhas de Porto Santo e da Madeira, permanecendo os benefícios tarifários atribuídos à população portosantense.

c) TRANSPORTES TERRESTRES

Para qualquer região, mesmo que insular, os transportes internos assumem particular importância para o seu desenvolvimento social e económico.

Dai que o Governo se tivesse proposto a um programa de profunda reestruturação dos transportes públicos colectivos de passageiros na Região Autónoma. Com a determinação indispensável e com prazos impostos pela realidade da situação, curíssimos se atendermos que há mais de trinta anos que se falava neste assunto sem que alguém tivesse conseguido concretizar, foi dedicada toda a atenção ao desenvolvimento deste importante projecto de transportes.

Começámos por proporcionar transportes àqueles que até então deles ainda não beneficiavam. Criou-se uma empresa de transportes públicos na ilha de Porto Santo, e com a melhoria e ampliação da rede de estradas na Madeira foi possível incrementar o serviço público de transportes até então existente.

Por outro lado, e por forma a que não coubesse, aos passageiros, suportar os custos resultantes da ausência de economias de escala no sector, o Governo começou a subsidiar as dez empresas em cem mil contos anuais, introduzindo simultaneamente a utilização dos passes sociais que beneficiam os trabalhadores madeirenses com desconto de quarenta por cento sobre a tarifa normal, e os reformados, inválidos e idosos com desconto de sessenta por cento.

Mas continuava a faltar o essencial, ou seja, a fusão das sete empresas concessionárias de transporte público colectivo no concelho do Funchal, que representam mais de dois terços dos transportes em toda a Região Autónoma. Iniciaram-se estudos sectoriais e, imediatamente após a sua

conclusão, conseguiu-se implementar a rápida criação de uma única empresa de transportes urbanos. Tal propósito foi totalmente alcançado e já no final de 1982 assistiu-se à criação da Transfunchal, empresa que a partir de Março de 1983, é concessionária dos transportes públicos no concelho do Funchal.

Os transportes públicos colectivos interurbanos estão a cargo de seis empresas com áreas de concessão bem distintas. A idade da sua frota é actualmente de cerca de sete anos, verificando-se uma rápida melhoria do serviço prestado à população de toda a Região.

No que respeita à rede rodoviária regional, importa registar que o seu aumento e a sua melhoria estão a ser conseguidos graças aos grandes investimentos programados pelo Governo Regional em matéria, sobretudo, de construção de novas estradas, recuperação de pavimentos e correcção do traçado e pavimentação de estradas regionais (incluindo a construção de pontes e viadutos, iluminação, etc.). Para 1983, estão previstos os seguintes principais investimentos:

— Construção de Estradas Regionais novas

- Ramal de acesso à Ribeira da Janela, ER 209 (401-6), troço entre os perfis 0 e 211, na extensão de 3 021 metros (em curso);
- Estrada Regional Porto Moniz (Santa) — Encumeada, ER 204, troço Santa — Paúl da Serra, terraplenagem e pavimentação e troço Paúl da Serra — Encumeada, terraplanagem (em curso, por administração directa);
- Estrada Regional Cedro Gordo — Moinhos, ER 103 - 1, entre os perfis 0 e 187, terraplenagem, obras de arte e pavimentação (em curso);
- Estrada Regional Tabua — Ribeira Brava, ER 213 (em curso, sendo as obras de iluminação a concursar);
- Estrada Regional Curral das Freiras — Boaventura, ER 107, 1.ª fase entre Casas Próximas e Ribeira do Cidrão (em curso);
- Saída leste do Funchal, ER 101, variante da Cancela, (conclusão);
- Saída Oeste do Funchal, ER 101 (em fase de projecto, devendo ser iniciadas as expropriações);
- Via rápida Câmara de Lobos — Ribeira Brava, ER 101, (em fase de projecto);
- Acesso ao porto do Funchal, ER 106 - 1) em concurso);

- Vila do Porto Santo — porto de abrigo, ER 110 (em concurso).

— Recuperação de pavimentos em estradas regionais

- ER 103, Ribeiro Frio — Faial (Santana), por administração directa (em curso);
- ER 101, Calheta — Ponta do Sol (em curso);
- ER 101, Porto Moniz — Calheta (em curso);
- ER 101, Estreito de Câmara de Lobos — Ribeira Brava (em curso);
- Entre ER 213 e ER 110, porto da Calheta — Arco da Calheta (em projecto);
- ER 202, Poiso — Pico do Areeiro (projecto e início das obras);
- E. Municipal Covão — Câmara de Lobos (conclusão);
- ER 220 entre Portela e Camacha, (ilha do Porto Santo), pela Serra de Fora, Serra de Dentro e Pedregal (em curso).

— Correcção do traçado e pavimentação de estradas regionais (incluindo a construção de pontes e viadutos)

- ER 104, entre Ponte Vermelha e Serra de Água, incluindo a construção da ponte e o caminho do Pinheiro (em curso);
- ER 101, entre Cancela e o Aeroporto de Santa Catarina, 2.ª fase da correcção e da pavimentação (Porto Novo — Aeroporto) (em curso);
- ER 101, entre Boa Nova e Santa Cruz, iluminação (4 fases) (em curso);
- Construção de 2 viadutos na ER 101 entre Porto Novo e Santa Cruz, sobre a Ribeira do Porto Novo e na Ribeira da Boaventura (em projecto);
- ER 103, entre a Ribeira das Cales e o Poiso (em conclusão);
- ER 101, na Estrada Monumental, alargamento e arranjo dos passeios (em curso);
- Alargamento do acesso ao portinho do Jardim do Mar e construção da muralha de protecção (em curso);
- ER 101 - 10, no sítio do Lugar de Baixo (em curso);
- Desvio à ER 101 (E. Municipal da Bemposta);

- ER 105, entre o Estádio dos Barreiros e S. Martinho (em estudo).

No domínio das comunicações, os investimentos, em 1983, decorrerão pelas empresas públicas do Estado (RTP, RDP, CTT/TLP e de participação maioritária (Marconi), destacando-se, pelo seu volume, a continuação das obras de construção do edifício-sede da Direcção Regional dos CTT, no Funchal.

No que se refere aos transportes e nas áreas de competência do Governo Regional, a política do sector orientar-se-á pelos seguintes objectivos:

- Satisfazer as necessidades reais de deslocação de pessoas e mercadorias e de transmissão da informação;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas proporcionando-lhes deslocações mais cómodas e rápidas;
- Melhorar a acessibilidade entre os vários centros populacionais.

Nesse sentido, prevê-se:

- Empenhamiento na construção de uma nova pista intercontinental na ilha da Madeira, a realizar pelo Governo da República, que possibilite a realização de voos intercontinentais em aviões de grande porte;
- Continuação dos programas de aquisição de equipamento de segurança para os aeroportos da Região Autónoma;
- Construção de uma nova aerogare no aeroporto de Porto Santo;
- Apoiar as empresas de transporte marítimo com sede na Região;
- Concluir as obras de construção do porto de abrigo de Porto Santo;
- Proceder ao necessário equipamento do porto de abrigo de Porto Santo e continuar os planos de aquisição de equipamento do porto do Funchal;
- Incentivar a contentorização das cargas movimentadas no porto do Funchal;
- Reestruturar o trabalho portuário no Funchal;
- Manter o serviço do N/M «Pirata Azul» entre as ilhas da Madeira e do Porto Santo, e os benefícios tarifários atribuídos à população portossantense;
- Assegurar o normal abastecimento da Região;

- Incentivar a revitalização da frota de transportes públicos de passageiros existente, pela substituição gradual das viaturas mais antigas por outras modernas e adequadas à especificidade do transporte a que se destinam;
- Melhorar as condições de operacionalidade do sector;
- Continuar, com redobrados esforços, o combate à poluição originada pelos meios de transporte motorizados;
- Actuar no sentido de melhorar os serviços prestados pelo transporte de aluguer em veículos ligeiros de passageiros e manter a sua correcta contingenciação;
- Melhorar as condições de acesso e circulação das viaturas automóveis, através da abertura de novas estradas rodoviárias, de novos pavimentos e das necessárias correcções de traçados.

2. 2. Circuitos de distribuição

Na comercialização dos produtos necessários à alimentação humana, à agricultura, à indústria e a todas as outras actividades principais da Região, interferem, além do sector privado, o sector cooperativo e o sector público (em maior grau, o Governo Regional e, em menor, o sector empresarial do Estado e as autarquias).

Os grandes investimentos do Governo Regional — centrados no Mercado Abastecedor, nos Matadouros, nos Entrepostos frigoríficos para a pesca, nos Silos para cimento, nos mercados de origem, nos postos de recepção e comercialização do peixe — e um grande investimento de uma empresa pública do Estado, a EPAC (silos para cereais, com capacidade para 18 000 toneladas de milho e trigo), virão completar as estruturas existentes do sector privado e cooperativo em matéria de abastecimento da Região dos bens essenciais não só à alimentação, senão também à construção civil, à indústria e à agricultura e pecuária. Importa referir que, nalguns casos, a facilitação que se procura com determinadas infraestruturas para o abastecimento do consumo se interliga com finalidades de fomento. Assim, a existência de infraestruturas de comercialização dos produtos agrícolas é condição indispensável para que todas as medidas de fomento preconizadas possam apresentar os resultados desejados. Neste momento, constitui grande preocupação do Governo Regional a construção e ou a conclusão de infraestruturas de apoio ao sec-

tor primário (agricultura, pecuária e pesca) e à construção civil e obras públicas.

Assim, está previsto para o ano em curso a elaboração dos projectos de quatro centros de recolha (mercados de origem), cuja construção foi preconizada no estudo da reorganização do sistema de distribuição de produtos hortofrutícolas, apresentado por uma firma espanhola com larga experiência neste campo.

Ainda, no que respeita à comercialização, prosseguirão as obras de construção do Mercado Abastecedor, indispensável cúpula de todo o esquema de distribuição de produtos agrícolas e com o qual se conta para promover a melhoria da qualidade dos produtos que chegam ao consumo e proporcionar a transparência dos preços e o aumento dos rendimentos dos produtores.

Através dos Serviços Pecuários proceder-se-á à construção de novos matadouros e casas de matança, nas duas ilhas, no sentido de dotar todos os concelhos da Região com as unidades necessárias. Por outro lado, continuarão a realizar-se obras de conservação nas estruturas de abate já existentes, com particular incidência no matadouro do Funchal (beneficiação e arranjos externos).

Os matadouros serão construídos nos concelhos de Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, Porto Moniz e Machico, devendo estudar-se a implantação de novos matadouros nos concelhos de Santo António, Santa Cruz, Santana e São Vicente. No que respeita às casas de matança será feito o estudo de implantação nas freguesias de Faial, Boaventura e Arco da Calheta.

No que respeita à comercialização do pescado estão previstos investimentos vultosos em infraestruturas e em equipamentos. Das infraestruturas, que estão na primeira linha das preocupações dos governantes, importa referir o Entreponto frigorífico do Funchal, o Entreponto frigorífico de Câmara de Lobos e postos de recepção e comercialização do pescado.

O Entreponto frigorífico do Funchal, a construir com a participação do Governo da Noruega, ficará implantado à entrada do molhe da Pontinha. A ele já nos referimos ao abordar o Sector das Pescas. O Entreponto frigorífico de Câmara de Lobos, já construído, será devidamente equipado (equipamentos para estiva, paletes, empilhadores, transpaletes). Estas instalações frigoríficas visam a obtenção dos benefícios da técnica do frio ao pescado e contribuirão obviamente para uma maior estabilização do mercado, por via de uma maior regularização da oferta.

O investimento «Postos de recepção e comercialização de pescado», que se pretende levar a cabo em 1983, inclui a construção, reparação e equipamento de vários destes postos, à volta da Madeira, bem como a aquisição de máquinas e silos de gelo para abastecimento da frota pesqueira regional.

Tendo em vista o abastecimento de pescado às zonas rurais, em condições adequadas, prevê-se o equipamento das peixarias, a ser construídas pelas Câmaras Municipais), pelo Governo Regional (que aliás terá que dispôr de carros refrigerados para esse abastecimento).

Com vista a um melhor abastecimento e aprovisionamento do cimento na Região e a poder responder rapidamente às exigências da construção do Aeroporto, estão já a ser instalados os silos para cimento, que provisoriamente ficarão na Ponta de São Lourenço; estes silos, amovíveis, com capacidade para 2 000 t serão abastecidos por «pipeline» e espera-se que estejam prontos a funcionar em Fevereiro de 1984.

Além destes investimentos, — que constituem a parcela mais concreta e visível da actuação dos governantes na área dos circuitos de distribuição ou no campo mais vasto da comercialização — o Governo Regional agirá, ainda, na esfera do seu Plano de 1983, apoiando a produção e a comercialização hortícola (para o que subsidiará, por um lado, o preço da batata-semente importada destinadas à agricultura madeirense, e por outro, se for necessário, o preço da batata e da cebola de exportação, ou outros produtos agrícolas, para os tornar mais competitivos) e desenvolvendo acções no exterior, através de exposições e feiras, com vista ao incremento das exportações madeirenses.

Acções correntes de controlo de qualidade e preço dos bens essenciais e toda a população pertencem ao âmbito da actividade normal dos serviços oficiais. Terão de continuar a ser desenvolvidas para defesa do consumidor, assim como a subsidiação do preço de alguns géneros e bens de primeira necessidade que o Governo Regional julga dever suportar.

Neste aspecto da política de defesa do consumidor, é de salientar o Decreto Regulamentar n.º 8/83, de 5 de Fevereiro, que em seguimento da Lei n.º 29/81, de 22 de Agosto, regulamenta a orgânica do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, organismo que se destina «a estudar, coordenar e executar medidas de protecção, informação e educação dos consumidores e a apoiar as organizações representativas destes».

3. SECTORES SOCIAIS

3.1. Educação

O plano de acções para o sector educativo, em 1983, vem dar continuidade ao estabelecido no Plano a Médio Prazo 1981-84, tendo em conta os objectivos já conseguidos e aqueles que o Governo Regional se propõe alcançar ainda no corrente ano económico.

As carências ainda detectadas no sector fazem que a cobertura do ensino com professores devidamente habilitados e com instalações condignas continue a ser prioritária.

A preparação de professores não habilitados e a actualização de professores com habilitação através de reciclagens, inerente ao programa «Apóio Pedagógico», far-se-á nos moldes já estabelecidos, através de acções de apoio a professores de todos os graus de ensino, tomado essencialmente a forma de seminários psico-pedagógicos e específicos por disciplina, realizados, quer na Região, quer no Continente.

O funcionamento das Extensões Universitárias da Faculdade de Letras de Lisboa (Cursos de Línguas e Literaturas Modernas, História, Filosofia e Geografia), bem como dos Cursos de Biologia e Matemática, que se iniciaram em 1982/83, de acordo com o protocolo estabelecido entre a Faculdade de Ciências e o Governo Regional, vai também contribuir para atenuar a carência de pessoal docente.

A cooperação entre a SRE e a Universidade Católica, estabelecida através de protocolo em 1982, tornou possível a abertura de outros cursos a nível superior.

Em 1982 foi nomeada a Comissão Instaladora da Escola Superior de Educação que passará a formar também professores para os Ensinos Primário e Preparatório.

Para 1983 está prevista a nomeação da Comissão Instaladora para o Instituto Universitário.

Também está a decorrer o processo conducente à regionalização do Conservatório de Música da Madeira e do Instituto Superior de Artes Plásticas.

No ano transacto foram construídas 60 salas de aula para o Ensino Primário, prevendo-se para o corrente ano, a construção de mais cerca de 50 salas novas, bem como melhoramentos e conclusão de obras já iniciadas, inclusivamente em postos de Telescola.

Nos Ensinos Preparatório e Secundário, a conclusão das Escolas Preparatórias de Santana, Porto

Santo e Calheta e, mais recentemente, da Escola Secundária de Machico, veio atenuar grandemente as carências existentes, se bem que, a nível do concelho do Funchal, a construção em curso da Escola Secundária da Levada não vai cobrir as necessidades da população estudantil, pelo que já houve necessidade de recorrer a outros meios, como sejam, a absorção de parte dos alunos do Ensino Preparatório em Escolas do Ensino Secundário. Para 1983 está prevista a construção duma Escola Secundária nos Barreiros, o que deverá modificar a situação existente.

Como obras realizadas em 1982 têm de incluir-se as de beneficiação e reparação em, praticamente, todas as Escolas Preparatórias e Secundárias da RAM; a conclusão das cantinas das Escolas Preparatórias do Porto Santo, Ribeira Brava e Machico; a conclusão e entrega das moradias para professores das Escolas Preparatórias do Porto Santo e Calheta.

Em relação à Escola do Magistério Primário foram construídos um pavilhão, uma cantina com cozinha, uma sala de convívio e instalações diversas.

O Departamento de Estudos, Planeamento e Orientação Pedagógica continua a desempenhar a sua acção tendo como objectivo a implementação das actividades de planeamento no Sector da Educação da RAM e comprehende acções de formação em técnicas de análise e planeamento da Educação e de actualização do diagnóstico existente para o sector, por níveis de ensino e por concelhos. Em colaboração com a Direcção Regional de Ensino participa na organização do programa «Educação Permanente», prevendo-se para 1983 um aumento do número de Cursos de Adultos (de 125 em 1982 para 130 em 1983).

Quanto ao Sector do Desporto e, relativamente às infraestruturas desportivas, diversos projectos têm sido concluídos como, por exemplo, a remodelação da Piscina da Quinta Magnólia, bem como o sistema de aquecimento solar da mesma, o pavimento e iluminação do campo de futebol do «1.º de Maio», a pavimentação e drenagem do campo de futebol da Ribeira Brava, as obras dos novos courts de ténis da Quinta Magnólia e outros, prevendo-se para 1983, o começo das obras do Squash da Quinta Magnólia, do Ginásio Carlos Gonçalves, de iluminação de recintos polivalentes de Escolas Primárias, ficando concluído o projecto da Zona Desportiva dos Barreiros.

Finalmente, e sob a forma de subsídios, deverá a Direcção Regional dos Desportos apoiar

instalações desportivas, para actividades amadoras, de diversos clubes regionais.

Muitas outras obras e investimentos previstos no Plano 81/84 (como sejam a construção de uma piscina coberta, de mais dois Pavilhões na zona do Funchal, do Ginásio Clube da Madeira, da Escola de Vela e de Campos de Futebol em diversos concelhos que ainda os não possuem) só poderão iniciar-se em 1984.

No âmbito do fomento desportivo, prosseguir-se-á, ainda, a política de apoio às actividades amadoras dos clubes federados, através de subsídios, calculados com base na proporcionalidade das suas actividades, atletas, equipas, etc. ,

Finalmente serão contempladas também as acções a desencadear pela própria Direcção Regional dos Desportos na promoção das diversas modalidades desportivas (actividades, formação, enquadramento técnico, apetrechamento, etc.).

Também no âmbito do desenvolvimento psico-motor da população, prosseguirão as obras nos recintos destinados a campos de férias e de ocupação dos tempos livres. Nomeadamente, na zona de lazer do Montado do Pereiro, estas obras conduzirão à conclusão de dois edifícios e adaptação e beneficiação de mais três; e à construção de uma estrada de ligação Norte-Sul, de ramificações internas e de vários recintos desportivos.

Finalmente, no âmbito da Formação Profissional nas áreas da Educação e do Desporto, ter-se-á de registar a abertura da profissionalização em exercício em alguns grupos do Ensino Secundário, nomeadamente em Educação Musical.

Para apoio ao programa «Profissionalização em Exercício» foi já montado em 1983, na Escola Secundária de Jaime Moniz, um laboratório de línguas.

A nível da formação de pessoal administrativo e auxiliar das Escolas e serviços, prevê-se para este ano o lançamento de novos cursos.

3.2. Cultura

Neste domínio há que salientar o esforço mantido na realização de várias manifestações culturais em toda a Região, quer através de organismos oficiais e particulares, quer de associações subsidiadas pelo Governo ou de grupos espontâneos com os mais amplos objectivos de descentralização. Avulta neste caso a função cultural do Cine-Forum, associação particular mais subsidiada pelo Governo, que desenvolve a sua acção essencialmente no campo do cinema, música e teatro (sem descurar também os bailados), com o

Festival Musical de Outono e o Festival Internacional de Cinema 1983, cuja acção vai abranger as camadas juvenis e as zonas rurais.

Iniciam-se, com o Centro Regional de Cultura, secção do Cine-Forum, em 1983, palestras sobre temas culturais e visitas guiadas à cidade que terão, certamente, a maior adesão do público.

Com a nova secção de montagem de exposições, estão-se a criar estruturas nos serviços, para que estas se realizem no Funchal, zonas rurais e no exterior da Região, como foi o caso da «Exposição Funchal Ontem e Hoje», que foi aos Açores, Porto, Braga e Coimbra; a «Exposição de Arquitectura Militar» já exposta no Funchal em 1981, que foi à Fundação Gulbenkian, ao Porto, a Évora e a Elvas; e a dos «Transportes» vista em três ilhas dos Açores, exposta no Funchal em 1982 e na Ribeira Brava em 1983.

Foram em número de 30 as exposições promovidas em 1981/82 na Região, no Continente e Açores, tendo o número de visitantes aumentado consideravelmente, em especial nas de temática regional.

No Centro de Apoio às Ciências Históricas têm sido criados e apoiados vários núcleos de investigação e pesquisa no campo da História da Região. A metodologia seguida tem sido o levantamento, estudo, divulgação ao público e edição dos assuntos de carácter regional que tem sido possível aprofundar.

Dos temas em estudo, tem-se tratado da Arquitectura Militar da Madeira, dos Transportes na Madeira, da Capela das Angústias e estão a ser preparadas novas temáticas sobre Arquitectura Religiosa dos sécs. XVI e XVII; a Sé do Funchal; o Trajo Regional e a Família Madeirense. Deu-se início ao inventário do estudo e programa museológico, com vista ao projecto do futuro «Museu Frederico de Freitas» e fizeram-se, ainda, levantamentos e fichagem da «Photographia-Museu Vicentes», fichagem e catalogação do «Legado Frederico de Freitas» e do «Museu da Quinta das Cruzes», — trabalhos que continuarão em 1983.

Na divulgação ao público têm-se editado cartazes, folhetos e catálogos, tendo a Direcção Regional dos Assuntos Culturais estado presente em Congressos e Colóquios na Região e no Continente.

Um dos campos a que se tem dado maior importância desde 1981 é o das edições. Assim editaram-se já:

— Para a História do Funchal — Pequenos passos da sua memória

- A Madeira vista por estrangeiros — 1455-1700
- Introdução à Arquitectura Militar na Madeira — A Fortaleza Palácio de São Lourenço
- Paulo Dias de Almeida
- 1.ª Amostra de Instrumentos Musicais Populares
- Capela das Angústias
- O açúcar e alguns aspectos de economia, sociedade e cultura madeirense nos sécs. XV e XVI (apoio ao ensino)
- Transportes na Madeira (apoio ao ensino)
- Museu da Quinta das Cruzes (apoio ao ensino)
- Madeira — Investigação Bibliográfica
- Corpos sem abrigo
- Catálogo ilustrado sobre os Transportes na Madeira (no prelo)
- Descendência de Gonçalo Fernandes da Serra de Água (O Máscara de Ferro Português), (no prelo).
- Madeira e o Sidonismo (no prelo)

E estão em preparação as seguintes edições e reedições:

- Elucidário Madeirense (Reedição e actualização)
- O catálogo das pratas do Museu da Quinta das Cruzes
- O Vinho da Madeira
- Monografia sobre o Convento de Santa Clara
- O movimento do Porto do Funchal

O Centro de Apoio às Ciências Históricas tem também como finalidade o apoio ao campo do ensino através de conferências e publicações. Estas edições de apoio ao ensino são de carácter didáctico, dando a do Museu da Quinta das Cruzes início ao serviço educativo no Museu.

A abertura ao público do Museu Fotografia «Vicentes» ocorreu em Abril de 1982 e a reabertura do Museu da Quinta das Cruzes, em Novembro de 1982; o primeiro tem um total de visitantes mensais à volta dos 500 e o segundo uma média mensal de 2 100 visitantes. O Museu da Quinta das Cruzes vai ser animado em breve com a construção nos jardins da Quinta, de dois pavilhões

onde funcionará, num, o orquestofone, já restaurado em França, e no outro, a casa de chá.

O Museu de Arte Sacra, património da Diocese do Funchal e apoiado pelos Serviços Oficiais, teve em 1982 uma média mensal de 1 100 visitantes.

No Arquivo Regional (ex-Arquivo Distrital do Funchal), que brevemente terá novas instalações de raiz, houve um total de consultas de leitores de 2 690, em 1981, e de 3 837, em 1982.

Actualmente, estão já abertas 8 Bibliotecas Infantis, sendo uma no Curaçau, com um total aproximado de 9 500 livros.

No campo dos restauros das obras de arte que são património da Região, constata-se que é urgente a formação de uma Oficina de Conservação e Restauro, projecto que se encontra em curso. Neste âmbito, importa referir:

- Restauraram-se em Lisboa peças decorativas e mobiliário do Museu da Quinta das Cruzes;
- Restaurou-se pintura do Museu da Quinta das Cruzes e do coro baixo do Convento de Santa Clara, em Lisboa;
- Fez-se uma operação de limpeza dos azulejos do Convento de Santa Clara e o restauro arquitectónico de sacristia e altar-mor;
- Foi restaurada a pintura flamenga do Museu de Arte Sacra por uma equipa do Instituto José de Figueiredo e está em Lisboa em restauro o quadro de D. Sebastião;
- Está em execução o restauro do cadeiral em talha e pintura do coro baixo de Santa Clara, numa oficina de Lisboa;
- A Capela das Angústias está a ser restaurada, sobretudo o seu retábulo, a pintura e a escultura (além do restauro está a ser estudada a sua origem);
- Está a ser restaurada a pintura do exterior da Igreja do Colégio e do Museu de Arte Sacra;
- O Convento de Santa Clara e a Sé do Funchal necessitam de restauro arquitectónico, aguardando-se o respectivo orçamento e a oportunidade do apoio técnico da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

A Sala de Documentação Contemporânea teve em 1980, 3 276 leitores, em 1981, 4 531 e em 1982, 4 965 leitores.

A aquisição de livros e revistas tem vindo a fazer-se conforme as solicitações e edições actuais; o total de volumes é hoje à volta de 5 000. A Sala de Documentação Contemporânea divulga ao público e ao sector de ensino uma informação bibliográfica periódica, pois tem como objectivo específico, desde a sua criação, não só a função de uma biblioteca actualizada, como apoiar os vários sectores de ensino, secundário e universitário. A ampliação da Sala depende das obras que se vão efectuar na DRAC, mas neste momento procede-se à aquisição de equipamento necessário para esta fase provisória, pois já foi feito o estudo e programa do anteprojecto para o edifício da Biblioteca Regional e Arquivo.

O Gabinete de Defesa e Dinamização do Património foi equipado com material de atelier de desenho, fotografia e com pessoal que está a formar-se para dar apoio às exigências de levantamentos arquitectónicos de edifícios classificados da Região. Já se efectuaram levantamentos arquitectónicos e fotográficos de arquitectura militar, civil e de algumas igrejas e capelas.

A acção deste Gabinete é também de consulta e apoio a entidades oficiais, Câmaras Municipais e particulares, procurando-se este ano dinamizar a continuação de recolha etnográfica com vista à criação do futuro Museu Antropológico da Região no antigo Convento da Porciúncula, na Ribeira Brava. Já há levantamento fotográfico do edifício, estudo e programa para o projecto de restauro e edificação deste futuro museu.

A Direcção de Serviços de Juventude, que funciona adstrita à DRAC, mantém actividades de teatro, artes plásticas, ginástica rítmica, iniciação musical, línguas estrangeiras, fantoches, jogos de animação, actividades manuais, festivais da canção infantil, feira regional da juventude, espectáculos de variedades e de teatro infantil nos vários concelhos, sendo estas actividades levadas a efeito em vários pontos da Região.

Os investimentos programados para o Sector da Cultura incidem nos pontos já referidos, em continuação de acções que têm vindo a ser dinamizadas em anos anteriores, sobretudo a partir de 1980. Como investimento novo, apenas se iniciarão, se for possível, os estudos, o programa e o projecto das novas instalações da Biblioteca Regional e Arquivo, conforme decisão superior.

3.3. Saúde

Na área da Saúde, os programas a desenvolver enquadraram-se dentro dos grandes objectivos definidos na elaboração do Plano a Médio Prazo

1981-84, tendentes à resolução dos principais problemas identificados. Tais problemas foram equacionados ao nível do estado de saúde da população, dos meios humanos e materiais da prestação dos serviços e ainda da organização administrativa. Das acções empreendidas ao longo destes dois anos podemos destacar que se aumentou em 10, o número de gabinetes de consulta, melhorando também as condições de atendimento dos utentes através da implantação de 8 centros de Saúde pré-fabricados, seis deles destinados a substituir instalações obsoletas e os outros dois com vista a proporcionar aos habitantes de lugares isolados com a ilha de S. Jorge e da Serra de Água, o acesso mais fácil aos cuidados de Saúde.

No campo hospitalar, para além dos novos serviços especializados e da melhoria dos já existentes, datando-os de equipamentos com aplicação de novas tecnologias, está a ser desenvolvido um programa de beneficiação do Hospital dos Marmeiteiros que já permite neste momento o internamento em boas condições de 150 doentes.

No que respeita à situação de Saúde é de referir que a mortalidade infantil baixou de 29,7% para 20,5%, no período compreendido entre 1979 e 1982, sobretudo devido à diminuição do número de mortes ocorridas entre os 28 dias e o ano, que sofreu uma quebra de 6,8 por mil nados-vivos, situando-se o seu valor em 1982, em 5,9%.

Quanto à cobertura das necessidades, verifica-se que o número total de consultas por habitante, durante o mesmo período, subiu de 1,8 para 2,0.

No prosseguimento da execução do Plano a Médio Prazo, prevê-se o desenvolvimento dos programas que visem alcançar os seus objectivos. Temos assim programas que visam essencialmente o alargamento da prestação de serviços, de modo a garantir uma maior cobertura das necessidades. Nessa prestação de serviços será dada particular atenção no caso da cobertura às grávidas e crianças na infância e idade escolar. Outras acções com o mesmo objectivo serão lançadas no domínio da educação sanitária, no sentido de motivar a população para os factores de que dependem o seu estado de Saúde, salientando-se os que respeitam à prevenção de acidentes, consumo de álcool e hábitos alimentares.

Nos programas de implantação de estruturas materiais serão instalados três Centros de Saúde no concelho do Funchal e beneficiadas mais 70 camas no Hospital dos Marmeiteiros.

No que respeita aos programas ligados à organização administrativa prevê-se a instalação de

um serviço comum de microfilmagem e o início dos estudos ligados à criação de um serviço comum para o tratamento automático da informação. Consta ainda do plano para 1983 a centralização do tratamento de roupas para os hospitais.

Em matéria de recursos humanos um dos objectivos fixados no Plano a Médio Prazo 1981-84 para os Assuntos Sociais (aqui se incluindo não só o Sector da Saúde, mas também os da Segurança Social e da Educação Especial) explicitava que deveriam ser criados mecanismos de identificação das necessidades dos serviços em matéria de formação, de forma a se poderem estabelecer planos anuais de educação permanente para todo o pessoal da SRAS. Outro dos objectivos consistiria na manutenção dos incentivos à formação básica e pós-básica.

Durante o ano de 1981, foram atribuídas bolsas de estudo a 135 indivíduos dos quais 99 foram frequentar cursos técnicos de formação básica e 36 deslocaram-se ao Continente para frequentarem cursos de formação pós-básica.

Dos programas a desenvolver em 1983, prevê-se dar execução ao plano anual de educação permanente para o pessoal já sujeito a inquérito e divulgação de questionário aos grupos profissionais ainda não abrangidos. Continuarão a ser atribuídas bolsas de estudo para formação de enfermeiros e técnicos auxiliares de diagnóstico e terapêutica e ainda para formação pós-básica de médicos, enfermeiros e outros técnicos superiores. Prevê-se ainda que sejam estabelecidas negociações com as escolas do Continente de modo a garantir o funcionamento na Região, de extensões de cursos de especialização de enfermagem.

3.4. Segurança Social

No sentido de minorar os problemas nestas área foram já executadas várias acções que permitiram diminuir os prazos de concessões de benefícios aos utentes e aumentar de 232 para 323 o número de lugares em creche e de 1 613 para 1 732 em jardim de infância. Ainda no que respeita ao apoio à infância e juventude foi concluída uma estrutura destinada à ocupação de tempos livres estando a ser incrementadas, de ano para ano, as actividades de colónias de férias que abrangem, cada vez mais, maior número de crianças.

Ao nível da Terceira Idade, continua em execução o programa global de apoio a este grupo etário da população, com o contributo das Direc-

ções Regionais da Segurança Social, Saúde Pública e Hospitais.

Tal programa envolve uma coordenação destes vários serviços de modo a garantir ao idoso uma cobertura mais adequada à sua situação, quer nos aspectos de saúde, quer ao nível sócio-económico.

No âmbito destas acções foi lançado, tal como se encontrava previsto, um inquérito à população idosa no Arquipélago, de modo a efectuar o levantamento das suas necessidades.

Nos programas a desenvolver para 1983, no que respeita ao alargamento das estruturas materiais, prevê-se o início da construção de 178 lugares em creche e 250 em jardim de infância no Funchal e ainda dar continuidade às obras de construção de 60 lugares de creche e 150 de jardim de infância nos concelhos rurais. Ainda no tocante ao apoio a prestar à infância e juventude, iniciar-se-ão as obras de ampliação no Centro Polivalente para apoio aos menores desajustados com oficina de trabalho protegida.

No desenvolvimento do programa global da Terceira Idade, vão continuar as obras de construção do Lar da Bela Vista e prevê-se o equipamento do Centro de Dia do Hospício, com a prestação de serviços de lavandaria e alimentação, como forma de apoio à ajuda domiciliária. Estão também a decorrer os estudos necessários ao desenvolvimento da ajuda domiciliária com apoio da Saúde Pública e Hospitais aos concelhos rurais já abrangidos e extensão à Calheta e S. Vicente.

Decorrerá também durante o ano, o tratamento dos dados do levantamento das necessidades dos idosos, com vista à criação de uma carta de equipamentos destinada a este grupo etário da população.

No tocante à organização administrativa, serão desenvolvidas acções que permitam avaliar a prestação de serviço em determinadas áreas, nomeadamente, no apoio à infância e juventude.

Enquadrado na política de apoio e incentivo ao funcionamento das Instituições Privadas de Solidariedade Social, que tem sido apanágio deste sector, serão regulamentadas as suas ligações com os serviços da Segurança Social, mediante a aplicação de um acordo de cooperação tipo, a estabelecer com estas entidades.

3.5. Educação Especial

Sendo um dos principais problemas nesta área, o desconhecimento dos casos que não são objecto de procura dos serviços, iniciou-se um

programa de levantamento e despiste da deficiência, através de uma triagem sistemática efectuada por uma equipa pluridisciplinar mediante orientação de vários sectores onde sejam detectados casos que mereçam ser estudados, sendo estes posteriormente encaminhados para os serviços mais adequados.

Para 1983, será dada continuidade a este programa que se irá interligar nos restantes a desenvolver nesta área com o objectivo de aumentar e melhorar o atendimento dos deficientes na Região. Encontra-se previsto, ao nível de estruturas materiais, a conclusão das obras de construção das salas destinadas a deficientes auditivos e a elaboração dos projectos para ampliação dos serviços. Prevê-se que ainda durante o ano se dê início às obras das instalações para pé-profissionalização.

3.6. Habitação e Urbanismo

Neste sector, face à incapacidade demonstrada pelo sector privado para resolver o problema habitacional das camadas mais carenciadas, houve necessidade de intervenção do sector público (Governo Regional e Autarquias) o qual, por um lado, promoveu a construção de elevado número de fogos e, por outro, tomou medidas de apoio ao sector, nomeadamente através do estabelecimento de linhas de crédito bonificadas para o financiamento da aquisição ou construção de habitações próprias e da concessão directa de empréstimos para recuperação de imóveis em degradação.

No período de 1978-82, foram construídos e entregues pelo sector público, 708 fogos, o que revela um esforço bastante significativo que será prosseguido e incrementado. Mas, é preciso ter em atenção que só a partir de 1980 a Região teve acção directa, pois que até aí, a construção dependia do Fundo de Fomento da Habitação ainda não regionalizado. E como tal, só em 1980 o Governo Regional estruturou o apoio à habitação, sendo os 708 fogos correspondentes ao período a partir de 1980, na quase totalidade.

Estão em fase de construção ou acabamento 982 fogos e prevê-se o início da construção, ainda no corrente ano, de outros 419 fogos, todos promovidos pelo Governo Regional.

A actuação do sector público nunca poderá ser a de resolver integralmente o problema de habitação, que sempre tem cabido, sobretudo na Região, ao sector privado. Aquele compete essencialmente a habitação social, isto é, satisfazer

as carências habitacionais das camadas populacionais mais desfavoráveis e, depois, implementar e dinamizar, através do estabelecimento de linhas de crédito favoráveis, a construção de habitações de custo e renda limitada para a chamada classe média. Importante é, ainda, como competência do sector público, o apoio técnico e material às cooperativas de habitação, por forma a permitir-lhes lançar-se na construção de fogos para os seus associados.

Relativamente ao urbanismo, é sabido que apenas o concelho do Funchal dispõe do seu plano director, enquanto alguns outros municípios procedem à sua elaboração. É um problema que, interessando às autarquias locais, está também nas preocupações do Governo Regional, que continuará a apoiar as câmaras municipais nesses trabalhos, que não deixarão de ser considerados nos estudos e na elaboração dos planos de ordenamento biofísico da Região.

Para 1983, os objectivos e as medidas de política para o Sector da Habitação e Urbanismo, são os seguintes:

- Procurar diminuir o volume global do défice habitacional existente na Região, através de acções a levar a cabo pelos sectores público, privado e cooperativo;
- Privilegiar as camadas mais carenciadas da população e as áreas urbanas mais populosas;
- Apoiar os municípios, com vista à elaboração dos seus planos de urbanização e à concretização de acções urbanísticas nas áreas destinadas à habitação.

No que se refere às acções a prosseguir com vista a se alcançarem estes objectivos, em particular o primeiro, ter-se-á que:

- Promover directamente a construção da habitação social em áreas definidas pelos planos de urbanização, ou de acordo com as Câmaras, e apoiar os municípios nessa construção e, em particular, terminar os bairros iniciados e o plano integrado da Nazaré (5 fases);
- Incentivar o sector cooperativo na habitação e dinamizar a aplicação da legislação existente sobre o crédito para aquisição ou construção de casa própria e reforçar os benefícios concedidos;
- Diligenciar no sentido de serem cedidos terrenos (que hajam sido expropriados ou

- adquiridos) aos interessados e às cooperativas para construção de habitações próprias e dos associados;
- Apoiar a autoconstrução e prosseguir acções no sentido da recuperação de imóveis para habitação (PRID) e da renovação urbana (caso do Ilhéu, em Câmara de Lobos);
 - Dar concretização às linhas orientadoras contidas na proposta de lei submetida à Assembleia da República pela Assembleia Regional logo que a mesma entre em vigor.

Há aqui que referir muito especialmente a acção de recuperação do Ilhéu de Câmara de Lobos, a qual comporta não só soluções técnicas, mas também sociais: além de cerca de 70 habitações a recuperar, será encontrada solução para uma adequada vivência social, através duma zona comercial e de artesanato e de diversas infraestruturas sociais, como centros de dia para a 3.ª Idade, zonas de desporto, convívio, zonas verdes e de lazer, procurando-se, ainda manter a tradição, do encontro e comunicação entre os residentes e os turistas, que procuram o local como uma atracção da Ilha.

3.7. Ambiente

Hoje, os problemas do ambiente, colocam-se cada vez mais a todos os países, a todas as sociedades, qualquer que seja o seu nível de desenvolvimento económico ou social e, até mesmo a sua orientação política:

- é a degradação dos recursos naturais: destruição de florestas; destruição ou rarefação da flora e da fauna selvagens; arrastamento da terra arável pela erosão; empobrecimento das reservas de água potável; degradação do ar pela poluição atmosférica; esgotamento dos recursos minerais, nomeadamente dos combustíveis fósseis;
- é o inquinamento das águas potáveis, quer as superficiais, quer as profundas, sujeitas a toda a espécie de contaminação, devida às descargas industriais, às chuvas «ácidas» e aos esgotos;
- é degradação dos terrenos, com o húmus e outros componentes naturais a serem sufocados ou destruídos totalmente por numerosas substâncias químicas provenientes dos resíduos das fábricas, dos detergentes, dos pesticidas e até de certos fertilizantes e águas impróprias;

- é a poluição química provocada pelas empresas industriais, pelas centrais eléctricas, pelos gases tóxicos provenientes dos meios de transporte motorizados, pelos pesticidas e outras substâncias que os ventos transportam e que ocasionam graves transtornos no equilíbrio bio-físico;
- São as perturbações físicas, provocadas pelos barulhos que afectam a saúde humana, a vida animal e o equilíbrio da natureza;
- é a poluição visual das grandes cidades, congestionadas e apressadas, que atrofia o gosto e o prazer saudável do viver.

A defesa e conservação do ambiente é, pois, um problema que não diz respeito apenas a uns ou a outros mas ao mundo inteiro. A geração de hoje é responsável pelas opções cada vez mais estreitas que se colocam às gerações futuras, em termos de ambiente.

Na Região, esta questão da protecção do ambiente tem-se posto, desde há algum tempo, com maior acuidade.

Têm-se vindo a realizar várias acções com o objectivo de alertar as pessoas para a gravidade de que se reveste o problema e a necessidade urgente de conservar os recursos disponíveis.

De entre essas acções, registaram-se, já no começo de 1983, duas com particular impacto no meio:

- Sessão de Direito Comparado e Internacional do Ambiente (TURISMO e AMBIENTE), realizada no Funchal de 5 a 15 de Janeiro.
- Seminário sobre «A Adesão de Portugal à Comunidade Europeia: As consequências em matéria de política do Ambiente», que em seguida teve lugar de 17 a 19 de Janeiro.

A dinamização destas acções e a sua organização estiveram a cargo da Faculdade Internacional de Direito Comparado, da Associação Internacional de Direito Comparado, do Centro de Estudos de Direito Comparado do Ambiente e da Secretaria Regional da Educação. Patrocinaram as realizações em causa o Governo Regional da Madeira, o Ministério da Qualidade de Vida, a Fundação Calouste Gulbenkian, o Banco Português do Atlântico e o Cine-Forum do Funchal.

Muitos temas foram tratados tanto na Sessão de direito como no Seminário, por especialistas e estudiosos de vários países, tendo-se salientado:

Espaços Protegidos (Reservas, Parques Naturais, Parques Nacionais, Zonas Húmidas, Parques Marítimos); Poluição do Mar; Espécies protegidas; Paisagens e Monumentos; Política do Ambiente; e Direito do Ambiente. O número de participantes foi de 83, dos quais 46 ligados a entidades e organismos regionais.

Têm-se, também, produzido alguns diplomas legais, tomado certas resoluções e estabelecido determinadas normas de actuação, que atestam as preocupações dos responsáveis sobre esta temática.

Assim, para protecção do património natural, defesa e conservação do ambiente da Região foram publicados os seguintes diplomas:

- Decreto Regulamentar Regional n.º 13/80/M de 25 de Novembro — Lei orgânica da Secretaria Regional do Equipamento Social — pelo qual se cria, não só a Direcção Regional de Habitação, Urbanismo e Ambiente com o objectivo, entre outros, de estudar, coordenar, apoiar, fiscalizar e participar na política do ambiente, em estreita colaboração com as autarquias locais, mas também a Comissão Regional de Ambiente que «terá funções consultivas e de análise às diversas situações que se prendam com as atribuições e acções da SRES, relacionadas com a conservação e defesa da Natureza e meio ambiente e, bem assim, com idêntico fim, quando por actuação de outrem o sector possa ser afectado».
- Decreto Regional n.º 12/81/M de 21 de Maio, que estabelece medidas antipolução dos veículos motorizados.
- Decreto Regional n.º 1/82/M de 17 de Fevereiro, que cria e estrutura o Serviço Regional de Protecção Civil da Madeira com o objectivo de preparar as medidas de protecção, limitar os riscos e minimizar os prejuízos que impedem sobre a população civil causados por catástrofes naturais ou emergências imputáveis à guerra, ou por tudo o que represente ameaça ou destruição dos bens públicos e privados e dos recursos naturais repartidos pela Região.
- Decreto Regional 14/82/M de 10 de Novembro, que cria o Parque Natural da Madeira permitindo deste modo a articulação de diversas áreas com potencialidades diferentes, constituindo formas diversas de intervir na natureza e paisagem e obedecendo a medidas específicas de funcionamento.

Realce-se uma vez mais a importância deste último diploma, referente ao Parque Natural da Madeira, dado que constitui o passo mais importante para a concretização doutra necessidade da Ilha que é o seu ordenamento biofísico. Ocupando uma vastíssima área da Madeira e englobando as importantes reservas integrais de vegetação e fauna, e outras reservas parciais, reservas de recreio e montanha, zonas de repouso e silêncio, paisagem protegida, zonas de caça, zonas de pastoreio, — tudo conjugando interesses científicos, hidrológicos, paisagísticos, de recreio e lazer — o Parque tem, também, uma finalidade económico-social e cultural, que é a de promoção das populações abrangidas na sua área.

As acções e medidas a desenvolver, estabelecidas já em planos anteriores mantêm-se actuais para 1983, pois, tal campo encontra-se longe de estar esgotado.

Assim há que:

- Utilizar de forma prudente e racional os recursos naturais (água, solos, rochas, incluindo areias, vegetação) de modo a não comprometer as potencialidades regionais, nem degradar o ambiente.
- Defender a Madeira e o Porto Santo dos fenómenos erosivos e procurar que a vida das pessoas e os seus bens se mantenham com segurança, através de várias acções e investimentos no campo da florestação de incultos e revestimento de taludes, da correção torrencial nas ribeiras, da canalização dos principais e mais perigosos cursos de água (córregos, ribeiros e ribeiras).
- Defender certas espécies animais e vegetais peculiares da Região e procurar preservar e multiplicar as que se encontram em vias de extinção.
- Proteger a paisagem natural e humanizada na Madeira e Porto Santo.
- Proteger especialmente certas zonas vegetacionais, como as florestas e os grandes ou pequenos espaços verdes, incluídos ou não no Parque Natural.
- Apoiar as autarquias locais na conservação dos jardins e recuperação de zonas verdes.
- Desenvolver acções de sensibilização, junto das populações, sobretudo nas escolas, com o intuito de divulgar a necessidade de conservar e preservar o ambiente.
- Intensificar as acções de combate à poluição sonora e atmosférica, ou promovê-las,

através dos diplomas legais em vigor e de outras normas que forem julgadas proveitosas.

- Prosseguir os estudos pedológicos e agro-lógicos com vista ao ordenamento bio-físico geral e à ocupação do espaço rural da Madeira.

CAPÍTULO V

PLANO DE INVESTIMENTOS E DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

— PIDDAR 1983 —

1. Considerando, por um lado, na sua justa medida, os condicionalismos e os aspectos caracterizadores do estádio de desenvolvimento sócio-económico da Região Autónoma da Madeira e, por outro, a necessidade das populações do arquipélago continuarem a melhorar o seu padrão de vida, ajustado à sua condição e dignidade humana, o Governo Regional seguindo a directriz que traçou para o Plano a Médio Prazo 1981-84, elaborou e quantificou o seu Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento para 1983, — acções que, na sua essência, continuam empreendimentos, apoios e projectos iniciados em anos anteriores.

O montante global atinge a verba de 14 471 151 contos, respeitando 2 000 000 contos a investimentos municipais, ou melhor, a comparticipações e subsídios não reembolsáveis às autarquias locais, nos termos da legislação aplicável à R. A. M., para obras que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia vêm programando atempadamente, no âmbito da sua área territorial e dentro da esfera das respectivas competências e no prosseguimento de uma política descentralizadora, cujos resultados positivos são bem evidentes.

Como nos anos transactos de 1981 e 1982, as receitas próprias da R.A.M. e as transferências que se esperam do O.G.E. para a cobertura do défice regional não chegam para o financiamento dos investimentos já programados e indispensáveis ao prosseguimento da política de desenvolvimento traçada pelo Governo desta Região. Perante essa impossibilidade e porque o volume

de obras e as acções em curso são bastante grandes e não podem parar, — sob pena de a situação sócio-económica regional e o próprio futuro dos madeirenses e portossantenses se tornarem mais difíceis e sombrios, — o financiamento dos investimentos, em 1983, terá de ser obtido através do crédito interno ou externo, consoante a conjuntura nacional e internacional assim o aconselhar.

Ainda se a situação económico-financeira do País fosse outra menos desfavorável, ou se se pudesse dispôr já de fundos especiais e significativos através do Governo da República, a Região deixaria de contrair empréstimos, que são neste momento bastante onerosos e recorreria a fontes mais favoráveis de financiamento. Tal não é o caso e daí o recurso, em princípio, ao crédito interno, sob a forma de empréstimos obrigacionistas (em valor semelhante ao montante total dos investimentos) que se procurará verifcar a revestir-se das condições de momento mais favoráveis, à semelhança das praticadas relativamente aos financiamentos colocados pelo Governo Central junto da Banca Comercial ou do Banco de Portugal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Artigo 5.º da Lei n.º 2/83, de 18 de Fevereiro, que aprova o Orçamento do Estado para 1983 (provisório).

Espera-se também, obter, em 1983, a participação externa para dois investimentos de envergadura a levar a cabo pelo Governo Regional, no âmbito deste PIDDAR: um refere-se à denominada «Saída Oeste do Funchal», via rápida que saindo da Cruz de Carvalho, por S. Martinho, chegará até à Ponte dos Frades em Câmara de Lobos, que será financiada, em parte, pelo Programa de Acções Comuns da CEE (ajudas de pre-adesão); outro, a construção do «Entreponto Frigorífico do Funchal», a financiar pelo Governo da Noruega. O montante destes financiamentos situa-se ao redor dos 200 mil contos.

O quantitativo total dos investimentos de 1983 reparte-se do seguinte modo pelos diversos sectores globais:

• Sectores Sociais	5 738 249	contos	39,7%
• Sectores Produtivos	1 677 922	contos	11,6%
• Infraestruturas Económicas ...	4 515 100	contos	31,2%
• Sectores de Apoio	539 880	contos	3,7%
• Investimentos Municipais ...	2 000 000	contos	13,8%
TOTAL	14 471 151	contos	100,0%

Os planos de investimento da R. A. M., para 1982 e 1983, aproximam-se relativamente mais do

que os de 1981 e 1982, e estes quer em termos de previsão, quer de realização:

• **Previsão orçamental (%)**

	1981	1982	1983
Sectores Sociais ...	43,1%	37,5%	39,7%
Sectores Produtivos ...	10,5%	13,5%	11,6%
Infraestruturas Económicas ...	21,4%	34,0%	31,2%
Sectores de Apoio ...	2,0%	3,6%	3,7%
Investimentos Municipais ...	23,0%	11,4%	13,8%
	100,0%	100,0%	100,0%

• **Gastos efectivos (milhares de contos e %)**

	1981		1982			
	(N.º provisórios)					
Sectores Sociais ...	1 762	—	38,3%	2 272	—	36,3%
Sectores Produtivos ...	612	—	13,3%	734	—	11,7%
Infraestruturas Económicas ...	1 112	—	24,1%	2 053	—	32,8%
Sectores de Apoio ...	96	—	2,1%	100	—	1,6%
Investimentos Municipais ...	1 024	—	22,2%	1 099	—	17,6%
	4 606		100,0%	6 258		100,0%

No que concerne aos Investimentos Municipais, tem também o Governo Regional, sobretudo enquanto as Câmaras não puderem dispôr de uma base financeira mais sólida e mais adequada às realizações que têm que concretizar, que participar fortemente os empreendimentos que nas respectivas esferas de acção e âmbito territoriais hajam que levar por diante. É muito vultosa a parcela que o Governo Regional destaca do seu orçamento para os investimentos municipais, quer em termos absolutos, quer relativos. E pena é que as disponibilidades financeiras não permitam ao Governo Regional contribuir de forma ainda mais larga para satisfazer muitas das grandes e urgentes necessidades que as autarquias vêm detectando e procuram atender na difícil gestão dos seus orçamentos e dos seus parcós meios.

2. A verba de mais de 5,7 milhões de contos, consignada em 1983 aos Sectores Sociais, é essencialmente destinada à Habitação e Urbanismo (57,9%) e à Educação (22,3%); aos restantes cabem 19,8%.

No Sector da Habitação e Urbanismo, e só no que se refere à Administração Regional, os investimentos atingem o montante de 3,3 milhões de contos, dos quais cerca de 2,6 milhões respeitam à promoção directa, ou seja à construção de diversos bairros, iniciados, a iniciar ou em fase de conclusão (Ajuda, Câmara de Lobos, Espírito Santo e Calçada, Seixal, Tabua, Hospital e Pal-

meira) e de planos integrados (Nazaré), tudo envolvendo já mais de 2 100 fogos, — só a Nazaré comprehende mais de 1 300 fogos — nos quais o Governo Regional, durante alguns anos, tem estado e vai estar envolvido, dada a pouca oferta no mercado por parte do sector privado e as carencias existentes. Outras obras e acções no Sector da Habitação e Urbanismo respeitam sobretudo ao abastecimentos de águas às populações necessitadas (não incluindo o Funchal), onde se despenderão cerca de 340 000 contos (grandes galerias de captação, central dessalinizadora, equipamentos diversos, etc.) e incluem, ainda a renovação urbana do chamado «Bairro do Ilhéu», em Câmara de Lobos, que se pretende totalmente beneficiado e higienizado e a recuperação dos imóveis degradados, a autoconstrução e o acesso a casa própria para o que se apoiará financeiramente os interessados, dentro do quadro legal já estabelecido na Região.

No Sector da Educação e Desporto, que tem obrigado naturalmente a um esforço permanente e muito sério, o montante a despesar ultrapassa os 1,2 milhões de contos, cabendo a maior parte (74,8%) às construções escolares (escolas primárias, preparatórias, secundárias, e complementares e C. P. T. V.); importante participação nos investimentos do Sector têm, ainda, as acções e os empreendimentos no domínio desportivo e a instalação de zonas de lazer e de ocupação dos tempos livres, áreas a que o Governo tem dado particular

atenção, não só porque respeitam a campos muito carenciados na Região, mas porque envolvem também uma população muito quantiosa e activa.

A Cultura tem vindo também a exigir dispêndios cada vez mais vultosos nas áreas da defesa do património regional, do apoio aos organismos culturais, no crescimento, difusão e descentralização das manifestações e das actividades e no apoio à formação e aperfeiçoamento dos interessados, dos estudiosos e dos quadros técnicos profissionais. Dentro dos Sectores Sociais a verba que caberá à Cultura em 1983, cerca de 140 mil contos, representa cerca de 2,5% do respectivo total.

No Sector da Saúde, os investimentos programados atingem 4,2% do montante destinado aos Sectores Sociais. Os progressos e os resultados já obtidos nesta área e na R. A. M. embora já não exijam grandes empreendimentos e acções não dispensam porém ainda a realização de alguns investimentos muito necessários, como sejam, sobretudo, obras de beneficiação e apetrechamento, quer de instalações hospitalares, quer de serviços de acção médica e de apoio, quer de estruturas de saúde pública.

A participação da Segurança Social nos investimentos dos Sectores Sociais representa 6,1%, bastante valiosa sobretudo em matéria de construção (e beneficiação) de creches e jardins de infância e de construção (beneficiação e ampliação) de estabelecimentos para a terceira idade. Nestes tipos de instalações há ainda muito a fazer, não podendo, por razões de ordem financeira, ir-se mais além, em 1983, do que é o programado. Realce é devido principalmente, de entre todos os estabelecimentos a construir (ou continuar os trabalhos de construção), à creche e jardim de infância do Porto Santo (105 lugares) e ao Lar da Bela Vista com 310 lugares (3.ª idade). No que respeita a estabelecimentos para a juventude está sobretudo previsto o arranque das obras do Patronato de N.ª Senhora das Dores.

No Sector da Educação Especial (Jovens Deficientes), onde se investirão aproximadamente de 30 000 contos, os empreendimentos mais vultosos respeitam à ampliação, adaptação e beneficiação de instalações para jovens deficientes, de que se destacam uma nova cantina e serviço de alimentação (Quinta do Leme) e a construção de um pavilhão para pré-profissionalização dos jovens deficientes em idade apropriada à aprendizagem; em 1983, decorrerá também um trabalho importante neste sector, que é o do levantamento e desپite da deficiência.

No que se refere à Defesa e Conservação do Ambiente, os investimentos atingem cerca de 270 mil contos, ou seja 4,7% do total respeitante aos Sectores Sociais. Nesta vastíssima área se englobam as obras de correcção das ribeiras e ou a sua canalização, com vista sobretudo à segurança da vida e dos bens das pessoas; e também o Parque Natural da Madeira e a Reserva das Selvagens. Os importantíssimos problemas e aspectos do Ambiente são também analisados e considerados noutras áreas (Agricultura, Indústria, Urbanismo, Saneamento Básico, Circulação automóvel, Educação, etc.) não sendo, apenas, os investimentos do Plano, o reflexo da muita atenção e cuidados que lhes dedicam os responsáveis.

3. Nos Sectores Produtivos, que se prevê virão a consumir perto de 1,7 milhões (11,6% do PIDDAR) de contos, ocupam naturalmente lugares muito salientes a Agricultura, Silvicultura e Pecuária e o Turismo: o primeiro sector representa 54,1% e o segundo, 30%, daquele total.

Têm particular importância no Sector da Agricultura, Silvicultura e Pecuária os investimentos afectos aos projectos de orientação, fomento e melhoria das condições da produção vegetal e animal, muito especialmente os vários planos de desenvolvimento para os ramos da actividade que mais interessa desenvolver na Região (Viticultura de qualidade, Produção de primores, Fruticultura Subtropical e Europeia, Floricultura, Bovinicultura para produção de leite e carne, Suinicultura, Avicultura, Florestação de incultos e terras abandonadas). Também o melhor apetrechamento dos serviços será convenientemente assegurado, sobretudo através da instalação do Centro de Fruticultura Subtropical, peça de grande importância para o estudo e resolução de questões que se prendem com esse tipo de agricultura que muito interessa difundir nas zonas adequadas da Madeira; e do desenvolvimento de subsectores, como a Mecanização Agrícola (através do qual também se procurará apoiar a aquisição, pelos particulares, de máquinas agrícolas apropriadas ao cultivo da terra, nesta Região), a Sanidade Vegetal (na defesa e protecção das culturas e nas campanhas de desratização), e o Laboratório Químico-Agrícola e o de Veterinária (cujos estudos e trabalhos apoiam toda a acção de assistência técnica que os serviços competentes desenvolvem).

No Sector da Agricultura, Silvicultura e Pecuária, salientam-se ainda os empreendimentos que visam a reforma das estruturas agrárias, essencialmente a continuação de acções que conduzam à extinção, de facto, da «colonia», os auxí-

lios ao cooperativismo agrícola (mormente à Adega Cooperativa do Norte e à Cooperativa Agrícola do Funchal) e o apoio à agricultura com vista à futura integração nas Comunidades Europeias. Também ocupam lugar de realce os investimentos em matéria de Hidráulica Agrícola (quase 250 000 contos), especialmente a construção de grandes tanques (do Governo Regional) de aprovisionamento de água de rega e os auxílios financeiros para a construção doutros tanques das explorações privadas, a continuação dos trabalhos no Túnel da Fajã do Penedo, a construção ou conclusão de obras em canais principais de rega e a impermeabilização da Lagoa do Santo da Serra (obra que terá um interesse excepcional para o regadio de Santa Cruz).

No âmbito do mesmo Sector, alguns estudos em curso e incluídos no PIDDAR 83 têm relevante interesse: os referentes às cartas pedológicas e agrológica do Arquipélago e o dos recursos hídricos da Madeira, que muito importam ao ordenamento biofísico do território.

O Turismo, actividade à qual é conferida um papel de motor de desenvolvimento da Região, não poderia deixar de receber forte impulso no campo dos investimentos. Tal como na R.A.M., e até com muito maior intensidade e, relativamente, maior esforço financeiro, é permanente, actual, a atenção que os governantes dos vários países receptores de turistas dedicam a este Sector, para que ele contribua cada vez mais positivamente no mundo do trabalho e na melhoria das respectivas situações económicas e financeiras. Os investimentos em 1983 na Madeira, respeitam essencialmente à promoção turística (em mercados externos e animação local), à construção, ampliação e beneficiação de pousadas (sobressaindo a de Pico do Areeiro), aos apoios turísticos, à construção de infraestruturas desportivo-turísticas (como o campo de golfe e o centro hípico), aos parques de campismo, aos miradouros e às veredas de montanha. (Não se devendo esquecer o que em matéria de formação profissional também é investido através da Escola de Hotelaria e Turismo). A verba total destinada directamente ao Sector do Turismo ultrapassa já o meio milhão de contos, mas é importante que se relembre o grande esforço que noutros campos se faz, não só a nível público, mas também privado, com vista à contínua melhoria do acolhimento aos que visitam a Região, mormente no campo das infraestruturas ligadas aos transportes exteriores e interiores, às comunicações, aos circuitos de distribuição, à construção, ao saneamento básico e à energia.

Para a melhoria do Sector da Pesca, o PIDDAR

83 prevê investimentos em cerca de 8% do montante destinado aos Sectores Produtivos. Dadas as perspectivas de aumento do produto e da produtividade, sobretudo a partir da definição da subárea 2 (Madeira) da ZEE de Portugal, que tem a extraordinária superfície de 129 600 milhas quadradas, ou seja 444 600 Km² aproximadamente, não pode deixar de ser feito um esforço em vários domínios para que se possam vir a obter melhores resultados no Sector, pese embora as suas dificuldades estruturais e sociais. Os programas de investimentos visarão essencialmente a investigação e a prospecção dos recursos vivos daquela subárea, o apoio financeiro à frota pesqueira (com esquemas já perfeitamente definidos), a introdução de novas artes da pesca, a construção de infraestruturas de apoio à pesca e a instalação de sistemas de apoio radiofónico às embarcações e porventura até a constituição de sociedades de economia mista com o objectivo de melhor se atingir o progresso do Sector.

No Sector Industrial, os programas de investimentos incluídos no Plano totalizam pouco menos de 100 mil contos (5,8% dos investimentos referentes aos sectores produtivos). Incluem o estabelecimento de parques industriais (de que o da Cancela está a receber a maior soma de atenções), a promoção da Zona Franca da Madeira (localizada no Caniçal e já objecto de estudos, anteplanos e acções várias, com vista à sua instalação e funcionamento), apoio técnico e financeiro às pequenas e médias empresas industriais, através do SAPMEI e o fomento do artesanto, através do IBTAM.

No Sector da Energia, os investimentos a realizar directamente pelo Governo Regional dizem respeito ao estudo e aplicabilidade das *energias renováveis* (solar, eólica, das ondas do mar e hidrálica), através de vários projectos nas Selvagens, em Porto Santo e na Madeira, totalizando, o seu custo, 36 mil contos (2,1% dos Sectores Produtivos). Sobressaem nesses investimentos uma micro-central hidroeléctrica na Cova Grande e as diferentes utilizações experimentais e práticas da energia solar térmica, com realce para a aplicação desta na dessalinização de água do mar.

Neste capítulo da Energia, avultam os investimentos que a EEM, empresa pública regional de electricidade, vai realizar e que totalizam 975 000 contos (mais 3% que o programado em 1982) — não incluídos no PIDDAR — que serão financiados por subsídios do Governo Regional e empréstimos a contrair. Realcem-se nesses investimentos, os referentes à produção hidráulica e térmica na Madeira e no Porto Santo (em ambas as ilhas já pre-

vistas as construções de novas centrais térmicas e na Madeira, até, um aproveitamento mais intenso da energia hidráulica através de centrais de inverno) e ao transporte e distribuição de energia.

4. Os Sectores das Infraestruturas Económicas envolvem grandes investimentos, num total superior a 4,5 milhões de contos que representa 31,2% do PIDDAR 83. Destes Sectores, só o dos Transportes e Comunicações consumirá uma verba acima de 3,8 milhões de contos, a maior referente a um só dos sectores que se apresentam individualizados no PIDDAR 83; apenas o da Habitação e Urbanismo se lhe aproxima (3,3 milhões de contos).

Neste Sector dos Transportes e Comunicações há, ainda, que ter em atenção os investimentos que pelo PISEE (Programa de Investimentos do Sector Empresarial do Estado) serão realizados na Madeira, ou com interesse para a Madeira, através de algumas empresas públicas ou maioritariamente participadas (TAP, CTM, CTT/TLP, MARCONI, RTP, RDP) sem suporte financeiro local. De igual modo, se têm de relembrar os investimentos, a cargo do Estado, os quais estão a ser feitos no Aeroporto de Santa Catarina, e que têm por objectivo, nesta primeira fase, o prolongamento até 1 800 metros da actual pista.

No campo dos Transportes, os maiores investimentos referem-se à rede rodoviária regional (mais de 2,7 milhões de contos) e aos portos (cerca de 1 milhão de contos); pequenos investimentos estão programados nas áreas dos aeroportos e das infraestruturas de apoio aos transportes terrestres, colectivos de passageiros e ao transporte aéreo entre a Madeira e o exterior.

As obras respeitantes à rede rodoviária que são vultosíssimas, mas extremamente necessárias, referem-se não só a algumas importantes estradas novas, já iniciadas em anos anteriores (Santa — Encumeada, Chão do Cedro Gordo — Moinhos, Ramal de acesso à Ribeira da Janela, Curral das Freiras — Boaventura, Ribeira Brava — Tabua e Saída Leste do Funchal) ou a iniciar este ano (Saída Oeste do Funchal, Via Rápida Câmara de Lobos — Ribeira Brava, Acesso ao porto do Funchal e ER Vila do Porto Santo — Porto de Abrigo), como as grandes reparações e correcções de traçados e pavimentação em várias estradas regionais (incluindo a construção de alguns viadutos) como já foi referido e, ainda, à iluminação, sinalização e arborização das estradas.

No que aos Portos concerne, e tendo em mente a sua importância no contexto regional, destaca-se a verba de 400 000 contos para o porto

da ilha do Porto Santo e cerca de 342 mil contos para o equipamento mecânico dos dois portos mais importantes do Arquipélago. A verba restante destina-se, à construção do porto de recreio do Funchal, às instalações eléctricas do porto do Funchal e do porto do Porto Santo e às infraestruturas de abastecimento de água e equipamento de serviços e oficinas no porto desta última ilha.

Os investimentos em Aeroportos vão um pouco além dos cem mil contos, cabendo a maior parcela (64 100 contos) ao de Santa Catarina — em que os principais empreendimentos são a aquisição de equipamento de segurança, a construção da zona industrial do aeroporto e a construção do edifício para a estação VOR-DME no Pico do Facho — e a menor, ao do Porto Santo, sendo os gastos mais vultosos os que dizem respeito à readaptação das instalações do Aeroporto e à aquisição de equipamento de segurança.

Importa, ainda, referir que o concernente aos transportes em geral, se prevê a construção ou o arranjo de infraestruturas de apoio aos transportes terrestres colectivos, após a recente reestruturação do sector na área urbana do Funchal, e também de infraestruturas de apoio ao transporte aéreo entre o Arquipélago e o exterior.

No Sector dos Circuitos de Distribuição, há uma importante estrutura de apoio ao abastecimento da Região Autónoma da Madeira, à responsabilidade da EPAC — Empresa Pública de Abastecimento dos Cereais, que são os Silos do Funchal, sem suporte financeiro local. De entre os importantes investimentos regionais nesta área de comercialização, que totalizam mais de 662 mil contos, sobressaem a continuação das obras do Mercado Regulador ou Abastecedor do Funchal, a construção de Matadouros Rurais e Casas de Matança nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, a construção do Entrepósito Frigorífico do Funchal (Para o pescado, com a participação do Governo da Noruega), a construção de postos de recepção e comercialização do pescado, a construção de silos para cimento, com vista a regular e pronto abastecimento às obras do Aeroporto de Santa Catarina e o equipamento de talhos e peixaria; há ainda a considerar a construção dos chamados Mercados de Origem, o Entrepósito Frigorífico de Câmara de Lobos, a construção do Centro de Apoio à actividade da pesca e as acções de apoio, quer à produção e comercialização hortícola, quer à exportação através de feiras, exposições, etc.

Todos estes investimentos se revestem de particular importância para o desenvolvimento

sócio-económico regional, sendo alguns deles indispensáveis até ao próprio fomento da produção, na medida em que representam um melhor e mais rendoso escoamento, assegurando também um mais regular abastecimento ao consumidor.

5. Os Sectores de Apoio envolvem uma verba de cerca de 540 mil contos, de que a maior parte respeita aos investimentos referentes à Modernização da Administração Pública; a restante diz respeito a investimentos nos Sectores da Informação Científica e Técnica e da Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico.

Os investimentos da Modernização da Administração Pública são essencialmente dirigidos às instalações dos Serviços, procurando-se que o rendimento do trabalho da função pública seja cada vez maior e desenvolvido nas mais adequadas condições de produtividade e eficiência. Para 1983, prevêm-se obras diversas em instalações da Assembleia Regional e do Governo Regional (de que se destacam os de adaptação na antiga Quinta das Angústias — actual Quinta Vigia — aos Serviços da Presidência, a construção do novo Arquivo Regional, a instalação da delegação do Tribunal de Contas), equipamentos de diversos Serviços, beneficiações em vários edifícios do Governo Regional e construção e beneficiação das instalações de diversos Serviços de Apoio (Parque de Material, Armazéns, Cantina para funcionários, Laboratório de Ensaios de Betões). Continuará também a reestruturação de Serviços Administrativos afectos à Secretaria Regional do Planeamento e Finanças.

Os investimentos do Sector da Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, incluídos no PIDDAR 1983 (10 mil contos), reportam-se aos estudos em curso sobre o ordenamento do território na Frente de Mar Garajau-Baía de Abra, que abrange cerca de 7 000 ha e as freguesias de Caniço, Gaula, Santa Cruz, Água de Pena (2), Machico e Caniçal. Estes estudos estão em vias de conclusão e dada a sua excepcional importância deverão vir a servir de base para a futura orientação urbanística de toda a faixa marítima a leste do Funchal. Mais tarde serão completados com os estudos de ordenamento biofísico que falta realizar no Arquipélago.

Os programas afectos ao Sector da Informação Científica e Técnica envolvem também áreas muito importantes e incidem sobre: equipamento dos Serviços de Informática, acções a desenvolver com vista à informação e sensibilização do público e dos empresários e técnicos em particular sobre a integração de Portugal (e da Região

Autónoma da Madeira) na CEE, a levar a cabo pela Comissão Regional para a Integração Europeia (CRIE); e sobre inquéritos de estrutura às explorações agrícolas, a realizar pelo Serviço Regional de Estatística da Madeira (SREM).

6. Os Investimentos Municipais consomem uma parcela importante do PIDDAR 83, atingindo, como comparticipações do Governo Regional, o montante de 2 milhões de contos. Estas comparticipações têm a sua justificação nas tremendas necessidades das populações rurais e na escassez de receitas das Câmaras Municipais da Região. Note-se que o valor real destas obras é o somatório dos montantes despendidos pelos Municípios e das comparticipações do Governo Regional.

Embora os investimentos municipais não façam parte do PIDDAR, pois, respeitam à esfera de competências das Câmaras Municipais, e na realidade constituem um enorme conjunto de obras e acções que constam já dos respectivos Planos de actividade, refere-se que as comparticipações do G. R. incidem, sobretudo, em arruamentos, caminhos e estradas municipais e outras vias de acesso, de interesse para as populações em obras de saneamento básico e electrificação; na habitação e no urbanismo; em mercados, feiras e instalações culturais e recreativas.

7. De acordo com o que se referiu no PIDDAR 82, a repartição em percentagens dos investimentos do PIDDAR 83 pelos vários sectores individualizados, conforme o que atrás se descreveu é a seguinte, comparativamente com os anos de 1981 e 1982 (orçamentados):

Sectores	1981	1982	1983
• Educação e Desporto	13,1%	9,9%	8,8%
• Cultura	1,2%	1,3%	1,0%
• Formação Profissional	0,2%	0,7%	0,7%
• Saúde	1,5%	2,0%	1,7%
• Segurança Social	2,5%	2,8%	2,4%
• Educação Especial	0,2%	0,2%	0,2%
• Habitação e Urbanismo	23,0%	18,5%	23,0%
• Ambiente	1,3%	2,1%	1,9%
TOTAL DOS SECTORES SOCIAIS	43,1%	37,5%	39,7%
• Agricultura, Silvicultura e Pecuária	5,1%	7,7%	6,3%
• Pescas	1,0%	1,5%	0,9%
• Indústria	0,9%	0,4%	0,7%
• Energia	—	0,2%	0,2%
• Turismo	3,5%	3,7%	3,5%
TOTAL DOS SECTORES PRODUTIVOS	10,5%	13,5%	11,6%
• Transportes e Comunicações	19,0%	27,7%	26,6%
• Circuitos de Comercialização	2,5%	6,3%	4,6%
TOTAL DAS INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS	21,4%	34,0%	31,2%

• Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	0,1%	0,3%	0,1%
• Informação Científica e Técnica ..	0,1%	0,3%	0,1%
• Modernização da Administração Pública	1,8%	3,0%	3,6%
TOTAL DOS SECTORES DE APOIO	2,0%	3,6%	3,7%
• Investimentos Municipais	23,0%	11,4%	13,8%
TOTAL GERAL	100,0%	100,0%	100,0%

O PIDDAR 83, pelo volume total dos investimentos, constitui um desafio à capacidade de realização dos serviços e das empresas e seus trabalhadores que cooperam com o G. R. no desenvolvimento sócio-económico de todo o Arquipélago.

Procura-se também com este Plano que não venha a haver no decurso do ano qualquer quebra no volume actual de emprego, mesmo que a recessão económica europeia e a portuguesa se venham também a espalhar na Madeira, no sector privado.

Tem, pois, o Governo Regional a esperança fundada que a capacidade de realização dos investimentos que se programaram e que, na sua maioria, estão já em curso, não venha a situar-se a níveis inferiores ao ano de 1982 e 1981, onde se obtiveram as percentagens de execução (valores realizados sobre valores programados inicialmente) de 85,4 e 70,7 respectivamente.

PLANO DE INVESTIMENTOS E DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

— 1983 —

(Contos)

Sectores	Departamentos do Governo Regional							Total
	Presidência	Planeamento e Finanças	Equipamento Social	Assuntos Sociais	Educação	Agricultura e Pescas	Comércio e Transportes	
1 SECTORES SOCIAIS	86 627	3 020	5 252 990	167 500	207 112	21 000		5 738 249
1.1. Educação e Desporto			1 107 150		171 670			1 278 820
1.2. Cultura	60 900		82 000					142 900
1.3. Formação Profissional ...	25 727	3 020		29 500	35 442	8 000		101 689
1.4. Saúde			127 800	112 300				240 100
1.5. Segurança Social ...			328 900	20 800				349 700
1.6. Educação Especial ...			26 000	4 900				30 900
1.7. Habitação e Urbanismo ...			3 323 640					3 323 640
1.8. Ambiente ...			257 500			13 000		270 500
2. SECTORES PRODUTIVOS	441 082	20 000	300 000			840 000	76 840	1 677 922
2.1. Agricultura, Silvicultura e Pe- cuária			202 500			705 000		907 500
2.2. Pesca		20 000				135 000		135 000
2.3. Indústria		(975 000) a)	36 000				76 840	96 840
2.4. Energia ...			61 500					36 000
2.5. Turismo ...	441 082							502 582
3. INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS			2 899 300			429 500	1 186 300	4 515 100
3.1. Transportes e Comunicações ...			2 744 300				1 108 300	3 852 600
3.2. Circuitos de Distribuição ...			155 000			429 500	78 000	662 500
4. SECTORES DE APOIO	1 730	22 950	503 200	12 000				539 880
4.1. Investigação Científica e De- senvolvimento Tecnológico ...			10 000					10 000
4.2. Informação Científica e Técnica			10 950					10 950
4.3. Modernização da Administração Pública	1 730	2 000	503 200	12 000				518 930
INVESTIMENTOS MUNICIPAIS ...			2 000 000					2 000 000
TOTAL	529 439	2 045 970	8 955 490	179 500	207 112	1 290 500	1 263 140	14 471 151

(a) Estes investimentos, embora avalizados pelo Governo Regional, são da responsabilidade da EEM — Empresa de Electricidade da Madeira, E. P.

(b) Não inclui as grandes despesas com o Aeroporto de Santa Catarina, da responsabilidade do Governo da República.

PIDDR 1983

(Contos)

Sectores/Departamentos executantes	Total	Fontes de Financiamento	
		OR	Outros
TOTAL	14 471 151	14 471 151	(975 000)
SECTORES SOCIAIS			
EDUCAÇÃO	1 278 820	1 278 820	
Secretaria Regional da Educação	171 670		
Secretaria Regional do Equipamento Social ...	1 107 150		
CULTURA	142 900	142 900	
Presidência (Direcção Regional dos Assuntos Culturais)	60 900		
Secretaria Regional do Equipamento Social ...	82 000		
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	101 689	101 689	
Presidência (Direcção Regional de Turismo) ...	25 727		
Secretaria Regional da Educação	35 442		
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais ...	29 500		
Secretaria Regional da Agricultura e Pescas ...	8 000		
Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	3 020		
SAÚDE	240 100	240 100	
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais ...	112 300		
Secretaria Regional do Equipamento Social ...	127 800		
SEGURANÇA SOCIAL	349 700	349 700	
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais ...	20 800		
Secretaria Regional do Equipamento Social ...	328 900		
EDUCAÇÃO ESPECIAL	30 900	30 900	
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais ...	4 900		
Secretaria Regional do Equipamento Social ...	26 000		
HABITAÇÃO E URBANISMO	3 323 640	3 323 640	
Secretaria Regional do Equipamento Social ...	3 323 640		
DEFESA E CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE	270 500	270 500	
Secretaria Regional do Equipamento Social ...	257 500		
Secretaria Regional da Agricultura e Pescas	13 000		
SECTORES PRODUTIVOS			
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA ...	907 500	907 500	
Secretaria Regional da Agricultura e Pescas	705 000		
Secretaria Regional do Equipamento Social ...	202 500		
PESCA	135 000	135 000	
Secretaria Regional da Agricultura e Pescas ...	135 000		

PIDDAR 1983 (cont.)

(Contos)

Sectores/Departamentos executantes	Total	Fontes de Financiamento	
		OR	Outros
INDÚSTRIA	<u>96 840</u>	96 840	
Secretaria Regional do Comércio e Transportes	76 840		
Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	20 000		
ENERGIA	<u>36 000</u>	36 000	
(EEM) (Secretaria Regional do Planeamento e Finanças (a)	36 000		(975 000)
Secretaria Regional do Equipamento Social ...			
TURISMO	<u>502 582</u>	502 582	
Presidência (Direcção Regional de Turismo) ...	441 082		
Secretaria Regional do Equipamento Social ...	61 500		
INFRAESTRUTURAS ECONÓMICAS			
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (b)	<u>3 852 600</u>	3 852 600	
Secretaria Regional do Comércio e Transportes	1 108 300		
Secretaria Regional do Equipamento Social ...	2 744 300		
CIRCUITOS DE DISTRIBUIÇÃO	<u>662 500</u>	662 500	
Secretaria Regional da Agricultura e Pescas ...	429 500		
Secretaria Regional do Comércio e Transportes	78 000		
Secretaria Regional do Equipamento Social ...	155 000		
SECTORES DE APOIO			
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	<u>10 000</u>	10 000	
Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	10 000		
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	<u>10 950</u>	10 950	
Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	10 950		
MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	<u>518 930</u>	518 930	
Presidência (Direcção Regional de Turismo) ...	1 730		
Secretaria Regional do Equipamento Social ...	503 200		
Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	2 000		
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais ...	12 000		
INVESTIMENTOS MUNICIPAIS	<u>2 000 000</u>	2 000 000	
Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	2 000 000		

(a) Não são, na realidade, investimentos do PIDDAR, pois tratam-se de obras e acções da Empresa de Electricidade da Madeira, empresa pública, que é tutelada pela SRFP, sendo os empréstimos a contrair avalizados pelo Governo Regional.

(b) Não inclui as grandes despesas com o Aeroporto de Santa Catarina, da responsabilidade do Governo da República.

SECTOR: EDUCAÇÃO

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
TOTAL DO SECTOR			1 278 820
1. Apoio Pedagógico			11 600
1.1. 12.º Ano	SRE	SRE	2 800
1.2. Acções de Apoio Geral	SRE	SRE	2 100
1.3. Acções de Apoio Regional	SRE	SRE	1 050
1.4. Acções de Apoio a novos cursos complementares	SRE	SRE	3 000
1.5. Animação Pedagógica — Ensino Primário e Apoio ao Ensino Pré-Escolar	SRE	SRE	2 650
2. Construções Escolares			956 500
2.1. Escolas Primárias e C.P.T.V. ...			583 100
2.1.1. Novas Escolas ...	SRE	SRES	543 100
2.1.2. Beneficiações, ampliações e/ou arranjos exteriores ...	SRE	SRES	40 000
2.2. Escolas Preparatórias, Secundárias e Complementares ...			373 400
2.2.1. Novas Escolas ...	SRE	SRES	217 000
2.2.2. Beneficiação e conservação ...	SRE	SRES	156 400
3. Instituto Universitário da Madeira (instalação) ...			8 500
3.1. Instalação e Manutenção da Universidade Católica ...	SRE	SRE	5 500
3.2. Comissão de Instalação do Instituto Universitário ...	SRE	SRE	3 000
4. Educação Permanente ...	SRE	SRE	18 000
5. Implementação de actividades de planeamento ...	SRE	SRE	1 570
6. Infraestruturas desportivas ...	SRE	SRE	93 000
7. Pavilhões ginnodesportivos e recintos desportivos polivalentes e outros ...			25 000
7.1. Pavilhões de S. Vicente, Machico e Porto Santo ...	SRE	SRES	10 000
7.2. Campo de ténis da Quinta Magnólia ...	SRE	SRES	15 000
8. Melhoramento, conservação e iluminação de recintos desportivos ...			4 150
8.1. Iluminação do Pavilhão de Machico ...	SRE	SRES	2 800
8.2. Sala de Musculação do Estádio dos Barreiros. ...	SRE	SRES	1 350
9. Campos de Férias e de Ocupação dos Tempos Livres ...			84 000
9.1. Zona de Lazer do Montado do Pereiro ...	SRT	SRES	7 000

SECTOR: EDUCAÇÃO (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
9.2. Parque desportivo dos trabalhadores (Santo Amaro), incluindo Pavilhão Gimnodesportivo e exteriores	SRT	SRES	27 000
9.3. Zona de Lazer da Praia Formosa	PRES.	SRES	50 000
10. Acções de fomento desportivo	SRE	SRE	39 000
11. Adaptação do Hotel Avenida a Conservatório de Música	SRE	SRES	2 500
12. Restauro do Solar dos Esmeraldos (Ponta do Sol)	SRE	SRES	35 000

Pres. — Presidência do Governo Regional

SRE — Secretaria Regional de Educação

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SRT — Secretaria Regional do Trabalho

SECTOR: CULTURA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
TOTAL DO SECTOR			142 900
1. Descentralização cultural	PRES.	DRAC	20 000
2. Apoio a organismos regionais culturais	PRES.	DRAC	2 000
3. Centro Regional de Apoio às Ciências Históricas	PRES.	DRAC	3 000
4. Instalação de uma oficina de conservação e restauro	PRES.	DRAC	2 000
5. Sala de Documentação contemporânea	PRES.	DRAC	2 000
6. Gabinete de Defesa do Património Cultural	PRES.	DRAC	2 500
7. Publicações Mass-Media	PRES.	DRAC	3 000
8. Recuperação e valorização de monumentos nacionais e de outros imóveis classificados ou de interesse regional			25 000
8.1. Museu de Arte Sacra	PRES.	DRAC	2 000
8.2. Convento de Santa Clara	PRES.	DRAC	2 500
8.3. Conjunto arquitectónico Igreja do Colégio e Colégio dos Jesuítas	PRES.	DRAC	3 000
8.4. Sé Catedral	PRES.	DRAC	2 000
8.5. Torre do Capitão em Santo Amaro	PRES.	DRAC	500
8.6. Museu da Quinta das Cruzes (grande beneficiação)	PRES.	SRES	12 000
8.7. Outros imóveis	PRES.	DRAC	3 000

SECTOR: CULTURA (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
9. Criação de Novos Museus			7 500
9.1. Museu Etnográfico	PRES.	DRAC	2 500
9.2. Museu Legado Dr. Frederico de Freitas ...	PRES.	DRAC	5 000
10. Beneficiação e remodelação de edifícios de carácter cultural			4 000
10.1. Edifício da Banda dos Artistas	PRES.	SRES	4 000
11. Biblioteca Regional e Arquivo (Estudos, programa e projecto)	PRES.	DRAC	2 000
12. Programas de Investigação	PRES.	DRAC	2 900
13. Bolsas de estudo e formação de quadros no domínio da cultura e investigação	PRES.	DRAC	1 000
14. Aquisição de terrenos para implantação de edifícios culturais ou alargamento dos respectivos locais	PRES.	SRES	66 000

PRES.— Presidência do Governo Regional

SRES— Secretaria Regional do Equipamento Social

DRAC— Direcção Regional dos Assuntos Culturais

SECTOR: FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
TOTAL DO SECTOR			101 689
1. Formação profissional turística			25 577
1.1. Escola Hoteleira da Madeira	PRES.	PRES. (DRT)	25 577
2. Formação de pessoal docente e administrativo (Educação)			35 442
2.1. Formação de professores			34 642
2.1.1. Extensões Universitárias	SRE	SRE	26 642
2.1.2. Profissionalização em exercício ...	SRE	SRE	8 000
2.2. Formação de pessoal administrativo ...	SRE	SRE	800
3. Recursos Humanos em Saúde, Segurança Social e Educação Especial			29 500
3.1. Formação de pessoal	SRAS	SPAS	22 000
3.2. Educação permanente	SRAS	SPAS	7 500
4. Formação e aperfeiçoamento de pessoal da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas ...			8 000

SECTOR: FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
4.1. Afecto à Agricultura e Pecuária	SRAP	SRAP	1 000
4.2. Afecto às Pescas	SRAP	SRAP	2 000
4.3 Cursos e estágios no âmbito da adesão de Portugal (e Madeira) à CEE	SRAP	SRAP	5 000
5. Formação e aperfeiçoamento de pessoal da Secretaria Regional do Planeamento e Finanças ...			3 020
5.1. Afecto aos Serviços de Estatística	SRPF	SRPF	450
5.2. Afecto aos Serviços de Informática	SRPF	SRPF	1 070
5.3. Afecto à Direcção Regional de Planeamento	SRPF	SRPF	500
5.4. Afecto à Direcção Regional de Finanças ...	SRPF	SRPF	1 000
6. Formação e aperfeiçoamento de pessoal da Presidência	PRES.	PRES. (DRAP)	150

PRES. — Presidência do Governo Regional

SRE — Secretaria Regional da Educação

SRAS — Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

SRAP — Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

SRPF — Secretaria Regional do Planeamento e Finanças

DRT — Direcção Regional de Turismo

DRAP — Direcção Regional da Administração Pública

SECTOR: SAÚDE

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
TOTAL DO SECTOR			240 100
1. Beneficiação e apetrechamento da Direcção Regional dos Hospitais e das estruturas hospitalares			107 300
1.1. Instalação e equipamento de serviços de de acção médica e de apoio na Direcção Regional dos Hospitais	SRAS	SRAS	57 300
1.2. Beneficiação de hospitais	SRAS	SRAS	33 000
1.3. Remodelação e beneficiação do Preventório de Santa Isabel e Hospital João de Almada	SRAS	SRES	12 000
1.4. Adaptação do Pavilhão do Hospital dos Marmeleiros a Unidade de Hemodiálise	SRAS	SRES	5 000
2. Beneficiação e apetrechamento das estruturas de Saúde Pública			132 800
2.1. Melhoria da rede de serviços da Direcção Regional de Saúde Regional			17 500

SECTOR: SAÚDE (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
2.1.1. Aquisição de equipamento biomédico, administrativo e industrial	SRAS	SRAS	17 500
2.2. Produção de material de apoio à Educação Sanitária	SRAS	SRAS	4 500
2.3. Obras referentes a Centros de Saúde			7 800
2.3.1. Remodelação e ampliação do Centro de Saúde do Bom Jesus			5 000
2.3.2. Remodelação e ampliação do Centro Saúde da Ribeira Brava	SRAS	SRES	1 300
2.3.3. Remodelação e ampliação do Centro de Saúde da Ribeira da Janela	SRAS	SRES	1 500
2.4. Implantação de Centros de Saúde pré-fabricados	SRAS	SRES	18 000
2.5. Instalações para cursos pós-base de enfermagem	SRAS	SRES	6 000
2.6. Aquisições de terrenos para implantação de estruturas de saúde	SRAS	SRES	79 000

SRAS — Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SECTOR: SEGURANÇA SOCIAL

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
TOTAL DO SECTOR			349 700
1. Infância e Juventude			127 000
1.1. Construção de creches e jardins de infância			88 400
1.1.1. Bairro do Hospital	SRAS	SRES	5 100
1.1.2. Machico	SRAS	SRES	300
1.1.3. Ribeira Brava	SRAS	SRES	15 000
1.1.4. Porto Santo	SRAS	SRES	42 000
1.1.5. Câmara de Lobos	SRAS	SRES	8 000
1.1.6. Parque Infantil dos Louros	SRAS	SRES	18 000
1.2. Beneficiação de Jardins de Infância ...			5 000
1.2.1. Ilhéu (Câmara de Lobos)	SRAS	SRES	3 000
1.2.2. Dr. Juvenal de Araújo	SRAS	SRES	2 000
1.3. Construção e remodelação de estabelecimentos para a Juventude			20 000
1.3.1. Patronato de Nossa Senhora das Dores	SRAS	SRES (GATAL)	20 000

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
1.4. Equipamento de Serviços para Infância e Juventude	SRAS	SRAS	13 600
2. Reabilitação e Integração Social			2 600
2.1. Equipamento de Serviços para a Reabilitação e Integração Social	SRAS	SRAS	2 600
3. População activa, família e comunidade			1 000
3.1. Equipamento de serviços destinados à população activa	SRAS	SRAS	1 000
4. Terceira Idade			218 600
4.1. Construção de estabelecimentos para a Terceira Idade			200 000
4.1.1. Lar da Bela Vista	SRAS	SRES	200 000
4.2. Ampliação, adaptação e beneficiação de estabelecimentos para a Terceira Idade			15 000
4.2.1. Hospício da Imperatriz D. Amélia (Centro de Dia)	SRAS	SRES	15 000
4.3. Equipamento de Serviços para a Terceira Idade	SRAS	SRAS	3 600
5. Aquisição de terrenos destinados a estruturas da Segurança Social	SRAS	SRES	500

SRAS — Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

GATAL — Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais

SECTOR: EDUCAÇÃO ESPECIAL (JOVENS DEFICIENTES)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
TOTAL DO SECTOR			30 900
1. Ampliação, adaptação e beneficiação de instalações para jovens deficientes			26 000
1.1. Edifício dos deficientes auditivos	SRAS	SRES	5 000
1.2. Adaptação do prédio existente para instalar um serviço de alimentação (Quinta do Leme)	SRAS	SRES	9 000
1.3. Pavilhão para pré-profissionalização	SRAS	SRES	12 000
2. Equipamento para estabelecimentos de Educação Especial e serviços de apoio	SRAS	SRAS	4 300
3. Levantamento e despiste da deficiência	SRAS	SRAS	600

SRAS — Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
TOTAL DO SECTOR			3 323 640
1. Promoção Directa			2 600 900
1.1. Realizações diversas			368 200
1.1.1. Bairro da Ajuda			26 200
1.1.1.1. Construção de 149 Fogos ...	SRES	SRES	22 000
1.1.1.2. Zonas comerciais e jardins	SRES	SRES	4 200
1.1.2. Bairro do Hospital			45 000
1.1.2.1. Infraestruturas e espaços livres	SRES	SRES	30 000
1.1.2.2. Zonas comerciais	SRES	SRES	15 000
1.1.3. Bairro da Palmeira (Câmara de Lobos)			34 500
1.1.3.1. Centro comercial e parque infantil	SRES	SRES	34 500
1.1.4. Bairro de Câmara de Lobos			67 500
1.1.4.1. Construção de 60 Fogos ...	SRES	SRES	15 000
1.1.4.2. Zonas comerciais	SRES	SRES	4 500
1.1.4.3. Arruamento de acesso	SRES	SRES	37 500
1.1.4.4. Construção de 3 moradias no mesmo arruamento	SRES	SRES	10 500
1.1.5. Bairro do Espírito Santo em Câmara de Lobos (18 Fogos)	SRES	SRES	30 000
1.1.6. Bairro do Seixal (13 Fogos)	SRES	SRES	80 000
1.1.7. Fogos para realojamentos	SRES	SRES	60 000
1.1.8. Bairro da Tabua (4 Fogos)	SRES	SRES	15 000
1.1.9. Conservação de Bairros	SRES	SRES	6 000
1.1.10. Aquisição de terrenos	SRES	SRES	4 000
1.2. Planos Integrados			2 232 700
1.2.1. Bairro da Nazaré			2 232 700
1.2.1.1. Nazaré I (204 Fogos)	SRES	SRES	332 000
1.2.1.2. Nazaré II (248 Fogos)	SRES	SRES	300 000
1.2.1.3. Nazaré III (345 Fogos)	SRES	SRES	605 000
1.2.1.4. Nazaré IV-A (159 Fogos) ...	SRES	SRES	280 000
1.2.1.5. Nazaré IV-B (59 Fogos)	SRES	SRES	80 000
1.2.1.6. Nazaré V (360 Fogos)	SRES	SRES	80 000
1.2.1.7. Infraestruturas	SRES	SRES	260 000
1.2.1.8. Reservatório para água	SRES	SRES	14 000
1.2.1.9. Arranjos exteriores da I Fase	SRES	SRES	6 700
1.2.1.10. Construção de jardins	SRES	SRES	5 000
1.2.1.11. Núcleo polivalente	SRES	SRES	40 000
1.2.1.12. Escola Primária	SRES	SRES	50 000
1.2.1.13. Creche e jardim de infância	SRES	SRES	50 000

SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
1.2.1.14 Aquisição de terrenos	SRES	SRES	130 000
2. Renovação Urbana			210 000
2.1. Ilhéu de Câmara de Lobos e Espírito Santo	SRES	SRES	60 000
2.2. Aquisição de terrenos e imóveis	SRES	SRES	150 000
3. Programa para reparação de imóveis em degradação (PRID)	SRES	SRES	50 000
4. Apoio financeiro e outros programas de interesse social			110 000
4.1. Auto Construção (100 Fogos)	SRES	SRES	30 000
4.2. Subsídio para habitação própria (fundo perdido) (3 200 Fogos)	SRES	SRES	80 000
5. Plano de Urbanização do Porto Santo			5 500
5.1. Planos de pormenor	SRES	SRES	3 000
5.2. Levantamento aerofotogramétrico	SRES	SRES	2 500
6. Construção de infraestruturas de saneamento básico			347 240
6.1. Reservatório para água, no Porto Santo (Arrifenses) ...	SRES	SRES	8 000
6.2. Triturador para a bomba de esgotos, no Porto Santo ...	SRES	SRES	440
6.3. Central dessalinizadora do Porto Santo ...	SRES	SRES	27 000
6.4. Infraestruturas para bombagem da água captada na costa norte do Porto Santo para a Camacha. ...	SRES	SRES	7 000
6.5. Captação e bombagem de água potável — Porto Santo ...	SRES	SRES	10 000
6.6. Bombagem de água captada na Serra de Fora — Porto Santo ...	SRES	SRES	3 000
6.7. Manutenção, conservação e abertura de novos troços na rede de água potável, no Porto Santo ...	SRES	SRES	5 000
6.8. Galeria de captação de água do Rabaçal e Rabaças ...	SRES	SRES	100 000
6.9. Adutora das Rabaças (Ponta do Sol) — 1.ª fase ...	SRES	SRES	20 000
6.10. Galeria de captação de água, do Porto Novo [Santa Cruz] ...	SRES	SRES	100 000
6.11. Prolongamento da Galeria das Fontes Vermelhas ...	SRES	SRES	50 000
6.12. Captação e adutora principal para o abastecimento de água à freguesia do Curral das Freiras ...	SRES	SRES	10 000
6.13. Aquisição de terrenos ...	SRES	SRES	6 800

SECTOR: DEFESA E CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
TOTAL DO SECTOR			270 500
1. Correcção torrencial			37 500
1.1. Obras nas ribeiras e córregos na Madeira e no Porto Santo	SRAP	SRAP	8 000
1.2. Travessões na Ribeira da Madalena do Mar abaixo da ponte da Estrada Regional ...	SRES	SRES	12 000
1.3. Correcção torrencial do leito da Ribeira de Santo António (São João) a montante da Estrada de Circunvalação ...	SRES	SRES	2 500
1.4. Correcção de diversos cursos de água ...	SRES	SRES	15 000
2. Canalização de ribeiras			178 000
2.1. Canalização da Ribeira de Machico a montante da ponte da E.R. 101-3, 4.º troço ...	SRES	SRES	1 000
2.2. Canalização da Ribeira de Machico a juzante da ponte da E.R. 101-3, até ao Ribeiro da Graça ...	SRES	SRES	2 000
2.3. Canalização da Ribeira de Santa Luzia, entre os Viveiros e a Fundoa, incluindo arruamento marginal e variante da Ponte dos Viveiros ...	SRES	SRES	80 000
2.4. Canalização da Ribeira de João Gomes a montante da Ponte do Campo da Barca ...	SRES	SRES	20 000
2.5. Canalização da Ribeira dos Socorridos a montante da Ponte Nova (1.ª fase) ...	SRES	SRES	70 000
2.6. Muralha de defesa marginal na Ribeira de São Vicente, incluindo desvio e canalização do Ribeiro do Poiso ...	SRES	SRES	2 000
2.7. Canalização do Ribeiro do Nateiro — Madalena do Mar ...	SRES	SRES	3 000
3. Construção de uma casa de apoio às missões científicas na Selvagem Grande (Reserva Natural) ...	SRES	SRES	2 000
4. Parque Natural da Madeira ...	SRAP	SRAP	5 000
5. Expropriações de terrenos a efectuar as obras de defesa e conservação do ambiente ...	SRES	SRES	48 000

SRAP — Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SECTOR: AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
TOTAL DO SECTOR			907 500
1. Orientação, fomento e melhoria das condições de produção vegetal e animal			241 000
1.1. Fomento pecuário	SRAP	SRAP	66 000
1.2. Fomento vitícola	SRAP	SRAP	55 000
1.3. Fomento frutícola	SRAP	SRAP	20 000
1.4. Fomento hortícola	SRAP	SRAP	20 000
1.5. Fomento da floricultura	SRAP	SRAP	23 000
1.6. Reversão de culturas	SRAP	SRAP	5 000
1.7. Repovoamento florestal da Região	SRAP	SRAP	50 000
1.8. Campanha de calagens	SRAP	SRAP	2 000
2. Apetrechamento especial dos serviços agropecuários e florestais			237 500
2.1. Mecanização agrícola	SRAP	SRAP	10 000
2.2. Sanidade vegetal (campanha de desratização; aquisição de pesticidas, etc.)	SRAP	SRAP	22 500
2.3. Laboratório químico-agrícola e de sanidade vegetal	SRAP	SRAP	25 000
2.4. Estação de Fomento Pecuário, Centro de Ovinicultura e Laboratório Regional de Verinária	SRAP	SRAP	20 000
2.5. Centro de Fruticultura Sub-Tropical, (aquisição do terreno e implantação do Centro) ..	SRAP	SRAP	150 000
2.6. Construção e ampliação da Adega do Jardim Botânico	SRAP	{ SRAP SRES	{ 7 500 2 500 10 000
3. Reforma das estruturas agrárias			156 000
3.1. Apoio ao associativismo	SRAP	SRAP	30 000
3.2. Cooperativa Agrícola do Funchal			100 000
3.2.1. Adega Cooperativa do Norte	SRAP	SRAP	30 000
3.2.2. Construção de armazéns de recolha e distribuição	SRAP	SRAP	30 000
3.2.3. Intervenção na campanha dos vinhos claros	SRAP	SRAP	40 000
3.3. Construção do edifício para a Cooperativa Agrícola do Funchal, na Ribeira Brava	SRAP	SRES (GAPAL)	12 000
3.4. Fundo Especial para a extinção da colonia	SRAP	SRAP	12 000
3.5. Gabinete de apoio permanente à Agricultura (visando a integração na CEE)			2 000
3.5.1. Deslocações — Compensação de encargos	SRAP	SRAP	500
3.5.2. Concessão de subsídio aos agricultores que colaborem na modernização da Contabilidade Agrícola	SRAP	SRAP	500

SECTOR: AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
3.5.3. Aquisição de viaturas	SRAP	SRAP	1 000
4. Promoção Social dos meios rurais			18 000
4.1. Centros de Extensão Rural (equipamento)	SRAP	SRAP	2 000
4.2. Casas do Povo			6 000
4.2.1. Funcionamento	SRAP	SRAP	4 000
4.2.2. Reparações e construções	SRAP	SRAP	2 000
4.3. Construção do edifício destinado ao Centro de Extensão Rural da Calheta	SRAP	SRAP	10 000
5. Conservação do solo, gestão dos recursos aquíferos e protecção da cobertura vegetal			255 000
5.1. Hidráulica agrícola			244 000
5.1.1. Abertura de um túnel de captação de água na Fajã do Penedo para reforço da Levada dos Tornos e obras afins	SRAP	SRES	21 000
5.1.2. Conclusão da Levada dos Tornos (novas redes entre Funchal e Santa Cruz)	SRAP	SRAP	4 000
5.1.3. Construção de tanques para regularização de caudais de rega	SRAP	SRES	120 000
5.1.4. Construção de um ramal de rega Rochão-Choupana (7 Km)	SRAP	SRAP	5 000
5.1.5. Construção de um canal de rega em São Vicente	SRAP	SRES	15 000
5.1.6. Canalização de água potável para unidades agrícolas, pecuárias e industriais (Santo da Serra)	SRAP	SRAP	2 000
5.1.7. Expansão de pequenos regadios e de novos sistemas de rega	SRAP	SRAP	5 000
5.1.8. Construção de novas barragens e limpeza de albufeiras no Porto Santo ...	SRES	SRES	2 000
5.1.9. Concessão de subsídios a particulares para construção de tanques em explorações agrícolas ou pecuárias	SRAP	SRAP	50 000
5.1.10. Impermeabilização da Lagoa do Santo da Serra	SRAP	SRES	10 000
5.1.11. Conservação e manutenção dos actuais canais de rega primários ...	SRES	SRES	5 000
5.1.12. Prospecção de água na Região	SRES	SRES	5 000
5.2. Estudos			11 000
5.2.1. Carta Pedológica da Região	SRAP	SRAP	1 000
5.2.2. Estudo global dos recursos hídricos	SRES	SRES	10 000

SRAP — Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

GATAL — Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais

SECTOR: PESCA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento de 1983
TOTAL DO SECTOR			135 000
1. Diversificação de capturas			10 000
1.1. Introdução de novas artes de pesca ...	SRAP	SRAP	10 000
2. Infraestruturas de apoio à pesca			35 000
2.1. Varadouros (incluindo equipamento: guinchos) ...	SRAP	SRAP	10 000
2.2. Apoio radiofónico à frota pesqueira ...	SRAP	SRAP	5 000
2.3. Comparticipação na construção da estrada de acesso ao posto de recepção do pescado do Caniçal, a ser levada a cabo pela Câmara de Machico ...	SRAP	SRAP	20 000
3. Modernização da frota pesqueira ...			33 000
3.1. Isolamento térmico de porões ...	SRAP	SRAP	3 000
3.2. Apoio à frota pesqueira ...	SRAP	SRAP	30 000
4. Investigação aplicada e experimentação ...			32 000
4.1. Reparação, manutenção e apetrechamentos de duas embarcações ...	SRAP	SRAP	20 000
4.2. Equipamento de Laboratório de Investigação Aplicada ...	SRAP	SRAP	5 000
4.3. Prospecção dos recursos vivos da sub-área 2 da ZEE ...	SRAP	SRAP	7 000
5. Constituição da Sociedade mista de pesca «São Francisco» ...	SRAP	SRAP	25 000

SRAP — Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

SECTOR INDÚSTRIA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
TOTAL DO SECTOR			96 840
1. Fomento da produção industrial ...			52 000
1.1. Parques Industriais ...	SRCT	SRCT	50 000
1.2. Realização de um inquérito industrial e sua inserção nas perspectivas do planeamento e da produção dos investimentos ...	SRCT	SRCT	2 000
2. Fomento do artesanato (bordados, vimes, tapeçarias e outros) ...			19 340

SECTOR: INDÚSTRIA (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade proponente pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
2.1. Desenvolvimento da produção	SRCT	SRCT	7 900
2.2. Acções de promoção de vendas	SRCT	SRCT	9 940
2.3. Estudos e trabalhos especiais diversos ...	SRCT	SRCT	1 500
3. Promoção industrial			5 500
3.1. Acções de promoção às pequenas e médias empresas industriais (SAPMEI)	SRCT	SRCT	5 500
4. Promoção da Zona Franca Industrial, incluindo acções nos mercados externos	SRPF	SRPF	20 000

SRCT — Secretaria Regional do Comércio e Transportes

SRPF — Secretaria Regional do Planeamento e Finanças

SECTOR: ENERGIA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
TOTAL DO SECTOR (a)			36 000
1. Plano de investimentos da E.E.M. (b)	EEM	EEM	(975 000)
Produção hidráulica e térmica (Madeira)			(350 500)
Transporte e distribuição de energia (Madeira)			(487 500)
Produção e distribuição (Porto Santo)			(55 500)
Equipamento de serviços da E.E.M			(17 500)
Teleacção			(54 000)
Medidas e ensaios			(10 000)
2. Energias renováveis			36 000
2.1. Energia solar			22 000
2.1.1. Energia solar térmica			17 000
2.1.1.1. Cooperação Luso-Alemã no capítulo da dessalinização solar	SRES	SRES	5 000
2.1.1.2. Escola Secundária Francisco Franco	SRES	SRES	3 000
2.1.1.3. Escola Secundária Jaime Moniz	SRES	SRES	3 000
2.1.1.4. Subsídios a instalações particulares	SRES	SRES	3 000
2.1.1.5. Outros projectos	SRES	SRES	3 000
2.1.2. Energia solar fotovoltaica ...			5 000
2.1.2.1. Selvagens	SRES	SRES	2 000
2.1.2.2. Outros projectos	SRES	SRES	3 000

SECTOR: ENERGIA (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
2.2. Energia eólica			3 000
2.2.1 Estudo da Era Technology	SRES	SRES	2 500
2.2.2. Tarefas várias	SRES	SRES	500
2.3. Energia das ondas			3 000
2.3.1. Comparticipação no projecto de investigação Pêndulo	SRES	SRES	3 000
2.4. Energia hidroeléctrica			8 000
2.4.1. Micro Central da Cova Grande ...	SRES	SRES	8 000

(a) Com financiamento do Orçamento Regional
 (b) Não se incluem no PIDDAR 83
 EEM — Empresa de Electricidade da Madeira
 SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SECTOR: TURISMO

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
TOTAL DO SECTOR			502 582
1. Promoção Turística			253 500
1.1. Acções promocionais em mercados externos e publicidade	PRES.	DRT	176 000
1.2. Animação e acontecimentos especiais ...	PRES.	DRT	77 500
2. Pousadas e outras infraestruturas turísticas ...			206 082
2.1. Obras de beneficiação e ampliação ...			19 382
2.1.1. Pousada dos Vinháticos ...	PRES.	DRT	1 382
2.1.2. Pousada do Pico Ruivo ...	PRES.	DRT	3 000
2.1.3. Casa da Bica da Cana ...	PRES.	SRES	5 000
2.1.4. Escola Hoteleira da Madeira ...	PRES.	DRT	10 000
2.2. Construção ...			186 700
2.2.1. Pousada do Pico do Areeiro ...	PRES.	DRT	125 000
2.2.2. Posto de informações em Machico ...	PRES.	DRT	1 000
2.2.3. Posto de informações em Câmara de Lobos ...	PRES.	DRT	1 000
2.2.4. Posto de informações no Aeroporto de Santa Catarina ...	PRES.	DRT	4 200
2.2.5. Miradouro do Pico da Cruz (Câmara de Lobos) ...	PRES.	DRT	3 000
2.2.6. Miradouro e apoio do Pico do Facho — Machico ...	PRES.	DRT	1 000

SECTOR: TURISMO (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
2.2.7. Apoio do Cabo Girão	PRES.	DRT	9 000
2.2.8. Apoio da Eira do Serrado	PRES.	DRT	5 000
2.2.9. Apoio da Achada do Teixeira	PRES.	DRT	5 000
2.2.10. Apoios de Estrada, parques recreativos, zonas de descanso	PRES.	DRT	10 000
2.2.11. Café — Restaurante «Golden Gate»	PRES.	SRES	5 000
2.2.12. Campo de Golfe (Santo da Serra) ...	PRES.	SRES	7 000
2.2.13. Centro hípico (Associação Hípica da Madeira)	PRES.	SRES	500
2.2.14. Veredas de Montanha	PRES.	DRT	3 000
2.2.15 Protecção de moínhos no Porto Santo	PRES.	DRT	1 000
2.2.16. Parque de campismo do Porto Santo	PRES.	SRES	6 000
3. Estudos, projectos e inquéritos de carácter turístico	PRES.	DRT	5 000
4. Aquisição de terrenos destinados ao sector turístico	PRES.	SRES	38 000

PRES. — Presidência do Governo Regional

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

DRT — Direcção Regional de Turismo

SECTOR: TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
TOTAL DO SECTOR			3 852 600
1. Rede Rodoviária Regional			2 716 600
1.1. Recuperação do pavimento em EERR	SRES	SRES	988 300
1.2. Correcção do traçado e pavimentação em EERR, incluindo construção de viadutos ...	SRES	SRES	382 800
1.3. Construção de estradas novas	SRES	SRES	958 000
1.4. Conservação, sinalização e arborização de EERR.	SRES	SRES	125 000
1.5. Aquisição de terrenos destinados à construção ou correcção de estradas	SRES	SRES	262 500
2. Portos			1 000 400
2.1. Construção e melhoramento do porto do Funchal	SRCT	SRCT	58 400
2.2. Construção do porto de recreio do Funchal	SRCT	SRCT	120 000
2.3. Instalação eléctrica no porto do Funchal ...	SRCT	SRCT	20 000

SECTOR: TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
2.4. Construção do porto na ilha do Porto Santo	SRCT	SRCT	400 000
2.5. Instalação eléctrica no porto da ilha do Porto Santo	SRCT	SRCT	20 000
2.6. Equipamento mecânico do porto do Funchal	SRCT	SRCT	205 000
2.7. Equipamento de serviços e oficinas do porto da ilha do Porto Santo	SRCT	SRCT	20 000
2.8. Infraestruturas de abastecimento de água do porto do Porto Santo	SRCT	SRCT	20 000
2.9. Equipamento mecânico do porto do Porto Santo	SRCT	SRCT	137 000
3. Aeroportos			105 600
3.1 Aeroporto da Ilha da Madeira			64 100
3.1.1. Substituição de parte do cabo eléctrico do sistema de iluminação da pista e linha de aproximação	SRCT	SRCT	1 400
3.1.2. Equipamento de segurança (aquisição de duas viaturas pesadas de combate a fogos em aeroportos)	SRCT	SRCT	10 000
3.1.3. Instalação do equipamento de segurança	SRCT	SRCT	3 000
3.1.4. Construção da zona industrial do aeroporto (oficinas de manutenção e um armazém)	SRCT	SRCT	27 000
3.1.5. Edifício para a estação do VOR-DME no Pico do Facho	SRCT	SRES	14 500
3.1.6. Aquisição de terrenos para instalação das algumas estruturas ou serviços do Aeroporto de Santa Catarina	SRCT	SRES	8 200
3.2. Aeroporto da Ilha do Porto Santo			41 500
3.2.1. Readaptação das instalações do Aeroporto	SRCT	SRCT	22 500
3.2.2. Substituição do sistema de sinalização luminosa da pista	SRCT	SRCT	2 500
3.2.3. Equipamento de segurança (aquisição de uma viatura de 1.º intervenção, tipo CHEETAH, de uma ambulância com 4 macas e detectores de metais e portáteis)	SRCT	SRCT	11 500
3.2.4. Aquisição de um armazém geral e garagem	SRCT	SRES	5 000
4. Transportes em geral			30 000
4.1. Infraestruturas de apoio aos transportes colectivos	SRCT	SRCT	20 000
4.2. Infraestruturas de apoio ao transporte aéreo entre a Região e o exterior	SRCT	SRCT	10 000

SRCT — Secretaria Regional do Comércio e Transportes

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SECTOR: CIRCUITOS DE DISTRIBUIÇÃO

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
TOTAL DO SECTOR			662 500
1. Organização de mercados e sistemas de distribuição para produtos agrícolas e pecuários ...			269 500
1.1. Apoio à produção e à comercialização hortícola (batata-semente, batata e cebola) ...	SRAP	SRAP	10 000
1.2. Mercado Abastecedor do Funchal ...	SRAP	{ SRAP SRES	10 000 100 000 110 000
1.3. Matadouro do Funchal ...	SRAP	SRAP	7 500
1.4. Matadouros rurais e casas de matança (Porto Santo e Madeira) ...	SRAP	{ SRAP SRES	100 000 25 000 125 000
1.5. Mercados de origem ...	SRAP	{ SRAP SRES	7 000 10 000 17 000
2. Infraestruturas para produtos de pesca ...			315 000
2.1. Instalações frigoríficas ...			225 000
2.1.1. Entreposto frigorífico do Funchal ...	SRAP	SRAP	200 000
2.1.2. Entreposto frigorífico de Câmara de Lobos ...		{ SRAP SRES	15 000 10 000
2.2. Postos de recepção e comercialização de pescado ...	SRAP	SRAP	40 000
2.3. Construção do Centro de Apoio à actividade da pesca, em Câmara de Lobos ...	SRAP	SRES	10 000
2.4. Equipamento de talhos e peixarias ...	SRAP	SRAP	40 000
3. Construção de silos para cimento ...	SRCT	SRCT	66 000
4. Acções de promoção às exportações (feiras, exposições, etc.) ...	SRCT	SRCT	12 000

SRAP — Secretaria Regional da Agricultura e Pescas

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SRCT — Secretaria Regional do Comércio e Transportes

SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
TOTAL DO SECTOR			10 000
1 Estudos de ordenamento do território e planeamento económico e social ...	SRPF	SRPF	10 000

SRPF — Secretaria Regional do Planeamento e Finanças

SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
TOTAL DO SECTOR , , , ,			10 950
1. Apetrechamento de novos serviços (Informática)	SRPF	SRPF	6 200
2. Acções de sensibilização e informação sobre a integração de Portugal na CEE (CRIE),	SRPF	SRPF	4 000
3. Inquérito de estrutura às explorações agrícolas (SREM),	SRPF	SRPF	750

SRPF — Secretaria Regional do Planeamento e Finanças

SECTOR: MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
TOTAL DO SECTOR			518 930
1. Adaptação do edifício da Alfândega Velha para Assembleia Regional	PRES.	SRES	30 000
2. Instalações do Governo Regional			213 930
2.1. Adaptação da Quinta das Angústias a Serviços da Presidência	PRES.	SRES	70 000
2.2. Edifício «Golden Gate» (adaptação aos Serviços Públicos)	SRES	SRES	22 000
2.3. Adaptação do edifício da Direcção Regional de Turismo	PRES.	PRES. (DRT)	1 730
2.4. Beneficiação no edifício da Direcção de Serviços da Juventude (ex-FAOJ)	PRES.	SRES	6 000
2.5. Equipamento de serviços comuns às Direcções Regionais da Secretaria dos Assuntos Sociais	SRAS	SRAS	10 000
2.6. Instalação e equipamento de Serviço administrativos da Segurança Social	SRAS	SRAS	2 000
2.7. Tribunal de Contas	SRES	SRES	2 200
2.8. Arquivo Regional	SRES	SRES	60 000
2.9. Beneficiação em vários edifícios do Governo Regional	PRES.	SRES	40 000
3. Serviços de Apoio			197 000
3.1. Parque de material do Governo Regional ...	SRES	SRES	120 000
3.2. Armazém do Porto Santo	SRES	SRES	1 000
3.3. Garagem da PSP	SRES	SRES	15 000
3.4. Construção de armazéns da Direcção Regional dos Hospitais	SRAS	SRES	30 000

SECTOR: MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (cont.)

(contos)

Programas e Projectos	Entidade proponente	Entidade responsável pela execução	Despesas de investimento e desenvolvimento em 1983
3.5. Adaptação do edifício do ex-Grémio das Frutas a serviços públicos	SRAS	SRES	4 000
3.6. Laboratório de Ensaios de Betões	SRES	SRES	25 000
3.7. Cantina para funcionários públicos	SRES	SRES	2 000
4. Reestruturação de serviços administrativos	SRPF	SRPF	2 000
5. Aquisição de terrenos para serviços da Administração Pública	SRES	SRES	76 000

PRES — Presidência do Governo Regional

SRES — Secretaria Regional do Equipamento Social

SRAS — Secretaria Regional dos Assuntos Sociais

SRPF — Secretaria Regional do Planeamento e Finanças

DRT — Direcção Regional de Turismo

RESUMO DA RECEITA POR CAPÍTULOS

CAP.	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS
RECEITAS CORRENTES		
I	Impostos Directos	1 101 920 422\$70
II	Impostos Indirectos	1 476 773 212\$00
III	Taxas, Multas e Outras Penalidades	11 614 813\$60
IV	Rendimentos de Propriedade	475 423\$40
V	Transferências	2 878 635 825\$50
VI	Venda de Bens Duradouros	—\$—
VII	Venda de Serviços e Bens não Duradouros	11 218 213\$80
	SOMAM AS RECEITAS CORRENTES	5 480 637 911\$00
OUTRAS RECEITAS		
I	Impostos Directos	1 600 096\$00
III	Taxas, Multas e Outras Penalidades	228 496 593\$20
IV	Rendimentos de Propriedade	41 709\$10
VII	Venda de Serviços e Bens não Duradouros	133 609 139\$10
VIII	Outras Receitas Correntes	69 862 237\$40
	SOMAM AS OUTRAS RECEITAS	433 609 774\$80
RECEITAS DE CAPITAL		
IX	Venda de Bens de Investimento	8 685 530\$00
X	Transferências	525 200 000\$00
XII	Passivos Financeiros	1 068 000 000\$00
XIII	Outras Receitas de Capital	108 052 745\$40
	SOMAM AS RECEITAS DE CAPITAL	1709 938 275\$40
	SOMAM AS RECEITAS CORRENTES, OUTRAS RECEITAS E DE CAPITAL	7 624 185 961\$20
XIV	Receitas Consignadas para Diversas Entidades	1 750 758 987\$00
	TOTAL	9 374 944 948\$20

Cap.	Grupo	Art.	N.º	Designação da Receita	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Receita cobrada eventualmente em 1980 (2)	Diferenças (2) — (1)		Observações
								Para mais	Para menos	
01	01	01	1	RECEITAS COMUNS						
			2	1. RECEITAS CORRENTES						
			3	Imposto Directo						
				Sobre o rendimento						
				Contribuição Industrial:						
				Grupo A	110 541 000\$00		206 752 148\$20	96 211 148\$20		
				Grupo B	61 793 000\$00		60 151 419\$40		1 641 580\$60	
				Grupo C	8 307 000\$00		10 636 101\$60	2 329 101\$60		
				Contribuição Predial	—		30 424\$70	30 424\$70		
				Imposto Profissional	284 964 000\$00		250 614 511\$50		34 349 488\$10	
				Imposto de Capitais	—		—	—		
				Secção A	1 443 000\$00		594 287\$30		848 712\$70	
				Secção B	304 741 000\$00		320 577 624\$90	15 836 624\$90		
				Imposto Complementar	170 665 000\$00		114 843 059\$00		55 821 941\$00	
				Imposto de Mais Valia	18 805 000\$00		13 195 679\$00		5 609 321\$00	
				Imposto de Cadastro	130 000\$00		254 448\$20	124 448\$20		
				Adicionais	25 000\$00		—	—	25 000\$00	
				Outros						
				Imposto sobre Sucessões e Doações	28 904 000\$00		14 129 248\$30		14 774 751\$70	
				Sissa	65 619 000\$00		64 081 990\$00		1 537 010\$00	
				Imposto de Uso, Porte e Detenção de Armas	14 000\$00		209 347\$00	195 347\$00		
				Imposto de Comércio e Indústria	—		8 520 126\$40	8 520 126\$40		
				Imposto extraordinário para equilíbrio do Orçamento	38 320 000\$00		37 330 006\$80		989 993\$20	
				Soma do capítulo 01	1 094 271 000\$00		1 101 920 422\$70	123 247 221\$00	115 597 798\$30	
				Impostos Indirectos						
				Aduanários						
				Direitos de Importação	102 293 000\$00		97 898 950\$20		4 394 049\$80	
				Sobretaxa de Importação	69 782 000\$00		76 707 145\$50	6 945 145\$50		
				Taxa de Salvacão Nacional	46 215 000\$00		37 715 593\$80	—	8 499 406\$20	
				Outros						
				Estampilhas Fiscais	70 048 000\$00		70 649 947\$90	601 947\$90		
				Imposto do Selo	200 375 000\$00		197 773 099\$20		2 601 900\$80	
				Imposto de Transacções	782 922 000\$00		759 855 871\$70		23 066 128\$30	
				Imposto do Fabrico do Tabaco	41 580 000\$00		161 908 314\$30	120 328 314\$30		
				Imposto Rodoviário	6 473 000\$00		7 735 355\$00	1 262 355\$00		
				Outros	169 966 000\$00		66 528 934\$40	—	103 437 065\$60	
				Soma do capítulo 02	1 489 634 000\$00		1 476 773 212\$00	129 137 762\$70	141 998 550\$70	

Cap.	Grupo	Art.	N.º	Designação da Receita	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Receita cobrada eventualmente em 1980 (2)	Diferenças (2) — (1)		Observações
								Para mais	Para menos	
03				Taxas, Multas e Outras Penalidades	14 864 000\$00		11 614 813\$60	—	3 249 186\$40	
				Soma do capítulo 03	14 864 000\$00		11 614 813\$60	—	3 249 186\$40	
04	01			Rendimentos da Propriedade						
				Juros — Sector Público	476 000\$00		475 423\$40	—	576\$60	
				Soma do capítulo 04	476 000\$00		475 423\$40	—	576\$60	
05	01	01		Transferências						
				Sector Público						
			1	Dotação do O.G.E. Importância a receber do Estado como reembolso da verba dispensida por este Governo Regional no fretamento de Aviões por ocasião da Greve da TAP	2 017 730 000\$00		2 083 625 295\$70	65 395 295\$70	—	
			2	Da 10.º Delegação da Direcção Geral da Contabilidade Pública para pagamento de despesas com o pessoal do Ensino e do Arquivo Distrital do Funchal	50 000 000\$00		—	—	50 000 000\$00	
				Da 10.º Delegação da Direcção Geral da Contabilidade Pública para pagamento de despesas com o pessoal do Ensino e do Arquivo Distrital do Funchal	—		793 510 529\$80	793 510 529\$80	—	
				Da 10.º Delegação da Direcção Geral da Contabilidade Pública para pagamento de despesas com o pessoal do Ensino e do Arquivo Distrital do Funchal	—		1 500 000\$00	1 500 000\$00	—	
				Dotação da Comissão de Gestão do Serviço Nacional de Ambulâncias	—		2 878 635 825\$50	860 905 825\$50	50 000 000\$00	
				Soma do capítulo 05	2 067 730 000\$00		—	—	100 000\$00	
				Venda de Bens Duradouros					100 000\$00	
				Outros Sectores	100 000\$00		—	—	100 000\$00	
				Soma do capítulo 06	100 000\$00		—	—	100 000\$00	
				Venda de Serviços e Bens não Duradouros						
				Rendas de Habitação	15 000\$00		142 200\$00	127 200\$00	—	
				Reembolsos:						
				De chamadas telefónicas	10 000\$00		25 351\$50	15 351\$50	—	
				Por fscrituras lavradas	1 000\$00		21 403\$50	20 403\$50	—	
				Diversos	50 000\$00		11 029 258\$80	10 979 258\$80	—	
				Soma do capítulo 07	76 000\$00		11 218 213\$80	11 142 213\$80	—	
				Outras Receitas Correntes	220 000\$00		49 229 612\$40	49 009 612\$40	—	
				Razetas a devolver nos termos da alínea f) do número 1 do artigo 229 da Constituição	410 000 000\$00		—	—	410 000 000\$00	
				Saldo da conta número 3782 da Direcção Regional de Portos	20 624 633\$00		20 632 625\$00	7 992\$00	—	
				Soma do capítulo 08	430 844 633\$00		69 862 237\$40	49 017 604\$40	410 000 000\$00	

Cap.	Grupo	Art.	N.º	Designação da Receita	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Receita cobrada eventualmente em 1980 (2)	Diferenças (2) — (1)		Observações
								Para mais	Para menos	
09	01	18		RECEITAS DE CAPITAL						
				Venda de Bens de Investimento	2984 000\$00		8 565 630\$00	5 511 630\$00		
				Terrços — Outros Sectores	10 000\$00		99 900\$00	89 900\$00		
				Máquinas e Equipamento — Outros Sectores	20 000\$00		20 000\$00	—		
				Soma do capítulo 09	3014 000\$00		8 685 530\$00	5. 671 530\$00		
10	01	2		Transferências						
				Sector Público e recurso à dívida	6 242 560 000\$00		—	—	6 242 560 000\$00	
				Aquisição de bens dominais para o projecto do Aeroporto do Funchal	525 200 000\$00		525 200 000\$00	—	—	
				Soma do capítulo 10	6 767 760 000\$00		525 200 000\$00	—	6 242 560 000\$00	
12				Passivos financeiros	—		1 068 000 000\$00	1 068 000 000\$00	—	
				Soma do capítulo 12	—		1 068 000 000\$00	1 068 000 000\$00	—	
13	01			Outras Receitas de Capital	21 150 462\$40		29 851 614\$80	8 701 152\$40		
				Reposições não abatidas nos pagamentos	300 000\$00		78 201 130\$60	77 901 130\$60		
				Soma do capítulo 13	21 450 462\$40		108 052 745\$40	86 602 283\$00		
				2. OUTRAS RECEITAS						
				RECEITAS CORRENTES						
01				Impostos Directos	3 750 000\$00		1 609 096\$00	—	2 149 904\$00	
				Soma do capítulo 01	3 750 000\$00		1 609 096\$00	—	2 149 904\$00	
03				Taxas, Multas e Outras Penalidades	200 437 278\$10		228 496 593\$20	.28 059 315\$10	—	
				Soma do capítulo 03	200 437 278\$10		228 496 593\$20	.28 059 315\$10	—	
04				Rendimentos de Propriedades	76 000\$00		41 709\$10	—	34 290\$90	
				Soma do capítulo 04	76 000\$00		41 709\$10	—	34 290\$90	
07				Venda de Serviços e Bens não Duradouros ...	36 507 000\$00		133 609 139\$10	97 102 139\$10	—	
				Soma do capítulo 07	36 507 000\$00		133 609 139\$10	97 102 139\$10	—	
14				Contas de Ordem	1 519 699 000\$00		1 750 758 987\$00	231 059 987\$00	—	
				Soma do capítulo 14	1 519 699 000\$00		1 750 758 987\$00	231 059 987\$00	—	

RESUMO DAS DESPESAS EFECTUADAS POR CAPÍTULOS

Capí- tulos	Investimentos do Plano	Contas de Ordem	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
I Assembleia Regional da Madeira	—\$—	—\$—	19 044 669\$40	356 566\$00	19 401 299\$40
II Presidência do Governo Regional	207 257 083\$00	—\$—	589 830 068\$70	13 697 034\$10	810 784 106\$50
III Secretaria Regional do Planeamento e Finanças	—\$—	588 265 299\$90	1 012 419 071\$20	360 568 566\$20	1 961 252 937\$30
IV Secretaria Regional do Equipamento Social	1 461 782 814\$10	65 771 938\$70	315 155 919\$40	99 843 266\$80	1 942 553 939\$00
V Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	78 658 827\$90	1 035 564 217\$50	1 454 901 923\$30	680 269\$50	2 569 805 238\$70
VI Secretaria Regional da Educação e Cultura	148 438 040\$00	—\$—	1 124 155 733\$00	4 304 505\$00	1 276 898 278\$00
VII Secretaria Regional do Trabalho	—\$—	—\$—	39 755 294\$20	10 707 119\$60	50 462 413\$80
VIII Secretaria Regional da Coordenação Económica	236 039 382\$40	10 608 521\$80	412 803 589\$90	87 535 639\$80	746 937 133\$70
TOTAL	2 132 176 148\$10	1 700 209 977\$70	4 968 066 269\$60	577 692 961\$00	9 378 145 356\$40

Cap.	Div.	Código N. ^a	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Diferenças (1) — (3)	
							Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais
ASSEMBLEIA REGIONAL DA MADEIRA										
				DESPESSAS CORRENTES						
				Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	9 979 000\$00		9 354 998\$00	9 354 998\$00		624 002\$00
		15		Pessoal interino ou eventual	802 000\$00		749 201\$00	749 201\$00		52 799\$00
		42		Remunerações de Pessoal Durável	300 000\$00		218 519\$00	218 519\$00		81 481\$00
		43		Gratificações Certas e Permanentes	200 000\$00		150 498\$00	150 498\$00		49 502\$00
		46		Subsídios de Férias e de Natal	610 000\$00		341 550\$00	341 550\$00		268 450\$00
		47		Diuturnidades	200 000\$00		166 825\$00	166 825\$00		33 175\$00
		02		Gratificações	30 000\$00		24 000\$00	24 000\$00		6 000\$00
		03		Horas extraordinárias	90 000\$00		68 742\$00	68 742\$00		21 258\$00
		04		Alimentação e Alojamento	288 000\$00		151 238\$00	151 238\$00		136 712\$00
		05		Vestuário e artigos pessoais	50 000\$00		36 029\$80	36 029\$80		13 970\$20
		06		Abonos diversos — Numerário	1 000 000\$00		916 375\$00	916 025\$00		83 975\$00
		10		Prestações Diretas — Previdência Social						
		01		Abono de Família	120 000\$00		29 130\$00	29 130\$00		90 870\$00
		02		Encargos com a Saúde	150 000\$00		22 941\$00	22 941\$00		127 059\$00
		03		Outras Prestações Directas	30 000\$00		7 250\$00	7 250\$00		22 730\$00
		11		Contribuições para Instituições — Previdência Social	700 000\$00		654 272\$00	654 272\$00		45 728\$00
		14		Deslocações — Compensação de Encargos	1 000 000\$00		741 426\$00	741 426\$00		258 517\$00
		15		Abonos Diversos — Compensação de Encargos	5 000\$00		—	—		5 000\$00
		21		Bens Duradouros	16 000\$00		11 850\$00	11 850\$00		4 150\$00
		23		Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	16 000\$00		9 744\$30	9 744\$30		6 255\$70
		26		Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	725 000\$00		620 638\$10	620 638\$10		104 361\$90
		27		Bens não Duradouros — Outros	1 000 000\$00		7 082\$60	7 082\$60		992 917\$40
		30		Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	600 000\$00		466 910\$60	466 910\$60		133 089\$40
		31		Aquisição de Serviços — Não especificados	614 000\$00		540 365\$70	540 365\$70		73 634\$30
		41		Transferências — Instituições Particulares	3 800 000\$00		3 740 039\$20	3 740 039\$20		59 960\$80
				A transportar	22 325 000\$00		19 029 625\$30	19 029 625\$30		3 295 724\$70

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferença (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
		44	06		Transporte	22 325 000\$00		19 029 625\$30	19 029 275\$30	350\$00	—	—	3 295 774\$70
					Outras Despesas Correntes:								
					Despesas de Anos Fíndos ...	33 000\$00		15 394\$10	15 394\$10	—	—	—	17 615\$90
					DESPESAS DE CAPITAL								
					Investimentos — Maquinaria e Equipamento ...	500 000\$00		356 560\$00	356 560\$00	—	—	—	143 440\$00
					SOMA DO CAPÍTULO I	22 858 000\$00		19 401 579\$40	19 401 229\$40	350\$00	—	—	3 456 770\$60
II 1 PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL													
					GABINETE REGIONAL E SERVIÇO DE APOIO								
					DESPESSAS CORRENTES								
					Ramunerações Certas e Permanentes:								
					Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei ...	12 854 000\$00		12 761 194\$00	12 761 194\$00	—	—	—	92 806\$00
					Remunerações de Pessoal Diverso	800 000\$00		681 415\$00	681 415\$00	—	—	—	118 583\$00
					Gratificações Certas e Permanentes:	66 000\$00		18 780\$00	18 780\$00	—	—	—	47 220\$00
					Representações Certas e Permanentes ...	242 000\$00		—	—	—	—	—	242 000\$00
					Participação Emolumentar ...	1 700 000\$00		1 334 542\$00	1 334 542\$00	—	—	—	365 438\$00
					Subsídios de férias e de Natal ...	2 312 500\$00		2 306 449\$00	2 306 449\$00	—	—	—	26 051\$00
					Diuturnidades ...	1 101 000\$00		832 500\$00	832 500\$00	—	—	—	268 500\$00
					Horas Extraordinárias ...	520 000\$00		504 928\$00	504 928\$00	—	—	—	15 072\$00
					Alimentação e Alojamento ...	868 000\$00		865 205\$00	865 205\$00	—	—	—	2 795\$00
					Vestuário e Artigos Pessoais ...	98 000\$00		64 933\$00	64 933\$00	—	—	—	33 067\$00
					Abonos Diversos — Numerário ...	362 000\$00		360 570\$00	360 570\$00	—	—	—	1 430\$00
					Pestações Directas — Previdência Social:								
					Abono de Família ...	163 000\$00		136 550\$00	136 550\$00	—	—	—	26 450\$00
					Encargos com a Saúde ...	120 000\$00		—	—	—	—	—	120 000\$00
					Outras prestações Directas ...	35 000\$00		7 550\$00	7 550\$00	—	—	—	27 450\$00
					Contribuições para Instituições —								
					Previdência Social ...	125 000\$00		51 870\$00	51 870\$00	—	—	—	73 130\$00
					Deslocações — Compensação de Encargos ...	980 000\$00		796 997\$20	796 997\$20	777 835\$20	19 162\$00	—	202 164\$00
					A transportar ...	223 666 500\$00		20 723 483\$20	20 723 483\$20	19 162\$00	19 162\$00	—	1 662 178\$80

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferença (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
11					Transporte	22 366 500\$00		20 723 483\$20	20 704 321\$20	19 162\$00			16€2 178\$80
		15			Abonos Diversos — Compensação de Encargos	10 000\$00		7 054\$50	7 054\$50				2 945\$50
		21			Bens Duradouros	1 070 000\$00		1 040 978\$30	1 040 978\$30				29 021\$70
		22			Bens não Duradouros — Materiais primas e Subsidiárias	2 000\$00		—	—				2 000\$00
		23			Bens não Duradouros — Combustíveis e lubrificantes	203 000\$00		93 135\$70	93 135\$70				109 884\$00
		1	26		Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	1 500 000\$00		988 356\$50	988 356\$60				511 643\$40
		27			Bens não Duradouros — Outros	390 000\$00		186 916\$20	186 916\$20				203 083\$80
		28			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	460 000\$00		401 254\$80	401 254\$80				59 745\$20
		29			Aquisição de Serviços — Locação de Bens	1 550 000\$00		1 128 000\$00	1 128 000\$00				422 000\$00
		30			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	5 150 000\$00		5 095 836\$00	5 095 886\$00				54 114\$00
		31			Aquisição de Serviços — Não Especificados	16 400 000\$00		15 879 299\$50	15 714 137\$00	165 162\$50			685 863\$00
		38	04		Transferências — Sector Público:: Autarquias Locais	2 313 500\$00		280 000\$00	30 000\$00	250 000\$00			2 283 500\$00
			07		Escola de Hotelaria e Turismo da Madeira	12 000 000\$00		10 000 126\$90	10 000 126\$90				1 999 873\$10
		44	04		Outras Despesas Correntes: Seguro de Material	2 000\$00		—	—	30 000\$00			2 000\$00
			09		Diversas	500 000\$00		30 000\$00	30 000\$00				470 000\$00
					DESPESSAS DE CAPITAL								
		52			Investimentos — Maquinaria e Equipamento	1 500 000\$00		1 195 804\$70	1 195 804\$70				304 195\$30
					DIRECCÃO REGIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA								
					DESPESSAS CORRENTES								
		01	02		Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	5 572 000\$00		2 892 535\$00	2 892 535\$00				2 679 465\$00
			46		Subsídios de Férias e de Natal	909 000\$00		625 516\$00	625 516\$00				283 484\$00
					A transportar	71 898 000\$00		60 568 347\$40	60 134 022\$90	434 324\$50			11 763 977\$10

Cap.	Div.	Código	Nº	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Diferenças (1) — (3)
										Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	
II	2	47	04	Transporte	71 898 000\$00	60 568 347\$40	60 134 022\$90	434 324\$50	—	11 751 977\$10	—	
				Diuturnidades	365 000\$00	291 750\$00	291 750\$00	—	—	73 250\$00	—	
				Alimentação e Alojamento	243 000\$00	134 451\$00	134 451\$00	—	—	108 549\$00	—	
				Abonos Diversos — Numerário	6 000\$00	5 250\$00	5 250\$00	—	—	750\$00	—	
			10	Prestações Directas — Previdência Social:								
			01	Abono de Família	36 700\$00	19 020\$00	19 020\$00	—	—	17 680\$00	—	
			14	Deslocações — Compensação de Encargos	105 000\$00	103 718\$00	103 718\$00	—	—	1 282\$00	—	
			15	Abonos Diversos — Compensação de Encargos	5 000\$00	1 654\$00	1 654\$00	—	—	3 346\$00	—	
			21	Bens Duradouros	45 000\$00	37 603\$00	37 603\$00	—	—	7 397\$00	—	
			23	Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	—	—	—	—	—	—	—	
			26	Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	130 000\$00	107 491\$00	107 491\$00	—	—	22 509\$00	—	
			27	Bens não Duradouros — Outros	512 000\$00	433 920\$00	433 920\$00	—	—	78 080\$00	—	
			28	Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	18 000\$00	5 700\$20	5 700\$20	—	—	12 299\$80	—	
			30	Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	155 000\$00	130 297\$00	130 297\$00	—	—	24 703\$00	—	
			31	Aquisição de Serviços — Não especificados	100 000\$00	24 770\$00	24 770\$00	—	—	75 230\$00	—	
			52	DESPESSAS DE CAPITAL								
				Investimentos — Maquinaria e Equipamento	368 300\$00	72 974\$00	72 974\$00	—	—	295 326\$00	—	
			3	DIRECCÃO REGIONAL DE TURISMO								
			01	DESPESSAS CORRENTES								
			02	Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	8 900 000\$00	8 812 112\$00	8 812 112\$00	—	—	87 888\$00	—	
			42	Remunerações de Pessoal Diverso	1 900 000\$00	1 695 919\$00	1 695 919\$00	—	—	204 081\$00	—	
			43	Gratificações Certas e Permanentes	50 000\$00	—	—	—	—	50 000\$00	—	
			46	Subsídios de Férias e de Natal	1 850 000\$00	1 830 765\$00	1 830 765\$00	—	—	19 235\$00	—	
			47	Diuturnidades	660 000\$00	638 250\$00	638 250\$00	—	—	21 750\$00	—	
			02	Gratificações	120 000\$00	—	—	—	—	120 000\$00	—	
				<i>A transportar</i>	87 467 000\$00	74 913 991\$60	74 479 667\$10	434 324\$50	—	12 987 332\$00	—	

Cap.	Div.	Código N. ^o	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
							Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
11	3	03	Transporte	87 467 000\$00		74 913 991\$60	74 479 667\$10	434 324\$50			12 873 321\$00
		04	Horas extraordinárias	120 000\$00		90 870\$00	90 870\$00				29 130\$00
		06	Alimentação e Alojamento	630 000\$00		623 872\$00	623 872\$00				6 128\$00
		07	Abonos Diversos — Numerário	12 000\$00		12 000\$00	12 000\$00				
		08	Alimentação e Alojamento — Espécie Vestuário e Artigos Pessoais	15 000\$00		—	—	—			15 000\$00
		10	Prestações Directas — Previd. Social:		30 000\$00		3 560\$00	3 560\$00				26 440\$00
	01		Abono de Família	90 000\$00		87 670\$00	87 670\$00				2 330\$00
	02		Encargos com a Saúde	120 000\$00		11 584\$00	11 584\$00				106 416\$00
	03		Outras Prestações Directas	35 000\$00		16 404\$00	16 404\$00				18 596\$00
	14		Deslocações — Comp. de Encargos	2 600 000\$00		2 546 990\$20	2 546 990\$20				53 009\$80
	15		Abonos Diversos — Comp. de Encargos	290 000\$00		285 633\$90	285 633\$90				4 366\$10
	21		Bens Duradouros	120 000\$00		34 670\$00	34 670\$00				86 330\$00
	23		Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	300 000\$00		86 940\$60	86 940\$60				213 059\$40
	25		Bens não Duradouros — Alimentação, roupas e calçado	80 000\$00		71 552\$30	69 553\$30	1 999\$00			10 446\$70
	26		Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	900 000\$00		835 340\$60	835 340\$60				64 659\$40
	27		Bens não Duradouros — Outros	50 000\$00		27 608\$00	27 608\$00				22 392\$00
	28		Aquisição dc Serviços — Encargos das Instalações	250 000\$00		212 412\$30	212 412\$30				37 587\$70
	29		Aquisição de Serviços — Locação de Bens	3 150 000\$00		3 105 000\$00	3 105 000\$00				45 000\$00
	30		Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	4 500 000\$00		3 892 497\$20	3 892 497\$20				607 592\$80
	31		Aquisição de Serviços — Não Especificados:									
	1		Publicidade	31 000 000\$00		30 979 139\$60	30 979 139\$60				20 860\$40
	2		Propaganda	19 000 000\$00		11 804 858\$50	11 804 858\$50				7 198 616\$00
	3		Outros Serviços	10 163 120\$00		10 130 301\$80	10 119 501\$80				43 618\$20
	33		Transferências — Sector Público:									
			Importância a entregar à P.S.P. a título de complemento nas remunerações ao pessoal que constitui o destacamento da Polícia de Turismo	5 000 000\$00		—	—				5 000 000\$00
			A transportar	165 922 120\$00		139 772 896\$60	139 322 298\$60	450 598\$80			26 599 821\$40

Cap.	Div.	Código	N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orgântais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Diferenças (1) — (3)	
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos
II	3	40	44	01	Transporte	165 922 120\$00		139 772 896\$60	139 322 298\$60	450 598\$00	—	26 539\$40
					Transferências — Empresas Privadas:							
					Apóio à actividade Turística	26 072 000\$00		17 535 883\$90	17 535 883\$90	—	—	8 536 116\$10
					Outras Despesas Correntes:							8 000\$00
					Impostos Indirectos	8 000\$00		—	—	—		181 232\$70
					Seguros de Material	300 000\$00		118 767\$30	118 767\$30	—		42 815\$40
					Restituições	50 000\$00		7 184\$60	7 184\$60	—		3 109 \$70
					Despesas de Anos Finais	1 000 000\$00		999 937\$80	996 890\$30	3 047\$50		
					Diversas:							
					Promoção	28 000 000\$00		26 274 944\$80	26 289 619\$00	5 325\$00		1 730 380\$20
					Recepção	5 000 000\$00		3 617 002\$20	3 617 002\$20	—		1 382 997\$80
					Animação	21 000 000\$00		15 172 685\$00	15 170 920\$90	1 764\$90		5 829 079\$10
					Festas de Fim de Ano	30 000 000\$00		22 500 000\$00	22 500 000\$00	—		7 500 000\$00
					DESPESSAS DE CAPITAL							
					Investimentos — Construções Diversas	2 000 000\$00		102 688\$70	102 688\$70	—		1 897 311\$30
					Investimentos — Material de Transporte	1 156 000\$00		1 156 000\$00	—	—		
					Investimentos — Maquinaria e Equipamento	5 500 000\$00		4 741 085\$40	4 741 085\$40	—		758 914\$60
					INVESTIMENTO DO PLANO							
					TURISMO			335 960\$70	335 960\$70	—		
					Estradas de interesse turístico	3 000 000\$00		—	—	—		2 664 039\$30
					Miradouros	3 900 000\$00		10 233 504\$40	10 233 504\$40	—		3 900 000\$00
					Pontos de Apoio e Restaurantes	100 000 000\$00		—	—	—		89 766 495\$60
					Instalações Desportivas	3 334 000\$00		—	—	—		3 334 000\$00
					Parques para Pic-Nics	5 000 000\$00		900 000\$00	900 000\$00	—		4 100 000\$00
					Hotel Escola	9 636 880\$00		62 500\$00	62 500\$00	—		9 574 380\$00
					Apoios de Estradas	2 000 000\$00		1 216 327\$20	1 216 327\$20	—		783 672\$80
					Estudos e Projectos	9 500 000\$00		3 069 772\$70	3 069 772\$70	—		6 430 227\$30
					Restaurante Golden Gate	15 000 000\$00		399 190\$10	399 190\$10	—		14 600 809\$90
					DIRECCAO REGIONAL							
					DE TRANSPORTES							
					DESPESSAS CORRENTES							
					Remunerações Certas e Permanentes:							
					Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei							
					393 887\$00			280 683\$00	280 683\$00	—		113 204\$00
					437 772 887\$00			248 036 279\$80	248 036 279\$80	—		189 736 607\$20
01	02				248 497 015\$20			—	—	—		

Cap.	Div.	Código	N. ^o	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)					
II	5	43	46	47	Transporte	437 772 887\$00		248 497 015\$20	248 036 278\$80	460 735\$40			— 189 736 607\$20	
					Gratificações Certas e Permanentes	50 000\$00		—	—	—			50 000\$00	
					Subsídios de Férias e de Natal	80 000\$00		74 700\$00	74 700\$00	—			5 300\$00	
					Diuturnidades	20 000\$00		—	—	—			20 000\$00	
					Horas Extraordinárias	20 000\$00		—	—	—			20 000\$00	
					Alimentação e Alojamento	19 150\$00		6 866\$00	6 866\$00	—			12 284\$00	
					Vestuário e Artigos Pessoais	15 000\$00		—	—	—			15 000\$00	
					Abonos Diversos — Numerário	10 000\$00		—	—	—			10 000\$00	
					Prestações Directas — Previdência Social:									
			01		Abono de Família	15 000\$00		—	—	—			15 000\$00	
			02		Encargos com a Saúde	10 000\$00		—	—	—			10 000\$00	
			03		Outras Prestações Directas	5 000\$00		—	—	—			5 000\$00	
			14		Deslocações — Compensação de Encargos	250 000\$00		168 505\$00	168 505\$00	—			81 495\$00	
			15		Abonos Diversos — Compensoação de Encargos	15 000\$00		—	—	—			15 000\$00	
			21		Bens Duradouros	50 000\$00		—	—	—			50 000\$00	
			23		Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	15 000\$00		—	—	—			15 000\$00	
			26		Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	15 000\$00		11 956\$00	11 956\$00	—			3 044\$00	
			28		Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	10 000\$00		—	—	—			10 000\$00	
			30		Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	8 000\$00		—	—	—			8 000\$00	
			31		Aquisição de Serviços — Não especificados	510 000\$00		425 673\$90	425 673\$90	—			84 326\$10	
			40		Transferências — Empresas Privadas: Subsídio de transportes	76 855 034\$60		61 745 222\$50	61 745 222\$50	—			15 109 812\$10	
			44		Outras Despesas Correntes: Diversas Despesas Resultantes do fretamento de Aviões por ocasião da greve da TAP	61 000 000\$00		56 481 259\$60	56 481 259\$60	—			4 518 740\$40	
	09	1			A transportar	576 745 071\$60		367 411 198\$20	366 950 462\$80	460 735\$40			— 209 794 608\$80	

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Diferenças (1) — (3)	
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezen- tro de 1980 (4)	Para mais	Para menos
II	5-A	40	1	Transporte	503 289 694\$60	372 805 124\$30	372 344 388\$90	460 735\$40	—	—	210 945 305\$70	
		2	Transferências — Empresas Privadas: Passes Sociais e Transportes Pú- blicos Terrestres	87 552 949\$00	79 462 902\$10	79 462 902\$10	—	—	—	—	8 050 046\$90	
			Subsídios aos Transportes Ter- restres Colectivos do Porto Santo	249 750\$00	240 750\$00	240 750\$00	—	—	—	—	9 000\$00	
			Outras Despesas Correntes: Despesas de Anos Fimados	47 040\$90	—	—	—	—	—	—	47 040\$90	
			Diversas	100 000\$00	—	—	—	—	—	—	100 000\$00	
		44	DESPESSAS DE CAPITAL	Investimentos — Maquinaria e Equi- pamento	700 000\$00	424 130\$00	424 130\$00	—	—	—	275 870\$00	
		06										
		09										
		52	DIREÇÃO DOS PORTOS DA MADEIRA									
			DESPESSAS CORRENTES									
		01	Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	3 367 000\$00	3 156 419\$00	3 156 419\$00	3 156 419\$00	3 156 419\$00	3 156 419\$00	3 156 419\$00	210 581\$00	
		02	Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros	24 322 464\$00	24 237 414\$00	24 237 414\$00	—	—	—	—	85 050\$00	
		04	Pessoal Destacado de Outros Ser- vícios do Estado	1 802 800\$00	1 712 800\$00	1 712 800\$00	—	—	—	—	90 000\$00	
		05	Pessoal fora do Serviço Aguardan- do Aposentação	9 970\$00	—	—	—	—	—	—	9 970\$00	
		13	Salários de Pessoal Eventual	2 000 000\$00	1 837 369\$00	1 837 369\$00	—	—	—	—	162 631\$00	
		41	Remunerações de Pessoal Diverso	261 236\$00	259 158\$00	259 158\$00	—	—	—	—	2 078\$00	
		42	Subsídios de Férias e das Natal	6 350 000\$00	6 340 737\$00	6 340 737\$00	—	—	—	—	9 263\$00	
		46	Diuturnidades	4 277 250\$00	4 032 116\$00	4 032 116\$00	—	—	—	—	245 134\$00	
		47	Gratificações	75 600\$00	33 150\$00	33 150\$00	—	—	—	—	42 450\$00	
		02	Horas extraordinárias	15 916 017\$00	15 894 169\$00	15 894 169\$00	—	—	—	—	21 848\$00	
		03	Alimentação e Alojamento	3 727 149\$00	3 648 936\$00	3 648 936\$00	—	—	—	—	78 213\$00	
		04	Alimentação e Alojamento — Espécie	5 000\$00	—	—	—	—	—	—	5 000\$00	
		07	Abonos Diversos — Espécie ...	30 640\$00	28 790\$00	28 790\$00	—	—	—	—	3 890\$00	
		09										
			A transportar	734 084 560\$00	514 113 964\$40	513 651 189\$00	462 775\$40	513 651 189\$00	513 651 189\$00	462 775\$40	513 651 189\$00	462 775\$40

Cap.	Div.	Código	N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezem- bro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)				
II	5-B	10	01		Transporte	734 084 560\$50		514 113 964\$40	513 651 189\$00	462 775\$40			210 433 377\$50
			02		Prestações Directas — Previdência Social:								
			03		Abono de Família	1 208 800\$00		1 172 350\$00	1 172 350\$00				36 456\$00
					Encargos com a Saúde	10 000\$00		—	—				10 000\$00
					Outras Prestações Directas	86 500\$00		63 906\$00	63 906\$00				22 594\$00
			11		Contribuições para Instituições — Previdência Social	245 000\$00		222 495\$00	222 495\$00				22 505\$00
			13		Vestuário e Artigos Pessoais — Compensação de Encargos de Encargos	772 152\$00		703 488\$60	703 488\$60				68 663\$40
			14		Deslocações — Compensação de Encargos	526 192\$00		198 606\$30	198 606\$30				327 585\$70
			15		Abonos Diversos — Compensação de Encargos	797 229\$40		693 207\$10	693 207\$10				104 022\$30
			17		Pensões de Aposentação, reforma e invalidez	50 000\$00		33 928\$00	33 928\$00				16 072\$00
			22		Bens não Duradouros — Matérias primas e Subsidiárias	92 960\$00		41 114\$60	41 114\$60				51 845\$40
			23		Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	2 027 514\$40		1 928 633\$80	1 928 633\$80				98 880\$60
			24		Bens não Duradouros — Munições, explosivos e artifícios	5 000\$00		—	—				5 000\$00
			25		Bens não Duradouros — Alimentação, Roupa e Calçado	5 000\$00		—	—				5 000\$00
			26		Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	1 242 900\$50		1 138 450\$40	1 138 450\$40				104 450\$10
			27		Bens não Duradouros — Outros	4 592 521\$30		4 592 990\$80	4 545 077\$80				47 456\$50
			28		Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	1 115 111\$00		1 070 248\$20	950 489\$50				164 621\$50
			29		Aquisição de Serviços — Locação de Bens	67 500\$00		67 500\$00	60 000\$00				7 500\$00
			30		Aquisição de Serviços — Transporte e Comunicações	1 555 290\$50		1 547 180\$00	1 547 180\$00				8 110\$50
			31		Aquisição de Serviços — Não Especificados	94 347 850\$00		84 610 490\$90	84 606 290\$9 0				9 741 556\$00
					A transportar	842 832 031\$60		612 198 554\$10	611 556 400\$00				231 275 681\$60

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)					
II				f)	Transporte	1 203 771 478\$00		769 342 527\$60	763 700 223\$70	642 303\$90		—	43 507 894\$30	
					Construção do Edifício dos Serviços da Direcção dos Portos da Madeira	7 800 000\$00		—	—	—	7 800 000\$00			
					Material de Transporte	93 977 330\$00		35 620 860\$00	35 620 860\$00	—	58 376 470\$00			
					Maquinaria e Equipamento	18 500 000\$00		6 463 102\$80	6 463 102\$80	—	12 036 897\$20			
					SOMA DO CAPÍTULO II	1 324 068 808\$00		811 426 490\$40	810 784 186\$50	642 303\$90		—	51 328 621\$50	
III	1	5-B-1	1		SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS GABINETE REGIONAL E SERVIÇOS DE APOIO									
					DESPESAS CORRENTES									
					Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	3 273 200\$00		3 252 957\$00	3 252 957\$00	—	—	20 243\$00		
					Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros	1 269 000\$00		1 268 489\$00	1 268 489\$00	—	—	51 100		
					Pessoal Destacado de Outros Serviços do Estado	182 100\$00		182 000\$00	182 000\$00	—	—	100\$00		
					Remunerações de Pessoal Diverso Subsídios de Férias e de Natal ...	865 000\$00		702 149\$00	702 149\$00	—	—	162 851\$00		
					Diuturnidades	793 000\$00		773 324\$00	773 324\$00	—	—	19 676\$00		
					Horas Extraordinárias	206 935\$00		202 082\$00	202 082\$00	—	—	4 853\$00		
					Alimentação e Alojamento	160 000\$00		128 726\$00	128 726\$00	—	—	31 274\$00		
					Vestuário e Artigos Pessoais	341 000\$00		329 126\$00	329 126\$00	—	—	11 874\$00		
					Abonos Diversos — Numerário ...	124 000\$00		123 425\$00	123 425\$00	—	—	575\$00		
						58 000\$00		29 500\$00	29 500\$00	—	—	28 500\$00		
					Prestações Directas — Previdência Social:									
					Abono de Família	35 780\$00		35 690\$00	35 690\$00	—	—	90\$00		
					Encargos com a Saúde	9 384 500\$00		7 675 231\$80	7 641 059\$80	—	—	1 743 440\$20		
					Outras Prestações Directas	30 000\$00		17 000\$00	17 000\$00	—	—	13 000\$00		
					Contribuições para Instituições —									
					Previdência Social	80 105\$00		79 529\$00	79 529\$00	—	—	576\$00		
					Deslocações — Compensação de Encargos	350 000\$00		329 397\$00	329 397\$00	—	—	20 603\$00		
					A transportar	17 152 620\$00		15 128 625\$80	15 094 453\$80	34 172\$00	—	2 058 166\$20		

Cap.	Div.	Código N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
							Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)				
III	1	15		Transporte	17 152 620\$00		15 128 625\$80	15 094 453\$80	34 172\$00			2 058 163\$20
		17		Abonos Diversos — Compensação de Encargos	35 000\$00		33 895\$10	33 895\$10				1 104\$90
		21		Pensões dc Aposentação, reforma e Invalidez	5 000 000\$00		3 310 750\$40	3 309 792\$80	957\$60			1 690 207\$20
		23		Bens Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	100 000\$00		35 919\$80	35 919\$80				64 080\$20
		25		Bens não Duradouros — Alimentação, Roupas e Calçado	185 000\$00		154 495\$70	154 495\$70				30 504\$30
		26		Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	1 080 000\$00		1 076 262\$50	1 076 262\$50				10 000\$00
		27		Bens não Duradouros — Outros	305 000\$00		255 784\$00	255 784\$00				3 737\$50
		28		Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	100 000\$00		36 439\$30	36 439\$30				49 216\$00
		29		Aquisição de Serviços — Locação de Bens	650 000\$00		546 000\$00	546 000\$00				63 560\$70
		30		Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	1 000 000\$00		564 821\$00	564 821\$00				104 000\$00
		31		Aquisição de Serviços — Não especificados	6 500 000\$00		955 836\$70	955 836\$70				435 179\$00
		32		Juros — Sector Público	35 550 000\$00		35 493 689\$80	35 493 689\$80				5 544 163\$30
		38	07	Transferências — Sector Público; Empresa de Electricidade da Madeira	261 995 000\$00		246 060 000\$00	246 060 000\$00				56 310\$20
		40		Transferências — Empresas Privadas; Cobertura de encargos com a Fábrica Hinton	32 000 000\$00							15 935 000\$00
		44	04	Outras Despesas Correntes	50 000\$00		47 692\$30	47 692\$30				32 000 000\$00
		09	1	Diversas:	5 000 000\$00							2 307\$70
		2		Quadros Regionais	5 000 000\$00							5 000 000\$00
		3		Compensação do Estado (5% pela cobrança de Receita)	129 813 000\$00		129 585 725\$00	129 585 725\$00				227 275\$00
		4		Provisões para cobrir avales concedidos	25 000 000\$00		23 872 885\$10	23 872 885\$10				1 127 114\$90
				Seguros de Património	500 000\$00							500 000\$00
				A transportar	522 025 620\$00		457 158 822\$50	457 123 692\$90	35 129\$60			64 901 927\$10

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orgânicas (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias por pagar em Dezem- bro de 1980 (4)	Para nais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Para nais				
III	1	44.09			Transporte	522 025 620\$00		457 158 822\$50	457 123 692\$90	35 129\$60			(4 901 927\$10	
	5				Serviços Sociais	16 200 000\$00		16 200 000\$00	16 200 000\$00				—	
	6				Anulações de Contribuições	4 500 000\$00		8 874 391\$60	8 874 391\$60				—	
	7				Reposições diversas	20 950 000\$00		20 867 500\$10	20 558 067\$10	309 433\$00			39 1932\$90	
	8				Fundo de Abastecimento Nacional	34 500 000\$00		31 717 486\$70	31 717 486\$70				2 1825 13\$30	
	9				Fundo de Abastecimento Regional	112 000 000\$00		98 770 436\$30	98 770 436\$30				13 229 563\$70	
	10				Criação da Zona Franca	5 000 000\$00		—	—				5 000 000\$00	
	11				Outras Despesas	486 451 340\$00		366 424 688\$20	366 424 688\$20				120 026 651\$80	
					DESPESSAS DE CAPITAL									
	47				Investimentos — Edifícios								44 834 765\$80	
					Outras Infraestruturas	70 000 000\$00		25 165 234\$20	25 165 234\$20				—	
	51				Investimentos — Material de Transporte ...	2 700 000\$00		1 650 000\$00	1 650 000\$00				1 050 000\$00	
	52				Investimentos — Maquinaria e Equipamento ...	1 325 000\$00		1 311 720\$40	1 311 720\$40				13 279\$60	
	54			07	Transferências — Sector Público:									
	62				Empresa de Electricidade da Madeira									
	63				Activos Financeiros — Títulos de Participação ...	162 751 900\$00		94 900 000\$00	94 900 000\$00				67 851 900\$00	
	64				Activos Financeiros — Empréstimos a curto prazo ...	40 000 000\$00		3 474 000\$00	3 474 000\$00				36 526 000\$00	
	69				Activos Financeiros — Empréstimos a médio e longo prazo ...	70 000 000\$00		—	—				70 000 000\$00	
					Passivos Financeiros — Empréstimos a médio e longo prazo ...	8 000 000\$00		—	—				8 000 000\$00	
						235 000 000\$00		234 006 446\$10	234 006 446\$10				993 553\$90	
					DIRECCÃO REGIONAL									
					DE PLANEAMENTO									
					DESPESSAS CORRENTES									
					Remunerações Certas e Permanentes:									
	01	02			Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei ...	1 603 000\$00		1 421 383\$00	1 421 383\$00				— 181 617\$00	
	03				Pessoal da nomeação vitalícia além dos Quadros ...	100 000\$00		—	—				100 000\$00	
	04				Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros ...	407 600\$00		344 300\$00	344 300\$00				63 300\$00	
					A transportar	1 793 514 460\$00		1 362 286 409\$10	1 361 941 846\$50				435 947 005\$10	

Cap.	Div.	Código	N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Diferenças (1) — (1)
							Obs.	Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)		
III	2	01	05		Transporte	1 793 514 460\$00	1 362 286 409\$10	1 361 941 846\$50	344 562\$60	4 374 391\$60	4 359 47 005\$10
		46	47	03	Pessoal Destacado de Outros Serviços do Estado	113 100\$00	88 406\$00	88 406\$00			24 694\$00
				04	Subsídios de Férias e de Natal	601 000\$00	314 800\$00	314 800\$00			286 200\$00
				06	Diuturnidades	70 500\$00	62 975\$00	62 975\$00			7 525\$00
				10	Horas Extraordinárias	20 000\$00	—	—			20 000\$00
					Alimentação e Alojamento	82 000\$00	76 693\$00	76 693\$00			5 307\$00
					Abonos Diversos — Numerário	10 000\$00	—	—			10 000\$00
					Prestações Directas — Previdência Social:						
		01	03		Abono de Família	15 000\$00	7 320\$00	7 320\$00			7 680\$00
			14		Outras Prestações Directas	5 000\$00	—	—			5 000\$00
					Deslocações — Compensação de Encargos	280 000\$00	260 211\$00	260 211\$00			19 789\$00
			21		Bens Duradouros	20 000\$00	2 736\$40	2 736\$40			17 263\$60
			26		Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	30 000\$00	10 125\$00	10 125\$00			19 875\$00
			30		Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	20 000\$00	4 880\$00	4 880\$00			15 120\$00
			31		Aquisição de Serviços — Não Especificados	500 000\$00	480\$00	480\$00			499 520\$00
			52		DESPESAS DE CAPITAL						
					Investimentos — Maquinaria e Equipamento	150 000\$00	61 165\$50	61 165\$50			88 834\$50
					DIRECCÃO REGIONAL DE FINANÇAS						
			1		GABINETE TÉCNICO						
					DESPESAS CORRENTES						
					Remunerações Certas e Permanentes:						
			02		Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	776 400\$00	776 353\$00	776 353\$00			47\$00
			04		Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros	100 000\$00	—	—			100 000\$00
			05		Pessoal Destacado de Outros Serviços do Estado	120 000\$00	119 700\$00	119 700\$00			300\$00
					A transportar	1 796 427 460\$00	1 364 072 254\$00	1 363 727 691\$40	344 562\$60	4 374 391\$60	437 074 160\$20

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)				
III	3.1	01	46		Transporte	1 796 427 460\$00		1 363 727 691\$40	344 562\$60	4 374 391\$60	437 074 160\$20			
		47			Subsídios de Férias e de Natal ...	159 000\$00		158 350\$00			650\$00			
		04			Diuturnidades	11 300\$00		11 250\$00			50\$00			
		10			Alimentação e Alojamento	39 300\$00		39 300\$00			—			
					Prestações Directas — Previdência Social:									
		01			Abono de Família	5 000\$00		900\$00			4 100\$00			
		03			Outras Prestações Directas ...	5 000\$00		—			5 000\$00			
		14			Deslocações — Compensação de Encargos	140 000\$00		118 492\$00			21 508\$00			
		21			Bens Duradouros — Consumos de Secretaria	20 000\$00		—			20 000\$00			
		26			Bens não Duradouros — Consumos de Aquisição de Serviços — Transporte e Comunicações	30 000\$00		—			30 000\$00			
		30			Aquisição de Serviços — Não especificados	20 000\$00		4 000\$00			16 000\$00			
		31			100 000\$00			—			100 000\$00			
					DESPESSAS DE CAPITAL									
		52			Investimentos — Maquinaria e Equipamento	100 000\$00		—			100 000\$00			
					DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE									
					DESPESSAS CORRENTES									
					Remunerações Certas e Permanentes:									
		01	02		Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	4 454 000\$00		4 411 716\$00			42 284\$00			
		04			Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros	543 100\$00		543 066\$00			34\$00			
		45			Participação Emolumentar	476 700\$00		476 700\$00			—			
		46			Subsídios de Férias e de Natal ...	918 000\$00		917 966\$00			34\$00			
		47			Diuturnidades	559 500\$00		559 500\$00			—			
		03			Horas extraordinárias	400 000\$00		361 857\$00			38 143\$00			
		04			Alimentação e Alojamento	322 640\$00		322 564\$00			76\$00			
		06			Abonos Diversos — Númerário ...	24 000\$00		12 000\$00			12 000\$00			
					A transportar	1 804 755 000\$00		1 372 009 915\$00			344 562\$40			
											4 374 391\$60			437 454 039\$20

Cap.	Div.	Código	N.	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)		
III	3.2	10	01	Transporte	1 804 755 000\$00	1 372 009 915\$00		1 371 665 352\$40	344 562\$60	4 374 391\$60	4 31 414 034 \$20
			03	Prestações Directas — Previdência Social:							
			14	Abono de Família	39 000\$00	38 640\$00		38 640\$00	—	—	360\$00
				Outras Prestações Directas	10 000\$00	3 500\$00		3 500\$00	—	—	6 500\$00
			23	Deslocações — Compensação C.e. Encargos	220 000\$00	218 416\$00		218 416\$00	—	—	1 584\$00
				Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	50 000\$00	—		—	—	—	50 000\$00
		3	01	TESOURARIA							
			02	DESPESSAS CORRENTES							
			46	Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	800 000\$00	759 300\$00		759 300\$00	—	40 700\$00	
			47	Subsídios de Férias e de Natal	143 000\$00	140 750\$00		140 750\$00	—	2 250\$00	
			03	Diuturnidades	99 000\$00	64 500\$00		64 500\$00	—	34 500\$00	
			04	Horas Extraordinárias	72 000\$00	38 179\$00		38 179\$00	—	33 821\$00	
			06	Alimentação e Alojamento	51 000\$00	45 000\$00		45 000\$00	—	6 000\$00	
			10	Abonos Diversos — Numerário	24 000\$00	12 000\$00		12 000\$00	—	12 000\$00	
				prestações Directas — Previdência Social:							
			01	Abono de Família	5 000\$00	—		—	—	5 000\$00	
			03	Outras Prestações Directas	5 000\$00	—		—	—	5 000\$00	
		4	01	CENTRO REGIONAL DE INFORMÁTICA							
			04	DESPESSAS CORRENTES							
			15	Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros	379 000\$00	—		—	—	379 000\$00	
			41	Pessoal Interino ou Eventual	340 000\$00	—		—	—	340 000\$00	
			42	Salários do Pessoal Eventual	360 000\$00	—		—	—	360 000\$00	
			46	Remunerações de Pessoal Diverso	200 000\$00	—		—	—	200 000\$00	
			47	Subsídios de Férias e de Natal	150 000\$00	—		—	—	150 000\$00	
			02	Diuturnidades	21 000\$00	—		—	—	21 000\$00	
			03	Gratificações	250 000\$00	—		—	—	250 000\$00	
			04	Horas Extraordinárias	20 000\$00	—		—	—	20 000\$00	
				Alimentação e Alojamento	60 000\$00	—		—	—	60 000\$00	
				A transportar	1 808 053 000\$00	1 373 330 200\$00		1 372 985 637\$40	344 562\$60	4 374 391\$60	4 394 411 754\$20

Cap.	Div.	Código	N. ^o	AI.	Designação da Despesa	Doações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Diferenças (1) — (3)		
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos
11	5	c)			Transporte	1 816 897 000\$00		1 380 952 921\$20	1 380 608 358\$60	344 562\$60	8971 112\$80	445 250 754\$20
					De transferências	30 000\$00		30 800\$00	30 800\$00	—	800\$00	—
	2				Adicional de 25% sobre multas	30 000\$00		60 062\$50	60 062\$50	—	30 062\$50	—
	3				Percentagem de taxas	1 000\$00		3 575\$00	3 575\$00	—	2 575\$00	—
	4				Autuante ou participante	45 000\$00		45 250\$00	45 250\$00	—	250\$00	—
	5				Caixa Geral de Aposentações	36 420 000\$00		41 825 502\$00	41 825 502\$00	—	540 550\$00	—
	6				Montepio dos Servidores do Estado ...	4 872 000\$00		5 674 300\$00	5 674 300\$00	—	802 300\$00	—
	7				Cofre de Previdência do Ministério das Finanças	26 000\$00		20 845\$00	20 845\$00	—	5 155\$00	—
	8				Cofre de Previdência do Ministério da Educação e Investigação Científica	35 000\$00		31 304\$00	31 304\$00	—	3 696\$00	—
	9				Instituto do Professorado Primário Oficial ...	70 000\$00		63 030\$00	63 030\$00	—	6 970\$00	—
	10				Fundo de Desemprego ...	450 000\$00		151 413\$80	151 413\$80	—	298 586\$20	—
	11				Adicional de 25% sobre multas para o Albergue Distrital (Dec. 38389 e 36441) ...	1 000\$00		14 212\$50	14 212\$50	—	13 212\$50	—
	12				Descontos nos vencimentos dos funcionários por sentenças judiciais ...	70 000\$00		100 200\$00	100 200\$00	—	30 200\$00	—
	13				Gratificações a abonar a funcionários nos termos do Art.º 41 Dec.-Lei 9424 de 11.2.24 ...	20 000\$00		1 000\$00	1 000\$00	—	19 000\$00	—
	14				Percentagem de taxas de aferições de pesos e medidas ...	5 000\$00		1 987\$50	1 987\$50	—	3 012\$50	—
	15				Assistência a funcionários Civis Tuber- culosos ...	1 300 000\$00		1 573 544\$00	1 573 544\$00	—	273 544\$00	—
	16				Fundo de Socorro a Náufragos ...	23 000\$00		24 625\$00	24 625\$00	—	1 625\$00	—
	17				Conservatória dos Registos Centrais							
					— Emolumentos pelo Registo de Escrituras, nos termos do n. ^o 1. Art. ^o 20. da tabela de Emolumentos Notariais	5 000\$00		5 040\$00	5 040\$00	—	40\$00	—
					Serviços Sociais do Governo Regional	1 550 000\$00		1 875 940\$00	1 875 940\$00	—	325 940\$00	—
	18				Depósitos de garantia e cauções di- versas ...	25 000\$00		34 400\$00	34 400\$00	3 000\$00	6 400\$00	—
	19				Quotas do Sindicato dos Empregados da Função Pública ...	165 000\$00		245 092\$00	245 092\$00	—	80 092\$00	—
	20				Centro Regional de Segurança Social	700 000\$00		1 507 911\$80	1 507 911\$80	—	807 911\$80	—
	21				A transportar ...	1 862 740 000\$00		1 434 242 955\$30	1 433 895 393\$70	347 562\$60	16 751 567\$60	445 596 173\$90

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Pagamentos autorizados (2)	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos efectuados (3)					
IV	1				Transporte	2 274 000\$00		1 845 481\$20	1 845 481\$20	—	—	—	423 18\$80
	21				Bens Duradouros	400 000\$00		252 612\$50	252 612\$50	—	—	—	147 387\$30
	26				Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	250 000\$00		166 394\$00	166 394\$00	—	—	—	83 606\$00
	27				Bens não Duradouros — Outros	20 000\$00		18 105\$00	18 105\$00	—	—	—	1 895\$00
	28				Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	130 000\$00		18 356\$00	18 356\$00	—	—	—	11 164\$00
	30				Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	150 000\$00		84 402\$50	84 402\$50	—	—	—	65 597\$50
	38	07			Transferências — Sector Público: Empresa de Electricidade da Madeira	—		—	—	—	—	—	—
					DESPESAS DE CAPITAL								
	47				Investimentos — Edifícios	153 820 000\$00		29 461 460\$60	29 461 460\$60	—	—	—	124 358 539\$40
	48				Investimentos — Construções Diversas	4 000 000\$00		1 546 224\$50	1 546 224\$50	—	—	—	2 453 775\$50
	51				Investimentos — Material de Transporte	50 000 000\$00		10 949 748\$50	10 949 748\$50	—	—	—	39 050 251\$50
	52				Investimentos — Maquinaria e Equipamento	80 000 000\$00		41 887 571\$70	41 887 571\$70	—	—	—	38 112 428\$30
	54				Transferências — Sector Público: Serviços Autónomos — Junta Autónoma dos Portos da Madeira	12 100 000\$00		12 100 000\$00	12 100 000\$00	—	—	—	—
	03				Empresa de Electricidade da Madeira	—		—	—	—	—	—	—
	07												
	2				DIRECÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS HABITAÇÃO E URBANISMO								
	01	02			Despesas Correntes: Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	330 000\$00		—	—	—	—	—	330 000\$00
	43				Gratificações Certas e Permanentes	50 000\$00		—	—	—	—	—	50 000\$00
	46				Subsídios de Férias e de Natal	30 000\$00		—	—	—	—	—	30 000\$00
	47				Diuturnidades	55 000\$00		—	—	—	—	—	55 000\$00
	03				Horas Extraordinárias	20 000\$00		—	—	—	—	—	20 000\$00
	04				Alimentação e Alojamento	20 000\$00		—	—	—	—	—	20 000\$00
	05				Vestuário e Artigos Pessoais	15 000\$00		—	—	—	—	—	15 000\$00
	06				Abonos Diversos — Numerário	20 000\$00		—	—	—	—	—	20 000\$00
					A transportar	303 684 000\$00		98 330 356\$50	98 330 356\$50	—	—	—	205 353 643\$50

Cap.	Div.	Código	N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)					
IV	2.A	10			Transporte	452 426 000\$00		242 832 320\$40	242 793 539\$60	38 781\$00			209 634 460\$60	
		01			Prestações Directas — Previdência Social:			4 100 000\$00	4 018 830\$00	—			81 170\$00	
		02			Abono de Família	50 000\$00		—	—	—			50 000\$00	
		03			Encargos com a Saúde	330 000\$00		326 000\$00	326 000\$00	—			4 000\$00	
		11			Outras Prestações Directas	—		—	—	—			69 380\$00	
		14			Contribuições para Instituições — Previdência Social	50 000\$00		49 307\$00	49 307\$00	—			—	
					Deslocações — Compensação de Encargos	14 000 000\$00		11 385 118\$00	11 384 088\$00	1 030\$00			2 615 912\$00	
		15			Abonos Diversos — Compensação de Encargos	600 000\$00		419 866\$50	404 994\$00	404 994\$00			195 006\$00	
		21			Bens Duradouros	300 000\$00		139 034\$80	139 034\$80	—			160 965\$20	
		23			Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	5 500 000\$00		4 297 085\$90	4 297 085\$90	—			1 202 914\$10	
		26			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	700 000\$00		560 155\$80	560 155\$80	—			139 844\$20	
		28			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	200 000\$00		139 631\$40	134 961\$60	4 669\$80			65 038\$40	
		30			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	450 000\$00		399 535\$00	399 535\$00	—			50 465\$00	
		31			Aquisição de Serviços — Não Especificados:									
					De Móveis:									
					Reparação de mobiliário e utensílios	250 000\$00		103 152\$70	103 152\$70	—			146 874\$30	
					Conservação e encadernação de livros	10 000\$00		—	—	—			10 000\$00	
					De Semoventes:									
					Conservação, manutenção e reparação de veículos Automóveis	8 500 000\$00		8 212 063\$00	8 212 063\$00	—			287 937\$00	
					Conservação, manutenção e reparação de máquinas, ferramentas, aparelhos, instrumentos, etc.	13 000 000\$00		9 670 672\$70	9 670 672\$70	—			3 329 327\$30	
					De Imóveis:									
					Conservação, reparação e beneficiamento do palácio do Governo Regional	8 000 000\$00		7 953 037\$70	7 953 037\$70	—			46 962\$30	
					A transportar	508 468 000\$00		290 505 810\$90	290 446 457\$60	59 353\$30			218 021 542\$40	

Cap.	Div.	Código	N. ^o	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Diferenças (1) - (3)	
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Decembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos
IV	2.A	31	3	b)	Transporte	508 468000\$00		290 505 810\$90	290 446 457\$60	59 353\$30	—	218021 542\$40
				c)	Conservação, reparação do Lar dos Velhinhos Dr. João Abel de Freitas, Quinta das Cruzes, Quinta do Santo da Serra, Centros Sanitários, Instituto de Surdos, Casa de Abrigo e outros edifícios do Governo Regional Conservação, reparação do edifício do Governo Regional no Porto Santo	3 000 000\$00		2 974 370\$60	2 974 370\$60	—	—	25 629\$40
				d)	Conservação de outros edifícios cuja conservação está a cargo do Governo Regional incluindo os edifícios afectos ao Ciclo Preparatório da Teleescola Conservação corrente, pequenas reparações e beneficiação das E.E.R.R., incluindo indemnizações a proprietários marginais Demarcação e sinalização, balizagem das E.E.R.R. Arborização e embelzeamento das estradas	80 000\$00		44 310\$10	44 310\$10	—	—	35 689\$90
				e)	Conservação, reparação das muralhas, de ribeiras, limpeza dos seus leitos, e outros trabalhos de correção torrencial Conservação e reparação de fontenários	7 000 000\$00		1 594 665\$30	1 594 665\$30	—	—	5 405 334\$70
				f)	Conservação, reparação das muralhas, de ribeiras, limpeza dos seus leitos, e outros trabalhos de correção torrencial Conservação e reparação de fontenários	25 500 000\$00		25 205 508\$70	25 185 778\$70	19 730\$00	—	314 221\$30
				g)	Conservação, reparação das muralhas, de ribeiras, limpeza dos seus leitos, e outros trabalhos de correção torrencial Conservação, reparação e exploração das obras do plano fomento do Porto Santo.	2 000 000\$00		1 240 330\$10	1 240 330\$10	—	—	759 669\$90
				h)	Conservação, reparação das muralhas, de ribeiras, limpeza dos seus leitos, e outros trabalhos de correção torrencial Conservação e reparação de fontenários	1 100 000\$00		1 060 924\$50	1 060 924\$50	—	—	39 075\$50
				i)	Conservação, reparação e exploração das obras do plano fomento do Porto Santo. Estudos, projectos, análises e construção de veredas Publicidade e propaganda	3 000 000\$00		2 756 305\$00	2 756 305\$10	—	—	243 694\$90
				j)	Outras Despesas Correntes: Rendas de Terrenos	50 000\$00		—	—	—	—	50 000\$00
				k)	A transportar	564 052 000\$00		334 423 995\$50	334 423 995\$50	80 446\$80	—	229 628 004\$50

Cap.	Div.	Código	N. ^o	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças [(1) — (3)]
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)				
IV	2-A	04			Transporte	564 052 000\$00		334 504 442\$30	334 423 995\$50	80 446\$80			229 628 001\$50
		06			Seguros de Material	1 000 000\$00		964 796\$00	754 318\$00	210 478\$00			245 683\$00
		09			Despesas de Anos F findos ...	500 000\$00		339 999\$70	337 599\$70	2 400\$00			162 401\$30
					Diversas	100 000\$00		17 476\$00	17 476\$00				82 521\$00
					DESPESAS DE CAPITAL								
		47			Investimentos — Edifícios ...	1 000 000\$00							1000 000\$00
		48			Investimentos — Construções Diversas ...	7 000 000\$00		2 237 709\$00	2 237 709\$00				4 762 291\$00
		52			Investimentos — Maquinaria e Equipamento ...	1 700 000\$00		1 660 552\$50	1 660 552\$50				39 447\$50
					DIRECÇÃO HABITAÇÃO URBANISMO E AMBIENTE								
					DESPEZAS CORRENTES								
					Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	2 164 000\$00		288 856\$00	288 856\$00				1 875 144\$00
		01	02		Gratificações Certas e Permanentes	100 000\$00		—	—				100 000\$00
		43			Subsídios de Férias e de Natal ...	800 000\$00		77 200\$00	77 200\$00				722 800\$00
		46			Diuturnidades	486 000\$00		23 900\$00	23 900\$00				462 100\$00
		47			Horas extraordinárias	30 000\$00		28 579\$00	28 579\$00				1 421\$00
		03			Alimentação & Alojamento	300 000\$00		7 821\$00	7 821\$00				292 179\$00
		04			Vestuário e artigos pessoais	20 000\$00		13 648\$00	13 648\$00				6 352\$00
		05			Prestações Directas — Previdência Social:								
		10			Abono de Família	122 000\$00		7 370\$00	7 370\$00				114 630\$00
		21			Encargos com a Saúde	50 000\$00		—	—				50 000\$00
		23			Outras Prestações Directas	50 000\$00		—	—				50 000\$00
		26			Deslocações — Compensação de Encargos	60 000\$00		51 421\$00	51 421\$00				8 579\$00
					Abonos Diversos — Compensação de Encargos	20 000\$00		—	—				20 000\$00
					Bens Duradouros	100 000\$00		69 821\$00	69 821\$00				30 179\$00
					Bens não Duradouros — Combustíveis & Lubrificantes	100 000\$00		—	—				100 000\$00
					Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	270 000\$00		268 236\$50	268 236\$50				1 763\$50
					A transportar	580 024 000\$00		340 561 828\$00	340 268 503\$20	293 324\$80			239 755 496\$80

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Diferenças (1) — (3)	
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos
IV	2.B	28			Transporte	580 024 000\$00		340 561 828\$00	340 268 503\$20	293 324\$80		239 755 496\$80
		30			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	30 000\$00		25 982\$10	25 982\$10	—		4 017\$90
		31			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	140 000\$00		122 823\$00	122 823\$00	—		17 177\$00
			1	a)	Aquisição de Serviços — Não Especificados							
				b)	De Móveis:							
					Reparação de mobiliário e utensílios	20 000\$00		3 290\$00	3 290\$00	—		16 710\$00
					Conservação e encadernação de livros	25 000\$00		—	—	—		25 000\$00
					De Imóveis:							
					Conservação e reparação dos edifícios do Bloco do Hospital ...	90 000\$00		4 174\$00	4 174\$00	—		85 826\$00
					Publicidade e propaganda	60 000\$00		18 230\$10	18 230\$10	—		41 769\$90
					Outras Despesas Correntes:							
					Diversas	10 000\$00		9 979\$30	9 979\$30	—		20\$70
					DESPESAS DE CAPITAL							
					Investimentos ...	3 500 000\$00		—	—	—		3 500 000\$00
					DIRECÇÃO REGIONAL DE TRANSPORTES							
					DESPESSAS CORRENTES							
					Remunerações Certas e Permanentes:							
					Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	56 113\$00		56 113\$00	56 113\$00	—		
					Gratificações Certas e Permanentes Subsídios de Férias e da Natal ...	—		—	—	—		
					Diuturnidades	—		—	—	—		
					Horas Extraordinárias	—		—	—	—		
					Alimentação e Alojamento	850\$00		850\$00	850\$00	—		
					Vestuário e Artigos Pessoais ...	—		—	—	—		
					Abonos Diversos — Numerário ...	—		—	—	—		
					Prestações Directas — Previd. Social:							
					Abono de Família	—		—	—	—		
					Encargos cmo a Saúde ...	—		—	—	—		
					Outras Prestações Directas ...	—		—	—	—		
					A transportar	583 955 963\$00		340 803 269\$50	340 509 944\$70	293 324\$80		243 446 016\$30

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Diferenças (1) — (3)	Para menos
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)				
IV	3	14			Transporte	583 955 963\$00		340 803 269\$50	340 509 944\$70	293 324\$80			243 446 018\$30
		15			Deslocações — Compen. de Encargos Abonos Diversos — Compensação de Encargos	—		—	—	—			—
		21			Bens Duradouros	—		—	—	—			—
		23			Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	—		—	—	—			—
		26			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	—		—	—	—			—
		28			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	—		—	—	—			—
		30			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	—		—	—	—			—
		31			Aquisição de Serviços — Não Especificados	—		—	—	—			—
		40			Transferências — Empresas Privadas — Subsídio Transportes	16 374 965\$40		16 374 965\$40	16 374 965\$40	16 374 965\$40			16 374 965\$40
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIACÃO													
DESPESSAS CORRENTES													
		01	02		Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	1 004 377\$00		1 004 377\$00	1 004 377\$00	1 004 377\$00			—
		43			Gratificações Certas e Permanentes Subsídios de Férias e de Natal ...	—		—	—	—			—
		46			Diuturnidades	112 500\$00		112 500\$00	112 500\$00	112 500\$00			—
		47			Horas Extraordinárias	—		—	—	—			—
		03			Alimentação e Alojamento	61 795\$00		61 795\$00	61 795\$00	61 795\$00			—
		04			Vestuário e Artigos Pessoais	—		—	—	—			—
		05			Abonos Diversos — Numerário	—		—	—	—			—
		06			Prestações Directas — Previd. Social: Abono de Família	11 280\$00		11 280\$00	11 280\$00	11 280\$00			—
		10	01		Encargos com a Saúde	—		—	—	—			—
		02			Outras Prestações Directas	—		—	—	—			—
		03			Deslocações — Compen. de Encargos Abonos Diversos — Compensação de Encargos	—		—	—	—			—
		14			A transportar	601 520 880\$40		358 368 186\$90	358 074 863\$10	293 324\$80			243 446 018\$30

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro (4)	Para mais	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)			
IV	3.A	21			Transporte	601 520 880\$40		358 368 186\$90	358 074 862\$10	293 324\$80		243 446 018\$30
		23			Bens Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	—		—	—	—	—	—
		26			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	—		—	—	—	—	—
		27			Bens não Duradouros — Outros	—		—	—	—	—	—
		28			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	—		—	—	—	—	—
		29			Aquisição de Serviços — Locação de de Bens	—		—	—	—	—	—
		30			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	1 600\$00		1 600\$00	1 600\$00	—	—	—
		31			Aquisição de Serviços — Não especificados	—		—	—	—	—	—
		40	1		Transferências — Empresas Privadas: Subsídios aos transportes — passagens sociais e transportes públicos terrestres	—		—	—	12 000\$00	12 000\$00	—
			2		Subsídios aos transportes terrestres colectivos do Porto Santo ...	13 107 051\$00		13 107 051\$00	13 107 051\$00	80 250\$00	80 250\$00	—
		44	06		Outras Despesas Correntes: Despesas de Anos F findos	—		—	—	1 052 959\$10	1 052 959\$10	—
		09			Diversas	—		—	—	—	—	—
		52			DESPESSAS DE CAPITAL							
					Investimentos — Maq. e Equipamento							
					GABINETE DE APOIO TÉCNICO							
					AS AUTARQUIAS LOCAIS							
		4			DESPESAS CORRENTES							
		01	02		Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprov. por Lei	2 542 000\$00		1 919 068\$00	1 919 068\$00	—	—	622 932\$00
		43			Gratificações Certas e Permanentes:	30 000\$00		—	—	—	—	30 000\$00
		46			Subsídios de Férias e de Natal ...	650 000\$00		413 400\$00	413 400\$00	227 250\$00	227 250\$00	236 600\$00
		47			Diuturnidades	230 000\$00		227 017\$00	227 017\$00	133 234\$00	133 234\$00	2 750\$00
		03			Horas extraordinárias	40 000\$00		—	—	—	—	17 983\$00
		04			Alimentação e Alojamento	150 000\$00		—	—	—	—	16 766\$00
					<i>A transportar</i>	619 480 565\$50		375 400 841\$00	375 107 516\$20	293 324\$80	293 324\$80	243 373 049\$30

Cap.	Div.	Código	N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)	
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)				
IV	8	23			Transporte	659191 565\$50		404 355 430\$60	404 062 089\$70	293 340\$90			255 129 475\$80	
		26			Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	20 000\$00		—	—	—			20 000\$00	
		28			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	20 000\$00		—	—	—			20 000\$00	
		30			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	15 000\$00		—	—	—			15 000\$00	
		31			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	10 000\$00		—	—	—			10 000\$00	
	9				Aquisição de Serviços — Não Especificados	50 000\$00		—	—	—			50 000\$00	
					REPARTIÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS									
					DESPESSAS CORRENTES									
					Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	8 570 000\$00		7 846 569\$00	7 846 569\$00	723 431\$00				
					Gratificações Certas e Permanentes: Subsídios de Férias e de Natal ...	20 000\$00		1 000\$00	1 000\$00	19 000\$00				
					Diuturnidades	1 900 000\$00		1 476 475\$00	1 476 475\$00	423 525\$00				
					Horas Extraordinárias	1 150 000\$00		772 075\$00	772 075\$00	377 925\$00				
					Alimentação e Alojamento	30 000\$00		—	—	30 000\$00				
					Vestuário e Artigos Pessoais	750 000\$00		582 856\$00	582 856\$00	167 144\$00				
					Prestações Directas — Previdência Social:	20 000\$00		17 000\$00	17 000\$00	3 000\$00				
		01	02		Abono de Família	180 000\$00		127 860\$00	127 860\$00	52 140\$00				
		02			Encargos com a Saúde	20 000\$00		—	—	20 000\$00				
		03			Outras Prestações Directas	50 000\$00		7 000\$00	7 000\$00	43 000\$00				
		14			Deslocações — Compensação de Encargos	50 000\$00		—	—	50 000\$00				
		15			Abonos Diversos — Compensação de Encargos	20 000\$00		—	—	20 000\$00				
		21			Bens Duradouros	50 000\$00		—	—	50 000\$00				
		23			Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	20 000\$00		—	—	20 000\$00				
		26			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	100 000\$00		63 144\$70	63 144\$70	36 855\$30				
					A transportar	672 236 565\$50		415 249 410\$30	414 956 069\$40	293 340\$90				257 280 496\$10

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)				
IV	9	28			Transporte	672236 565\$50		415 249 410\$30	414 956 069\$40	293 340\$90			—	257 280 496\$10
					Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	20 000\$00		15 681\$80	15 681\$80				—	4 318\$20
		30			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	230 000\$00		27 435\$00	27 435\$00				—	202 565\$00
		31			Aquisição de Serviços — Não Especificados	200 000\$00		—	—				—	200 000\$00
		10			INVESTIMENTOS DO PLANO								—	
		1			Rede Rodoviária Nacional	555 000 000\$00		429 158 663\$00	428 996 389\$00	162 274\$00			—	126 003 611\$00
		2			Transportes em áreas Urbanas	25 000 000\$00		42 512\$00	42 512\$00				—	198 744 766\$40
		3			Viação Rural	300 000 000\$00		101 255 233\$60	101 255 233\$60				—	275 746 770\$70
		4			Saneamento Básico	374 240 000\$00		98 494 986\$80	98 493 229\$50	1 757\$50			—	275 746 777\$70
		5			Equipamento Urbano e Rural	267 225 000\$00		89 070 550\$20	89 070 550\$20				—	178 154 449\$80
		6			Planeamento Urbano e Rural	150 000 000\$00		1 813 695\$00	1 813 695\$00				—	148 186 305\$00
		7			Obras Hidráulicas	48 000 000\$00		18 488 359\$80	18 487 759\$80	600\$00			—	29 512 240\$20
		8			Construções Escolares	289 200 000\$00		214 736 041\$00	214 736 041\$00				—	74 463 959\$00
		9			Infraestruturas Desportivas	44 000 000\$00		36 609 068\$70	36 456 167\$70	152 901\$00			—	7 543 832\$30
		10			Construção para o Centro Regional de Segurança Social	89 100 000\$00		44 831 172\$80	44 831 172\$80				—	44 268 827\$20
		11			Construções para o Centro Regional de Saúde Pública	125 900 000\$00		21 862 139\$10	21 862 139\$10				—	104 037 860\$90
		12			Habitacão	875 000 000\$00		403 832 322\$10	403 832 322\$10				—	471 167 677\$90
		13			Aquisição de Bens domíniais para o Projecto de Segurança do Aeroporto Funchal	525 200 000\$00		1 905 602\$50	1 905 602\$50				—	523 294 397\$50
		11			CONTAS DE ORDEM								—	
		1			Trabalhos efectuados por conta de outras entidades	2 000 000\$00		1 374 290\$10	1 374 290\$10				—	625 709\$90
		2			Despesas com o estaleiro destinado ao fabrico de brita e betão asfáltico	2 000 000\$00		1 911 361\$10	1 911 361\$10				—	88 638\$90
		3			Aquisição de Cimento para os diversos Serviços do Governo Regional	10 000 000\$00		9 194 528\$60	9 194 528\$60				—	805 471\$40
		4			Aquisição de combustíveis, lubrificantes e material para manutenção e reparação do equipamento de viaturas	53 500 000\$00		53 291 758\$90	53 291 758\$90				—	208 241\$10
					SOMA DO CAPÍTULO IV	4 408 051 565\$50		1 943 164 812\$40	1 942 553 939\$00	610 873\$40			—	2 465 497 626\$50

Cap.	Div.	Código	N. ^o	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
1	V				SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS GABINETE REGIONAL E SERVIÇOS DE APOIO								
					DESPESSAS CORRENTES								
01	02				Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	4 890 000\$00		4 096 818\$00	4 096 818\$00			793 182\$00	
42	46				Remunerações de Pessoal Diverso Subsídios de Férias e de Natal	1 220 000\$00		940 556\$00	940 556\$00			279 444\$00	
47					Diuturnidades	1 090 000\$00		730 048\$00	730 048\$00			359 952\$00	
03					Horas Extraordinárias	300 000\$00		208 625\$00	208 625\$00			91 375\$00	
04					Alimentação e Alojamento	80 000\$00		56 890\$00	56 890\$00			23 110\$00	
10					Prestações Directas — Previdência Social:	340 000\$00		247 668\$00	247 668\$00			92 332\$00	
01	03				Abono de Família	50 000\$00		32 690\$00	32 690\$00			17 310\$00	
11					Outras Prestações Directas	10 000\$00		4 250\$00	4 250\$00			5 750\$00	
13					Contribuições para Instituições — Previdência Social	200 000\$00		108 658\$00	108 658\$00			91 342\$00	
14					Vestuário e Artigos Pessoais — Compensação de Encargos	40 000\$00		33 366\$00	33 366\$00			6 634\$00	
15					Deslocações — Compensação de Encargos	600 000\$00		466 666\$00	466 666\$00			141 334\$00	
21	23				Abonos Diversos — Compensação de Encargos	100 000\$00		31 198\$90	31 198\$90			68 801\$10	
26					Bens Duradouros	400 000\$00		265 808\$30	265 808\$30			134 191\$70	
27					Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	60 000\$00		7 204\$70	7 204\$70			52 795\$30	
28					Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	750 000\$00		749 606\$00	749 606\$00			394\$00	
30					Bens não Duradouros — Outros	180 000\$00		153 793\$40	153 793\$40			26 206\$60	
31					Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	40 000\$00		23 790\$60	23 790\$60			16 209\$40	
					Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	600 000\$00		434 089\$00	434 089\$00			165 911\$00	
					Aquisição de Serviços — Não Especificados	4 850 000\$00		2 082 307\$00	2 082 307\$00			2 767 693\$00	
					A transportar	4 850 000\$00		10 674 032\$90	10 666 032\$90			5 133 967\$10	

Cap.	Div.	Código	Nº	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)				
V	1	38	03	a)	Transporte	4 850 000\$00		10 674 032\$90	10 666 032\$90	8 000\$00	—	—	5 133 967\$10
				b)	Transferências — Sector Público:								
				c)	Serviços Autónomos								
					Centro Regional de Saúde Pública	824 500 000\$00		784 900 000\$00	784 900 000\$00	—	—	—	39 600 000\$00
					Centro Hospitalar do Funchal ...	616 140 000\$00		606 887 757\$90	606 887 757\$90	—	—	—	9 252 242\$10
					Centro Regional de Educação Especial		35 371 000\$00	35 371 000\$00	—	—	—	579 000\$00
					Segurança Social:								840 370\$00
					Dotação da Região		2 559 630\$00	2 559 630\$00	—	—	—	
					Transferências — Instituições Particulares:								
					a)	Saúde	10 200 000\$00	9 788 000\$00	9 788 000\$00	—	—	4 12 000\$00
					b)	Outros Sectores	3 300 000\$00	2 634 894\$00	2 634 894\$00	—	—	665 106\$00
					c)	Transferências — Particulares	1 200 000\$00	898 617\$00	898 617\$00	—	—	301 383\$00
						Outras Despesas Correntes:							
						Seguros de Material	20 000\$00	11 871\$00	11 871\$00	—	—	8 129\$00
						Diversas:							
						Ano Internacional da Criança	400 000\$00	349 494\$00	349 494\$00	—	—	50 506\$00
						Diversas	1 500 000\$00	834 627\$00	834 627\$00	—	—	665 373\$00
						DESPESSAS DE CAPITAL							
						Investimentos — Maquinaria e Equipamento	1 500 000\$00	680 269\$50	680 269\$50	—	—	819 730\$50
						INVESTIMENTOS DO PLANO							
						Remodelação, beneficiação e apetrechamento do Centro Hospitalar do Funchal							
						Material Médico-Cirúrgico, Administrativo e Industrial	35 000 000\$00	20 000 000\$00	20 000 000\$00	—	—	15 000 000\$00
						Centralização dos Serviços de Lavandaaria	—	—	—	—	—	—
						Beneficiação dos Hospitais Distritais	15 000 000\$00	13 500 000\$00	13 500 000\$00	—	—	1 500 000\$00
						Melhoria da rede de Serviços do Centro Regional de Saúde Pública:			*	*	—	—	
						Equipamento bio-médico, Administrativo e Industrial	15 000 000\$00	14 685 480\$00	14 685 480\$00	—	—	314 520\$00
						A transportar	1 578 910 000\$00	1 503 775 673\$30	1 503 767 673\$30	8 000\$00	—	75 142 326\$70

Cap.	Div.	Código	N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Para mais		
VI	1	10	01		Transporte	1 399 000\$00		1 374 574\$00	1 374 574\$00	—	—	244 26\$00
		14			Prestações Directas — Previdência Social: Abono de Família	6 000\$00		600\$00	600\$00	—	—	5 400\$00
		15			Deslocações — Compensação de Encargos	180 000\$00		32 219\$00	32 219\$00	—	—	147 781\$00
		31			Abonos Diversos — Compensação de Encargos	30 000\$00		4 470\$00	4 470\$00	—	—	25 530\$00
					Aquisição de Serviços — Não Especificados	150 000\$00		83 695\$00	83 695\$00	—	—	66 305\$00
		2			DIRECCÃO REGIONAL DE FINANÇAS ADMINISTRAÇÃO PESSOAL E EQUI-PAMENTO							
					DESPESSAS CORRENTES							
		01			Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	7 463 000\$00		7 348 603\$00	7 348 603\$00	—	—	114 397\$00
		02			Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros	5 023 000\$00		4 894 908\$00	4 894 908\$00	—	—	128 092\$00
		04			Pessoal Destacado de Outros Serviços do Estado	2 623 000\$00		2 453 213\$00	2 420 415\$00	—	—	202 585\$00
		05			Salários do Pessoal Eventual	124 000\$00		109 600\$00	109 600\$00	—	—	14 400\$00
		41			Remunerações de Pessoal Diverso	3 452 000\$00		2 903 581\$00	2 894 013\$00	—	—	557 987\$00
		42			Gratificações Certas e Permanentes	1 100 000\$00		—	—	—	—	1 100 000\$00
		43			Subsídios de Férias e de Natal	2 737 000\$00		2 444 071\$00	2 444 071\$00	—	—	292 929\$00
		46			Diuturnidades	489 000\$00		478 575\$00	478 575\$00	—	—	10 425\$00
		47			Gratificações	2 000 000\$00		1 611 447\$00	1 560 050\$00	51 397\$00	—	439 950\$00
		02			Horas Extraordinárias	320 000\$00		258 718\$00	258 718\$00	—	—	61 282\$00
		03			Alimentação e Alojamento	1 069 000\$00		926 036\$00	926 036\$00	1 700\$00	—	142 964\$00
		04			Prestações Directas — Previdência Social	198 000\$00		118 160\$00	118 160\$00	—	—	79 840\$00
		10			Abono de Família	25 000\$00		8 500\$00	8 500\$00	—	—	16 500\$00
		01			Outras Prestações Directas					60 425\$00	—	39 575\$00
		03			Contribuições para Instituições — Previdência Social	100 000\$00		60 425\$00	60 425\$00	—	—	
		11			A transportar	28 488 000\$00		25 113 095\$00	25 017 632\$00	95 463\$00	—	3 470 368\$00

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa (1)	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Diferenças (1) — (3)	
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezem- bro de 1980 (4)	Para mais	Para menos
V1	2	14			Transporte	28 488 000\$00		25 113 095\$00	25 017 632\$00	95 463\$00		3 470 368\$00
		15			Deslocações — Compensação de Encargos	820 000\$00		609 686\$00	603 674\$00	6 012\$00		2 163 326\$00
		21			Abonos Diversos — Compensação de Encargos	110 000\$00		42 726\$80	42 726\$80	—		67 273\$20
		23			Bens Duradouros	200 000\$00		129 100\$10	129 100\$10	—		70 899\$90
		25			Bens não Duradouros— Combustíveis e Lubrificantes	400 000\$00		165 649\$80	165 649\$80	—		234 350\$20
		26			Bens não Duradouros — Alimentação, Roupas e Calçado	35 000\$00		2 600\$00	2 600\$00	—		32 400\$00
		27			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	1 140 000\$00		695 896\$10	695 896\$10	—		444 103\$90
		28			Bens não Duradouros — Outros	2 466 000\$00		1 970 196\$70	1 969 609\$70	587\$10		496 390\$30
		29			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	215 000\$00		139 947\$50	138 730\$20	1 217\$30		76 269\$80
		30			Aquisição de Serviços — Locação de Bens	6 500 000\$00		5 093 250\$00	5 035 450\$00	57 800\$00		1 464 550\$00
		31			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	1 200 000\$00		1 190 238\$90	1 186 238\$90	4 000\$00		13 761\$10
		1			Secretaria Regional da Educação e Cultura	7 500 000\$00		6 837 537\$90	6 837 537\$90	—		662 462\$10
		2			Conservação, reparação e beneficiação de Imóveis:							
		a)			Escolas Primárias	11 440 000\$00		5 586 336\$30	5 586 336\$30	—		5 853 663\$70
		b)			Escolas Preparatórias (Incluindo ciclo T.V.)	8 000 000\$00		7 301 757\$60	7 301 757\$60	—		698 242\$40
		c)			Escolas Secundárias	10 600 000\$00		9 155 699\$20	9 155 699\$20	—		1 444 300\$80
		38	1		Transferências — Sector Público:							
					Despesas com vencimento do pessoal e manutenção dos estabelecimentos de Ensino:							
			a)		Ensino Primário	486 445 000\$00		431 547 633\$00	431 532 553\$00	15 070\$00		54 912 437\$00
			b)		Escolas Preparatórias:							
			1		Escola Prepar. Gonçalves Zarco	47 606 000\$00		46 438 101\$00	46 438 101\$00	—		1 167 899\$00
			2		Escola Preparatória de Bartolomeu Perestrelo	39 113 000\$00		38 982 075\$50	38 982 075\$50	—		130 924\$50
					A transportar	652 278 000\$00		581 001 527\$40	580 821 378\$10	180 149\$30		71 456 621\$90

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)		
VI	2	38	1	B)	Transporte	652 278 000\$00		581 001 527\$40	580 821 378\$10	180 149\$00	—	71 456 621\$90
		3			Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira	17 288 000\$00		17 102 202\$00	17 102 202\$00	—	—	185 798\$00
		4			Escola Preparatória Simão Gonçalves da Câmara	10 636 000\$00		10 531 000\$00	10 531 000\$00	—	—	105 000\$00
		5			Escola Preparatória Gil Eanes ...	23 375 000\$00		23 231 813\$20	23 231 813\$20	—	—	143 186\$00
		6			Escola Preparatória Padre Manuel Álvares	15 595 000\$00		14 875 675\$00	14 875 675\$00	—	—	719 325\$00
		7			Escola Preparatória de Santa Cruz	15 205 000\$00		13 854 668\$00	13 854 668\$00	—	—	1 350 332\$00
		8			Escola Preparatória do Porto Santo	12 406 000\$00		11 770 623\$00	11 770 623\$00	—	—	635 377\$00
		9			Escola Preparatória da Ponta do Sol	6 160 000\$00		5 200 514\$00	5 200 514\$00	—	—	959 496\$00
		10			Escola Preparatória da Cruz de Carvalho	21 111 060\$00		20 467 247\$00	20 467 247\$00	—	—	643 753\$00
		11			Escola Preparatória da Achada ...	14 044 000\$00		13 931 650\$00	13 931 650\$00	—	—	112 350\$00
C)		1			Escolas Secundárias:						—	—
					Escola Secundária de Jaime Moniz	96 346 000\$00		88 849 400\$00	88 849 400\$00	—	—	7 496 600\$00
		2			Escola Secundária de Francisco Franco	79 228 000\$00		78 981 300\$00	78 981 300\$00	—	—	246 700\$00
					Escola Secundária do Funchal ...	29 143 000\$00		27 823 064\$00	27 823 064\$00	—	—	1 319 936\$00
		3			Escola Secundária de Machico	12 057 000\$00		11 258 450\$00	11 258 450\$00	—	—	798 550\$00
		4			Escola Secundária da Levada ...	18 229 000\$00		17 868 865\$00	17 868 865\$00	—	—	360 135\$00
		5			Escola do Magistério Primário ...	6 169 000\$00		5 697 900\$00	5 697 900\$00	—	—	471 100\$00
D)		38			Transferências — Sector Público:						—	—
		03			Serviços Autónomos	1 000 000\$00		990 371\$00	990 371\$00	—	—	9 629\$00
		41			Transferências — Instituições Particulares	169 500 000\$00		64 522 374\$00	64 522 374\$00	—	—	35 977 626\$00
		42			Transferências — Particulares	13 000 000\$00		9 606 547\$00	9 594 401\$00	12 146\$00	—	3 405 599\$00
		44			Outras Despesas Correntes:						—	—
		04			Seguros de Material	130 000\$00		96 294\$20	96 294\$20	—	—	33 705\$80
		09			Diversas	150 000\$00		—	—	—	—	150 000\$00
		52			DESPESSAS DE CAPITAL						—	—
					Investimentos — Maquinaria e Equipamento	4 500 000\$00		3 491 639\$30	3 491 639\$30	—	—	1 008 360\$70
					A transportar	1 148 550 000\$00		1 021 153 124\$10	1 020 960 828\$80	192 295\$30	—	127 589 171\$20

Cap.	Div.	Código N. ^a	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Diferenças (1) — (3)
							Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	
VI	2.A			Transporte	1 148 550 000\$00		1 021 153 124\$10	1 020 960 828\$80	19229530	—
DIREÇÃO REGIONAL DE JUVENTUDE E DESPORTOS										127 589 171\$20
DESPESSAS CORRENTES										—
Remunerações Certas e Permanentes:										—
Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei										381 000\$00
Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros										—
Pessoal do Quadro Geral de Adidos Remunerações de Pessoal Diverso....										45 950\$00
Subsídios de Férias e de Natal										143 000\$00
Diuturnidades										713 916\$40
Horas extraordinárias										191 187\$00
Alimentação e Alojamento										22 750\$00
Alimentação e Alojamento — Espécie Alimentação Directas — Previdência Social:										39 201\$00
Abono de Família										10 940\$00
Deslocações — Compensação de Encargos										405\$30
Abonos Diversos — Compensação de Encargos										—
Bens Duradouros										—
Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes										78 152\$30
Bens não Duradouros — Alimentação, Roupas e Calçado										358\$70
Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria										207 032\$60
Bens não Duradouros — Outros										654 405\$30
Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações										21 229\$70
Aquisição de Serviços — Locação de Bens										29 000\$00
Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações										159 327\$50
A transportar										131 108 202\$50
							1 157 618 000\$00	1 026 710 586\$80	1 026 509 797\$50	200 789\$30
										—

Cap	Div.	Código	Nº	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orgânicas (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	—				
VI	2.B	25			Transporte	1 182 446 000\$00		1 049 998 876\$30	1 049 789 281\$20	209 593\$10	—	—	—	132 656 718\$80
		26			Bens não Duradouros — Alimentação, roupas e calçado	2 000\$00		437\$50	437\$50	—	—	—	—	1 562\$50
		27			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	60 000\$00		12 343\$00	12 343\$00	—	—	—	—	47 657\$00
		28			Bens não Duradouros — Outros	36 000\$00		35 441\$00	35 441\$00	—	—	—	—	559\$00
		30			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	48 000\$00		5 441\$90	5 441\$90	—	—	—	—	42 558\$10
		31			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	60 000\$00		54 817\$00	54 817\$00	—	—	—	—	5 183\$00
		41			Aquisição de Serviços — Não Especializados	72 000\$00		46 341\$00	46 341\$00	—	—	—	—	25 659\$00
		52			Transferências — Instituições Particulares	2 444 000\$00		2 300 068\$80	2 300 068\$80	—	—	—	—	143 931\$20
					DESPESAS DE CAPITAL					—	—	—	—	
					Investimentos — Maquinaria e Equipamento									
						712 000\$00		394 509\$20	394 509\$20	—	—	—	—	317 490\$80
					DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR									
					DESPESAS CORRENTES									
					Remunerações Certas e Permanentes; Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	611 000\$00		603 300\$00	603 300\$00	—	—	—	—	7 700\$00
					Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros	28 500\$00		—	—	—	—	—	—	28 500\$00
					Pessoal Destacado de Outros Serviços do Estado	88 000\$00		87 900\$00	87 900\$00	—	—	—	—	100\$00
					Remunerações de Pessoal Diverso	40 000\$00		—	—	—	—	—	—	40 000\$00
					Sustidos de Férias e de Natal	170 000\$00		156 200\$00	156 200\$00	—	—	—	—	13 800\$00
					Diuturnidades	21 000\$00		20 250\$00	20 250\$00	—	—	—	—	750\$00
					Alimentação e Alojamento	43 500\$00		43 500\$00	43 500\$00	—	—	—	—	—
					Prestações Directas — Previdência Social									
					Abono de Família	2 000\$00		—	—	—	—	—	—	2 000\$00
					Outras Prestações Directas	5 000\$00		—	—	—	—	—	—	5 000\$00
					<i>A transportar</i>	1 186 889 000\$00		1 053 759 425\$70	1 053 549 830\$60	209 595\$10	—	—	—	133 339 169\$40

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)			
V1	2.C	14			Transporte	1 186 889 000\$00		1 053 759 425\$70	1 053 549 330\$60	209 593\$10		— 133 339 169\$40
		15			Deslocações — Compensação de Encargos	30 000\$00		6 335\$00	6 335\$00	—		— 23 665\$00
		26			Abonos Diversos — Compensação de Encargos	4 000\$00		209\$00	209\$00	—		— 3 791\$00
		27			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	60 000\$00		—	—	—		— 60 000\$00
		30			Bens não Duradouros — Outros	35 000\$00		675\$50	675\$50	—		— 34 324\$50
		38			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	37 713 000\$00		18 004 354\$50	18 004 354\$50	—		— 19 713 645\$50
		03			Serviços Autónomos	50 015 000\$00		38 252 656\$90	38 252 656\$90	—		— 11 762 343\$10
		41			Transferências — Sector Público: Transferências — Instituições Particulares	1 587 000\$00		956 259\$20	956 259\$20	—		— 630 740\$80
		44			Outras Despesas Correntes: Diversas	80 000\$00		—	—	—		— 80 000\$00
		52			DESPESAS DE CAPITAL							
					Investimentos — Maquinaria e Equipamento	600 000\$00		—	—	—		— 600 000\$00
					SERVICOS DE INSPECÇÃO E COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO ESCOLAR							
					DESPESSAS CORRENTES							
					F. emunerações Certas e Permanentess: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	440 000\$00		316 130\$00	316 130\$00	—		— 440 000\$00
					Remunerações de Pessoal Diverso ...	610 000\$00		—	—	—		— 293 870\$00
					Subsídios de Férias e de Natal ...	100 000\$00		—	—	—		— 100 000\$00
					Diuturnidades	40 000\$00		—	—	—		— 40 000\$00
					Alimentação e Alojamento	30 000\$00		—	—	—		— 30 000\$00
					Prestações Directas — Previdência Social:							
					Abono de Família	20 000\$00		—	—	—		— 20 000\$00
					Alimentação e Alojamento — Com pensação de Encargos	100 000\$00		8 311\$00	8 311\$00	—		— 91 689\$00
					A transportar	1 278 358 000\$00		1 111 304 356\$30	1 111 094 761\$70	209 595\$10		— 167 263 236\$30

Cap.	Div.	Código	N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orgânicas (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias pagas em Dicembre de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)					
VI	2.D	14			Transporte	1 278 358 000\$00		1 111 304 356\$80	1 111 094 761\$70	209 595\$10			—	167 263 238\$10
		15			Deslocações — Compensação de Encargos	180 000\$00		23 433\$00	22 864\$00	56\$00			—	157 136\$10
		25			Abonos Diversos — Compensação de Encargos	40 000\$00		2 542\$00	2 542\$00				—	37 458\$00
		27			Bens não Duradouros — Alimentação, Roupas e Calçado	260 000\$00		120 794\$40	120 794\$40				—	139 205\$60
		30			Bens não Duradouros — Outros	995 000\$00		404 153\$20	404 153\$20				—	590 846\$80
		31			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	1 275 000\$00		338 563\$10	338 563\$10				—	936 436\$90
	2.E				Aquisição de Serviços — Não especificados	310 000\$00		106 716\$60	106 716\$60				—	203 283\$40
					SERVÍCIO REGIONAL ANO PROGEDU-TICO									
					DESPESSAS CORRENTES									
		01			Remunerações Certas e Permanentes: Remunerações de Pessoal Diverso...	1 670 000\$00		819 242 00	819 242 00				—	850 758\$00
		02			Gratificações	50 000\$00		30 000\$00	30 000\$00				—	20 000\$00
		30			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	80 000\$00		50 245\$00	50 245\$00				—	29 755\$00
		31			Aquisição de Serviços — Não especificados	200 000\$00		109 269\$30	109 269\$30				—	90 730\$70
		3.			EX-DIRECCÃO ESCOLAR									
					DESPESSAS CORRENTES									
		14			Deslocações — Compensação de Encargos	120 000\$00		74 612\$00	74 612\$00				—	45 388\$00
		25			Bens não Duradouros — Alimentação, roupas e calçado	20 000\$00		—	—				—	20 000\$00
		26			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	600 000\$00		469 978\$20	469 978\$20				—	130 021\$80
		27			Bens não Duradouros — Outros	100 000\$00		—	—				—	100 000\$00
		28			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	70 000\$00		15 120\$70	15 120\$70				—	54 879\$30
		30			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	1 200 000\$00		869 502\$50	869 502\$50	1 925\$00			—	330 497\$50
					A transportar	1 285 528 000\$00		1 114 740 453\$00	1 114 528 364\$70	212 099\$10			—	170 999 635\$30

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orgânicas (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1930			Importâncias por pagar em Dezembro de 1930 (4)	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Para mais	Para menos	
V	3	31			Transporte	1 285 528 000\$00		1 114 740 453\$80	1 114 528 364\$70	212 08\$10	—	170 99 635\$30
					Aquisição de Serviços — Não Especificados	300 000\$00		43 561\$80	41 761 80	1 80\$00	—	258 238\$20
					EXCENTRO REGIONAL TECNOLOGIA EDUCATIVA							
					DESPESAS CORRENTES							
					Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	1 772 000\$00		1 764 146\$00	1 764 146\$00	—	7 854\$00	
					Subsídios de Férias e de Natal	320 000\$00		317 600\$00	317 600\$00	—	2 400\$00	
					Diuturnidades	90 000\$00		87 000\$00	87 000\$00	—	3 000\$00	
					Horas Extraordinárias	104 000\$00		66 209 00	66 209 00	—	37 791\$00	
					Alimentação e Alojamento	124 000\$00		123 613\$00	123 613\$00	—	387\$00	
					Prestações Directas — Previd. Social: Abono de Família	29 000\$00		28 250\$00	28 250\$00	—	750\$00	
					Outras Prestações Directas	—		161 845\$00	161 845\$00	—	—	
					Deslocações — Compens. de Encargos Bens Duradouros	200 000\$00		29 495\$00	29 495\$00	—	38 155\$00	
					Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	30 000\$00		—	—	—	505\$00	
					Bens não Duradouros — Outros	110 000\$00		81 497\$30	81 497\$30	—	28 502\$70	
					Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	930 000\$00		214 218\$70	214 218\$70	—	715 781\$30	
					Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	20 000\$00		2 295\$10	2 295\$10	—	17 704\$90	
					Aquisição de Serviços — Não Especificados:	150 000\$00		138 799\$50	138 799\$50	—	11 200\$50	
					Publicidade e propaganda	280 000\$00		176 307\$00	176 307\$00	—	—	
					Fundo de Manutenção postos C.P.T.V. Pagamento à Rádio Televisão Portuguesa	540 000\$00		536 400\$00	536 400\$00	—	103 693\$00	
					8 714 000\$00			2 243 181\$50	2 243 181\$50	—	3 600\$00	
					MUSEU DA QUINTA DAS CRUZES					—	—	6 470 818\$50
					DESPESAS CORRENTES					—	—	
					Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	321 000\$00		252 150\$00	252 150\$00	—	—	
					A transportar	1 299 562 000\$00		1 121 007 022\$70	1 120 793 133\$60	213 889\$10	—	178 768 866\$40

Cap.	Div.	Código	N.	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orgânicas (1)	Obs.	Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1986 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) - (3)	
V1	5	41	46	47	03	04	10	Transporte	1 299 562 000\$000	1 121 007 022\$70	1 120 793 133\$60	213 889\$10	—	—	17 876 666\$40	
								Salários do Pessoal Eventual	581 000\$000	563 850\$000	563 850\$000	—	—	—	17 150\$000	
								Subsídios de Férias e de Natal	153 000\$000	151 100\$000	151 100\$000	—	—	—	1 900\$000	
								Diuturnidades	130 000\$000	73 500\$000	73 500\$000	—	—	—	56 500\$000	
								Horas extraordinárias	62 000\$000	50 796\$000	50 796\$000	—	—	—	11 204\$000	
								Alimentação e Alojamento	61 000\$000	56 250\$000	56 250\$000	—	—	—	4 750\$000	
								Prestações Directas — Previdência Social:	—	—	—	—	—	—	—	
		01	14	21	27	28	30	Abono de Família	14 000\$000	13 550\$000	13 550\$000	—	—	—	450\$000	
								Deslocações — Compensação de Encargos	40 000\$000	23 338\$000	23 338\$000	—	—	—	16 662\$000	
								Bens Duradouros	320 000\$000	231 112\$50	231 112\$50	—	—	—	88 387\$50	
								Bens não Duradouros — Outros	33 000\$000	18 640\$90	18 640\$90	—	—	—	14 359\$10	
								Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	80 000\$000	25 332\$00	25 332\$00	—	—	—	54 668\$000	
								Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	30 000\$000	22 834\$50	22 834\$50	—	—	—	7 165\$50	
								Aquisição de Serviços — Não especificados	30 000\$000	23 836\$50	23 836\$50	—	—	—	6 163\$50	
								Outras Despesas Correntes:	—	—	—	—	—	—	—	
								Seguros de Material	70 000\$000	—	—	—	—	—	70 000\$000	
								DESPESSAS DE CAPITAL	—	—	—	—	—	—	—	
								Investimentos — Maquinaria e Equipamento	250 000\$000	70 400\$00	70 400\$00	—	—	—	179 600\$000	
								ESTÁDIO DOS BARREIROS	—	—	—	—	—	—	—	
								DESPESSAS CORRENTES	—	—	—	—	—	—	—	
								Remunerações Certas e Permanentes:	—	—	—	—	—	—	—	
								Salários do Pessoal Eventual	2 020 000\$000	2 017 520\$000	2 017 520\$000	—	—	—	2 480\$000	
								Subsídios de Férias e de Natal	350 000\$000	332 550\$000	332 550\$000	—	—	—	17 450\$000	
								Diuturnidades	142 000\$000	125 250\$000	125 250\$000	—	—	—	16 750\$000	
								Alimentação e Alojamento	203 000\$000	201 875\$000	201 875\$000	—	—	—	1 125\$000	
								Prestações Directas — Previdência Social:	—	—	—	—	—	—	—	
								Abono de Família	84 000\$000	58 850\$000	58 850\$000	—	—	—	25 150\$000	
								Horas Extraordinárias	360 000\$000	337 683\$000	337 683\$000	—	—	—	22 317\$000	
								A transportar	—	—	—	—	—	—	179 386 598\$000	
									1 304 575 000\$000	1 125 191 402\$000	1 125 191 402\$000	213 889\$10	—	—	—	—

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	
VI	7	01	41	Transporte	1 304 575 000\$00	1 125 405 291\$10	1 125 191 402\$00	213 888\$10	—	179 386 598\$00	
			42	LEGADO DO DR. FREDERICO DE FREITAS DESPESAS CORRENTES							
				Remunerações Certas e Permanentes:							
				Salários do Pessoal Eventual	110 000\$00						
				Remunerações de Pessoal Diverso (membros da Comissão Administrativa)	600 000\$00						
				Subsídios de Férias e de Natal ...	50 000\$00						
				Prestações Directas — Previdência Social:							
				Outras Prestações Directas	—						
				Contribuições para Instituições — Previdência Social	20 000\$00	16 830\$00	16 830\$00			3 170\$00	
				Bens Duradouros	10 000\$00	—				10 000\$00	
				Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	20 000\$00	—					20 000\$00
				Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	50 000\$00	24 578\$70	24 578\$70			25 421\$30	
				Aquisição de Serviços — Locação de Bens	48 000\$00	40 000\$00	40 000\$00			8 000\$00	
				Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	20 000\$00	100\$00	100\$00			19 900\$00	
				Aquisição de Serviços — Não Especificados	122 000\$00	17 769\$00	17 769\$00			104 231\$00	
				Outras Despesas Correntes:							
				Seguros de Material	352 000\$00	341 097\$00	341 097\$00			10 903\$00	
				ARQUIVO DISTRITAL							
				DESPESAS CORRENTES							
				Remunerações Certas e Permanentes:							
				Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	721 000\$00	383 400\$00	383 400\$00			337 600\$00	
				Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros	866 000\$00	449 100\$00	449 100\$00			416 900\$00	
				Salários do Pessoal Eventual ...	800 000\$00	466 500\$00	466 500\$00			333 500\$00	
				Remunerações de Pessoal Diverso ...	107 000\$00	—	—			107 000\$00	
				<i>A transportar</i>	1 308 471 000\$00	1 127 701 465\$80	1 127 487 576\$70	213 889\$10	—	180 983 423\$30	

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Diferença (1) — (3)
									Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)		
VI	8	01	46	14	Transporte	1 308 471 000\$00		1 127 701 465\$80	1 127 487 576\$70	2 13 883\$10	—	18 098 3423\$30
			47	21	Subsídios de Férias e de Natal ...	542 000\$00		260 500\$00	260 500\$00	—	—	251 500\$00
			04	27	Diuturnidades	266 500\$00		226 500\$00	226 500\$00	—	—	40 000\$00
			10	28	Alimentação e Alojamento	129 500\$00		101 250\$00	101 250\$00	—	—	28 250\$00
			01	30	Prestações Directas — Previd. Social: Abono de Família	64 000\$00		61 250\$00	61 250\$00	—	—	2 750\$00
			14	31	Deslocações — Compensação de Encargos	30 000\$00		8 000\$00	8 000\$00	—	—	22 000\$00
			21	32	Bens Duradouros	150 000\$00		149 978\$00	149 978\$00	—	—	22\$00
			27	33	Bens não Duradouros — Outros	30 000\$00		30 000\$00	30 000\$00	—	—	—
			28	34	Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	20 000\$00		8 029\$30	8 029\$30	—	—	11 970\$70
			30	35	Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	45 000\$00		37 163\$50	37 163\$50	—	—	7 836\$50
			31	36	Aquisição de Serviços — Não Especificados	80 000\$00		69 992\$40	69 992\$40	—	—	10 007\$60
			44	37	Outras Despesas Correntes: Diversas	20 000\$00		19 998\$10	19 998\$10	—	—	1\$90
			09	38	INVESTIMENTOS DO PLANO							
			9	1	Educação:							
				a)	Formação de Professores	5 000 000\$00		3 702 285\$50	2 994\$00	—	—	1 297 714\$50
				b)	Apoio Pedagógico	7 300 000\$00		6 323 277\$30	46 464\$00	—	—	976 722\$70
				c)	Bolsas para Cursos Post-graduação	200 000\$00		—	—	—	—	200 000\$00
			2		Formação de Pessoal Administrativo e Auxiliar	100 000\$00		1 500\$00	1 500\$00	—	—	98 500\$00
			3		Educação Permanente	2 550 000\$00		2 509 750\$00	2 509 750\$00	—	—	40 250\$00
			4		Lar para Estudantes da Região e filhos de Emigrantes	16 000 000\$00		13 963 710\$00	13 963 710\$00	—	—	2 036 290\$00
			5		Apetrechamento de instalações Desportivas Escolares	1 000 000\$00		—	—	—	—	1 000 000\$00
			6		Formação e Reciclagem de Professores e Técnicos	50 000\$00		—	—	—	—	50 000\$00
				a)	Instalações Escolares: Escolas Primárias — Obras Novas	42 000 000\$00		—	—	—	—	42 000 000\$00
				b)	Escolas Preparatórias — Obras Novas: Zona Leste (Expropriação de terrenos)	19 500 000\$00		—	—	—	—	19 500 000\$00
					A transportar	1 403 548 000\$00		1 155 224 107\$90	1 154 960 760\$80	263 347\$10	—	248 587 239\$20

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	
V	9	6	c)		Transporte	1 403 548 00\$00		1 155 224 107\$90	1 154 960 760\$80	263 347\$10	- 248 587 239\$20
			2		Escolas Secundárias: Do Funchal (Mudança de instalações)	15 600 000\$00		15 488 062\$00		-	- 111 938\$00
			d)		Francisco Franco (Remodelação instalação eléctrica e arredores Construções em Pré-Fabricado ... Equipamento	13 000 000\$00 84 500 000\$00 14 500 000\$00		1 613 616\$90 78 211 381\$10 7 822 634\$00		-	- 111 386 383\$10 6 288 618\$90 6 677 366\$00
			e)		Bolseiros especialistas — Formação do quadro para o Departamento de Cultura e Investigação Instalações de uma oficina de Conservação e Restauro Centro de Documentação da História da Madeira	100 000\$00		-		-	- 100 000\$00
			3		Sala de Documentação Contemporânea Centro Etnográfico (a criar)	400 000\$00 800 000\$00 1 800 000\$00 12 600 000\$00		65 211\$00 669 342\$50 1 798 022\$60 12 592 457\$90		-	-
			9		Descentralização Cultural	100 000\$00		65 211\$00 669 342\$50 1 791 700\$30 12 592 467\$90		-	- 334 789\$00 130 657\$50 8 299\$70 7 532\$10
			10		Restauro da Alfândega Velha	100 000\$00		-		-	-
			11		Restauro do Convento de Santa Clara Museus — Conservação e aquisições	100 000\$00 2 560 000\$00 1 500 000\$00 2 300 000\$00		1 055 727\$10 325 844\$50 1 301 529\$90		-	- 100 000\$00 100 000\$00 504 272\$90 1 174 155\$50
			12		Publicações — Mass - Média					-	- 998 470\$10
			13		Programas de Investigação					-	-
			14							-	-
			15							-	-
			16							-	-
			17							-	-
					SOMA DO CAPÍTULO VI	1 553 508 000\$00		1 277 167 947\$40	1 276 898 278\$00	269 669\$40	- 276 609 722\$00
VII			1		SECRETARIA REGIONAL DO TRABALHO GABINETE REGIONAL E ÓRGÃOS DE CONCEPÇÃO COORDENAÇÃO E APOIO						
			01		DESPESSAS CORRENTES						
			02		Remunerações Certas e Permanentes; Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	4 742 000\$00		4 274 420\$00		-	- 467 580\$00
			04		Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros	2 352 000\$00		2 119 201\$00		-	- 232 799\$00
					A transportar	7 094 000\$00		6 393 621\$00		-	- 700 379\$00

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
VII	1	01	05		Transporte	7 094 000\$00		6 393 621\$00	6 393 621\$00	-	-	-	700 319\$00
					Pessoal Destacado de Outros Serviços do Estado	1 138 000\$00		1 075 719\$00	1 075 719\$00	-	-	-	62 281\$00
			42		Remunerações de Pessoal Diverso ...	1 480 000\$00		1 107 245\$00	1 107 245\$00	-	-	-	372 755\$00
			46		Subsídios de Férias e de Natal ...	1 401 000\$00		1 351 489\$00	1 347 612\$00	3 877\$00	-	-	53 388\$00
			47		Diuturnidades	351 000\$00		346 129\$00	346 129\$00	-	-	-	4 871\$00
			03		Horas Extraordinárias	430 000\$00		353 742\$00	351 322\$00	2 420\$00	-	-	78 678\$00
			04		Alimentação e Alojamento	540 000\$00		520 715\$00	520 715\$00	-	-	-	19 285\$00
			06		Abonos Diversos — Numeário	310 000\$00		214 200\$00	214 200\$00	-	-	-	95 800\$00
			08		Vestuário e Artigos Pessoais — Espécie	5 000\$00		4 200\$00	4 200\$00	-	-	-	800\$00
			10		Prestações Directas — Previdência Social:								
			01		Abono de Família	93 000\$00		75 770\$00	75 770\$00	-	-	-	17 230\$00
			02		Encargos com a Saúde	30 000\$00		8 425\$00	8 425\$00	-	-	-	21 575\$00
			03		Outras Prestações Directas	50 000\$00		11 099\$50	11 099\$50	-	-	-	38 900\$50
			11		Contribuições para Instituições —								
					Previdência Social	444 000\$00		256 254\$00	256 254\$00	-	-	-	187 746\$00
					Vestuário e Artigos Pessoais — Compensação de Encargos	55 000\$00		49 590\$50	49 590\$50	-	-	-	5 409\$50
					Deslocações — Compensação de Encargos	715 000\$00		580 370\$60	580 370\$60	-	-	-	134 629\$40
					Abonos Diversos — Compensação de Encargos	95 000\$00		87 545\$80	87 545\$80	-	-	-	7 454\$20
					Bens Duradouros — Construções e Grandes Reparações	150 000\$00		126 293\$80	126 293\$80	-	-	-	23 706\$20
					Bens Duradouros	390 000\$00		174 520\$00	174 520\$00	-	-	-	215 480\$00
					Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	700 000\$00		461 222\$80	461 222\$80	-	-	-	238 777\$20
					Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	800 000\$00		763 177\$30	763 177\$30	-	-	-	36 822\$70
					Bens não Duradouros — Outros	220 000\$00		167 692\$20	167 692\$20	-	-	-	52 307\$80
					Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	130 000\$00		53 832\$30	53 832\$30	-	-	-	76 167\$70
					Aquisição de Serviços — Locação de Bens	750 000\$00		634 975\$00	634 975\$00	-	-	-	115 025\$00
					Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	620 000\$00		611 813\$90	611 813\$90	-	-	-	8 186\$10
					A transportar	17 991 000\$00		15 429 642\$70	15 429 642\$70	6 297\$00	-	-	2 567 654\$30

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
VII	1	31			Transporte	17 991 000\$00		15 429 642\$70	15 423 345\$70	6 297\$00			2 567 654\$30
					Aquisição de Serviços — Não Especificados	1 250 000\$00		1 241 643\$90	1 236 649\$90	4 994\$00			13 350\$10
		41			Transferências — Instituições Particulares	1 000 000\$00		370 000\$00	370 000\$00	—			630 000\$00
		42			Transferências — Particulares	1 650 000\$00		1 410 000\$00	1 410 000\$00	—			240 000\$00
		44	04	09	Outras Despesas Correntes: Seguros de Material	100 000\$00		11 845\$00	11 845\$00	—			88 155\$00
					Diversas	300 000\$00		152 572\$80	152 572\$80	—			147 427\$20
					DESPESAS DE CAPITAL								
		47			Investimentos — Edifícios	950 000\$00		533 302\$20	533 302\$20	—			416 697\$80
		48			Investimentos — Construções Diversas	1 690 000\$00		1 451 001\$40	1 451 001\$40	—			238 998\$60
		51			Investimentos — Material de Transporte	1 850 000\$00		1 763 880\$10	1 763 880\$10	—			86 119\$90
		52			Investimentos — Maquinaria e Equipamento	900 000\$00		828 096\$40	828 096\$40	—			71 903\$60
	2				DIREÇÃO REGIONAL DO TRABALHO								
					DESPESAS CORRENTES								
		01	02		Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	872 000\$00		723 150\$00	723 150\$00	—			148 850\$00
		04			Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros	55 000\$00		—	—	—			55 000\$00
		41			Salários do Pessoal Eventual	50 000\$00		—	—	—			50 000\$00
		46			Subsídios de Férias e de Natal	176 000\$00		113 400\$00	113 400\$00	9 000\$00			62 600\$00
		47			Diuturnidades	108 000\$00		9 000\$00	9 000\$00	—			99 000\$00
		03			Horas Extraordinárias	35 000\$00		13 685\$00	13 685\$00	—			21 315\$00
		04			Alimentação e Alojamento	143 000\$00		22 500\$00	22 500\$00	—			120 500\$00
		06			Abonos Diversos — Numerário	90 000\$00		—	—	—			90 000\$00
		10			Prestações Directas — Previdência Social								
		01			Abono de Família	26 000\$00		6 600\$00	6 600\$00	—			19 400\$00
		02			Encargos com a Saúde	15 000\$00		—	—	—			15 000\$00
		03			Outras Prestações Directas	40 000\$00		—	—	—			40 000\$00
		14			Deslocações — Compensação de Encargos	300 000\$00		187 655\$50	187 655\$50	—			112 344\$50
					<i>A transportar</i>	29 591 000\$00		24 267 975\$00	24 256 684\$00	11 291\$00			5 334 316\$00

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Ohs.	Dotações Orçamentais (1)	Pagamentos autorizados (2)	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980	Diferenças (1) — (3)	
										Para mais	Para menos
VII	2	15			Transporte		29 591 000\$00	24 267 975\$00	24 256 684\$00	11 291\$00	—
		21			Abonos Diversos — Compensação de Encargos		35 000\$00	4 299\$00	4 299\$00	—	—
		26			Bens Duradouros		95 000\$00	—	—	—	30 701\$00
					Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria		170 000\$00	110 647\$50	110 647\$50	—	95 000\$00
		27			Bens não Duradouros — Outros		40 000\$00	38 159\$30	38 159\$30	—	59 352\$50
		28			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações		—	—	—	—	1 040\$70
		30			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações		60 000\$00	36 936\$50	36 936\$50	—	—
		31			Aquisição de Serviços — Não Especificados		90 000\$00	51 828\$30	51 828\$30	—	23 063\$50
		52			DESPEZAS DE CAPITAL				134 407\$00	—	38 171\$70
					Investimentos — Maquinária e Equipamento		350 000\$00			—	215 593\$00
		3			DIRECCÃO REGIONAL DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL					—	
					DESPEZAS CORRENTES					—	
		01	02		Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei		5 489 000\$00	4 138 372\$00	4 138 372\$00	—	1 350 628\$00
		04	04		Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros		446 000\$00	351 900\$00	351 900\$00	—	94 100\$00
		46	46		Subsídios de Férias e de Natal ...		1 086 000\$00	825 843\$00	825 843\$00	—	260 157\$00
		47	47		Diuturnidades		378 000\$00	335 250\$00	335 250\$00	—	42 750\$00
		03			Horas extraordinárias		90 000\$00	31 297\$00	31 297\$00	—	58 703\$00
		04			Alimentação e Alciamento		378 000\$00	274 700\$00	274 700\$00	—	103 300\$00
		06			Abonos Diversos — Numerário		50 000\$00	—	—	—	50 000\$00
		08			Vestuário e artigos pessoais — Espécie Prestações Directas — Previd. Social		—	—	—	—	—
		10	01		Abono de Família		92 000\$00	88 560\$00	88 560\$00	—	3 440\$00
		02			Encargos com a Saúde		40 000\$00	—	—	—	40 000\$00
		03			Outras Prestações Directas		70 000\$00	38 705\$50	37 305\$50	1 400\$00	32 694\$50
		13			Vestuário e artigos pessoais — Compensoação de Encargos...		34 000\$00	22 375\$20	22 375\$20	—	11 624\$80
					A transportar		38 584 000\$00	30 751 255\$30	30 738 564\$30	12 691\$00	—
										—	7 845 435\$70

Cap.	Div.	Código	N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)			
VII	3	14			Transporte	38 584 000\$00		30 751 255\$30	30 738 564\$30	12 691\$00	—	7 845 435\$70
		15			Deslocações — Compensação de Encargos	250 000\$00		208 233\$00	208 233\$00	—	—	41 767\$00
		21			Abono Diversos — Compensação de Encargos	50 000\$00		12 809\$00	12 809\$00	3 760\$00	—	37 191\$00
		26			Bens Duradouros	35 000\$00		3 760\$00	—	—	—	31 240\$00
		27			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	250 000\$00		230 841\$00	230 841\$00	54 627\$40	—	19 159\$00
		28			Bens não Duradouros — Outros	110 000\$00		54 627\$40	—	—	—	55 372\$60
		29			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	30 000\$00		3 222\$80	3 222\$80	—	—	26 777\$20
		30			Aquisição de Serviços — Locação de Bens	260 000\$00		192 750\$00	192 750\$00	—	—	67 250\$00
		31			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	485 000\$00		464 211\$40	464 211\$40	—	—	20 788\$60
		47			Aquisição de Serviços — Não especificados	415 000\$00		399 074\$70	399 074\$70	—	—	15 925\$30
		51			DESPESAS DE CAPITAL			—	—	—	—	—
		52			Investimentos — Edifícios			—	—	—	—	—
					Investimentos — Material de Transporte			—	—	—	—	—
					Investimentos — Maquinaria e Equipamento			290 000\$00	265 755\$00	265 755\$00	—	24 245\$00
		4			CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL			—	—	—	—	—
		01	02		DESPESSAS CORRENTES							
					Remunerações Certas e Permanentes:							
					Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei			2 325 983\$00	2 325 983\$00	—	—	881 017\$00
			04		Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros			679 345\$00	679 345\$00	—	—	177 655\$00
		05			Pessoal Destacado de Outros Serviços do Estado			—	—	—	—	149 000\$00
		41			Salários do Pessoal Eventual			—	—	—	—	50 000\$00
		42			Remunerações de Pessoal Diverso			—	—	—	—	50 000\$00
		46			Subsídios de Férias e de Natal			494 714\$00	494 714\$00	—	—	402 286\$00
					A transportar			36 086 581\$60	36 073 890\$60	12 691\$00	—	9 895 109\$40

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Obs.	Dotações Orçamentais (1)	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
VII	4	47			Transporte		45 969 010\$00	36 073 890\$60	12 691\$00			9 891 109\$40	
	03				Diuturnidades		135 010\$00	34 500\$00				100 500\$00	
	04				Horas Extraordinárias		135 010\$00	124 101\$00				10 899\$00	
	06				Alimentação e Alojamento		388 000\$00	239 924\$00				148 076\$00	
	07				Abonos Diversos — Numerário		50 000\$00	—				50 000\$00	
	08				Alimentação e Alojamento — Espécie		200 000\$00	142 339\$10	138 575\$10	3 764\$00		61 424\$90	
	10				Vestuário e Artigos Pessoais — Espécie		70 000\$00	17 248\$00	17 248\$00			52 752\$00	
					Prestações Directas — Previdência Social:								
	01				Abono de Família		72 000\$00	53 020\$00				18 980\$00	
	02				Encargos com a Saúde		35 000\$00	935\$50				34 064\$50	
	03				Outras Prestações Directas		60 000\$00	16 750\$00				43 250\$00	
	11				Contribuições para Instituições — Previdência Social		40 000\$00	—				40 000\$00	
	13				Vestuário e Artigos Pessoais — Compensação de Encargos		80 000\$00	59 186\$30	59 186\$30			20 813\$70	
	14				Deslocações — Compensação de Encargos		450 000\$00	136 928\$90	136 928\$90			313 071\$10	
	15				Abonos Diversos — Compensação de Encargos		60 000\$00	15 702\$30	15 702\$30			44 297\$70	
	21				Bens Duradouros		200 000\$00	150 205\$50	150 205\$50			49 794\$50	
	22				Bens não Duradouros — Matérias Primas e Subsidiárias		2 300 000\$00	999 503\$10	999 503\$10			1 300 496\$90	
	23				Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes		50 000\$00	18 496\$00	18 496\$00			31 504\$00	
	25				Bens não Duradouros — Alimentação, Roupas e Calçado		400 000\$00	342 201\$60	342 201\$60			57 798\$40	
	26				Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria		400 000\$00	224 862\$00	224 862\$00	370\$00		175 508\$00	
	27				Bens não Duradouros — Outros		350 000\$00	258 468\$20	258 468\$20			91 531\$80	
	28				Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações		450 000\$00	277 882\$50	277 882\$50			172 117\$50	
	30				Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações		850 000\$00	845 363\$30	845 363\$30			4 636\$70	
	31				Aquisição de Serviços — Não especificados		2 050 000\$00	1 890 943\$90	1 890 943\$90			159 056\$10	
	38				Transferências — Sector Público		170 000\$00	150 101\$00	150 101\$00			19 899\$00	
					A transportar		54 964 000\$00	42 065 243\$80	42 065 243\$80	16 825\$00		12 895 581\$20	

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
VII	4	41			Transporte	54 964 000\$00		42 085 243\$80	42 068 418\$80	16 825\$00			-12 895 581\$20
					Transferências — Instituições Particulares	30 000\$00							30 000\$00
		42			Transferências — Particulares	1 250 000\$00		1 209 492\$00	1 207 992\$00	1 500\$00			42 008\$00
		44	09		Outras Despesas Correntes:			490 579\$20	475 161\$20	15 418\$00			24 838\$80
					Diversas	500 000\$00							
					DESPESAS DE CAPITAL								
		47			Investimentos — Edifícios	420 000\$00		298 554\$00	298 554\$00				-121 446\$00
		51			Investimentos — Material de Transporte	500 000\$00							500 000\$00
		52			Investimentos — Maquinaria e Equipamento	6 200 000\$00		5 246 286\$50	5 246 286\$50				953 713\$50
					SERVICOS REGIONAL DE CONCILIAÇÃO DO TRABALHO								
					DESPESAS CORRENTES								
					Remunerações Certas e Permanentes:								
					Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	816 000\$00		548 548\$00	548 548\$00				-267 452\$00
					Pessoal Contratado não Pertencente aos Quadros	237 000\$00		31 150\$00	31 150\$00				-205 850\$00
					Subsídios de Férias e de Natal	188 000\$00		103 066\$00	103 066\$00				84 934\$00
					Diuturnidades	72 000\$00		43 500\$00	43 500\$00				-28 500\$00
					Horas Extraordinárias	20 000\$00		17 180\$00	17 180\$00				2 820\$00
					Alimentação e Alojamento	82 000\$00		52 246\$00	52 246\$00				-29 754\$00
					Abonos Diversos	30 000\$00							-30 000\$00
					Vestuário e artigos pessoais — Espécie								
					Prestações Directas — Previdência Social:								
					Abono de Família	21 000\$00		9 780\$00	9 780\$00				-11 220\$00
					Encargos com a Saúde	15 000\$00							15 000\$00
					Outras Prestações Directas	20 000\$00							-20 000\$00
					Vestuário e Artigos Pessoais — Compen-sação de Encargos	16 000\$00							16 000\$00
					Deslocações — Compensação de En-cargos	100 000\$00							-100 000\$00
					A transportar	65 481 000\$00		50 135 625\$50	50 101 862\$50	33 743\$00			-15 379 117\$50

Cap.	Div.	Código N. ^a	Al.	Designação da Despesa	Obs.	Dotações Orçamentais (1)	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos
							Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)			
VII	5	15		Transporte		65 481 010\$00	50 135 625\$50	50 101 882\$50	33 743\$00		15 379 117\$50
		21		Abonos Diversos — Compensação de Encargos		25 000\$00	—	—		—	25 000\$00
		26		Bens Duradouros		90 000\$00	—	—		—	90 000\$00
				Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria		240 000\$00	51 223\$00	51 223\$00		—	188 777\$00
				Bens não Duradouros — Outros		40 000\$00	24 253\$10	24 253\$10		—	15 746\$90
		27		Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações		25 000\$00	4 639\$70	4 639\$70		—	20 360\$30
		28		Aquisição de Serviços — Locação de Bens		240 000\$00	—	—		—	240 000\$00
		29		Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações		100 000\$00	90 700\$00	90 700\$00		—	9 300\$00
		30		Aquisição de Serviços — Não Especificados		75 000\$00	3 878\$50	3 878\$50		—	71 121\$50
		31		DESPESAS DE CAPITAL						—	14 163\$00
				Investimentos — Maquinaria e Equipamento		200 000\$00	185 837\$00	185 837\$00		—	16 053 586\$20
		52		SOMA DO CAPÍTULO VII		66 516 000\$00	50 496 156\$80	50 462 413\$80	33 743\$00	—	
VIII	1			SECRETARIA REGIONAL DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA							
		01	02	GABINETE REGIONAL							
				DESPESAS CORRENTES							
				Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei		20 000 000\$00	16 460 671\$00	16 460 671\$00		—	3 539 329\$00
		41	42	Salários do Pessoal Eventual		500 000\$00	—	—		—	500 000\$00
		43		Remunerações do Pessoal Diverso		8 500 000\$00	7 186 130\$00	7 186 130\$00		—	1 313 870\$00
		46		Gratificações Certas e Permanentes		100 000\$00	—	—		—	100 000\$00
		47		Subsídios de Férias e de Natal		4 500 000\$00	4 039 478\$00	4 039 478\$00		—	460 522\$00
		03		Diuturnidades		1 300 000\$00	1 140 025\$00	1 140 025\$00		—	159 975\$00
		04		Horas extraordinárias		100 000\$00	98 182\$00	98 182\$00		—	1 818\$00
		06		Alimentação e Alojamento		1 900 000\$00	1 670 107\$00	1 670 107\$00		—	229 893\$00
				Abonos Diversos — Numerário		200 000\$00	166 390\$00	166 390\$00		—	33 610\$00
				A transportar		37 100 000\$00	30 760 983\$00	30 760 983\$00	—	—	6 339 017\$00

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias por pagar em Dazembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)					
VIII	1	08	10	01	Transporte	37 100 000\$00		30 760 983\$00	30 760 983\$00					6 339 017\$00
				03	Vestuário e artigos pessoais — Espécie	150 000\$00		69 891\$00	69 891\$00					80 109\$00
				11	Prestações Directas — Previd. Social:									12 137 000\$00
				14	Abono de Família	450 000\$00		328 630\$00	328 630\$00					58 150\$00
				15	Outras Prestações Directas	100 000\$00		41 850\$00	41 850\$00					28 360 000\$00
				18	Contribuições para Instituições — Previdência Social	500 000\$00		216 392\$00	216 392\$00					98 763 500\$00
				21	Deslocações — Compensação de Encargos	1 600 000\$00		612 365\$00	612 365\$00					76 978\$00
				23	Abonos Diversos — Compensação de Encargos	100 000\$00		23 022\$00	23 022\$00					200 000\$00
				26	Classes Inactivas — Despesas Diversas	200 000\$00		—	—					300 000\$00
				27	Bens Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	300 000\$00		—	—					1 157 558\$50
				28	Bens não Duradouros — Outros e Lubrificantes	2 100 000\$00		942 441\$50	942 441\$50					931 921\$90
				29	Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	1 100 000\$00		934 122\$60	934 122\$60					168 078\$10
				30	Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	200 000\$00		18 675\$60	18 675\$60					18 147 140\$00
				31	Aquisição de Serviços — Locação de Bens	200 000\$00		619\$40	619\$40					199 380\$60
				38	Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	500 000\$00		6 800\$00	6 800\$00					493 200\$00
				03	Aquisição de Serviços — Não especificados	700 000\$00		512 158\$00	512 158\$00					187 842\$00
				a)	Transferências — Sector Público: Serviços Autónomos	1 000 000\$00		308 586\$70	308 586\$70					691 413\$30
				b)	Instituto do Bordado, Tapecarias e Artesanato da Madeira	27 000 000\$00		17 481 303\$80	17 481 303\$80					9 518 696\$20
					Instituto do Vinho da Madeira	65 345 000\$00		46 746 567\$20	46 746 567\$20					18 598 432\$80
					Outras Despesas Correntes:			—	—					100 000\$00
					Seguros de Material	100 000\$00								
					Diversos:									
					Fundo de Apoio às actividades económicas									9 810 291\$60
					Apoio às Actividades Agrícolas	20 000 000\$00		10 189 708\$40	10 189 708\$40					49 553 231\$50
					A transportar	158 745 000\$00		109 194 116\$20	109 191 763\$50					

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orgâmentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)					
VIII	1	44.09		b)	Transporte	158 745 00\$00		109 194 116\$20	109 191 768\$50	2 347\$70			4955323\$50	
				c)	Apoio às Actividades Pescatórias	20 000 00\$00		10 615 543\$10	10 615 543\$10				9 384 456\$90	
				d)	Extinção da Colonia (bonificação de Juros)	2 000 00\$00							2 000 00\$00	
				e)	Fundo de Previdência Agro-Pecuário	5 000 00\$00		1 113 239\$50	1 113 239\$50				3 886 760\$50	
					Outras	6 915 00\$00		1 544 119\$40	1 544 119\$40				5 370 880\$60	
					DESPESSAS DE CAPITAL									
	45				Investimentos — Terrenos	20 000 00\$00		13 412 310\$00	13 412 310\$00				6 587 690\$00	
	48				Investimentos — Construções Diversas	1 100 00\$00							1 100 00\$00	
	51				Investimentos — Material de Transporte	6 000 00\$00		2 975 00\$00	2 975 00\$00				3 025 00\$00	
	52				Investimentos — Maquinaria e Equipamento	3 000 00\$00		2 591 187\$40	2 591 187\$40				408 812\$60	
	56				Transferências — Empresas Privadas	1 000 00\$00							1 000 00\$00	
	57				Transferências — Instituições Particulares	1 000 00\$00							1 000 00\$00	
	2				DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS AGRICOLAS									
	01	02			DESPESAS CORRENTES									
					Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	64 451 000\$00		58 222 495\$00	58 202 159\$00	20 336\$00			6 248 841\$00	
	41				Salários do Pessoal Eventual	22 000 00\$00		21 406 468\$90	21 406 468\$90				593 531\$10	
	42				Remunerações de Pessoal Diverso	6 445 000\$00		3 907 698\$00	3 907 698\$00				2 537 302\$00	
	46				Subsídios de Férias e de Natal	15 774 000\$00		13 429 325\$00	13 429 325\$00				2 344 675\$00	
	47				Diuturnidades	8 963 000\$00		8 237 241\$00	8 235 741\$00	1 500\$00			727 259\$00	
	03				Horas Extraordinárias	750 000\$00		444 937\$00	444 937\$00				305 063\$00	
	04				Alimentação e Alojamento	8 916 000\$00		8 245 388\$00	8 244 538\$00	850\$00			671 462\$00	
	06				Abonos Diversos — Numerário	1 100 000\$00		696 983\$00	696 983\$00				403 017\$00	
	07				Alimentação e Alojamento — Espécie	270 000\$00		264 650\$00	264 650\$00				5 350\$00	
	08				Vestuário e Artigos Pessoais — Espécie	300 000\$00		131 801\$10	131 801\$10				168 198\$90	
	10	01			Prestações Directas — Previd. Social: Abono de Família	3 688 000\$00		3 281 930\$00	3 280 910\$00	1 020\$00			407 090\$00	
	03				Outras Prestações Directas	300 000\$00		223 097\$60	223 097\$60				76 902\$40	
					<i>A transportar</i>	357 717 000\$00		259 937 530\$20	259 911 476\$50	26 053\$70			97 805 523\$50	

Cap.	Div.	Código	Nº	A.I.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)				
VIII	2				Transporte	357 717 000\$00		259 937 530\$20	259 911 476\$50	260 533\$70			97 805 523\$30
11					Contribuições para Instituições—Previdência Social	1 896 000\$00		1 891 711\$00	1 891 711\$00				4 289\$00
14					Deslocações — Compensação de Encargos	5 475 000\$00		5 431 316\$50	5 431 316\$50				43 683\$50
15					Abonos Diversos — Compensação de Encargos	450 000\$00		411 256\$80	411 256\$80				38 743\$20
18					Classes Inactivas — Despesas Diversas	500 000\$00		362 140\$00	362 140\$00				137 860\$00
21					Bens Duradouros	400 000\$00		331 804\$40	331 804\$40				68 195\$60
23					Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	3 500 000\$00		2 155 387\$30	2 155 387\$30				1 344 612\$70
24					Bens não Duradouros — Munições, explosivos e artifícios	200 000\$00		—	—				200 000\$00
25					Bens não Duradouros — Alimentação, roupas e calçado	2 500 000\$00		1 872 848\$10	1 872 848\$10				627 151\$90
26					Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	1 000 000\$00		474 273\$50	474 273\$50				525 726\$50
27					Bens não Duradouros — Outros	1 500 000\$00		1 322 980\$50	1 322 980\$50				177 019\$50
28					Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	1 000 000\$00		499 736\$20	498 406\$10	1 330\$10			501 593\$90
29					Aquisição de Serviços — Locação de Bens	300 000\$00		46 000\$00	46 000\$00				254 000\$00
30					Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	1 500 000\$00		963 357\$60	955 925\$90	7 431\$70			544 074\$10
31					Aquisição de Serviços — Não Especificados	2 000 000\$00		1 595 624\$30	1 546 125\$30	49 499\$00			453 874\$70
44	02				Outras Despesas Correntes: Rendas de Terrenos	300 000\$00		17 000\$00	17 000\$00				283 000\$00
	09				Diversas	500 000\$00		—	—	—			500 000\$00
					DESPESSAS DE CAPITAL								
45					Investimentos — Terrenos	800 000\$00		—	—	—			800 000\$00
46					Investimentos — Habitacões	5 000 000\$00		56 359\$50	56 359\$50				4 943 640\$50
47					Investimentos — Edifícios	5 200 000\$00		4 979 676\$80	4 979 676\$80				220 323\$20
48					Investimentos — Construções Diversas	7 500 000\$00		7 445 430\$40	* 7 445 430\$40				54 569\$60
49					Investimentos — Melhoramentos fundiários	2 000 000\$00		592 110\$00	592 110\$00				1 407 890\$00
					A transportar	401 238 000\$00		290 386 543\$10	290 302 228\$60	84 314\$50			110 935 777\$40

Cap.	Div.	Código	N. ^a	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)				
VIII	2	51			Transporte	401 238 000\$00		290 386 543\$10	290 302 228\$60	84 314\$50			110 935 771\$40
					Investimentos — Material de Transporte	3 000 000\$00		1 943 598\$00	1 943 598\$00				1 056 402\$00
		52			Investimentos — Maquinaria e Equipamento	6 500 000\$00		6 205 860\$10	6 205 860\$10				294 139\$90
		53			Investimentos — Animais	1 000 000\$00		270 500\$00	270 500\$00				729 500\$00
	3				DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS VETERINÁRIOS								
					DESPESAS CORRENTES								
		01	02		Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	13 500 000\$00		13 033 758\$00	13 033 758\$00				466 242\$00
		41			Salários do Pessoal Eventual	1 980 000\$00		1 788 439\$00	1 788 439\$00				191 56 \$00
		42			Remunerações de Pessoal Diverso	800 000\$00		742 413\$00	742 413\$00				57 587\$00
		46			Subsídios de Férias e de Natal ...	2 630 000\$00		2 566 046\$00	2 566 046\$00				63 954\$00
		47			Diuturnidades	1 300 000\$00		1 137 750\$00	1 137 750\$00				162 250\$00
		03			Horas Extraordinárias	550 000\$00		508 473\$00	508 473\$00				41 527\$00
		04			Alimentação e Alojamento	1 195 000\$00		1 160 241\$00	1 160 241\$00				34 759\$00
		06			Abonos Diversos — Numerário ...	50 000\$00		45 540\$00	45 540\$00				4 460\$00
		07			Alimentação e Alojamento — Espécie ...	120 000\$00		87 555\$00	87 555\$00				32 445\$00
		08			Vestuário e Artigos Pessoais — Espécie ...	30 000\$00		—	—				
		10			Prestações Directas — Previdência Social:								30 000\$00
		01			Abono de Família	490 000\$00		426 390\$00	426 390\$00				63 610\$00
		03			Outras Prestações Directas ...	50 000\$00		35 000\$00	35 000\$00				15 000\$00
		11			Contribuições para Instituições — Previdência Social	10 000\$00		—	—				10 000\$00
		14			Deslocações — Compensação de Encargos	3 500 000\$00		3 050 159\$00	3 050 159\$00				449 841\$00
		15			Abonos Diversos — Compensação de Encargos ...	80 000\$00		54 520\$00	54 520\$00				25 480\$00
		21			Bens Duradouros ...	550 000\$00		544 423\$00	544 423\$00				5 577\$00
		23			Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes ...	1 200 000\$00		1 195 934\$50	1 195 934\$50				4 065\$50
		25			Bens não Duradouros — Alimentação, Roupas e Calçado ...	13 500 000\$00		12 140 544\$20	12 140 544\$20				1 359 455\$80
					A transportar ...	453 273 000\$00		337 323 686\$90	337 323 686\$90				116 033 627\$60

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — [3]
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)				
VIII	3	26			Transporte	453 273 000\$00		337 323 686\$90	337 239 372\$40	84 314\$50			- 116 033 627\$60
		27			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	550 000\$00		429 664\$50	429 664\$50				- 120 335\$50
		28			Bens não Duradouros — Outros	3 900 000\$00		3 584 291\$70	3 584 291\$70				- 31 570\$30
		29			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	570 000\$00		564 542\$40	564 542\$40				- 5 457\$60
		30			Aquisição de Serviços — Locação de Bens	330 000\$00		311 400\$00	304 200\$00	7 200\$00			- 25 800\$00
		31			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	2 000 000\$00		1 995 927\$60	1 994 233\$10	1 694\$50			- 57 666\$90
		44	09		Aquisição de Serviços — Não especificados	12 000 000\$00		11 894 727\$60	11 862 076\$80	32 650\$80			- 137 923\$20
					Outras Despesas Correntes:			200 000\$00	189 681\$50	189 681\$50			- 10 318\$50
					DESPESAS DE CAPITAL								
		45			Investimentos — Terrenos	2 000 000\$00		1 807 230\$00	1 807 230\$00				- 192 770\$00
		47			Investimentos — Edifícios	3 500 000\$00		3 077 934\$60	3 077 934\$60				- 422 065\$40
		48			Investimentos — Construções Diversas	9 500 000\$00		9 122 769\$30	9 122 769\$30				- 377 230\$70
		51			Investimentos — Material de Transporte	2 800 000\$00		2 040 000\$00	2 040 000\$00				- 760 000\$00
		52			Investimentos — Maquinaria e Equipamento	7 000 000\$00		5 955 785\$80	5 955 785\$80				- 1 044 214\$20
		53			Investimentos — Animais	400 000\$00		198 475\$00	198 475\$00				- 201 525\$00
					DIREÇÃO DO COMÉRCIO E ABASTECIMENTO								
					DESPESAS CORRENTES								
					Remunerações Certas e Permanentes:								
		01	02		Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	1 400 000\$00		706 249\$00	706 249\$00				- 693 751\$00
		41			Salários de Pessoal Eventual	500 000\$00							- 500 000\$00
		42			Remunerações de Pessoal I Diversos	200 000\$00							- 200 000\$00
		46			Subsídios de Férias e de Natal	300 000\$00		132 000\$00	132 000\$00				- 168 000\$00
		47			Diuturnidades	100 000\$00		26 875\$00	26 875\$00				- 73 125\$00
		03			Horas extraordinárias	100 000\$00							- 100 000\$00
		04			Alimentação e Alojamento	100 000\$00		31 774\$00	31 774\$00				- 68 226\$00
		06			Abonos Diversos — Numerário	50 000\$00							- 50 000\$00
					A transportar	500 773 000\$00		379 393 014\$90	379 267 155\$10	125 859\$80			- 121 505 844\$90

Cap.	Div.	Código	N.º	A.I.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)				
VIII	4	08			Transporte	500 773 00\$00		379 393 014\$90	379 267 155\$10	125 859\$80			121 505 844\$90
					Vestuário e Artigos Pessoais — Especie ...	50 000\$00		—	—				50 000\$00
		10	01	03	Prestações Directas — Previdência Social:								
					Abono de Família ...	100 000\$00		7 300\$00	7 300\$00				92 700\$00
					Outras Prestações Directas ...	50 000\$00		3 500\$00	3 500\$00				46 500\$00
			11		Contribuições para Instituições — Previdência Social ...	100 000\$00		—	—				100 000\$00
		14			Deslocações — Compensação de Encargos ...	1 000 000\$00		389 371\$00	389 371\$00				610 629\$00
		15			Abonos Diversos — Compensação de Encargos ...	50 000\$00		9 984\$70	9 984\$70				40 015\$30
		18			Classes Inactivas — Despesas Diversas ...	50 000\$00		—	—				50 000\$00
		21			Bens Duradouros ...	50 000\$00		—	—				50 000\$00
		23			Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes ...	300 000\$00		—	—				300 000\$00
		26			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria ...	200 000\$00		18 507\$00	18 507\$00				181 493\$00
		27			Bens não Duradouros — Outros ...	50 000\$00		—	—				50 000\$00
		28			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações ...	100 000\$00		—	—				100 000\$00
		29			Aquisição de Serviços — Locação de Bens ...	100 000\$00		—	—				100 000\$00
		30			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações ...	100 000\$00		4 012\$50	4 012\$50				95 987\$50
		31			Aquisição de Serviços — Não Especificados ...	200 000\$00		31 261\$30	31 261\$30				168 738\$70
		38	44	04	Transferências — Sector Público ...	2 000 000\$00		—	—				2 000 000\$00
				09	Outras Despesas Correntes:								
					Seguros de Material ...	100 000\$00		8 125\$00	8 125\$00				100 000\$00
					Diversas ...	300 000\$00		—	—				291 875\$00
					DESPESSAS DE CAPITAL								
		48			Investimentos — Construções Diversas	500 000\$00		—	—				500 000\$00
		51			Investimentos — Material de Transporte ...	1 000 000\$00		—	—				1 000 000\$00
					<i>A transportar</i> ...	507 173 000\$00		379 865 076\$40	379 739 216\$60	125 859\$80			127 433 783\$40

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
VIII	4	52			Transporte	507 173 00\$00		379 865 076\$40	379 739 216\$60	125 859\$80	—	—	127 433 783\$40
					Investimentos — Maquinaria e Equipamento	500 000\$00		115 565\$00	115 565\$10	—	—	—	384 434\$90
			4.1		COMÉRCIO — SECTOR DE LEITE E CARNES								
					DESPESAS CORRENTES								
					Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	5 500 000\$00		4 636 665\$00	4 636 665\$00	—	—	863 335\$00	
					Salários do Pessoal Eventual	500 000\$00		457 952\$00	457 952\$00	—	—	42 048\$00	
					Remunerações de Pessoal Diverso Subsídios de Férias e de Natal ...	200 000\$00		7 200\$00	7 200\$00	—	—	192 800\$00	
					Diuturnidades	1 700 000\$00		1 472 642\$00	1 472 642\$00	—	—	227 358\$00	
					Horas extraordinárias	700 000\$00		625 600\$00	625 600\$00	—	—	74 400\$00	
					Alimentação e Alojamento	700 000\$00		262 154\$00	262 154\$00	—	—	437 846\$00	
					Abonos Diversos — Númerário ...	400 000\$00		314 330\$00	314 330\$00	—	—	85 670\$00	
					Alimentação e Alojamento — Espécie Vestuário e Artigos Pessoais — Espécie	50 000\$00		7 758\$00	7 758\$00	—	—	42 347\$00	
					Vestuário e Artigos Pessoais — Espécie	200 000\$00		—	—	105\$00	—	200 000\$00	
					Prestações Directas — Previdência Social:	100 000\$00		71 860\$70	16 605\$50	55 255\$20	—	—	83 394\$50
					Abono de Família	460 000\$00		276 820\$00	276 820\$00	—	—	183 180\$00	
					Encargos com a Saúde	500 000\$00		30 256\$00	30 256\$00	—	—	469 744\$00	
					Outras Prestações Directas ...	20 000\$00		—	—	—	—	20 000\$00	
					Contribuições para Instituições — Previdência Social	120 000\$00		102 295\$50	102 295\$50	—	—	17 704\$50	
					Deslocações — Compensação de Encargos	200 000\$00		90 795\$00	90 795\$00	—	—	109 205\$00	
					Abonos Diversos — Compensação de Encargos	50 000\$00		36 310\$00	36 310\$00	—	—	163 690\$00	
					Classes Inactivas — Despesas Diversas	1 200 000\$00		17 104\$00	17 104\$00	—	—	32 896\$00	
					Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	500 000\$00		158 671\$80	158 671\$80	—	—	1 041 328\$20	
					Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	500 000\$00		47 785\$50	47 785\$50	—	—	452 214\$50	
					Bens não Duradouros — Outros ...	500 000\$00		202 602\$30	202 602\$30	—	—	297 397\$70	
					A transportar	521 473 000\$00		388 618 223\$30	388 618 223\$30	181 220\$00	—	132 854 776\$70	

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
VIII	4.1				Transporte	521 473 000\$00		388 799 443\$30	388 618 223\$30	131 220\$00			132 854 776\$70
	28				Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	400 000\$00		193 287\$80	193 287\$80				26 712\$20
	29				Aquisição de Serviços — Locação de Bens	100 000\$00		28 500\$00	28 500\$00				71 500\$00
	30				Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	150 000\$00		136 657\$00	113 407\$00	23 250\$00			36 593\$00
	31				Aquisição de Serviços — Não especificados	1 500 000\$00		677 337\$00	677 337\$00				822 663\$00
	44	04	09	a)	Outras Despesas Correntes: Seguros de Material	200 000\$00							200 000\$00
				b)	Diversas: Aquisição de Carne	150 000 000\$00		62 969 634\$50	62 969 634\$50				87 030 365\$50
					Outros	500 000\$00							500 000\$00
					DESPESSAS DE CAPITAL								
	47				Investimentos — Edifícios	500 000\$00							500 000\$00
	51				Investimentos — Material de Transporte	3 000 000\$00							3 000 000\$00
	52				Investimentos — Maquinaria e Equipamento	1 000 000\$00		23 107\$50	23 107\$50				976 892\$50
					COMÉRCIO — SECTOR DE FRUTAS, PRODUTOS HORTÍCOLAS E FLORES								
					DESPESAS CORRENTES								
					Remunerações Certas e Permanentes:								
	01	42	46		Remunerações de Pessoal Diverso Subsídios de Férias e de Natal ...	1 000 000\$00							1 000 000\$00
					Horas Extraordinárias	30 000\$00		52 357\$00	52 357\$00				30 000\$00
		03	04		Alimentação e Alojamento	100 000\$00							47 643\$00
		08	08		Vestuário e Artigos Pessoais — Espécie	100 000\$00							100 000\$00
		10			Prestações Directas — Previdência Social:	20 000\$00							20 000\$00
			01		Abono de Família	20 000\$00							20 000\$00
		02			Encargos com a Saúde	10 000\$00							10 000\$00
		03			Outras Prestações Directas	20 000\$00							20 000\$00
					A transportar	680 123 000\$00		452 880 324\$10	452 675 854\$10	204 470\$00			227 447 145\$90

Cap.	Div.	Código	N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
VIII	4.2	11			Transporte	680 123 004\$00		452 880 324\$10	452 675 854\$10	204 470\$00	—	227 447 145\$40	
		14			Contribuições para Instituições — Previdência Social	20 000\$00		—	—	—	—	20 000\$00	
		15			Deslocações — Compensação de Encargos	100 000\$00		49 907\$00	49 907\$00	—	—	50 093\$00	
		18			Abonos Diversos — Compensação de Encargos	50 000\$00		—	—	—	—	50 000\$00	
		23			Classes Inactivas — Despesas Diversas	100 000\$00		—	—	—	—	100 000\$00	
		26			Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	180 000\$00		15 111\$60	15 111\$60	—	—	164 888\$40	
		27			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	100 000\$00		1 472\$50	1 472\$50	—	—	98 527\$50	
		28			Bens não Duradouros — Outros	20 000\$00		2 188\$50	2 188\$50	—	—	17 811\$50	
		30			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	10 000\$00		3 103\$50	3 103\$50	—	—	6 896\$50	
		31			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	100 000\$00		19 393\$00	19 393\$00	—	—	80 607\$00	
		44	09		Aquisição de Serviços — Não especificados	500 000\$00		46 551\$40	46 551\$40	—	—	453 448\$60	
					Outras Despesas Correntes: Diversas	50 000\$00		—	—	—	—	50 000\$00	
					DESPESSAS DE CAPITAL								
		51			Investimentos — Material de Transporte	1 000 000\$00		648 000\$00	648 000\$00	—	—	352 000\$00	
		52			Investimentos — Maquinaria e Equipamento	500 000\$00		67 130\$00	67 130\$00	—	—	432 870\$00	
					DIRECCÃO DA INDÚSTRIA E RECURSOS NATURAIS								
					DESPESSAS CORRENTES								
		01	02		Remunerações Certas e Permanentes: Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	2 300 000\$00		1 504 699\$00	1 504 699\$00	—	—	795 301\$00	
		41			Salários do Pessoal Eventual	500 000\$00		—	—	—	—	500 000\$00	
		42			Remunerações de Pessoal Diverso	500 000\$00		242 610\$00	242 610\$00	—	—	257 390\$00	
		46			Subsídios de Férias e de Natal	700 000\$00		329 093\$00	329 093\$00	—	—	370 907\$00	
		47			Diuturnidades	500 000\$00		153 000\$00	153 000\$00	—	—	347 000\$00	
					<i>A transportar</i>	687 353 000\$00		455 962 583\$60	455 758 113\$60	204 470\$00	—	231 594 888\$40	

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	
VII	5	03			Transporte	687 353 00\$00		455 962 583\$60	455 758 113\$60	204 470\$00	
		04			Horas extraordinárias	100 000\$00		—	—	—	231 564 886\$40
		06			Alimentação e Alojamento	200 000\$00		93 652\$00	93 652\$00	—	100 000\$00
		08			Abonos Diversos — Numerário ...	50 000\$00		—	—	—	106 348\$00
		10	01		Vestuário e Artigos Pessoais — Espécie	50 000\$00		—	—	—	50 000\$00
			03		Prestações Directas — Previd. Social:						
			11		Abono de Família	100 000\$00		9 240\$00	9 240\$00	—	90 760\$00
			14		Outras Prestações Directas	50 000\$00		2 000\$00	2 000\$00	—	48 000\$00
			15		Contribuições para Instituições — Previdência Social	100 000\$00		—	—	—	100 000\$00
			18		Deslocações — Compensação de Encargos	500 000\$00		108 243\$00	108 243\$00	—	391 757\$00
			21		Abonos Diversos — Compensação de Encargos	50 000\$00		5 343\$10	5 343\$10	—	44 656\$90
			23		Classes Inactivas — Despesas Diversas	50 000\$00		—	—	—	50 000\$00
			26		Bens Duradouros	50 000\$00		—	—	—	50 000\$00
			27		Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	300 000\$00		—	—	—	300 000\$00
			28		Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	200 000\$00		21 080\$50	21 080\$50	—	178 919\$50
			29		Bens não Duradouros — Outros	50 000\$00		—	—	—	50 000\$00
			30		Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	100 000\$00		—	—	—	100 000\$00
			31		Aquisição de Serviços — Locação de Bens	205 000\$00		192 000\$00	192 000\$00	—	13 000\$00
			40		Aquisição de Serviços — Transporte e Comunicações	100 000\$00		—	—	—	100 000\$00
			44	04	Aquisição de Serviços — Não especificados	300 000\$00		108 297\$00	108 297\$00	—	191 703\$00
			09		Transferências — Empresas Privadas ...	98 370 000\$00		1 980 000\$00	1 980 000\$00	—	96 390 000\$00
			47		Outras Despesas Correntes:			—	—	—	—
					Seguros de Material	100 000\$00		—	—	—	100 000\$00
					Diversas	100 000\$00		—	—	—	100 000\$00
					DESPESSAS DE CAPITAL						
					Investimentos — Edifícios	70 000 000\$00		—	—	—	70 000 000\$00
					<i>A transportar</i>	858 478 000\$00		458 277 969\$20	458 277 969\$20	204 470\$00	400 290 030\$80

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Jds.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
VIII	5	51			Transporte	858 478 000\$00		458 482 439\$20	458 277 969\$20	204 470\$00			- 40 200 030\$80
					Investimentos — Material de Transporte	1 000 000\$00		—	—	—			- 1 000 000\$00
		52			Investimentos — Maquinaria e Equipamento	1 500 000\$00		132 029\$70	132 029\$70	—			- 1 367 970\$30
	6				DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS FLORESTAIS								
					DESPESAS CORRENTES								
					Remunerações Certas e Permanentes:								
					Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	8 476 000\$00		2 307 210\$00	2 307 210\$00	—			6 168 790\$00
					Salários de Pessoal Eventual	4 703 000\$00		117 981\$00	117 981\$00	—			4 585 019\$00
					Subsídios de Férias e de Natal	3 500 000\$00		293 970\$00	293 970\$00	—			3 206 030\$00
					Diuturnidades	3 681 000\$00		119 925\$00	119 925\$00	—			3 561 075\$00
					Horas extraordinárias	475 000\$00		432 190\$00	432 190\$00	—			42 810\$00
					Alimentação e Alojamento	1 500 000\$00		72 800\$00	72 800\$00	—			1 427 200\$00
					Alimentação e Alojamento — Espécie	300 000\$00		16 512\$10	16 512\$10	—			283 487\$90
					Prestações Directas — Previd. Social:								
					Abono de Família	600 000\$00		43 040\$00	43 040\$00	—			556 960\$00
					Outras Prestações Directas	50 000\$00		4 250\$00	4 250\$00	—			45 750\$00
					Contribuições para Instituições — Previdência Social	550 000\$00		7 754\$00	7 754\$00	—			542 246\$00
					Vestuário e Artigos Pessoais — Compensação de Encargos	300 000\$00		99 558\$20	99 558\$20	—			200 441\$80
					Deslocações — Compensação de Encargos	550 000\$00		497 817\$00	497 817\$00	—			52 183\$00
					Abonos Diversos — Compensação de Encargos	100 000\$00		44 072\$00	44 072\$00	—			55 923\$00
					Classes Inactivas — Despesas Diversas	430 000\$00		77 000\$00	77 000\$00	—			353 000\$00
					Bens Duradouros	550 000\$00		175 451\$00	175 451\$00	—			374 549\$00
					Bens não Duradouros — Matérias Primas e Subsidiárias	5 000\$00		1 590\$00	1 590\$00	—			3 410\$00
					Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	1 000 000\$00		808 108\$00	808 108\$00	—			191 892\$00
					Bens não Duradouros — Munições, Explosivos e Artifícios	10 000\$00		—	—	—			10 000\$00
					A transportar	887 758 000\$00		463 733 697\$20	463 529 227\$20	204 470\$00			- 424 228 772\$80

Cap.	Div.	Código	N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferença: (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)					
VIII	6	25			Transporte	887 758 000\$00		463 733 697\$20	463 529 227\$20	204 470\$10			—	424 228 772\$80
		26			Bens não Duradouros — Alimentação, Roupas e Calçado	200 000\$00		100 986\$10	97 986\$10	3 000\$00			—	102 013\$90
		27			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	100 000\$00		68 943\$90	68 943\$90	—			—	31 056\$10
		28			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	2 750 000\$00		2 622 779\$20	2 620 671\$50	2 107\$70			—	129 328\$50
		29			Aquisição de Serviços — Locação de Bens	80 000\$00		59 828\$50	59 828\$50	—			—	20 171\$50
		30			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	250 000\$00		222 000\$00	221 750\$00	250\$10			—	28 250\$00
		31			Aquisição de Serviços — Não especificados	340 000\$00		301 232\$00	301 232\$00	—			—	38 768\$00
		48			1 000 000\$00			958 442\$80	957 962\$80	480\$00			—	42 037\$20
					DESPESSAS DE CAPITAL									
		49			Investimentos — Construções Diversas	3 500 000\$00		2 282 598\$70	2 282 598\$70	—			—	1 217 401\$30
		51			Investimentos — Melhoramentos Fundiários	2 500 000\$00		335 851\$00	335 851\$00	—			—	2 164 149\$00
		52			Investimentos — Material de Transporte	1 650 000\$00		755 000\$00	755 000\$00	—			—	895 000\$00
					Investimentos — Maquinaria e Equipamento	5 550 000\$00		5 443 262\$40	5 443 262\$40	—			—	106 737\$60
					DIRECCÃO DOS SERVIÇOS DE PESCAS									
					DESPESAS CORRENTES									
					Remunerações Certas e Permanentes:									
		01	02		Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	2 120 000\$00		1 543 160\$00	1 543 160\$00	—			—	576 840\$00
		41			Salários de Pessoal Eventual	500 000\$00		465 000\$00	465 000\$00	—			—	35 000\$00
		42			Remunerações de Pessoal Diverso	700 000\$00		261 579\$00	261 579\$00	—			—	438 421\$00
		46			Subsídios de Férias e de Natal	1 100 000\$00		360 866\$00	360 866\$00	—			—	739 134\$00
		47			Diuturnidades	200 000\$00		36 750\$00	36 750\$00	—			—	163 250\$00
		03			Horas extraordinárias	200 000\$00		109 599\$00	109 599\$00	—			—	90 401\$00
		04			Alimentação e Alojamento	200 000\$00		120 685\$00	120 685\$00	—			—	79 315\$00
		06			Abonos Diversos — Numerário	100 000\$00		—	—	—			—	100 000\$00
								910 798 000\$00	479 782 260\$80	479 571 953\$10	210 307\$70		—	431 226 046\$90

Cap.	Div.	Código	N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Diferenças (1) — (3)
VIII	7	08	01	Transporte	910 798 000\$00	479 782 260\$80	479 571 953\$10	210 307\$10	—	—	—	431 226 046\$90
		10	03	Vestuário e Artigos Pessoais — Especie	100 000\$00	29 605\$50	29 605\$50	—	—	—	—	70 394\$50
		11	11	Prestações Directas — Previdência Social:								
		14	14	Abono de Família	100 000\$00	38 260\$00	38 260\$00	—	—	—	61 740\$00	
		15	15	Outras Prestações Directas	50 000\$00	12 750\$00	12 750\$00	—	—	—	37 250\$00	
		18	18	Contribuições para Instituições — Previdência Social	500 000\$00	5 433\$00	5 433\$00	—	—	—	494 567\$00	
		21	21	Deslocações — Compensação de Encargos	1 200 000\$00	1 029 006\$30	1 028 706\$30	300\$00	—	—	171 293\$70	
		23	23	Abonos Diversos — Compensação de Encargos	100 000\$00	45 568\$10	45 568\$10	—	—	—	54 431\$90	
		26	26	Classes Inactivas — Despesas Diversas	100 000\$00	—	—	—	—	—	100 000\$00	
		27	27	Bens Duradouros	100 000\$00	—	—	—	—	—	100 000\$00	
		28	28	Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	100 000\$00	47 859\$30	47 859\$30	—	—	—	52 140\$70	
		29	29	Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	1 600 000\$00	1 196 406\$30	1 196 406\$30	—	—	—	403 593\$70	
		30	30	Bens não Duradouros — Outros	100 000\$00	50 095\$90	50 095\$90	—	—	—	49 904\$10	
		31	31	Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	150 000\$00	35 824\$20	35 824\$20	—	—	—	114 175\$80	
		44	44	Aquisição de Serviços — Locação de Bens	250 000\$00	33 000\$00	33 000\$00	—	—	—	217 000\$00	
		09	09	Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	500 000\$00	203 218\$20	201 985\$70	1 232\$50	—	—	298 014\$30	
		1	1	Aquisição de Serviços — Não especificados	1 500 000\$00	873 687\$90	871 192\$90	2 495\$00	—	—	628 807\$10	
		2	2	Outras Despesas Correntes: Seguros de Material	80 000\$00	18 119\$00	18 119\$00	—	—	—	61 881\$00	
				Diversas:								
				Conservação e reparação de material	2 600 000\$00	845 185\$10	845 185\$10	—	—	—	1 754 814\$90	
				Varagem de Barcos para reparação e manutenção	1 200 000\$00	608 990\$00	608 990\$00	—	—	—	591 010\$00	
				A transportar	921 128 000\$00	484 855 269\$60	484 640 934\$40	214 335\$20	—	—	436 487 065\$60	

Cap.	Div.	Código	N.º	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
VIII	7				Transporte	921 128 000\$00		484 855 269\$60	484 640 934\$40	214 335\$20	—	—	436 437 065\$60
					DESPEZAS DE CAPITAL								
	48				Investimentos — Construções Diversas	1 500 000\$00		538 314\$50	538 314\$50	—	—	961 685\$50	
	52				Investimentos — Maquinaria e Equipamento			1 508 188\$50	1 508 188\$50	—	—	491 811\$50	
	56				Transferências — Empresas Privadas	2 000 000\$00		—	—	—	—	1 000 000\$00	
	57				Transferências — Instituições Particulares	1 000 000\$00		—	—	—	—	1 000 000\$00	
	64			a)	Activos Financeiros:								
					Empréstimos a médio e longo prazo constituição de uma sociedade mista de pescas	15 000 000\$00		11 750 397\$50	11 750 397\$50	—	—	3 249 602\$50	
	8				DIREÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXTENSAO								
					DESPEZAS CORRENTES								
					Remunerações Certas e Permanentes:								
	01		02		Pessoal dos Quadros Aprovados por Lei	1 456 000\$00		13 800\$00	13 800\$00	—	—	1 442 200\$00	
	41				Salários do Pessoal Eventual	1 000 000\$00		—	—	—	—	1 000 000\$00	
	42				Remunerações de Pessoal Diverso	500 000\$00		198 453\$00	198 453\$00	—	—	301 547\$00	
	46				Subsídios de Férias e de Natal	500 000\$00		34 249\$00	34 249\$00	—	—	465 751\$00	
	47				Diuturnidades	300 000\$00		—	—	—	—	300 000\$00	
	03				Horas extraordinárias	150 000\$00		24 560\$00	24 560\$00	—	—	125 440\$00	
	04				Alimentação e Alojamento	150 000\$00		13 783\$00	13 783\$00	—	—	136 217\$00	
	06				Abonos Diversos — Numerário	150 000\$00		50 663\$00	41 681\$00	8 982\$00	—	108 319\$00	
	08				Vestuário e Artigos Pessoais — Espécie	50 000\$00		—	—	—	—	50 000\$00	
	10				Prestações Directas — Previdência Social:								
	01				Abono de Família	150 000\$00		—	—	—	—	150 000\$00	
	03				Outras Prestações Directas	10 000\$00		—	—	—	—	10 000\$00	
					A transportar	946 044 000\$00		498 987 678\$10	498 764 360\$90	223 317\$20	—	447 279 639\$10	

Cap.	Div.	Código	N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980		Importâncias por pagar em Dezenbro de 1980 (4)	Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)				
VIII	8	11			Transporte	946 044 000\$00		498 987 678\$10	498 764 360\$90	223 317\$20			447 279 639\$10
		14			Contribuições para Instituições — Previdência Social	50 000\$00		—	—			50 000\$00	
		15			Deslocações — Compensação de Encargos	800 000\$00		159 452\$00	159 452\$00			640 548\$00	
		18			Abonos Diversos — Compensação de Encargos	50 000\$00		—	—			50 000\$00	
		21			Classes Inactivas — Despesas Diversas	50 000\$00		—	—			50 000\$00	
		23			Bens Duradouros	100 000\$00		—	—			50 000\$00	
		25			Bens não Duradouros — Combustíveis e Lubrificantes	180 000\$00		40 518\$90	40 518\$90			97 060\$00	
		26			Bens não Duradouros — Alimentação, Roupas e Calçado	20 000\$00		—	—			139 481\$10	
		27			Bens não Duradouros — Consumos de Secretaria	100 000\$00		20 996\$50	20 996\$50			20 000\$00	
		28			Aquisição de Serviços — Outros	50 000\$00		—	—			79 033\$50	
		29			Aquisição de Serviços — Encargos das Instalações	100 000\$00		415\$00	415\$00			50 000\$00	
		30			Aquisição de Serviços — Locação de Bens	100 000\$00		60 773\$90	60 773\$90			99 585\$00	
		31			Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações	100 000\$00		2 580\$00	2 580\$00			39 226\$10	
		44	04		Aquisição de Serviços — Não especificados	150 000\$00		25 224\$50	25 224\$50			97 420\$00	
			09		Outras Despesas Correntes:			—	—			124 775\$50	
					Seguros de Material	50 000\$00		—	—			50 000\$00	
					Diversas	50 000\$00		—	—			50 000\$00	
					DESPESSAS DE CAPITAL								
		51			Investimentos — Material de Transporte	1 000 000\$00		980 000\$00	980 000\$00			20 000\$00	
		52			Investimentos — Maquinaria e Equipamento	1 000 000\$00		281 968\$00	281 968\$00			718 032\$00	
					INVESTIMENTOS DO PLANO								
					Programa de Desenvolvimento Pecuário	80 000 000\$00		74 473 441\$20	74 473 441\$20			5 526 558\$80	
					A transportar	1 029 994 000\$00		575 035 988\$10	574 812 670\$90	223 317\$20			455 181 329\$10

Cap.	Div.	Código	Nº	Al.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)	Para mais	Para menos
									Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)			
VIII	8	2			Transporte	1 029 994 000\$00		575 035 988\$10	574 812 670\$90	223 317\$20			455 181 329\$10
		3			Plano de Fomento Víticola	11 500 000\$00		10 971 612\$10	10 971 612\$10				528 387\$90
		4			Plano de Fomento Frutícola	5 500 000\$00		2 609 126\$70	2 609 126\$70				2 890 973\$30
		5			Plano de Fomento Hortícola	1 500 000\$00		1 343 998\$00	1 348 998\$00				151 002\$00
		6			Plano de Fomento Florícola	11 500 000\$00		9 218 382\$80	9 218 382\$80				2 211 617\$20
					Repoovoamento Florestal:								
		a)			Madeira	5 000 000\$00		3 120 846\$30	3 120 846\$30				1 879 153\$70
		b)			Porto Santo	5 000 000\$00		1 423 936\$00	1 423 936\$00				3 576 064\$00
		7			Reconversão de Culturas	2 000 000\$00		872 194\$40	829 519\$90	42 674\$50			1 170 480\$10
		8			Mecanização Agrícola:								
		a)			Pessoal	800 000\$00		224 034\$00	224 034\$00				575 966\$00
		b)			Materiais e outros (incluindo concessão de subsídios)	9 750 000\$00		9 373 446\$10	9 362 516\$10	10 930\$00			387 483\$90
		c)			Aquisição de Maquinaria	26 000 000\$00		23 987 809\$70	23 987 809\$70				2 012 190\$30
		9			Sanidade Vegetal:								
		a)			Pessoal	500 000\$00		168 316\$00	168 316\$00				331 684\$00
		b)			Materiais e Outros	6 000 000\$00		4 884 939\$60	4 884 939\$60				1 115 060\$40
		c)			Campanha de Desratização	1 200 000\$00		1 092 925\$00	1 092 925\$00				107 075\$00
		10			Promoção Social dos Meios Rurais	10 000 000\$00		3 966 323\$70	3 966 323\$70				6 033 676\$30
		11			Apóio ao Associativismo	41 650 000\$00		26 868 987\$10	26 868 987\$10				14 781 012\$90
		12			Expansão de Pequenos Regadios e de Novos Sistemas de Rega	3 000 000\$00		1 436 433\$00	1 436 433\$00				1 563 567\$00
		13			Correcção Torrencial da Madeira e Porto Santo	5 000 000\$00		613 628\$90	613 628\$90				4 386 371\$10
		14			Defesa e Conservação de Solos do Porto Santo	1 000 000\$00		—	—				1 000 000\$00
		15			Construções de Vias de Acesso às Explorações	1 000 000\$00		—	—				1 000 000\$00
		16			Parque Natural da Madeira	5 000 000\$00		2 257 133\$00	2 257 133\$00				2 742 867\$00
		17			Campanha de Calagens	1 200 000\$00		182 404\$80	182 404\$80				1 017 555\$20
		18			Hidráulica Agrícola:								
					Abertura de um túnel de captação de água para garantia do regadio servido pela Levada dos Tornos			9 809 478\$00	9 809 478\$00				30 190 522\$00
					A transportar			689 465 943\$90	689 465 943\$90				276 921\$70
								1 224 094 000\$00	1 224 094 000\$00				354 903 978\$40

Cap.	Div.	Código	N.º	AI.	Designação da Despesa	Dotações Orçamentais (1)	Obs.	Operações nos meses de Janeiro a Dezembro de 1980			Para mais	Para menos	Diferenças (1) — (3)
								Pagamentos autorizados (2)	Pagamentos efectuados (3)	Importâncias por pagar em Dezembro de 1980 (4)			
VIII	9			b)	Transporte	1 224 094 000\$00		689 466 943\$30	689 190 021\$60	276 921\$70			534 903 978\$40
				c)	Reparação do caminho de acesso à galeria da Fajã do Penedo ...	3 000 000\$00		1 532 500\$00					1 467 500\$00
				d)	Conclusão da Levada dos Tornos ...	6 000 000\$00		2 396 025\$50					3 603 974\$50
				e)	Reapetrechamento do Estaleiro ...	400 000\$00		57 348\$10					342 651\$90
				f)	Construção de Tanques para a Regularização dos Caudais de Rega ...	6 000 000\$00		2 972 750\$00					3 027 250\$00
				g)	Construção de Caixas para Mediação de Caudais de Rega ...	200 000\$00							200 000\$00
				h)	Construção de Tanques em Cooperação com os Regantes ...	2 000 000\$00							2 000 000\$00
				i)	Construção de um Ramal de Rega do Rochão à Choupana ...	1 000 000\$00							1 000 000\$00
				19	Construção de Barragem no Paúl da Serra ...	2 000 000\$00							2 000 000\$00
				20	Formação e Aperfeiçoamento Profissional ...	1 000 000\$00							1 000 000\$00
					Matadouro do Funchal, electrificação de Guinchos e montagem do Cabo de alta tensão, beneficiamento de pisos, paredes, esgotos e canalização, pavimentação dos arredores e construção da garagem e oficina, caiação e pintura ...	17 000 000\$00		1 633 165\$50	1 633 165\$50				15 366 834\$50
					Serviços de distribuição de carnes, construção de talhos ...	6 500 000\$00							6 500 000\$00
				21	Matadouros rurais:								
				a)	Obras a realizar na casa de matança no Concelho de Santana ...	2 000 000\$00		1 200 000\$00	1 200 000\$00				800 000\$00
				b)	Aquisição de terreno e construção de casa de matança do Porto Moniz ...	3 000 000\$00		1 433 056\$60	1 433 056\$60				1 566 943\$40
				c)	Aquisição de terreno e construção de casa de matança em Ponta do Sol ...	3 000 000\$00		333 500\$00	333 500\$00				2 666 500\$00
				d)	Aquisição de terreno e construção de casa de matança na Calheta ...	3 000 000\$00		221 980\$00	221 980\$00				2 778 020\$00
				23	Accções de Promoción às Exportações...	12 000 000\$00		11 201 607\$50	11 201 607\$50				798 392\$50
					A transportar ...	1 292 194 000\$00		712 448 876\$50	712 171 954\$80	276 921\$70			580 022 045\$20

Designação	Saldo do ano anterior	Receita cobrada em 1980	TOTAL	Despesa paga em 1980	Saldo que transita para 1981
Saldo do ano anterior	5 727 707\$90		5 727 707\$90		
Receita cobrada em 1980		9 374 944 948\$20	<u>9 374 944 948\$20</u>		
SOMA			9 380 672 656\$10		
Despesa paga em 1980				9 378 145 356\$40	
Saldo que transita para 1981					2 527 299\$70
	5 727 707\$90	9 374 944 948\$20	9 380 672 656\$10	9 378 145 356\$40	2 527 299\$70

Preço deste número: 318\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira».

ASSINATURAS

As três séries Ano 1 650\$00	Semestre	900\$00
A 1.ª série 650\$00	>	350\$00
A 2.ª > 650\$00	>	350\$00
A 3.ª > 650\$00	>	350\$00

Números e Suplementos — preço por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio
(Portaria n.º 208/82, de 28 de Dezembro)

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira».